

ISSN 2448-3907 | e-ISSN 2448-3923

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS AFRICANOS

Brazilian Journal of African Studies



Revista Brasileira de Estudos Africanos	Porto Alegre	v.2	n.4	p. 1-246	Jul./Dez. 2017
---	--------------	-----	-----	----------	-------------------

SOBRE A REVISTA

A Revista Brasileira de Estudos Africanos é uma publicação semestral, em formato digital e impresso, dedicada à pesquisa, à reflexão e à difusão de estudos sobre temas africanos. A RBEA publica artigos científicos inéditos com ênfase nas análises de Relações Internacionais, Organizações de Integração, Segurança e Defesa, Sistemas Políticos, História, Geografia, Desenvolvimento Econômico, Estruturas Sociais e Correntes de Pensamento. A RBEA é um veículo estritamente acadêmico, ligada ao Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A RBEA tem como público alvo pesquisadores, professores e estudantes interessados nas especificidades do continente africano e de sua inserção internacional. Combinada a esta perspectiva, a Revista pretende ampliar o debate sobre a projeção brasileira e seus esforços de cooperação (inclusive em Defesa) com os países africanos no perímetro do Atlântico Sul e a construção de uma identidade regional frente a um cenário de transformações geopolíticas.

INDEXADORES



Este trabalho foi apoiado pelo Programa de Apoio à Edição
de Periódicos (PAEP) - UFRGS



**Programa de apoio à
Edição de Periódicos**

EQUIPE EDITORIAL/EDITORIAL TEAM

EDITOR CHEFE/CHIEF EDITOR

Analúcia Danilevitz Pereira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

EDITOR ADJUNTO/DEPUTY EDITOR

Paulo Visentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL/EDITORIAL BOARD

Ajay Dubey (Jawaharlal Nehru University, Índia)
Ángel Dalmau Fernández (CIPI, Cuba)
Antônio Joaquim Calundungo (Universidade Agostinho Neto, Angola)
Beatriz Bissio (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)
Chris Landsberg (University of Johannesburg, África do Sul)
Cyril Obi (Social Science Research Council, EUA)
Fábio Morosini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Hilário Cau (Instituto Superior de Relações Internacionais, Moçambique)
Ian Taylor (University of St Andrews, Escócia)
Kamilla Raquel Rizzi (Universidade Federal do Pampa, Brasil)
Karl Gerhard Seibert (UNILAB, Brasil)
Li Anshan (Peking University, China)
Luiz Dario Teixeira Ribeiro (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Vladimir Shubin (Russian Academy of Sciences, Rússia)

ASSISTENTES DE EDIÇÃO/EDITION ASSISTANTS

Amabilly Bonacina (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Rafaela Pinto Serpa (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Salvatore Xerri (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

CONSELHO CONSULTIVO /CONSULTATIVE BOARD

Alfa Oumar Diallo (Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil)
Andrei Tokarev (Russian Academy of Sciences, Rússia)
Aparajita Biswas (University of Mumbai, Índia)
Diego Pautasso (Escola Superior de Propaganda e Marketing – Sul, Brasil)
Eduardo Migon (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Brasil)
Fantu Cheru (American University, EUA)
Gladys Lechini (Universidad Nacional de Rosario, Argentina)
Henry Kam Kah (University of Buea, Camarões)
Igor Castellano da Silva (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil)
John Akokpari (University of Cape Town, África do Sul)
José Rivair Macedo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
José Carlos dos Anjos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)
Leila Hernandez (Universidade de São Paulo, Brasil)
Lito Nunes Fernandes (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, Guiné-Bissau)
Lotfi Kaabi (Institut Tunisien des Études Stratégiques, Tunísia)
Mamadou Alpha Diallo (UNILA, Brasil)
Mamoudou Gazibo (Université de Montréal, Canadá)
Marina de Mello Souza (Universidade de São Paulo, Brasil)
Nathaly Silva Xavier Schütz (Universidade Federal do Pampa, Brasil)
Paris Yeros (Universidade Federal do ABC, Brasil)
Tim Murithi (Free State University, África do Sul)
Renu Modi (University of Mumbai, Índia)
Wolfgang Adolf Karl Döpcke (Universidade de Brasília, Brasil)

Esta edição também contou com a avaliação dos pesquisadores Ana Simão, Ana Tettamanzy, Eduardo Svartman, Sylvio de Souza Ferreira, Maira Baé e Sônia Ranincheski.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS AFRICANOS

Brazilian Journal of African Studies

© Centro Brasileiro de Estudos Africanos - UFRGS

Capa: Vitória Kramer

Diagramação: Amabilly Bonacina e Rafaela Pinto Serpa

Arte: Tiago Oliveira Baldasso

A *Revista Brasileira de Estudos Africanos* está disponível online em português e inglês em www.seer.ufrgs.br/rbea

CONTATO

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Faculdade de Ciências Econômicas

Av. João Pessoa, 52 - Sala 18C - 1º andar

CEP 90040-000 - Centro - Porto Alegre/RS - Brasil

Fone: +55 51 3308.3272 / 3308.3348

E-mail: cebrafrica@ufrgs.br

seer.ufrgs.br/rbea

ufrgs.br/cebrafrica

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

Revista Brasileira de Estudos Africanos / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Centro Brasileiro de Estudos Africanos. – Ano 2, n. 4 (jul./dez. 2017). – Porto Alegre : UFRGS/FCE/CEBRAFRICA, 2017 -

Semestral.

ISSN 2448-3907

e-ISSN 2448-3923

1. África. 2. Relações internacionais. 3. Integração regional. 4. Segurança internacional. 5. Política de defesa.

CDU 327

SUMÁRIO

Editorial	7
<i>Analúcia Danilevycz Pereira</i>	
As dinâmicas da África nas relações mundiais: do Afro-pessimismo para o Afro-otimismo?	11
<i>Sharkdam Wapmuk, Oluwatooni Akinkwotu</i>	
A CPLP como mecanismo de atuação do Brasil no Atlântico Sul: a ampliação da cooperação, os desafios e a possibilidade de liderança	32
<i>Kamilla Raquel Rizzi, Isabella Cruzichi da Silva</i>	
Oportunidades e desafios para Moçambique na expansão indiana em África	64
<i>Hetalben Haribhai Patel</i>	
Partidos e efetividade da competição política em perspectiva comparada: o caso de Moçambique e Brasil	96
<i>Fidel Terenciano</i>	
Políticas públicas e linguísticas: estratégias e desafios no combate às desigualdades sociais em Moçambique	114
<i>Alexandre António Timbane, José Gil Vicente</i>	
Uso do dinheiro em rituais na história do povo Laimbwe, Camarões	141
<i>Henry Kam Kah</i>	
Da conveniente hibernação ao circunstancial desespero: discurso de ódio, comunicação político-partidária e as eleições gerais de 2015 na Nigéria	164
<i>Mike Omilusi</i>	
Integração da corrupção, pobreza e desenvolvimento na Nigéria	189
<i>Jolaade Omede, Arinze Ngwube</i>	
Nova mídia e democracia na Nigéria: uma avaliação das oportunidades e ameaças no terreno	203
<i>Dauda Ishaya Suntai, Tordue Simon Targema</i>	
Prática e desenvolvimento do <i>peace journalism</i> no Nordeste da Nigéria: discussão em grupo com alguns membros correspondentes da NTA em Damaturu, estado de Yobe	216
<i>Aondover Eric Msughter</i>	

RESENHA	
“USA – Africa: the policy of President B. Obama administration. 2009 – 2014”, e “USA – Africa: the policy of President B. Obama administration. 2015 – 2016. Chronicle of events” de Andrey Urnov <i>Vladimir Shubin</i>	233
“O tempo da juventude: emprego, política e mudanças sociais em África” de Alcinda Honwana <i>Hélder Pires Amâncio</i>	239
Parceiros	244
Normas de Submissão	246

A responsabilidade do conteúdo dos artigos é de seus respectivos autores.
The responsibility for the content of the articles is of their respective authors.

Revista Brasileira de Estudos Africanos
e-ISSN 2448-3923 | ISSN 2448-3907 | Porto Alegre | v.2, n.4 | Jul./Dez. 2017

EDITORIAL

Analúcia Danilevicz Pereira

Dezembro/2017

O sistema internacional se caracteriza por relações de poder desiguais. O poder de um Estado, portanto, é medido pela sua capacidade de definir e executar políticas decisivas tanto no campo econômico, como militar. A mudança das rivalidades estratégicas que caracterizaram o pós-Guerra Fria vem alterando o panorama mundial em etapas sucessivas que demonstram, claramente, o deslocamento/emergência de polos de poder. Dos “programas estruturantes” oferecidos pelos organismos financeiros ocidentais nos anos 1990 à reestruturação da União Africana, nos anos 2000, o continente africano transitou de uma década “perdida” para uma nova fase na qual a ideia de desenvolvimento se tornou, novamente, a demanda mais fundamental. Certamente, a superação do neocolonialismo e a busca de autonomia e de novos parceiros não poupará a África de uma reação euro-americana, tampouco das disputas de poder pelas elites locais.

Todavia, ainda que ações desestabilizadoras desafiem a capacidade dos Estados africanos, o amadurecimento político é uma realidade. Neste número da Revista Brasileira de Estudos Africanos, o foco da discussão proposta pelos pesquisadores são, justamente, os desafios políticos enfrentados pelos Estados, elites e sociedades africanas. No quarto número da RBEA, apresentamos dez artigos e duas resenhas de pesquisadores internacionais.

Sharkdam Wapmuk e Oluwatooni Akinkwotu examinam, a partir de uma perspectiva histórica, a África nas relações mundiais, da escravidão ao colonialismo. Os autores discutem, ainda, a condição dos Estados africanos na política mundial e na economia política global, nas organizações internacionais – particularmente a ONU – e as relações africanas com as potências econômicas tradicionais e emergentes no artigo *As dinâmicas da África nas relações mundiais: do Afro-pessimismo para o Afro-otimismo?*. A CPLP como mecanismo de atuação do Brasil no Atlântico Sul: a ampliação da cooperação, os desafios e a possibilidade de liderança é discutida

por Kamilla Raquel Rizzi, Isabella Cruzichi da Silva. As autoras avaliam que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em seus 21 anos de existência, evoluiu, progressivamente, de foro multilateral de concertação socio-político-diplomática para um mecanismo geoestratégico focado no Atlântico Sul, ampliando sua atuação para outras áreas, como segurança e defesa regionais.

Já a pesquisadora Hetalben Haribhai Patel, em *Oportunidades e desafios para Moçambique na expansão indiana em África*, analisa os interesses indianos na sua expansão para os países africanos, especialmente, Moçambique. A aproximação entre Índia e Moçambique, segundo a autora, resultou no aumento das relações econômicas, mais concretamente, no aumento do volume de comércio e investimento direto estrangeiro, incluindo a transferência de tecnologia e *know-how* para Moçambique, elementos que representam oportunidades, mas, também, desafios para o jovem Estado africano. Em *Partidos e efetividade da competição política em perspectiva comparada: o caso de Moçambique e Brasil*, Fidel Terenciano examina a estrutura do sistema partidário e a efetividade da competição política no Brasil e Moçambique, evidenciando os contornos e funcionamento dos partidos políticos nos dois países.

Alexandre António Timbane e José Gil Vicente, no artigo *Políticas públicas e linguísticas: estratégias e desafios no combate às desigualdades sociais em Moçambique* discute a influência das políticas públicas e linguísticas na vida dos moçambicanos e analisa os caminhos possíveis para uma política que atenda os interesses da população. Para o autor, há a necessidade de envolver a sociedade na tomada de decisões e na resolução dos problemas sociais, pois o português é a língua oficial, mas ao mesmo tempo segrega uma maioria da população que não é alfabetizada. Na sequência, Henry Kam Kah analisa em *Uso do dinheiro em rituais na história do povo Laimbwe, Camarões* como a chegada dos europeus a Camarões, no século XV, e a introdução da moeda ocidental como um padrão de intercâmbio e uma medida de valor, passou a substituir outras moedas indígenas. Essa nova relação, para o autor, produziu um impacto profundo nos rituais de iniciação das sociedades camaronezas, incluindo os Laimbwe, da região noroeste.

Os quatro últimos artigos discutem temas relativos a Nigéria. Mike Omilusi no artigo *Da conveniente hibernação ao circunstancial desespero: discurso de ódio, comunicação político-partidária e as eleições gerais de 2015 na Nigéria* avalia que até às vésperas das eleições gerais de 2015, muitos partidos políticos que “hibernaram” convenientemente por uma boa parte da sua existência, seja devido à falta de estrutura organizacional adequada ou base de apoio, ou por seus programas descoordenados, ou, ainda, por terem sido registrados por ganhos pecuniários, de repente começaram a aparecer no

espaço político. Segundo o analista, as eleições gerais de 2015, portanto, ofereceram um contexto único para interrogar o lugar da comunicação política do partido em uma democracia emergente e, especificamente, como as campanhas de ódio entre os gladiadores políticos/partidos conflitantes poderiam gerar violência e, se não domesticadas, descarrilar a consolidação democrática. Já Jolaade Omede e Arinze Ngwube discutem os efeitos da corrupção que está enraizada nas esferas política e econômica. Para os autores, em *Integração da corrupção, pobreza e desenvolvimento na Nigéria*, a corrupção sufoca o crescimento econômico, reduz a eficiência econômica e o desenvolvimento, embora haja uma grande soma de recursos no país.

Por fim, Dauda Ishaya Suntai e Tordue Simon Targema, ancorados na Teoria da Responsabilidade Social, questionam até que ponto as novas plataformas de mídia liberalizam o processo de comunicação política no país, além das oportunidades e ameaças que elas abrigam à consolidação democrática. Tal discussão está presente no artigo *Nova mídia e democracia na Nigéria: uma avaliação das oportunidades e ameaças no terreno*. Ainda nessa temática, Aondover Eric Msughter, em *Prática e desenvolvimento do peace journalism no Nordeste da Nigéria: discussão em grupo com alguns membros correspondentes da NTA em Damaturu, estado de Yobe*, analisa, a partir das discussões, o papel das organizações de mídia e como estas devem buscar a forma mais apropriada de relatar as notícias, contribuindo para o desenvolvimento da paz no país, especialmente no Nordeste da Nigéria, onde os casos de conflitos étnicos, religiosos e políticos desestabilizam a região.

Este número conta, ainda, com duas resenhas. Vladimir Shubin apresenta aos leitores da RBEA as obras de Andrey Urnov, “USA – Africa: the Policy of President B. Obama Administration. 2009 – 2014”, e “USA – Africa: the Policy of President B. Obama Administration. 2015 – 2016. Chronicle of Events”. Um grande diplomata e acadêmico russo, Urnov, graduado pelo Instituto de Relações Internacionais de Moscou, pesquisa a política externa dos Estados Unidos desde quando ainda era aluno. Então, a partir de 1966, tornou-se secretário, chefe de repartição e finalmente chefe adjunto do Departamento Internacional do Partido Comunista da União Soviética, sendo responsável pela ligação política de Moscou com os países africanos – principalmente com os movimentos de libertação nacional – por quase um quarto de século. Mais tarde, ele foi o primeiro embaixador soviético/ russo enviado à Namíbia. Ao se aposentar dos serviços diplomáticos, ele ingressou como Pesquisador Principal no Instituto de Estudos Africanos da Academia de Ciências da Rússia.

Hélder Pires Amâncio, por sua vez, colabora com uma resenha da obra da moçambicana Alcinda Honwana cujo título é “O Tempo da Juventude:

Emprego, Política e Mudanças Sociais em África". O livro é fruto de pesquisas realizadas em quatro países africanos, nomeadamente Moçambique, África do Sul, Tunísia e Senegal, no período de 2008 a 2011. Seu objeto de análise são as diversas experiências dos jovens (particularmente africanos) na forma como lidam com os problemas (como o desemprego, marginalização, falta de liberdades civis e de meios de sobrevivência estáveis, bem como, as desigualdades sociais) gerados pelas falhas das políticas neoliberais, da má governança e crises políticas na África.

A RBEA publica uma versão eletrônica e impressa bilíngue (português e inglês). Assim, esperamos a contribuição de colegas do Brasil e do exterior, com os quais pretendemos estabelecer vínculos para o aprofundamento do conhecimento e a construção de uma visão do Sul sobre o continente africano e das relações com ele.

Agradecemos aos Assistentes de Edição Amabilly Bonacina, Rafaela Serpa e Salvatore Gasparini Xerri e à equipe do CEBRAFRICA que trabalhou na tradução dos artigos. Agradecemos, ainda, a Igor Estima Sardo, Luana de Meneses Borba, Leonardo Beheregaray Seben, Luiz Marcelo Michelin Zardo, Rafaela Elmir Fioreze, Rodrigo Dorfman Mascarenhas e Tyago Driemeyer, pela colaboração na tradução e revisão dos textos em inglês.

AS DINÂMICAS DA ÁFRICA NAS RELAÇÕES MUNDIAIS: DO AFRO-PESSIMISMO PARA O AFRO-OTIMISMO?

Sharkdam Wapmuk¹
Oluwatooni Akinkwotu²

Introdução

O presente artigo argumenta que a África nunca existiu isolada da política mundial, mas esteve inevitavelmente imbricada nas dinâmicas e no fluxo de eventos e mudanças de configuração do poder global. Arquivos históricos confirmaram que houve contatos, interações e um fluxo tanto de ideias quanto de bens entre a África, a Europa, a Ásia e as Américas. Se os contatos históricos do continente com o resto do mundo representaram ‘uma maldição ou uma bênção’ tem sido alvo de uma série de debates (Adekaye 2010). As questões africanas contribuíram para moldar o mundo, e a África, por sua vez, foi, e continua sendo, moldada pelos processos e estruturas internacionais. O estudo da África nas relações mundiais tem indubitavelmente atraído interesse acadêmico. Contudo, a maioria dos estudos sobre o continente, especialmente nas últimas duas décadas, tiveram como tendência a narrativa pessimista – crise, guerra, pobreza, desastres naturais, corrupção, doenças e fome, criminalidade, degradação ambiental, má administração de recursos naturais e crises de governança (Zartman 1995). Alguns chegaram a descrever o continente como um ‘caso perdido’, um ‘continente obscuro’ e o ‘fardo do mundo’ (The Economist 2000). Os africanos têm resistido vigorosamente a esta narrativa, a qual tende a negligenciar as realidades históricas de ‘violação’ da África através

¹ Departamento de Estudos e Pesquisa, Divisão de Política Africana e Integração, Instituto Nigeriano de Relações Internacionais, Lagos, Nigéria. E-mail: sharksnaw@yahoo.com.

² Departamento de Estudos e Pesquisa, Divisão de Política Africana e Integração, Instituto Nigeriano de Relações Internacionais, Lagos, Nigéria. E-mail: oluwatooni.a@goolemail.com

da escravidão, do colonialismo, da dependência econômica e do contínuo domínio por instituições internacionais de governança global (Banco Mundial, FMI e OMC) e do envolvimento e influência externa das grandes potências no continente.

Assim, as interpretações acerca do lugar e do papel da África nas relações mundiais se encontram entre aqueles que perderam completamente a esperança no continente – os Afro-pessimistas –, e aqueles que torcem por um melhor futuro para a África – os Afro-otimistas (Clark 2013). Ambos os pontos de vista devem considerar a realidade histórica da emergência e da existência da África, bem como os elementos de continuidade e de mudança nas relações dos Estados africanos com o resto do mundo. Devido à falta de fé na África por parte das antigas potências, a emergência de novas potências econômicas, como China, Índia e Brasil, que buscaram se engajar com a África em termos de ‘parcerias’, ‘benefícios mútuos’, ‘história comum’ e ‘negociações de ganhos mútuos’, foi vislumbrada com um novo senso de otimismo. O engajamento entre a África e as novas potências econômicas emergentes foi interpretado de variadas formas, com alguns definindo-o como a ‘nova partilha da África’ – sugerindo que não se mostra tão diferente da antiga partilha do continente pelas potências europeias.

Nos últimos anos, a narrativa tem se transformado para falar em ‘Emergência Africana’, ou seja, que a África não é mais um continente ‘sem esperanças’, mas um vasto continente permeado por ricos recursos naturais e humanos, cujas perspectivas não estão apenas aumentando, mas sendo crescentemente reconhecidas pelo mundo. Ainda assim, deve ser observado desde o início que estudos sobre a África nas relações internacionais tenderam a focar nas políticas externas de que os Estados africanos lançaram mão em suas negociações com o mundo externo. Ao mesmo tempo que reconhecendo a centralidade desta abordagem para examinar a África nas relações mundiais, deve ser considerado que o sistema internacional mais amplo, em grande medida, “moldou a África – particularmente as formas de poder estatal no continente” (Taylor and Williams 2004). Concomitantemente, o lugar da África nas relações mundiais está sendo moldado por atores não-estatais, especialmente instituições financeiras internacionais (IFI), ONGs humanitárias e de desenvolvimento, e corporações transnacionais. Somado às forças da globalização, o local da África nas negociações internacionais está também sendo formado por organizações internacionais. Particularmente, estas incluem organizações internacionais estabelecidas por Estados africanos, como a Organização da União Africana (OUA)/União Africana (UA), o Banco de Desenvolvimento Africano e organizações regionais como blocos de construção para a integração regional e para o desenvolvimento.

Nossa tarefa neste artigo é examinar e discutir como as relações africanas contribuem para moldar o mundo e como a África, por sua vez, está sendo moldada por processos e estruturas internacionais. Dessa forma, o presente artigo vai buscar examinar a África nas relações mundiais da escravidão ao colonialismo; soberania, Estados africanos e política internacional; África e a economia política global; África e organizações internacionais, particularmente a ONU; relações africanas com as potências econômicas tradicionais e emergentes, e o futuro da África na política mundial.

A África nas Relações Mundiais – Da Escravidão ao Colonialismo

Argumenta-se que a África não evoluiu isoladamente antes da colonização europeia. O continente, assim como algumas partes do mundo, teve de se adaptar a invasões e a regras imperiais. A África foi igualmente submetida a influências religiosas, notadamente ao Islã e ao Cristianismo. Os africanos participaram da economia internacional anteriormente ao colonialismo. Por volta do século XV, o continente havia construído fortes rotas comerciais marítimas e terrestres com os árabes, os asiáticos e os europeus. As atividades comerciais com os mercadores europeus abriram as portas para a entrada das potências coloniais europeias, que desejavam controlar as atividades no continente africano. Os portugueses, os holandeses, os franceses e os britânicos estabeleceram postos de trocas em diversas partes da África. Nos séculos XVIII e XIX, inúmeros postos de trocas podiam ser encontrados ao longo da costa africana, com os europeus engajados na compra de ouro, de marfim e, posteriormente, no comércio transatlântico de escravos. O comércio transatlântico de escravos ocorreu através do Oceano Atlântico, do século XV ao XIX. O comércio de escravos no Atlântico foi significativo na transformação dos africanos de um pequeno percentual da população global de escravos em 1600 até uma maioria absoluta por volta de 1800. Os portugueses, que se encontravam entre os que chegaram precocemente à África, se voltaram à escravização de africanos para cultivar açúcar e outros em suas plantações. A escravidão em grande medida afetou negativamente a demografia e a economia da África, enquanto que, para a economia europeia, “marcou o amanhecer cor-de-rosa da era da produção capitalista” (Marx 1867). Mesmo após sua abolição, os efeitos do comércio transatlântico de escravos da África não podem ser varridos para longe, uma vez que constituíram a destruição da cultura, da língua e da religião, sustentando um legado de racismo. Esta situação, contudo, seria dramaticamente alterada na segunda metade do século XIX.

A partilha da África deu um enfoque mais nítido à competição imperial para o acesso às terras africanas (Thompson 2010). Por razões econômicas, estratégicas e culturais, acordos foram ratificados na Conferência de Berlim de 1884-85, sediada pelo Chanceler alemão, Otto von Bismarck, e esta reunião proporcionou uma divisão da África esculpida pelas potências europeias (Adekaye 2010). Apenas o império da Etiópia e o território da Libéria escaparam desta partição. A França tomaria posses no Norte, no Oeste e Centro da África; a Grã-Bretanha reivindicou o Oeste, o Leste e a África central e austral; Portugal centrou suas reivindicações nos territórios de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau; o Rei Leopoldo da Bélgica recebeu o Congo; a Itália almejava ter controle sobre a Líbia, a Eritreia e parte da Somália; a Espanha fez o mesmo no norte do Marrocos, no Saara espanhol e na Guiné espanhola; enquanto isso, a Alemanha ganhou áreas no sudoeste e no leste do continente, bem como em Camarões e no Togo. A Alemanha, entretanto, viria a perder suas possessões em consequência de sua derrota na Primeira Guerra Mundial.

O impacto do colonialismo no subsequente ambiente político, econômico e sociocultural foi extensivo. Elementos desta herança colonial, de particular importância, são: a incorporação da África na economia política internacional como um participante fraco, a imposição de fronteiras arbitrárias; o reforço ao Estado não-hegemônico; a fraca conexão entre o Estado e a sociedade civil; a promoção de uma elite estatal africana com baixo grau de escolaridade para a busca de desenvolvimento; a construção de economias exportadoras especializadas; e a ausência de instituições políticas de governança fortes.

Soberania, Estados Africanos e Política Mundial

Pan-Africanistas como Kwame Nkrumah, Julius Nyerere, Nnamdi Azikiwe, Obafemi Awolowo, Jomo Kenyatta e muitos outros forneceram liderança nos movimentos nacionalistas em seus respectivos países, mediante o esforço que, afinal, forçou as potências europeias a concederem independência aos países africanos. Mesmo após a independência, os Estados africanos e as fronteiras artificiais criadas permaneceram como produtos diretos da colonização europeia. A descolonização, portanto, caracterizou uma mudança revolucionária nas bases estatais da África. Líderes africanos adquiriram direitos de soberania independentemente das condições ou perspectivas políticas e socioeconômicas das colônias por eles herdadas. Como Estados recém-independentes, eles buscaram defender seu status soberano na política internacional. O sistema internacional, e particularmente a Organização das Nações Unidas (ONU), colaborou para

estabelecer e preservar um grande número de novos Estados independentes da África. Mudanças ocorreram nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, durante a qual o colonialismo se tornou uma aberração. Iniciando-se no final da década de 1940, com a independência das Filipinas, da Índia, do Paquistão, da Indonésia, do Sri Lanka e de alguns outros Estados asiáticos, um movimento mundial em direção à independência de todas as colônias ganhou força.

Quando o colonialismo perdeu sua legitimidade, os movimentos de independência não puderam parar até que todas as colônias se tornassem soberanas. A comunidade internacional, centrada na ONU, veio a substituir o colonialismo como a estrutura de ajuda moral, legal e material que mantinha a África. A Organização da União Africana (OUA), que foi formada em 1963, primordialmente para promover a unidade e preservar as jurisdições territoriais herdadas da era colonial, reforçou a estrutura de apoio externa de legitimidade internacional mediante a proibição do uso da força e da subversão para enfraquecer a independência dos Estados-membros. Posteriormente à independência, as fronteiras artificiais e parcamente demarcadas de vários países eram consideradas como a maior fonte de potenciais conflitos e de instabilidade política (Ikome 2012). Isto resultou em debates acalorados sobre revisar ou manter as fronteiras coloniais. No entanto, a OUA/UA optou por manter o caráter sagrado das fronteiras coloniais, a fim de evitar a possibilidade de caos e anarquia derivados de contestações fronteiriças. Apesar desta decisão, conflitos de fronteiras se tornaram uma fonte de instabilidade e de conflito.

Embora os conflitos intraestatais pareçam ter tomado o lugar dos interestatais como a principal fonte de instabilidade no continente desde o final dos anos 1980, as perspectivas de conflitos fronteiriços desestabilizadores são ainda bastante reais, particularmente à luz do contínuo crescimento da população africana, o qual é acompanhado por recursos econômicos e oportunidades escassas e por altos níveis de migração e de mudanças climáticas. Houve, desde as independências, recorrentes invasões, ocupações, problemas com refugiados, incidentes fronteiriços e outros embates internacionais. Por exemplo, a invasão da Tanzânia à Uganda para derrubar o regime de Idi Amim, entre 1978-79; a forçada ocupação marroquina de grandes áreas do Saara Ocidental desde 1976; a prolongada guerra entre a Somália e a Etiópia acerca de uma região disputada; invasões no sul do Zaire em 1977 e, novamente, em 1978, por separatistas, em uma aparente tentativa de tomar o controle político da Província de Shaba, rica em cobre; a Guerra Civil Nigeriana de 1967-70; e contestações entre o Sudão e o Sudão do Sul. Alguns governos têm sérias dificuldades em exercer controle sobre suas jurisdições territoriais em

razão de adversários internos e externos. Tal é o caso da Angola, do Chade, da Somália, da Serra Leoa, da Libéria, da Nigéria e de outros países com rebeldes ou senhores da guerra locais, e insurgentes.

A África nas Organizações Internacionais: a ONU como a Organização Mundial de Maior Universalidade

Independentemente de seus objetivos, de sua localização, de sua quantidade de membros ou de sua distribuição geográfica, as Organizações Internacionais são criadas, sobretudo, como resultado daquilo que podemos descrever como uma ampla complementaridade de interesses entre os membros. Os Estados africanos pertencem a pelo menos uma ou outra organização, como a OUA/UA, a ONU e a Commonwealth, sendo estas essencialmente desenhadas para complementar os esforços estatais na promoção e na consolidação de seus interesses nacionais. Na ausência de um “governo global” para regular o comportamento dos Estados na sua busca por poder, os Estados usam a diplomacia como um instrumento chave, a fim de assegurar uma ordem no sistema internacional que os permitiria promover seus interesses nacionais. Assim, as organizações internacionais fornecem aos Estados africanos a oportunidade de conduzir sua diplomacia multilateralmente e de, por sua vez, promover uma cooperação interestatal, bem como valores e interesses compartilhados.

A ONU, criada em 1945, incorpora, por um lado, os ideais de justiça e de desigualdade. Por outro lado, as políticas de poder encontradas em suas estruturas, particularmente nos poderosos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, frequentemente significam que as grandes potências podem manipular o sistema em seu próprio benefício. A discussão sobre a África no âmbito da ONU consiste, portanto, em uma análise de como o continente procurou se transformar dentro da plataforma da ONU e negociar seus interesses, tendo um plano de fundo político dominado pelas grandes potências e pela busca africana por reconhecimento como um influente ator na política mundial. De acordo com McKay (1963, 1), a ascensão da África foi dramatizada para o mundo inteiro diante do tumulto na décima quinta sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Tal evento assinalou a primeira aparição de diversos líderes africanos, os quais foram recebidos por líderes mundiais e os quais, mais tarde, abordaram as questões de descolonização e o esforço antiapartheid nos debates da ONU. A África desempenhou um importante papel, junto a apoiadores da Ásia, da América Latina e do bloco soviético, no Grupo dos 77 (G77), e junto à China em questões de descolonização, apartheid e na promoção do

desenvolvimento socioeconômico.

Os Estados africanos se engajaram em esforços contra o colonialismo, o apartheid e a discriminação racial sob as plataformas da OUA, da ONU e de demais organismos, até que os vestígios destes maus fossem destruídos, seguidos da concessão de independência à África do Sul e da vitória da democracia no país. Ainda assim, a questão do Saara Ocidental sob o controle do Marrocos continua sendo uma questão problemática, que requer solução a fim de que se possa fechar o capítulo de descolonização no continente. Atualmente, a África proporciona à ONU 55 de seus 194 membros. Contudo, isso não quer dizer que os países africanos estejam sempre unidos. Uma das questões mais complicadas no que diz respeito às relações africanas no âmbito da ONU nos tempos recentes foi a fracassada reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 2004-2005. A falha na reforma da ONU em 2005 tem severas implicações. Um Conselho de Segurança reformado quase certamente daria à África uma maior presença no centro da mesa da diplomacia global, ajudando a assegurar isto com representações fortes e consistentes, de tal forma que o continente poderia buscar contrabalançar os excessos das grandes potências (P5) e assegurar que as preocupações securitárias da África estão sendo consideradas com maior seriedade. Isto é particularmente importante, dado que aproximadamente 60% das deliberações do Conselho dizem respeito ao continente e que, em 2009, aproximadamente 70% dos *peacekeepers* da ONU foram empregados na África.

A África e a Economia Política Global

A posição e o papel da África na economia global devem ser entendidos dentro de um determinado contexto. Desde o século XIX, a economia política africana foi deixada como marginalizada e altamente dependente de atores e forças externas. Estabeleceu-se que a África é bem-dotada em termos de materiais primários e de recursos naturais, ainda assim, a África continua ocupando um lugar frágil na economia global. Do século XVI ao XIX, a África assumiu um papel importante no crescimento e no desenvolvimento da economia mundial, embora apenas como uma fonte de trabalho escravo para plantações e minas organizadas por brancos no Novo Mundo. Durante o século XIX, o continente foi progressivamente transformado em uma fonte adicional de materiais primários industriais para as fábricas europeias, bem como um mercado para os bens produzidos por estas fábricas. Por volta da metade dos anos 1980, até o final dos anos 1990, a marginalização africana foi ampliada. O declínio da África teve dois lados. O primeiro aspecto, primariamente econômico, era o fato de

que a África não era mais vista como importante para os principais atores da economia internacional. Dessa forma, a África não era atraente para investidores, corporações multinacionais e bancos internacionais.

O segundo aspecto da marginalização africana era o fato de que, com o final da Guerra Fria, os países africanos se tornaram menos importantes, tanto política quanto estrategicamente, para as maiores potências mundiais. A África gerou uma declinante parcela do comércio mundial, e as principais *commodities* que ela produzia foram se tornando menos importantes ou estavam sendo produzidas por outros países em desenvolvimento. Os níveis de renda *per capita* e os níveis de crescimento africanos sofreram uma queda após a primeira crise do petróleo, em 1973, enquanto o percentual recebido de assistência oficial para o desenvolvimento em nível mundial cresceu de 17% para, aproximadamente, 38% em 1991 (Callaghy 2016, 40). A marginalização da África se tornou mais óbvia quando sua performance nas áreas de produção agrícola, no nível e na quantidade de investimento foi comparada com aquelas de outros países de baixa renda. Isso se mostrou particularmente verdadeiro no que diz respeito ao Sul da Ásia, o qual teve uma melhor performance que a África no mesmo período. Dado o cenário subsequente, entre os anos 1980 e 1990, a África se tornou mais dependente em relação a atores externos intrusivos. Nos anos 1980, a África tornou-se mais conectada à economia mundial mediante uma extrema dependência externa, principalmente em relação ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial. Essas instituições de financiamento público assumiram um papel-chave determinando e influenciando as políticas econômicas da África. Em 1974, o total da dívida africana correspondia a aproximadamente 14,8 bilhões de dólares, e, em 1992, ela cresceu para 150 bilhões de dólares, totalizando mais de 100% do PIB total (Callaghy 2009, 51). Em 1996, o FMI e o Banco Mundial haviam designado 41 Estados africanos como “Países Pobres Fortemente Endividados” (HIPC). Grande parte da dívida africana foi atribuída às instituições internacionais de financiamento, especialmente ao Banco Mundial e ao FMI, e resultou largamente de empréstimos associados a condições rigorosas.

A carga representada pela dívida externa e a consequente necessidade por câmbio externo tornou os Estados africanos muito dependentes de uma variedade de atores externos, os quais utilizaram sua influência para encorajar uma maior liberalização econômica e lançar condicionalidades de política econômica. A questão é que, após duas décadas de implementação do ocidentalizado “Programa de Ajuste Estrutural”, as economias africanas pioraram. A África não apenas criticou e buscou alternativas para o programa (AAF-SAP 1989), ela também questionou por completo o modelo de desenvolvimento ocidental, ou o chamado Consenso de Washington.

Parte das modificações do Programa de Ajuste Estrutural, baseado em registros escassos, correspondia à introdução da noção de boa governança e democracia. Devido às dramáticas mudanças políticas no mundo, entre 1989-90, e a busca por uma nova política externa para substituir a contenção (*containment*), os Estados Unidos transformaram a governança em uma condicionante política, focando na democracia e na sociedade civil. A nova condicionante, que se vinculava à econômica, criou um dilema para os países africanos, aos quais foram requisitadas reformas e a adoção de sistemas democráticos de governo.

No final dos anos 1990 e no início dos anos 2000, tornou-se claro que, se a África fosse abordar os problemas de pobreza, doenças – incluindo HIV/AIDS –, a infraestrutura em colapso, o retrocesso educacional e outros índices negativos, bem como atingir as Metas de Desenvolvimento do Milênio – agora Metas de Desenvolvimento Sustentável –, deveria haver uma mudança dramática na relação estratégica entre a África e os poderosos atores externos. Isso implicou uma forte campanha pelo perdão das dívidas, apoiada por grupos de advocacia e por ONGs internacionais, a qual parcialmente colaborou para a criação da Iniciativa Multilateral de Perdão da Dívida por parte dos Estados Unidos. Por volta de meados de 2007, o estoque da dívida de aproximadamente 30 países africanos, os quais haviam completado o processo conjunto dos “Países Pobres Fortemente Endividados” e da Iniciativa Multilateral de Perdão da Dívida, reduziu-se em 85%.

A Nigéria foi um dos países que se beneficiaram da campanha de perdão de dívidas. As dívidas interna e externa nigerianas, que consistiam em torno de 25 bilhões de dólares, em 1999, quando o governo Obasanjo assumiu o poder, subiram para 34 bilhões de dólares, no final de 2004. A dívida representou uma pesada carga para a Nigéria, sendo um grande obstáculo também para o desenvolvimento sustentável. O país estava gastando aproximadamente 1 bilhão de dólares anualmente para pagar a dívida, restando à Nigéria menos de 2 bilhões de dólares para cumprir com seus compromissos de desenvolvimento, especialmente na área de provisão de serviços e de infraestrutura para o desenvolvimento humano e o crescimento socioeconômico (Ogwu and Alli 2006, 11). A maior conquista da diplomacia de perdão da dívida do regime Obasanjo foi o acordo de dívida de outubro de 2005, o qual levou à saída da Nigéria do Clube de Paris. Este perdão de dívida oferecido à Nigéria totalizou 18 bilhões de dólares em dívidas, baixando o saldo de aproximadamente 12,4 bilhões de dólares para os credores durante um período de seis meses. Quando comparamos a posição da África no momento das independências e mais de meio século depois deste evento, torna-se possível visualizar que diversas mudanças

vêm ocorrendo no continente.

O continente não é mais descrito como o ‘Continente Obscuro’, uma causa perdida ou um continente sem esperanças. O Banco Mundial, bem como o Chefe do G8, declarou 2005 como sendo o “Ano da África”, como uma parcela de um movimento em direção a uma Década Africana. Isto consistiu no reconhecimento das melhorias da posição africana na política mundial. Comparado aos anos 1980, cuja taxa de crescimento era de 1,8% e cujo crescimento *per capita* era de -1,1%, a década de 90 trouxe 2,4% e 0,2%, respectivamente. Como contraste, os anos de 2000 a 2004 tiveram níveis de crescimento de 4,8% e de 1,6%. As exportações também cresceram de 0,0%, 5,0% e 3,7% para os três períodos, respectivamente. A taxa de crescimento para 2005 era de 5,3%, marcando um agudo aumento desde o crescimento fraco e volátil dos anos 1980 e 1990. Os fluxos de investimento direto estrangeiro também demonstraram uma melhora após 1999 (Callaghy 2009, 59). Dois terços do aumento líquido de 2 bilhões de dólares em investimentos diretos estrangeiros de 2006 ficaram concentrados em cinco países – Nigéria, Sudão, Angola, Guiné Equatorial e África do Sul. A causa de tal atração é o petróleo, o gás e os recursos minerais. Em grande medida, o fluxo extra de investimento vinha da crescente presença de potências econômicas emergentes, como a China e a Índia. O discurso sobre a África na economia global, dessa forma, deixou de ser de um ‘caso perdido’ e passou a tratar da ascensão africana.

Interesses das Grandes Potências nos Assuntos Africanos e as Relações da África com as Potências Emergentes

As principais potências presentes na África antes da Primeira Guerra Mundial, incluindo a Grã-Bretanha, a França, Portugal, a Bélgica, a Alemanha e a Itália, encontravam-se atraídos pelas dotações do continente, incluindo uma vasta lista de matérias-primas, recursos naturais e território. A partilha da África, o colonialismo e o imperialismo, os quais se tornaram elementos das narrativas sobre a África na política mundial, foram, em grande medida, produtos dos interesses das grandes potências. Amplamente falando, três razões principais podem ser associadas aos interesses das grandes potências na África, e estas podem ser categorizadas como político-estratégicas, culturais e econômicas. Enquanto os interesses econômicos foram demonstrados acima, as motivações políticas começaram com as rivalidades entre os Estados europeus pelo domínio no sistema internacional do século XVIII. As grandes potências acreditavam que possessões coloniais lhes conferiam prestígio e status. Ainda hoje, pode-se argumentar

que possessões e riquezas são responsáveis por conferir um grande nível de status àqueles que os possuem. Grandes países ainda competem por influência entre os Estados menores. A disputa entre os Estados Unidos e a antiga União Soviética na época da Guerra Fria devia-se, parcialmente, à busca por liderança e por dominação nos assuntos mundiais. Além da satisfação psicológica de ser uma grande potência, a aquisição de uma colônia também fornecia uma grande reserva de poder humano para ser empregado em tempos de guerra. De acordo com o presidente Woodrow Wilson, “durante a Primeira Guerra Mundial, a guerra para fazer do mundo um lugar seguro para a democracia” aproximadamente 1 milhão de soldados descendentes de africanos lutaram no lado dos Aliados. Na Segunda Guerra Mundial, aproximadamente 2 milhões de africanos – e 1 milhão de afro-americanos – serviram, novamente, no lado daqueles que estavam lutando contra a tirania e a opressão.

As grandes potências, incluindo os EUA, a Grã-Bretanha, a França, a Rússia e a Alemanha continuam a articular seu papel na África em termos de seus interesses estratégicos, os quais incluem o desejo ao acesso a recursos, mercados e rotas para navegação, bem como cálculos militares-estratégicos. Organizações internacionais, incluindo a ONU e suas agências, assim como instituições financeiras internacionais e instituições de governança, serviram para a promoção dos interesses dessas grandes potências, as quais continuaram a influenciar os Estados africanos. Dadas as dinâmicas da política mundial e considerando-se como plano de fundo a globalização, o mundo testemunhou a ascensão de novas potências econômicas, que buscaram engajar a África por motivos estratégicos. Com a entrada dessas potências, a África transformou-se em um terreno de competição entre as grandes potências e as emergentes do Sul, particularmente com a China e a Índia. A crescente competição pelo acesso aos recursos e mercados africanos foi descrita como a nova partilha da África.

O crescente envolvimento da China e da Índia na África recentemente é um dos desenvolvimentos mais importantes na região. Parece contradizer a ideia da marginalização africana nos assuntos mundiais e traz consequências econômicas e políticas significativas. O período desde o final da Guerra Fria, no qual se apontaria os Estados Unidos, a França e o Reino Unido como as únicas potências estrangeiras a terem um interesse substancial na África, mudou. A China e a Índia, assim como outras potências econômicas emergentes, consolidaram-se como atores de crescente influência no continente. A China e a Índia são comumente descritas como os próximos motores do crescimento econômico mundial.

A grande presença desses dois países no continente africano é agora amplamente reconhecida. Embora a presença indiana receba menos

atenção que a chinesa, ela é de importância crescente e substancial. Ao se referirem à reentrada das potências emergentes como a nova partilha da África, alguns analistas falharam em evidenciar quais podem ser as implicações da mesma para a África e para a economia política mundial. É importante ressaltar que a atração da China e da Índia em relação à África se dá em razão de questões comerciais e de investimentos, além de interesse em recursos estratégicos, como petróleo, gás e minerais sólidos (Obi 2010). Ambas potências emergentes se empenharam para um engajamento com a África, e o volume de comércio entre os dois países e o continente africano sofreu um considerável aumento na última década, com o valor de comércio entre a China e a África crescendo em uma média de 24% entre 1995 e 2007. O comércio total agora fica em um patamar de, aproximadamente, 74 bilhões de dólares em 2007 (Naidu 2010). O comércio bilateral entre a Índia e a África, por sua vez, aumentou de 967 milhões para 9,14 bilhões de dólares entre 1991 e 2005 e, durante o período de 1997-2017, as exportações africanas para a Índia dobraram. As atividades chinesas e indianas no continente têm três orientações principais: comércio, ajuda e investimento estrangeiro direto. Elas são inter-relacionadas – o comércio está fortemente relacionado à integração de investimentos africanos, chineses e indianos nas cadeias de valor globais, e, frequentemente, a oferta de ajuda por parte da China e da Índia está escorada no objetivo de busca de mercado.

Uma série de aspectos na arquitetura da economia política global colaborou para o engajamento da China e da Índia com a África. Mais importante, as transformações econômicas, tanto na China quanto na Índia, alargaram a demanda por recursos energéticos e por novos mercados consumidores para seus produtos. A melhoria dos sistemas financeiro e de transporte, das cadeias de suprimento, bem como da tecnologia de informação e comunicação, são outros importantes vetores que possibilitaram a escala do atual engajamento e o aumento no investimento estrangeiro direto de ambos os países, com a Índia investindo aproximadamente 1,8 bilhões de dólares em 2004, e a China, 1,3 bilhões de dólares em 2005 (Naidu 2010). Talvez um fator significativo nos crescentes rastros de investimentos chineses e indianos na África seja o fato de que a maioria dos Estados adotou os Programas de Ajuste Estrutural, com as medidas de austeridade do Banco Mundial e do FMI, as quais criaram as condições de mercado corretas para sua entrada e para o engendramento do mercado. Ademais, cabe ressaltar que ambos os países reconhecem que a África está passando por um período de crescente estabilidade política e de amplo crescimento, uma tendência que vem motivando sua expansão.

A fim de fortalecer e aprofundar suas relações com a África, as potências emergentes lançaram mão de plataformas diplomáticas, nos níveis

bilateral, regional e global. As reuniões do Fórum para Cooperação entre China e África, sediadas em Pequim de 10 a 12 de Outubro de 2000; Adis Abeba, de 15 a 16 de Dezembro de 2003; Pequim, de 3 a 5 de Novembro de 2006; Sharm el-Sheikh, Egito, de 8 a 9 de Novembro de 2009; Pequim, de 19 a 20 de Julho de 2012; Joanesburgo, África do Sul, de 4 a 5 de Dezembro de 2015, representaram as estratégias chinesas para o engajamento africano. Outras estratégias incluem plataformas bilaterais e regionais. O Fórum de 2015 elevou as relações Sino-Africanas de uma “parceria estratégica” para uma “parceria estratégica e de cooperação abrangente”. Durante a cúpula, o presidente chinês, Xi Jinping, foi além de sua tradição de duplicar seu comprometimento financeiro em relação à África, que se dava em cada reunião do Fórum. Desta vez, houve uma triplicação, com a garantia de investimentos totalizando 60 bilhões de dólares. A diferença deste novo comprometimento se baseia no fato de que ele foi amplamente definido como ‘investimento’, incluindo 5 bilhões de dólares para empréstimos a juros zero, 35 bilhões de dólares para empréstimos concessionais e crédito do investidor, e o restante como financiamento comercial. O portfólio diversificado passa uma série de mensagens: de que a China está mais confiante em relação ao futuro econômico da África; de que a China está se tornando mais agressiva em seu ingresso financeiro na África; e de que os ativos chineses na África tendem a crescer. No encontro do Fórum em Joanesburgo, o presidente chinês propôs 10 planos bastante abrangentes para a cooperação Sino-Africana, contemplando quase todos os aspectos de seus laços econômicos. Estes incluem: indústria, agricultura, infraestrutura, meio ambiente, facilitação do comércio, diminuição da pobreza e saúde pública. O plano se enquadra na política reajustada entre China e África desde a posse do presidente Xi. Notadamente, a capacidade de cooperação industrial e a complementaridade estratégica se tornaram duas palavras-chave para a aspiração econômica chinesa na África. Não há dúvidas de que a China tem interesse em transferir suas indústrias intensivas em mão-de-obra para a África. Esta capacidade de cooperação industrial deve ser complementada pelas exportações do excesso de capacidades chinesas, a fim de apoiar projetos africanos de infraestrutura e capacitação através de assistência técnica, treinamento vocacional e programas de bolsas. Isto, evidentemente, não vem de graça, e não se pode eliminar a possibilidade de um fluxo maior de população chinesa para o continente africano. O Fórum para Cooperação entre China e África representa, assim, uma importante plataforma para a China em suas interações com os líderes africanos.

Os indianos também utilizaram a plataforma diplomática em seu esforço para aprofundar relações com a África. Recentemente, a Índia tem reforçado consideravelmente seu envolvimento na margem africana do

Oceano Índico (Ganapathi 2014). Tal mudança de política externa resulta, em parte, do desejo indiano de competir com a crescente influência chinesa na África. Em 2004, a Índia lançou a Abordagem Técnico-Econômica para o Movimento Indo-Africano (Team-9), com oito parceiros colaborativos ricos em recursos energéticos, incluindo Senegal, Mali, Costa do Marfim e Gana, aos quais estendeu linhas de crédito totalizando 500 milhões de dólares (Singh 2007). Esse engajamento está, de fato, estrategicamente alinhado à segurança de recursos indiana e ao objetivo de desenvolver laços estreitos com países ricos em recursos, especialmente na África Ocidental, onde sua presença era negligenciável (Biswas 2016). Seu maior parceiro comercial na região é a Costa do Marfim. De maneira semelhante, a primeira Cúpula Índia-África ocorreu em Nova Délhi em abril de 2008, a segunda em Adis-Abeba em 2011, e a terceira novamente em Nova Délhi, onde “um modelo de amizade de iguais” foi apresentado, buscando diferenciá-lo do “modelo chinês de ‘dinheiro por minerais’” (Singh 2007, 6). O então Primeiro-Ministro indiano, Manmohan Singh, declarou, ao final do encontro de 2008, que “a Índia não está almejando competir com a China vis-à-vis sua influência na África” e que “a Índia não está em uma corrida contra a China”. Em 2013, 16% dos estoques de investimento estrangeiro direto da Índia estavam na África, enquanto o Brasil e a China tinham 9% e 0,8% de seus investimentos estrangeiros diretos no continente, respectivamente (UNECA e CII, 2015). Nas atuais condições da economia política global, a interdependência surgiu como um fenômeno central, que traz uma difusão de poder nas relações internacionais. Nesse sentido, a economia política global pode vir a criar um ambiente mais adequado ao multilateralismo, à emergência de instituições internacionais e à cooperação através da maior socialização dos Estados, das normas, regras e comunicação crescentes.

Relacionando-se isto ao engajamento chinês e indiano na África, e dada a recente característica e ritmo desta onda de engajamento, ambos países estão começando a definir o que são estas normas, regras e formas de comunicação. A ascensão sem precedentes da China e da Índia como forças de mercado emergentes representa uma série de desafios e oportunidades simultaneamente delicadas, complexas e abrangentes para o continente africano. Uma divisão efetiva no mundo em desenvolvimento se torna óbvia quando as características dessas duas grandes economias são observadas em relação a alguns países africanos. A China e a Índia levam adiante seus interesses particulares e jogam o jogo das economias em constituição na mesa de negociação internacional. Isso significa que, em razão de algumas economias africanas serem particularmente sensíveis à enorme competição com estes gigantes, elas, a partir de agora, tenderão a buscar uma posição de barganha mais concertada nas negociações comerciais com o mundo

desenvolvido. A mudança na arquitetura política global de poder, em grande medida levada a cabo pela Índia e pela China, permitiu esta situação e forneceu aos países em desenvolvimento uma maior autonomia para desenhar suas próprias políticas econômicas. Simultaneamente, isto trouxe desafios, demandando uma maior atuação dos tomadores de decisões econômicas africanos, e trouxe clareza acerca das estratégias de resposta africanas.

A África e os Desafios da Globalização

A África vem enfrentando uma série de desafios no que diz respeito ao fenômeno da globalização. O conceito e o processo da globalização são multifacetados e estão sujeitos a percepções variadas. Essencialmente, o conceito veio a se referir a uma gama de variáveis interdependentes. Enquanto a percepção dominante da globalização na Europa Ocidental e na América do Norte é a da existência de vastas oportunidades para o desenvolvimento econômico mundial e de significativas contribuições para a melhoria da condição de vida das pessoas, no Terceiro Mundo, especialmente nos países africanos, a percepção da globalização é de um perigoso processo que aumenta a desigualdade entre os Estados; um processo que aumenta a pobreza e sustenta o “desempoderamento” dos fracos. Mazrui (2001) vê a globalização como um processo tanto histórico quanto sociocultural. Como um conceito histórico e sociocultural, a globalização é, portanto, percebida como um movimento de pessoas, línguas, ideias, culturas e produtos ao redor do mundo. Não há dúvidas de que o conceito da globalização apresenta diversos desafios para a África. Mazrui também aponta que a globalização pode ser vista como um avançado modo de produção capitalista. Seu argumento é que a globalização representa um novo mecanismo material e ideológico mediante o qual as classes capitalistas controlam as economias e as sociedades do mundo. Se a globalização se relaciona a um determinismo tecnológico global, isso significa que a África está operando em um desnível com as economias desenvolvidas do mundo.

O grande desafio da globalização para a África é econômico. É senso comum o fato de que, hoje, a temática e a dialética do capitalismo não mudaram absolutamente. Nesse sentido, a globalização significa, basicamente, uma crescente integração – vertical e horizontal – das formações econômicas e sociais mundiais na economia capitalista mundial. Esse avanço em direção a uma crescente integração econômica global é impulsionado pelas potências econômicas dominantes do Ocidente, para seu próprio benefício. É nesta linha que podemos compreender o argumento de que a globalização fortalece os fortes e enfraquece os fracos. Nessa ordem

econômica globalizada, a África se vê com sérias desvantagens. As economias do continente são individual e coletivamente fracas em comparação com as economias dos Estados Unidos, da União Europeia ou até mesmo das economias emergentes da Ásia. Essa dominação econômica por parte das potências super-econômicas é mantida pela proclamação e pela promoção do livre-comércio, o qual funciona em benefício das economias mais fortes, em detrimento das economias do Terceiro Mundo, especialmente a África. Essa é a ordem econômica neoliberal, que conduziu o processo de globalização desde seus tempos iniciais e que está sendo promovida por instituições internacionais multilaterais, como o Banco Mundial, a OMC e o FMI (Asogwa 2011).

A África se encontra seriamente marginalizada e em desvantagem em um mundo globalizado. Um desafio relacionado ao que foi acima mencionado diz respeito à disseminação de tecnologia e de informações. A tecnologia move a globalização. A economia africana é largamente de substituição de importações e uma economia consumidora, que produz produtos primários e consome produtos finalizados da Europa, da América e da Ásia. A África é tecnologicamente muito dependente das forças externas ao continente. Essa dependência não resulta de uma falta de habilidade, mão-de-obra ou recursos para desenvolver as capacidades africanas, mas deve-se, sobretudo, a situações político-sociais que não permitem que isto aconteça. O resultado disso é que a energia, a inteligência e a criatividade africanas estão sendo empregadas para o desenvolvimento de outras sociedades, que não as da África. Em razão do avanço das informações e da tecnologia de comunicação, a África foi submetida ao consumo de informações e de culturas estrangeiras em detrimentos das suas próprias. Na realidade, os efeitos da globalização na África são enormes.

O Futuro da África nas Relações Internacionais

Continua a haver interesse crescente nos desafios de desenvolvimento da África e nas futuras perspectivas para o continente. A revista *The Economist*, que, em 2000, descreveu o continente como um ‘caso sem esperanças’, em 2011 publicou uma edição sobre *A Ascensão Africa – O continente de esperanças* (*The Economist* 3 de Dezembro, 2011). A narrativa da África na política mundial, hoje, não é apenas sobre o *boom* de *commodities* que se deu de 1997 a 2007 – que compreende grande parte deste comentário positivo –, mas também se refere ao engajamento da África com os novos parceiros emergentes. As relações internacionais da África se expandiram para além de um engajamento com as grandes potências, como os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França, para incluir potências

emergentes, como a China e a Índia, que também auxiliaram a estimular o crescimento econômico. O discurso acerca da ascensão africana é também impulsionado pela vasta quantidade de recursos encontrados no continente. Estes recursos cruciais são vistos pelas potências emergentes como estrategicamente necessários para impulsionar seus próprios crescimento e modernização industrial. Além de recursos naturais, o envolvimento dessas novas potências econômicas na África abrange diversos setores, como infraestrutura, tecnologia de informação e comunicação, agricultura e finanças, com o capital estatal abastecendo aquisições, no caso da China, e intensificando o engajamento do setor privado, no caso da Índia.

Na última década, a África iniciou um novo capítulo, política e economicamente. Conflitos diminuíram em alguns países, como em Moçambique, em Angola e em Ruanda, e surgiram em outros. Há uma renovada onda de democracia, com 30 países conduzindo processos democráticos no período entre meados dos anos 1990 a 2008, enquanto que, nos anos 1980, não havia mais que quatro governos democraticamente eleitos. Golpes de Estado não são tão frequentes quanto eram no período pós-independência, uma vez que a UA condena fortemente mudanças inconstitucionais de governo. De um modo geral, o futuro da África parece melhor que seu passado (Perry 2012). Na frente econômica, por exemplo, o PIB coletivo africano em 2008 é dito como muito similar ao PIB do Brasil ou da Rússia, em 1,6 trilhões de dólares, quase que dobrando os números de uma década atrás. Com um gasto combinado de consumo de aproximadamente 860 bilhões de dólares durante o mesmo período, e projetado para crescer para 2,6 trilhões até 2020, não há dúvidas de que a África segue uma trajetória de progresso. O rápido crescimento do índice de urbanização, embora tenda a gerar mais desafios relacionados à infraestrutura e a aumentar o fardo de instalações insuficientes de saúde, suprimentos de água e infraestrutura rodoviária, é um sinal de futuro dinamismo no continente, especialmente se os níveis de crescimento se mantiverem e se mais fluxos de investimentos se dirigirem ao continente. Apesar destas melhorias na estrutura econômica africana, as condições fundamentais que asseguram crescimento de longo prazo, incluindo uma adequada estrutura de governança e instituições legais, burocráticas e de mercado que funcionem bem, ainda estão ausentes ou são fracas em vários países. Desafios mais recentes, como o terrorismo, a proliferação de armas leves e de baixo calibre, o tráfico de drogas e sequestros, também emergiram.

Há alguns anos, o surto da doença derivada do vírus Ebola, em algumas partes da África, particularmente na Libéria, em Serra Leoa e na Nigéria, revelou os débeis sistemas de saúde destes países. Ainda existem inúmeras restrições para o desenvolvimento da África: a corrupção, questões

relacionadas à fraca governança, um espaço limitado para a sociedade civil, um parco clima para negócios, estrangulamentos de infraestrutura, dependência de uma série de produtos, dependência dos mercados tradicionais, capital humano subdesenvolvido e uma infraestrutura social fraca. Indubitavelmente, a riqueza de recursos africanos pode ser uma bênção para o continente. Relações políticas e econômicas envolvendo recursos e desenvolvimento continuam a evoluir entre diversos países africanos e potências emergentes, como o Brasil, a Índia, a Rússia, a Turquia e a Coreia do Sul. Contudo, as lideranças africanas precisam gerenciar essas parcerias de modo responsável e com o objetivo de promover desenvolvimento para a população africana. Se a África percebesse sua capacidade de barganha, ela poderia melhor alavancar suas relações com as potências antigas e emergentes, como China e Índia, para alcançar muito mais para o seu próprio crescimento e desenvolvimento.

No que diz respeito ao papel da África na ONU, é evidente que o número de países africanos na ONU não se expandiu apenas em número, mas também no que tange a questões que ajudam a unir o mundo. Nas últimas seis décadas, mediante a plataforma da ONU, a África declarou guerra contra o colonialismo, o subdesenvolvimento, abusos de direitos humanos e insegurança, bem como auxiliou, nas palavras de Nkrumah, a trazer a ‘personalidade africana para os assuntos mundiais’. Essencialmente, isto ajudou a humanizar o corpo mundial, marcando uma mudança na política internacional de políticas puramente de poder das grandes potências para uma que se viu forçada a abordar e promover as necessidades socioeconômicas do lado mais pobre do mundo. Não há dúvidas de que a questão da pobreza está no cerne das metas de desenvolvimento sustentável. Ainda assim, os países africanos devem levar em consideração o fato de que não haveria um mundo de opinião moral, nem os meios para expressá-la, se a ONU não existisse. A ONU é um campo de batalha de ideias, uma plataforma para a promoção de interesses políticos, sociais e econômicas das nações do mundo, onde os fortes continuam se promovendo e onde as nações fracas também tem seu direito de fala.

Considerações Finais

Neste artigo, discutimos a África na política mundial e argumentamos que o continente nunca existiu isolado da política mundial, mas esteve inevitavelmente envolvido nas dinâmicas e no fluxo de eventos e de configurações alternantes de poder global. O artigo também apontou que a questão da posição e do papel da África na política mundial foi sujeito a várias interpretações – entre *Afro-pessimistas* e *Afro-otimistas*. Apesar das

diversas interpretações da África na política mundial, a realidade é que os assuntos africanos contribuem para moldar o mundo, e a África, por sua vez, está sendo moldada pelos acontecimentos globais. A África tem um lugar estratégico no mundo (Clark 2013). Ela dispõe de enormes recursos naturais, incluindo petróleo e gás, minerais sólidos e rica terra arável para a produção agrícola, bem como mercados que atraíram as grandes potências que partiram, colonizaram e moldaram a história do continente. Novas potências econômicas se encontram igualmente atraídas pelos vastos recursos e mercados do continente. Assim como o mundo modela os assuntos africanos, seus assuntos também afetam o mundo. A África é também um importante fator na política mundial. Ela é estratégica no mundo – a África está assentada no meio de três das mais importantes rotas de comércio: os oceanos Atlântico e Índico e o mar Mediterrâneo. Seus 55 Estados representam aproximadamente um quarto de todos os votos dentro do sistema da ONU. Ainda assim, a maioria dos Estados africanos exerce pequena influência nas relações mundiais em razão de seus fracos sistemas político e econômico e de suas capacidades militares limitadas. Na busca de soluções Pan-Africanistas para os problemas de liderança e de governança, desafios de desenvolvimento, pobreza, conflitos, terrorismo e muitos outros, a África deve agir unida e buscar engajar a comunidade internacional em seus próprios termos, como um ator de igual importância na política mundial. A relação entre a África e a comunidade internacional deve igualmente passar por uma mudança. As relações entre a África e o resto do mundo devem ser enraizadas nos princípios de igualdade das nações e dos povos, na colaboração mútua para interesses mútuos e no respeito pela habilidade e pelo direito dos africanos para liderar sua própria mudança.

REFERÊNCIAS

- Adebajo, Adekeye. 2010. *The Curse of Berlin, Africa after the Cold War*. Scottsville: University of Kwa-Zulu Natal Press.
- Asogwa, Felix Chinwe. 2011. *Africa and the Challenges of Globalization: A Critical Appraisal of the Relevance of Pan-Africanism*. <http://www.nai.uu.se/ecas-4/panels/21-40/panel-30/Asogwa-Felix-Chinwe-Full-paper.pdf>.
- Biswas, Aparajita. 2016. “India’s Energy Security Issues and Africa Oil”. In *India and Africa: Common Security Challenges for the Next Decade*, edited by Ruchita Beri, 106-121. New Delhi: Institute of Defense Studies and Analysis and Pentagon Press.

- Callaghy, Thomas M. 2016. "Africa and the World Economy: Still Caught Between a Rock and a Hard Place?" In *Africa in World Politics: Reforming Political Order*, edited by John W. Harbeson and Donald Rothchild, 39-71 (Sixth Edition). Boulder: Westview Press.
- Clark, Duncan. 2013. *Africa's Future: Darkness to Destiny- How the Past is Shaping Africa's Economic Evolution*. London: Profile Books.
- Ganapathi, M. 2014. "India-Africa Partnership". In *India and Africa: Enhancing Mutual Engagement*, edited by Ruchita Beri. New Delhi: Institute for Defense and Analyses.
- Ikome, F. Nguendi. 2012. Africa's International Borders as Potential Sources of Conflict and Future Threats to Peace and Security, (Paper No.233). Pretoria: Institute of Security Studies.
- Marx, Karl. 1867. Chapter Thirty-One: Genesis of the Industrial Capitalist. *Das Kapital*: Volume 1,
- Mazrui, Ali. 2001. Pan-Africanism and the Origins of Globalization. Lecture Delivered at Dubois Centre, Ghana.
- McKay, Vernon. 1963. *Africa in World Politics*. New York: Harper and Row.
- Naidu, Sanusha. 2010. India's African Relationship in the Shadow of China?' In *The Rise of China and India in Africa*, edited by Cheru Fantu & Obi Cyril, 34-49. Uppsala: The Nordic Africa Institute.
- Obi, Cyril. 2010. "African Oil in the Security Calculations of China and India". In *The Rise of China and India in Africa*, edited by Cheru Fantu & Obi Cyril, 181-192. Uppsala: The Nordic Africa Institute.
- Ogwu, U.Joy and Alli, Warisu O. 2006. *Debt Relief and Nigeria's Diplomacy*, (eds.). Lagos: Nigerian Institute of International Affairs.
- Perry, Alex. 2012. Africa Rising – It is the World's Next Economic Powerhouse, But Huge Challenges Lie Ahead. *Time Magazine*, December 3, 2012.
- Singh, Sushant K. 2007. India and West Africa: A Burgeoning Relationship. *Chatham House Briefing Paper*, AFP/ASP BP 07/01.
- Taylor, Ian and Williams, Paul. 2004. "Introduction: Understanding Africa's Place in World Politics." In *Africa in World Politics: External Involvement on the Continent*, edited by Ian Taylor and Paul Williams, 1-22. New York: Routledge,
- The Economist, 13 May, 2000
- The Economist, December 3, 2011 Africa Rising, The hopeful continent,
- Thompson, Alex 2010. *An Introduction to Africa Politics*. London: Routledge
- UNECA 1989. *The African Alternative to Structural Adjustment Programme*

for Socio-economic Recovery and Transformation (AAF-SAP). Addis Ababa: UNECA.

UNECA and CII, 2015. *Africa-India: Facts and Figures*. Addis Ababa: United Nations Economic Commission for Africa and Confederation of Indian Industries.

Zartman, I. William. 1995. *Collapsed States: The Disintegration and Restoration of Legitimate Authority*. Boulder: Lynne Rienner.

RESUMO

Os assuntos africanos contribuem para moldar o mundo, e a África, por sua vez, está sendo moldada pelas dinâmicas dos processos e das estruturas internacionais. A posição e o papel da África na política mundial tem sido objeto de várias interpretações, entre *Afro-pessimistas* e *Afro-otimistas*. O objetivo deste artigo é examinar, a partir de uma perspectiva histórica, a África nas relações mundiais, da escravidão ao colonialismo; soberania, Estados africanos e a política mundial; a África e a economia política global; a África e as organizações internacionais, particularmente a ONU; as relações africanas com as potências econômicas tradicionais e emergentes, e o futuro da África na política mundial. Os estudos sobre os assuntos africanos devem levar em consideração a realidade histórica da emergência da África no sistema mundial, sua existência e os elementos de continuidade e de transformação nas relações entre os Estados africanos e o resto do mundo. As relações internacionais da África se expandiram para um engajamento para além das grandes potências, como os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França, para incluir potências emergentes, como a China e a Índia. Dessa maneira, a narrativa sobre a África está gradualmente mudando de um continente sem esperanças para uma ideia de ascensão africana. Dados estes desenvolvimentos, a África deve agir como uma unidade ao abordar seus diversos desafios, devendo buscar engajar a comunidade internacional como ator igualmente importante na política internacional. O artigo recomenda que a relação entre a África e a comunidade internacional deve igualmente passar por uma mudança. Esta relação deve ser enraizada nos princípios de igualdade das nações e dos povos, na colaboração mútua por interesses mútuos e no respeito pela habilidade e pelo direito dos africanos para liderar sua própria mudança.

PALAVRAS-CHAVE

África; União Africana; relações mundiais.

*Recebido em 04 de agosto de 2017.
Aprovado em 20 de dezembro de 2017.*

Traduzido por Rafaela Fioreze

A CPLP COMO MECANISMO DE ATUAÇÃO DO BRASIL NO ATLÂNTICO SUL: A AMPLIAÇÃO DA COOPERAÇÃO, OS DESAFIOS E A POSSIBILIDADE DE LIDERANÇA

Kamilla Raquel Rizzi¹
Isabella Cruzichi da Silva²

Na verdade somos uma nação que deve pensar intercontinentalmente e o Atlântico Sul nos conduz à África, a que tudo nos liga, desde as similitudes da geografia (clima, solos, vegetação), até as forças étnicas, as precedências históricas e os interesses econômicos. O Atlântico Sul nos une a quase toda a África Ocidental e nos sugere uma política de esplanada, intercontinental, que melhore não somente nossas condições de proteção e segurança, mas nossas alianças econômicas e de amizade (Rodrigues 1961, 345-346).

Introdução

Embora o discurso histórico-cultural ainda sirva de referência justificadora para a maior parte da produção acadêmica e técnica sobre o Atlântico Sul, se propõe aqui uma análise mais profunda da realidade sócio-histórica, geopolítica e econômica dos países com os quais o Brasil mantém relações específicas, pela natureza da colonização dos dois lados do Oceano Atlântico, por Portugal.

O sistema mundial, anárquico na origem, configura-se a partir das ações e decisões dos Estados, influenciadas por forças objetivas que atuam nesse sistema – a estrutura, as capacidades e as relações de poder de um determinado período – motivando o caráter e a pauta das relações entre os

¹ Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Santana do Livramento, Brasil. E-mail: kamillarizzi@unipampa.edu.br

² Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Santana do Livramento, Brasil. E-mail: isabellacruzichi@gmail.com

Estados e, por consequência, a própria natureza daquele sistema (Brucan 1977, 12). Ao analisarem-se as continuidades e rupturas históricas em sua totalidade, tem-se a definição do sistema mundial que busca superar a dicotomia entre os fatores internos e externos na explicação de sua dinâmica. O centro (hegemônico) e sua periferia (subordinada) são conceitos de um mesmo sistema mundial. Nessa análise sistêmica, os elementos estão em interdependência, não havendo sentido em considerar elementos independentes, de um lado, e elementos subordinados, de outro. Concorde-se, assim, com Wallerstein (1979) e Krippendorff (1979), que identificam o foco de análise na formação histórica do sistema mundial capitalista, em que:

[...] a **análise científica das relações internacionais deve estar ancorada numa análise econômico-política da sociedade**, que tem o seu ponto de partida e ponto de referência constante nas leis que determinam o processo de produção e reprodução da nossa época, na época histórica da Revolução Capitalista (Krippendorff 1979, 30, **grifo nosso**).

A expansão do sistema capitalista, a partir do mercantilismo europeu (século XVI), inseriu novos polos em sua estrutura. Wallerstein (1979) argumenta que o núcleo – o qual permitiu unidade a esses processos – se refere à divisão do trabalho, que, no sistema capitalista, excede as fronteiras condicionadas pelas estruturas culturais e políticas³. O que interessa para a presente pesquisa é que o sistema-mundo abrange uma economia-mundo capitalista e um conjunto de Estados-Nação em um sistema interestatal multicultural. Assim,

[...] a **unidade de análise apropriada para a compreensão das transformações do mundo moderno é o sistema-mundo** [...], isto é, um sistema complexo, com múltiplas estruturas, mas com uma unidade orgânica determinada pela divisão de trabalho organizada por interesses capitalistas, e histórico, que ocorreu a partir da modernidade do longo século XVI e que passou por vários ciclos e mudanças qualitativas (Arienti & Filomeno 2007, 104, **grifo nosso**).

Uma economia-mundo, nesse sentido, é constituída por uma divisão

3 O mesmo autor (1991) expõe que os sistemas sociais podem ser minissistemas ou sistemas-mundo; os primeiros se referem às economias de tipo tribal, conectadas por relações de reciprocidade, envolvendo uma divisão de trabalho efetiva, uma única entidade política e uma única cultura; já os segundos são definidos como uma unidade territorial, cuja dinâmica de forças internas abrange áreas externas e integra-as ao sistema em expansão – ou seja, sua abrangência espacial, determinada pela base econômica, engloba entidades políticas, comportando múltiplos sistemas culturais.

de trabalho integrada por meio do mercado e não por uma entidade política central, na qual duas ou mais regiões cultural e politicamente diversas são interdependentes economicamente. O moderno sistema-mundo é uma economia-mundo capitalista combinada com múltiplos Estados que, juntos, formam o sistema mundial. Como afirma Vizentini, os sistemas de escala mundial, dotados de continuidade histórica e caráter progressivo somente se estruturaram depois da Revolução Comercial, pois

[...] antes do século XV, as assimetrias não possuíam um caráter sistêmico, devido à inexistência de sistema mundial. Foi a construção do capitalismo que gerou o descompasso entre as nações, dentro de uma perspectiva dialética (Vizentini 2004b, 13).

A divisão internacional do trabalho, resultante da consolidação do sistema capitalista mundial, deu convergência à análise da economia-mundo, limitando-se não apenas ao caráter funcional, mas também com sua dimensão espacial. A interpretação de Wallerstein parte da distribuição desigual do resultado do trabalho entre classes, estendendo-se tal desigualdade para as regiões que participam da produção mundial; há na produção e na distribuição do excedente do sistema-mundo capitalista, desigualdades sociais e regionais que se cruzam⁴.

Logo, esses sistemas mundiais se configuram a partir das ações e decisões dos Estados, influenciadas pelas forças objetivas que atuam nesse sistema (estrutura, capacidades e relações de poder de um determinado período), motivando o caráter e a pauta das relações entre os Estados e, por consequência, a própria natureza do sistema internacional (Brucan 1977, 12). Poder político, pressão da/para interdependência tecnológica, mudança social e autodeterminação dos povos são a base da desigualdade entre esses Estados-Nação; e a desigualdade (política e econômica) é a raiz da política internacional (Brucan 1972; 1978). A disparidade entre os Estados formata o sistema mundial de um determinado período, por meio de uma política de poder⁵, a partir das três formas de relações possíveis entre os Estados: a intimidação/coerção; a cooperação/intercâmbio; ou a integração.

Essa diversidade permeia a configuração do sistema mundial a partir da sua base dual de atores (ou conjunto de atores): no centro, os Estados centrais e, na periferia, os Estados periféricos (classificados em

4 A relação centro-periferia baseia-se numa divisão do trabalho entre as várias regiões da economia-mundo capitalista, em que são desenvolvidas as etapas das cadeias mercantis.

5 Essa política de poder se orienta a partir de seus correspondentes, conforme Brucan (1972, p. 14): equilíbrio de poder, esferas de influência; e do seu método, a regra da força, o domínio do fraco pelo forte, a exploração do pobre e subdesenvolvido pelo rico e desenvolvido.

Grandes, Médios e Pequenos Estados Periféricos). Internacional e nacional são faces integrantes da questão das relações de poder do Estado, no âmbito das Relações Internacionais e da Ciência Política, respectivamente. Sempre relacionados entre si, nacional e internacional terão diferentes graus de interação, conforme a conjuntura histórica e os Estados envolvidos na questão específica. Identificada a necessidade de compreender essa relação, segue-se à análise sobre como se dá esse relacionamento, desde os seus correspondentes, política interna e política externa. Nota-se uma preponderância da política externa sobre a política interna, porém convém frisar que “... não há nenhum ato de política externa que não tenha um aspecto de política interna” (Duroselle 2000, 56). Isso vale tanto para os atos mais importantes dos Estados quanto para as manifestações cotidianas da vida internacional.

Uma noção mais precisa sobre a política interna relaciona-se à atuação do Estado frente à sua população, ao seu território, ao seu governo, com vistas a assegurar a sua soberania e o reconhecimento pelos demais atores. Por sua vez, a política externa é entendida como ação efetiva do interesse nacional traduzida em política estatal (conjunto de decisões políticas e práticas do governo) direcionada para outros Estados, profundamente dependente das forças profundas (fatores geográficos, condições demográficas, forças econômicas e sociais, nacionalismo e política) no âmbito doméstico, buscando a inserção desse Estado no sistema mundial. Para Brucan:

[...] a fronteira real entre a política interna e a externa se reflete nos dois conjuntos de variáveis [...]: aparelho governamental e liderança. É aqui onde reside realmente a soberania nacional, onde se põe à prova a verdade da autonomia. Um Estado-Nação é soberano no mundo [...] se suas decisões se tomam no interior, se não são impostas ou mudadas por um centro de decisões exterior (1972, 28, tradução nossa).

Diante desse referencial, a situação política interna evoca a formulação e execução de uma política externa específica. Adota-se, assim, o conceito empregado por Araújo Castro (1982, 206), segundo o qual a política externa é o conjunto de diretrizes que o país teria historicamente levado a efeito nas suas relações com os outros Estados. Cada conexão possível entre as políticas interna e externa pode ser explicitada, exclusivamente, por meio de uma apreciação dos condicionantes que afetam cada uma das dimensões do poder estatal, num determinado período. Compreende-se que a formulação da política externa é um processo complexo que envolve a relação entre atores e estruturas. Nesse sentido, pode-se identificar alguns condicionantes e constrangimentos no estabelecimento da política externa.

Um dos fatores que influenciam efetivamente, segundo Hill (2003), são os acontecimentos históricos que, em maior ou menor medida, influenciam as decisões tomadas no presente. Existiriam, assim, três tipos de constrangimentos históricos: a) as questões inseridas nas instituições e na cultura do país, que, portanto, são quase impossíveis de serem contrariadas; b) as percepções arraigadas na sociedade, mas que podem ser alteradas por uma ou outra geração; e c) concepções mais recentes, as quais podem ser mudadas facilmente e sem maiores resistências.

De tal modo, em relação à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), considera-se que o fator histórico é objeto essencial na proposição e manutenção do Brasil como um ator importante. A política externa brasileira tem em sua agenda, a projeção no Atlântico Sul como dada histórica e geograficamente, naturalmente se aproximando dos países ribeirinhos, pelo lado sul-americano e pelo lado africano. Pelos aspectos históricos, compreender a relação triangular Portugal-Brasil-África com base no Atlântico Sul é fundamental, pois, como afirma Costa e Silva, não se pode “[...] escrever História do Brasil sem ter uma perspectiva de fora, uma perspectiva portuguesa e uma perspectiva africana” (Costa e Silva 2005, 54). Entender como as forças profundas (fatores geográficos, condições demográficas, forças econômicas e nacionalismo, conforme Renouvin & Duroselle, 1967) se manifestam nos países focalizados nesta análise, a partir das transformações históricas, políticas, econômicas e sociais, mostrou-se fundamental também para analisar os interesses em jogo nas respectivas relações bilaterais e multilaterais. Nas duas margens do Atlântico Sul se estabeleceram (e se mesclaram) padrões históricos e culturais comuns que originaram sociedades convergentes em ideias e interesses, que refletem, necessariamente, nas relações estabelecidas entre esses pares.

O sistema mundial contemporâneo tem-se caracterizado por uma reconfiguração profunda, passando de um conflito intersistêmico (Guerra Fria) à rearticulação do sistema capitalista (pós-Guerra Fria), momento histórico que tem sido marcado por intensa complexificação nas conjunturas internas e externas dos Estados. Mesmo em face dessas diferentes conjunturas entre 1974 e 2016, o teor nacionalista se manteve na ação externa brasileira pontuada na multilateralidade (possibilidade da horizontalidade e diagonalidade, sem negação da verticalidade) e no embate (específico a determinados contextos interno e externo) entre situações: aceitar a primazia da verticalidade (relações Norte-Sul), privilegiar a horizontalidade como forma autônoma de inserção no sistema (nas relações Sul-Sul), ou, ainda, valer-se de um misto das duas posições.

Em complemento, nesse *paper*, partiu-se da premissa de análise da política externa brasileira a partir de suas fragilidades (dependência)

e de suas potencialidades (autonomia) em relação ao sistema mundial. Concorde-se ainda com Lima quando afirma que as orientações da política externa brasileira resultam, simultaneamente, da necessidade de fazer-se frente aos constrangimentos e vulnerabilidades gerados pela participação do país à economia mundial, por um lado, e, por outro, pela “tentativa de aproveitar eventuais espaços de manobra nesse sistema, com o objetivo de redefinir sua inserção” (Soares de Lima 1990, 10).

Em complemento à ação externa brasileira, cabe destacar que os organismos internacionais representam uma associação voluntária entre os países, composta por meio de um tratado, com a previsão de aparelhamento institucional permanente, com personalidade jurídica distinta dos Estados que a constitui e vislumbra alcançar interesses comuns, por meio da cooperação entre seus membros (Seitenfus 2012). Para Dervort (1998) “...a emergência de uma comunidade mundial das nações com um conjunto funcional de diferenciadas instituições para tomada de decisões políticas e o conjunto de princípios legais que definem as suas funções é o mais importante desenvolvimento do século XX” (Devort 1998, 9, tradução nossa). Logo, o sistema mundial pós-Guerra Fria tem se caracterizado, entre outros, por um aumento nesses processos de integração e na busca por maior e mais qualificada cooperação bi, tri e multilateral como pauta das políticas externas dos Estados, sendo a CPLP resultante desse período.

A cooperação complementa a ação externa dos Estados, pois se apresenta como uma forma de criação e estreitamento de laços políticos, econômicos e culturais, além de conferir maior protagonismo internacional (instrumento de influência e credibilidade). De forma especial, a cooperação para o desenvolvimento, modalidade mais característica da CPLP, pressupõe um sistema mundial mais diversificado em termos de princípios, programas e práticas, resultado das diferentes experiências históricas.

Assim, o presente problema de pesquisa consiste em identificar como a CPLP, criada em 1996, insere-se nessa pauta natural da política externa brasileira e que ao longo de 21 anos de existência abarcou mais funções e possibilidades de interação entre seus Estados-membros e outros Estados e organizações. Problematisa-se, ainda, se e como o Brasil tem se consagrado como liderança na instituição desde sua criação. Como questão geradora de pesquisa, compreende-se que essa liderança, embora concorrida com Portugal, tem consolidado o Atlântico Sul como área de atuação prioritária brasileira no século XXI, com momentos de maior ou menor intensidade. Metodologicamente, o artigo se classifica, pelo objetivo, como uma pesquisa descritivo-explicativa, por meio da utilização do método hipotético-dedutivo, a partir de uma abordagem qualitativa. As fontes analisadas foram materiais documentais e bibliografia especializada, teórica

e histórica.

Disputa por influência na constituição da CPLP

A ideia de criação de uma comunidade de países e povos que partilham a Língua Portuguesa – nações irmanadas por uma herança histórica, pelo idioma comum e por uma visão compartilhada do desenvolvimento e da democracia – foi sonhada por muitos ao longo dos tempos. Concretamente, o passo inicial para a criação da CPLP ocorreu em novembro de 1989, na capital do Maranhão, São Luís, quando o Presidente brasileiro José Sarney reuniu os Chefes de Estado e de Governo de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, além do Representante Especial do Presidente de Angola. Nessa ocasião, foi criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), cujos objetivos seriam o de defender e promover o idioma; enriquecer a língua como veículo de cultura, educação, informação e de acesso ao conhecimento científico e tecnológico; desenvolver as relações culturais entre os lusófonos; incentivar a cooperação, pesquisa e intercâmbio nos domínios da língua e da cultura; e difundir o Acordo Ortográfico.

Na década de 1990, a CPLP, a reaproximação com Portugal e a ZoPaCAS foram pontos fundamentais na política externa brasileira para o Atlântico Sul. Em linhas gerais, as palavras do Chanceler Lafer indicam esse caminho multilateral:

O Governo brasileiro tem intensificado os laços com os países africanos, sobretudo nas áreas da cooperação técnica, educacional e da saúde. Os programas de redução ou perdão da dívida africana, tanto no Clube de Paris quanto em nível bilateral, refletem igualmente o esforço do governo em corresponder às expectativas da sociedade brasileira, solidária às dificuldades enfrentadas pelos povos irmãos. A valorização do diálogo interregional, por meio da presença brasileira na Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul, na Comunidade de Países de Língua Portuguesa, demonstra a existência de um amplo universo de interesses comuns (Lafer 2001, 192).

Nesse sentido, a constituição de uma comunidade lusófona foi a principal base dessa ação multilateral brasileira para a África, no imediato sistema pós-Guerra Fria. Essa se deu em contraponto à anglofonia e francofonia, concorrentes e agressivos entre si (Sobral 1998, 380). Brasil e Portugal tem disputado áreas de influência no Atlântico Sul desde a década de 1970, quando ocorreram as independências das colônias africanas de língua portuguesa. O teor das relações Brasil-Portugal, historicamente

constituídas entre a aproximação e a distância, caracterizaram também a forma e as fases de implantação da própria CPLP. A reaproximação brasileira com Portugal, iniciada com a rápida visita do Presidente eleito Tancredo Neves, em 1985, a Lisboa, aprofundou-se com o Presidente Sarney, que, em maio de 1986, esteve na capital portuguesa, além da vinda, em 1987, do Presidente português, Mario Soares, ao Brasil (final de março e início de abril), ampliando-se durante a década de 1990. O Presidente Fernando Collor de Melo visitou Lisboa em fevereiro de 1990, e o Presidente Fernando Henrique Cardoso foi a Portugal em julho de 1995, quando o Chanceler Lampreia assegurou que

[A] reafirmação do traço moderno da ligação entre Portugal e Brasil é o sentido a extrair-se do lançamento da CPLP, juntamente com nossos amigos africanos. É preciso mostrar as relações Brasil-Portugal sob o prisma da modernidade dos dois países, da sua participação ativa nos respectivos entornos regionais, a União Europeia e o MERCOSUL, e no lançamento da CPLP, uma empresa voltada para a projeção política e diplomática dos elos históricos e culturais entre os sete países de língua portuguesa (Lampreia 1996b, 214).

Um aspecto importante na constituição da CPLP refere-se à relação Brasil-Portugal, base das relações intra-CPLP. O teor dessas relações, historicamente constituídas entre a aproximação e a distância, caracterizou também a forma e as fases de implantação da própria CPLP. Nesse sentido, os dois maiores países da CPLP, por motivos iguais, mas em seus respectivos contextos e interesses locais-regionais-internacionais (como a influência política e contatos econômicos baseados na história e cultura em comum) uniram esforços para a concretização da Comunidade. Embora houvesse um ponto de divergência entre Brasília e Lisboa relativo ao formato da criação e logística da CPLP no início da década de 1990 (Rizzi 2014), a Comunidade lusófona foi instituída a partir de um teor cultural, mas com claros tons políticos e econômicos.

O ponto de divergência entre Brasil e Portugal, relativo à CPLP, dizia respeito à forma com que essa cooperação resultante tomaria: Portugal identificava a relação Portugal-Brasil nos PALOP, na “equação $2 + 5 = 7$ ”, como a “ideal”. A documentação diplomática brasileira é rica nesse sentido, pois clarifica o entendimento que o Brasil tinha da parceria multilateral (com a criação do IILP e depois a CPLP), como “equação $7 = 7$ ”, mais “dinâmica e positiva”. O que prevaleceu, no entendimento da presente pesquisa, foi o posicionamento brasileiro, que efetivou a Comunidade lusófona a partir de um teor cultural, mas com claros tons políticos e econômicos (Rizzi 2014).

Criada em 17 de julho de 1996, a Comunidade dos Países de Língua

Portuguesa surgiu como uma organização multilateral que deveria privilegiar a cooperação entre os seus membros, todos eleitos pela língua comum, quais sejam: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e, posteriormente, Timor-Leste⁶. A ideia de se levar a efeito uma aproximação entre países que tivessem afinidades históricas e culturais vem da década de 1960 (e do próprio teor do Tratado de Amizade entre Brasil e Portugal, de 1953). Nos anos 1960, o governo português propôs a constituição de uma “Comunidade Luso-Brasileira”, no intuito de levar o Governo brasileiro a rever algumas das atitudes, que vinham sendo tomadas, nas Nações Unidas, contra o colonialismo daquele país. Ao mesmo tempo, buscava-se reforçar as relações bilaterais, mas, nem o governo militar, muito menos o Itamaraty foram favoráveis a essa ideia.

Embora o argumento essencial da CPLP fosse a revalorização do fenômeno cultural, sua real (e dinâmica) dimensão era política. Além da base nas relações Brasília-Luanda, o Brasil detinha um relativo receio do real teor das relações PALOP-Portugal no cenário pós-Guerra Fria. A Chancelaria brasileira identificava a diminuição de contatos do Brasil com o outro lado do Oceano Atlântico e suspeitava das ações portuguesas no vácuo de poder e influência deixado nos cinco PALOP (mas especialmente nos Pequenos), como fica evidente:

O Governo português – a quem efetivamente interessa retomar sua presença nos PALOP – reconhece ao Brasil papel protagônico, dentro da comunidade lusófona, por suas iniciativas pioneiras de reconhecimento político, por seu envolvimento na cooperação técnica e formação de recursos humanos e por seus investimentos econômicos de vulto, em determinados países da Comunidade.

Por outro lado, o crédito político e a confiabilidade conquistadas pelo governo brasileiro junto aos PALOP não se traduzem numa capacidade econômica crescente e sustentada, que permita aprofundar e alicerçar a presença brasileira nesses países [...]. Assim, como atende ao interesse nacional português associar-se com o Brasil para através de nossa influência política, voltar a ter uma presença em África, também atende ao interesse nacional brasileiro utilizar o conhecimento aprofundado que tem Portugal da região e os recursos [...] que é capaz de mobilizar (Brasemb Praia, OF C nº00122 1990 em Rizzi 2014, 147).

No início da década de 1990, a partir das alteradas situações político-econômicas nos PALOP, Portugal retomou os laços, abrindo caminho para um relacionamento diferenciado entre “Lisboa de um lado, e Praia e São Tomé de outro, esperando que Bissau, Maputo e Luanda, ao trilharem a

6 Em 20 de maio de 2002, com a conquista de sua independência, o Timor-Leste tornou-se o oitavo país membro da Comunidade.

senda democrática, sigam essa nova tendência iniciada por Cabo Verde” (Alvaro 1993 em Rizzi 2014, 148).

Nesse sentido, esse retorno português aos PALOP impulsionou a criação da CPLP, bem como o interesse brasileiro em manter a presença conquistada nos PALOP, anteriormente, também o era. Desde a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), em 1989, o apoio português a essa concretização foi irrestrito, pois o governo de Lisboa identificava as possibilidades que a CPLP efetivaria na sua relação com as antigas colônias, na África e na América do Sul. Esse juízo fica claro nas palavras do embaixador brasileiro em Praia, que vislumbrava a visão portuguesa da CPLP como uma “uma fusão do atual esquema 5 mais 1 (Portugal mais PALOP) e a sua adaptação à entrada do Brasil, no contexto mais amplo da comunidade que abarcaria os sete” (ALVARO, 1993 apud RIZZI, 2014, p. 148). Em outras palavras, constituir a CPLP seria relevante e inevitável. Os rumos que a instituição poderia tomar estavam sob direção brasileira, pois

[A] instituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, tal como concebida, poderá vir a ser um instrumento de ação política valioso, mas devemos avançar com a percepção realista de que no seio da Comunidade poderá instalar-se a mesma rivalidade que hoje se observa na “Francophonie”, onde França e Canadá trocam farpas em disputa pela liderança do movimento, se bem que por razões distintas [...] A França (leia-se na questão em tela Portugal) por ser o berço da língua e da cultura francesas, o Canadá (leia-se na questão em tela o Brasil), país rico e industrializado. Mutatis mutandis, o Brasil exerce atração nos PALOP, por se tratar de um país de origem comum a deles, mas sobretudo por ter conseguido desenvolver-se e ostentar um parque industrial que Portugal não pode sequer pensar em igualar (Alvaro 1993 em Rizzi 2014, 148).

Além dos objetivos relacionados à promoção da defesa da língua portuguesa e das relações culturais entre os Estados-membros, o processo de criação da CPLP passou durante o Governo do Presidente Itamar Franco a abrigar claros objetivos políticos. Para Fernando Henrique Cardoso, a CPLP teria naturalmente uma vocação

[...] de mecanismo de concertação e consulta política, destinado a dar aos nossos países um instrumento adicional para a coordenação de suas posições em torno de temas da agenda internacional, para promover em conjunto seus interesses comuns e para avaliar, de seu próprio ponto de vista e com uma base permanente, a evolução da conjuntura política e econômica internacional (Cardoso 1993b, 221).

Logo, se o ponto inicial da CPLP foi dado em 1989, o passo concreto ocorreu em 1994, quando se reuniram em Brasília, os Ministros das Relações Exteriores e Negócios Estrangeiros dos sete países fundadores da CPLP, por iniciativa do Presidente Itamar. Daí nasceu a recomendação a seus Chefes de Estado da realização de um encontro com o intuito de elaborar o ato constitutivo da Comunidade, além de estabelecer um Grupo de Concertação Permanente (com sede em Lisboa), a ser integrado pelo Diretor-Geral da Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, e pelos Embaixadores dos demais seis países, creditados na capital portuguesa. As atividades desse Grupo referiam-se à preparação do encontro constitutivo da Comunidade. Como resultado das 22 reuniões realizadas pelo Grupo, houve o estabelecimento da Declaração Constitutiva da CPLP e dos Estatutos da Comunidade. O Chanceler Amorim resumiu a essência da CPLP, efetivamente:

Sempre houve, entre nós [os países de língua oficial portuguesa], uma atração mútua e natural, forjada na espontaneidade de nossa gente. Mas agora estamos diante de um fato novo, que compromete nossos Governos a empreenderem ações concretas com vistas à expansão de novos horizontes de cooperação e de concertação política (Amorim 1994, 27).

Em junho de 1995, em Lisboa, Portugal, se definiu o arcabouço político e institucional da CPLP. O Grupo de Ministros de Relações Exteriores e Negócios Estrangeiros passou a ser denominado de Comitê de Concertação Permanente e recomendou também a previsão de abril de 1996 para a realização da Cimeira constitutiva da Comunidade. Em 17 de julho desse mesmo ano, também em Lisboa, os Chefes de Estado e de Governo dos sete países-membros assinaram a declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa⁷. O então Chanceler Fernando Henrique Cardoso declarou em 1993, que a CPLP não seria

[...] movida por sentimentalismos. Sua criação corresponde a uma

⁷ Como órgãos da Comunidade, foram estabelecidos: a Conferência dos Chefes de Estado e Governo (com a previsão de se reunirem uma vez a cada dois anos); o Conselho de Ministros (uma vez por ano); o Comitê de Concertação Permanente (que se reúne ordinariamente, em Lisboa, uma vez por mês); e o Secretariado Executivo (principal órgão executivo da Comunidade, responsável pela implementação das deliberações emanadas dos demais órgãos). Em 2002, na 4^{ta} Conferência de Chefes de Estado e Governo da CPLP, realizada em Brasília, foram constituídas, ainda, a Reunião dos Pontos Focais da Cooperação, e as Reuniões Ministeriais. Como sede da CPLP, foi estabelecida a cidade de Lisboa, Portugal, conforme do Acordo entre o Governo português e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em julho de 1998, e ratificado em março de 1999.

tendência da atual conjuntura internacional com o fim da bipolaridade, que abriu espaço para novas iniciativas de aproximação entre países com afinidades, ora derivadas de interesses econômicos, ora fundamentadas em valores políticos ou culturais. (Cardoso 1993b, 220).

Evidencia-se que os objetivos de ordem político-econômica e, até mesmo, diplomática estiveram lado a lado daqueles de ordem cultural no processo de criação da CPLP. Tal constatação pode ser verificada pela enumeração dos principais objetivos da Comunidade, no Artigo 3º de seus Estatutos (revisados em São Tomé/2001, e Brasília/2002). Nele, encontram-se os pilares da Comunidade:

Art. 3º. [...] a) A **concertação político-diplomática** entre os seus membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos fóruns internacionais;

b) A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;

c) A materialização de projetos de promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (CPLP, 2002, s/p, **grifo nosso**).

O objetivo a) denota que a Comunidade foi constituída numa tentativa de os Estados-membros buscarem uma inserção internacional conjunta, notadamente no que se refere aos demais organismos internacionais, nos quais há uma tendência de serem tratados grandes temas (como meio ambiente, crime organizado, direitos humanos, reforma das Nações Unidas e integração econômica).

Face o reduzido grau de contatos do Brasil com a África no período 1990-2002, a diplomacia brasileira identificou na CPLP a possibilidade de manter parte dessas relações, a partir do argumento da cooperação técnica. Essa percepção de afastamento era visível pela Chancelaria, porém as possibilidades de relançamentos eram, àquela altura, poucas⁸. Mais do que simples iniciativa de cooperação do Brasil para com os PALOP e Portugal, a CPLP deve ser entendida no contexto político em que foi gerida, no final da década de 1980, quando do fim da Guerra Fria e das consequentes mudanças conjunturais provocadas no sistema mundial.

Os desafios da CPLP no século XXI: Relações Brasil-Portugal,

⁸ A iniciativa e a pró-atividade brasileira ficaram evidentes até mesmo para os demais membros da futura Comunidade, como se denota na imprensa portuguesa do período, por exemplo (Portugal 1994, 191).

novos membros e cooperação ampliada

A política externa brasileira, a partir de 2003, entrou em um novo momento de pró-ativismo político, revisitando conceitos e concepções da Política Externa Independente (aplicados à nova conjuntura internacional do século XXI), utilizando-se da cooperação sul-sul como mecanismo político e econômico, aliado à política de defesa nacional. O Atlântico Sul, como área de interesse natural do país retomou fortemente à agenda brasileira, seja pela pauta político-diplomática, seja pela pauta econômico-comercial ou ainda pela pauta de defesa e segurança. Se a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZoPACAS), lançada em 1986, esmoreceu na década de 1990, no início do século XXI passou a ser retomada em sua concepção inicial de manter a região livre de armamentos nucleares, aproximando os países ribeirinhos em torno de temas securitários, geopolíticos e econômicos.

Nesse mesmo ambiente de retomada da relevância da África e do Atlântico Sul para o Brasil, a CPLP também se aprofundou como pauta prioritária de Brasília, servindo como mecanismo de complementação às relações bilaterais. Concorde-se, assim, com Miyamoto (2009), pois a presença do Brasil na Comunidade pode ser compreendida sob dois vieses:

[...] de um lado, no uso da mesma para projetar os interesses brasileiros no exterior, ou seja, uma instrumentalização feita pela política externa brasileira, visando maximizar o uso de todos os recursos possíveis existentes, inclusive para ocupar espaços maiores do que outros países junto às nações que fazem parte da comunidade; por outro lado, pode-se, igualmente inferir que, apesar do “pragmatismo” de sua política externa, o Brasil também pensa em termos de atuação conjunta da CPLP para atender interesses globais que não seriam possíveis de se obter individualmente (Miyamoto 2009, 33).

Assim, dentre os principais desafios da Comunidade no século XXI encontram-se a busca pelo equilíbrio entre Brasil e Portugal na influência dos rumos da organização, a entrada de novos Estados-membros e a ampliação dos temas de cooperação, notadamente pela pauta de defesa e segurança regional.

As relações Brasil-Portugal transitam há quase duzentos anos entre a aproximação e amizade contínua com base nos aspectos sócio-históricos e a distância pontual, com base em concorrência político-econômica no Atlântico Sul. Se a década de 1970 marcou o início da aproximação efetiva do Brasil com os PALOP com suas independências, essas também balizaram o distanciamento português dos mesmos – pelo teor das independências daqueles. Os três principais tratados bilaterais (1825, 1953 e 2000) deixam

clara a primazia dessas relações históricas, com adaptações pontuais às demandas contemporâneas: a) o tratamento privilegiado ao cidadão que viaja ou se fixa no outro país; b) o cultivo da amizade; e c) a autonomia de ações externas (Cervo 2012).

O Tratado bilateral de Amizade, Cooperação e Consulta de 22 de abril de 2000 (conhecido como o Tratado do Milênio) prevê a realização de Cúpulas anuais, reuniões igualmente dos Ministros de Relações Exteriores e Negócios Estrangeiros e estabelece – em substituição à Comissão Ministerial – a Comissão Permanente Luso-Brasileira, com o funcionamento das subcomissões a) sobre reconhecimento de graus e títulos acadêmicos e para questões relativas ao acesso a profissões e ao seu exercício, b) de assuntos econômicos, financeiros e comerciais, c) de educação, cultura, comunicação social, ciência e tecnologia e juventude e desporto; e d) de assuntos consulares.

Para Cervo (2012), as relações contemporâneas Brasil-Portugal se baseiam em dois triângulos: o primeiro Portugal-União Europeia-Brasil, com base na atuação portuguesa integrada à Europa, buscando aproximar o Brasil à América do Sul (prevalência do eixo Brasil-Argentina e da integração regional); o segundo triângulo refere-se a Portugal-Brasil-CPLP, cuja área de atuação remete ao Atlântico Sul. Como visto acima, a criação da CPLP em 1996 foi fruto do esforço dos dois maiores Estados, pois sem seu “envolvimento concreto e conjunto a lusofonia nenhuma alcance teria para os demais membros da Comunidade, para além de parco sentido cultural” (CERVO, 2012, 91-92).

No entanto, passados 21 anos de sua criação, se registrou amplamente um paradoxo na esfera político-diplomática bilateral no âmbito da Comunidade⁹, que se estende à esfera econômica. A disputa pela liderança na CPLP e influência regional (por Portugal, na Europa, pelo Brasil, no Atlântico Sul) se, por um lado, expõe fragilidades da Comunidade, por outro, possibilita avanços pontuais, gerados pelas demandas dos demais Estados menores. Concorde-se com Cervo, pois

O problema consiste, todavia, em acomodar a cooperação conjunta e bilateral em favor dos demais membros da comunidade sem que eventual

9 Um exemplo pontual dessa disputa intraorganização refere-se à recente indicação do secretário-executivo pelos Estados-membros, de forma rotativa, por ordem alfabética crescente, com mandatos de dois anos, renováveis por igual período. Em 2016, Portugal considerava que, pelo Estatuto, lhe caberia agora indicar um nome para o secretariado-executivo, mas alguns países, como Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe e Brasil invocaram a existência de um acordo verbal segundo o qual Lisboa não poderia candidatar-se ao cargo por acolher a sede da organização (São Tomé e Príncipe indicou a nova secretária da CPLP, Maria do Carmo Silveira).

disputa pela liderança corrompa o propósito e comprometa o modo de agir dos dois países mais avançados do grupo (Cervo 2012, 92).

Em 2005, o Conselho de Ministros da CPLP reunido em Luanda, estabeleceu as categorias de Observador Associado e de Observador Consultivo. A criação do estatuto de Observador Associado passou a oferecer a oportunidade para o ingresso de Estados (ou regiões) na Comunidade, por meio de acordo com os Estados-membros¹⁰. Em julho de 2006, a Guiné Equatorial obteve o status de Estado Observador Associado da Comunidade. Seu interesse em integrar-se como Estado-membro da CPLP convergia com sua atual política de aproximação com os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP), principalmente os vizinhos São Tomé e Príncipe e Angola.

No entanto, tal processo de adesão teve um caminho tortuoso, criticado por Portugal e apoiado por Angola e Brasil, levando-se em conta que o país teve que aprofundar o conhecimento do idioma português (adotado em 2007 como terceiro idioma oficial, junto ao Espanhol e o Francês, esse introduzido em 1998), passando a difundi-lo entre sua população, através de programas de ensino e internalização e mesmo de ações culturais, pois a língua *fá d'ambô*, de origem crioula (cuja base lexical portuguesa é parecida com o crioulo são-tomense) é considerada o único legado da presença do idioma português na Guiné Equatorial. O apoio brasileiro à adesão guinéu-equatoriana remete à retomada da política africana do Itamaraty a partir de 2003, com ações pragmáticas e políticas para o continente africano. Como exemplo prático, a expansão da malha diplomática brasileira para a África também mirou a Guiné Equatorial: em 2005, ocorreu a abertura da Embaixada guinéu-equatoriana residente em Brasília e em 2006, o Brasil estabeleceu Embaixada residente em Malabo.

O processo não foi linear e, em 2010, na Cúpula em Luanda, Angola, Brasil, Cabo Verde e São Tomé, que tinham publicamente se comprometido com Teodoro Obiang para o ingresso da Guiné Equatorial, tiveram um embate com a diplomacia portuguesa, contrária à adesão. Em março de 2011, foram definidas as condições para a adesão, entre elas, o fim da pena de morte, a democratização do regime e o ensino do português¹¹.

¹⁰ Dessa maneira, os Estados-candidatos devem partilhar os respectivos princípios norteadores da CPLP, principalmente no que se refere à promoção da democracia, boa governança e respeito dos direitos humanos, buscando ainda, prosseguindo através dos seus programas de governo objetivos idênticos aos da Organização. Já o status de Observador Consultivo se refere à parceria com algumas instituições da Sociedade Civil dos Estados-Membros, no sentido de facilitar as ações de cooperação técnica entre essas (áreas de saúde, educação, cultura, entidades setoriais e outras).

¹¹ Outro ponto refere-se aos questionamentos da comunidade internacional em relação

Durante o processo de adesão da Guiné Equatorial à CPLP, ficou evidente o embate entre os posicionamentos brasileiro (favorável) e português (contrário) e como cada diplomacia utilizou-se de influência com os demais Estados-membros. A maior rejeição quanto à adesão de Malabo sempre foi de Portugal, que exigia que o português fosse uma língua de uso corrente - para além do decreto guinéu-equatoriano de 2007 - e que se eliminasse a pena de morte. Em 2012, na reunião de Maputo, Portugal manteve o veto, mas Brasil, Timor e São Tomé e Príncipe votaram ao lado de Angola. Finalmente, em 23 de julho de 2014, na Cúpula de Díli, a Guiné Equatorial foi admitida como Estado-membro da CPLP, depois de, em fevereiro do mesmo ano, na cidade de Maputo, os ministros dos Negócios Estrangeiros terem recomendado esse passo aos chefes de Estado. Concluía, assim, um processo iniciado uma década antes.

Outras adesões têm povoado a CPLP desde 2005. No XI Conselho de Ministros, em Bissau, em julho de 2006, foi recomendada a atribuição do Estatuto de Observador Associado à República da Ilha Maurícia (e República da Guiné- Equatorial). Em 2008, no XIII Conselho de Ministros, Lisboa, o Senegal foi admitido nesses termos. Em 2010, em Luanda, o XV Conselho de Ministros determinou o “Regulamento dos Observadores Associados”, decidindo que a categoria de Observador Associado é feita pela Conferência de Chefes de Estado e de Governo. Na X Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em julho de 2014, em Díli, foi atribuída a categoria de Observador Associado à Geórgia, à República da Namíbia, República da Turquia e Japão. Na XI Conferência Chefes de Estado e de Governo, ocorrida nos dias 31 de outubro e 1º de novembro de 2016 em Brasília, foi atribuída a categoria de Observador Associado para a Hungria, a República Checa, a República Eslovaca e a República Oriental do Uruguai.

Um aspecto adicional importante é a ampliação dos temas e concepções de cooperação no âmbito da CPLP. Além de figurar no seu Estatuto como um dos três objetivos, essa pode ser considerada a principal diretriz que guia tanto as relações internas – entre os nove Estados-membros

às motivações do governo do Presidente Teodoro Obiang Nguema (no poder desde 1979), em ingressar como membro pleno na Comunidade e na questionável identificação sócio-cultural da sociedade guineense com as demais sociedades lusófonas, além das questões referentes à promoção da democracia no país, base norteadora da Comunidade. Questões de cunho econômico, como o fato de o país ser produtor de petróleo (o maior PIB per capita do continente africano) e outras oportunidades econômicas também devem ser levadas em conta, pois se o principal foco de ação da Comunidade ainda se refere ao campo da cooperação técnica, essa mostra-se também como atrativo para a Guiné Equatorial, seja na área educacional ou social, pois fica claro que interessa ao país a experiência dos países lusófonos: “o programa brasileiro Fome Zero, a formação diplomática portuguesa e as relações comerciais com Angola e São Tomé e Príncipe”, conforme Anatolio Ndong Mba, representante do país nas Nações Unidas.

– como externas – entre a CPLP e os demais atores internacionais. Segundo Bernardino (2008), a organização assume uma postura cada vez mais assertiva e global, com um campo de intervenção muito mais abrangente. Dessa forma, a cooperação representa um instrumento fundamental da Comunidade para o desenvolvimento dos Estados, a consolidação e projeção da mesma como organização internacional (Murargy e Ilharco 2006).

Ao longo dos seus 21 anos de existência, a CPLP ampliou e fortaleceu o domínio da cooperação sob a lógica de trabalho em rede. Nesse sentido, verifica-se uma série de esforços da organização a fim de formar um corpo institucional capaz de identificar as demandas, financiar e gerenciar os projetos multilaterais de cooperação. Esses, ainda que em sua maioria técnicos, não são restritos a tal área, abarcando também vertentes, que exigem um significativo grau de confiança e consolidação das relações entre os Estados membros, como a de segurança e defesa.

O primeiro documento no campo da cooperação, além dos textos fundadores, foi o Acordo Geral de Cooperação dos Países de Língua Oficial Portuguesa assinado na III Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, na cidade de Praia (Cabo Verde), em 1998, que conduziu a implementação de programas e projetos de cooperação conjuntos e, de acordo com Bernardino (2008), serviu como suporte para o desdobramento de ações em meio a um crescimento institucional, levando ao surgimento de demais pilares na organização.

Os Estados membros tinham como princípio estabelecer no âmbito da CPLP diretrizes que regulamentassem as relações de cooperação, de modo a reforçar o intercâmbio existente e o desenvolvimento dos membros por meio de uma cooperação mutuamente vantajosa (CPLP 1998). Nesse sentido, foram criadas importantes estruturas de operacionalização da cooperação multilateral. O Acordo Geral em seu artigo 4º, estabeleceu um Fundo Especial destinado exclusivamente ao financiamento dos projetos de cooperação para o desenvolvimento. E no ano de 1999, os Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores assinaram o Regimento do Fundo Especial CPLP, concluindo a criação de um Fundo Público dotado de personalidade e capacidade jurídica, de autonomia administrativa e financeira, gerenciado pelo Secretário Executivo da CPLP. O capital do Fundo Especial¹² é constituído por contribuições voluntárias dos membros e de demais fontes (organismos internacionais, entidades do setor privado e da sociedade civil em geral), podendo financiar até 80% dos recursos necessários para a implementação dos projetos.

¹² Os recursos destinados ao Fundo Especial se diferem das contribuições obrigatórias fixadas em cotas por países para o funcionamento do Secretariado Executivo.

Em 2002, no âmbito da IV Conferência de Chefes de Estado e Governo da CPLP, em Brasília, foi aprovada a revisão do Estatuto da CPLP (artigo 4, alínea “b”), que ampliou de cinco (econômico, social, cultural, jurídico e técnico-científico) para doze as áreas temáticas de cooperação (educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social). Esse incremento dos domínios de cooperação previsto no Estatuto conferiu um amparo institucional para iniciativas que já estavam sendo desenvolvidas, mas não eram contempladas pelos documentos oficiais. Além disso, a ampliação dos setores de cooperação indica a consolidação e a aprofundamento do intercâmbio entre os Estados membros da CPLP.

Em 1998, na Cúpula de Praia, devido à instabilidade interna da Guiné-Bissau, foi oficializado o apoio da organização ao país e iniciaram-se ações diplomáticas no intuito de contribuir para resolução pacífica do conflito, para isso foi criado o Grupo de Contato, reunindo os Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores a fim de, por meio das vias diplomáticas, encerrar a guerra. A CPLP adotou a diplomacia preventiva para a gestão de crises internas na África, assim nesse sentido, a organização buscou importantes aliados no continente, como a Organização da Unidade Africana (OUA) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), visando uma maior integração e diálogo com as organizações africanas (Bernardinho e Leal 2011). No ano seguinte, a Comunidade compôs a primeira Missão de Observação para acompanhar o referendo sobre a autodeterminação do Timor-Leste. A credibilidade obtida nesta participação alavancou a visibilidade internacional sobre a atuação da CPLP na vertente da “diplomacia para paz” representando um importante marco na matéria de segurança e defesa (Bernardinho e Leal 2011). A Comunidade tem demonstrado vocação crescente para Missões de Observação; em 2004, durante a reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a CPLP foi chamada a se pronunciar a respeito do Relatório Especial do Secretário-Geral sobre a Missão da ONU de Apoio a Timor-Leste. Segundo Bernardino (2008), além de representar um marco para a Comunidade (batismo de fogo na área de defesa e segurança regionais), o fato possibilitou a abertura de diálogos multilaterais da organização a nível global.

Tendo em vista os resultados positivos tanto do Grupo de Contato na Guiné-Bissau, como a Missão de Observação no Timor-Leste, durante a III Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em Maputo (Moçambique), no ano 2000, foi assinada a Declaração Conjunta sobre Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização, o primeiro documento a fazer referência à cooperação na área de segurança e defesa, o

qual traça mecanismos de cooperação e dentre os quais estavam:

Aprofundar a concertação político-diplomática nos domínios da paz, direitos humanos, ajuda ao desenvolvimento, comércio internacional e justiça social; assumir a responsabilidade comum na defesa dos valores e dos objectivos comuns no que concerne ao respeito e à segurança entre as nações (CPLP 2000, s/p).

Nota-se que a cooperação na esfera da segurança, apesar de não fazer parte das principais motivações durante a criação da Comunidade, em virtude das situações de instabilidade e conflito em alguns de seus Estados membros, tornou-se uma área de preocupação emergente passando a ocupar gradualmente a agenda da CPLP. Ao longo dos anos, em meio a avanços e estagnações, foram criados órgãos, reuniões, acordos e projetos especificamente dedicados a cooperação na segurança e defesa.

O Centro de Análise Estratégica para os Assuntos de Defesa da CPLP (CAE/CPLP) foi criado em 1998 na I Reunião dos Ministros de Defesa Nacional dos Países da CPLP¹³, contudo, apenas em 2002 e 2003, respectivamente, que seu Estatuto e Regulamento de Funcionamento foram aprovados durante a V e VI Reunião dos Ministros de Defesa Nacional da CPLP. O CAE/CPLP é constituído pela sede em Maputo, Moçambique, e pelos Núcleos Nacionais localizados em cada Estado membro, dos Ministérios da Defesa¹⁴.

É notório o fortalecimento do diálogo sobre as dinâmicas da segurança e defesa na Comunidade, o exemplo mais expressivo são os Exercícios “FELINO”, que consistem em uma Força Tarefa Conjunta e Combinada (FTCC) entre as Forças Armadas (FFAA) dos nove Estados da CPLP conduzidas em território dos membros, no âmbito das Operações de Paz e Assistência Humanitária. Os Exercícios FELINO 2017, em sua décima sétima edição, ocorreram na Academia Militar das Agulhas Negras

13 A I Reunião dos Ministros de Defesa Nacional dos Países da CPLP foi uma iniciativa de Portugal ocorrendo fora dos quadros institucionais da Comunidade, sendo que o Brasil compareceu apenas como observador, e só partir de 2002, na IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Brasília, que a cooperação na área da Defesa foi incluída ao estatuto da CPLP e as reuniões de Ministros da Defesa, passaram a realizar-se no quadro das outras reuniões ministeriais (Figueiredo 2013).

14 O Centro de Análise é o órgão responsável por promover pesquisas na área da estratégia considerando as necessidades dos países da Comunidade, ele atua desenvolvendo estudos que viabilizem a atualização e aplicação de doutrinas e procedimentos, no domínio da defesa, de interesse comum dos países. O Centro também criou um arquivo, divulgando trabalhos a respeito de suas atividades, outro objetivo importante do CAE/CPLP é habilitar, por meio do conteúdo obtido a partir de suas pesquisas, entre os Estados membros, a tomada de posições concertadas nos diversos fóruns internacionais (ESTATUTO CAE/CPLP 2015).

(AMAN), em Resende/RJ, reunindo militares dos nove Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A Força-Tarefa Conjunta e Combinada (FTCC) tem a participação de representantes das Forças Armadas brasileiras (Marinha, Exército e Força Aérea), além de militares oriundos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Nessa conjuntura, os Exercícios iniciaram no ano 2000, sendo os dois primeiros realizados em Portugal (o primeiro foi organizado por Portugal), no formato Forças no Terreno (FT) tendo como objetivos treinar a atuação conjunta de forças dos países que constituíam a Comunidade. A partir de 2004, deu-se início à rotatividade e, atualmente, os Exercícios são executados com uma periodicidade anual alternando a versão Exercício na Carta (EC) com o de Forças no Terreno (FT)¹⁵ – no ano em que se realiza na modalidade EC, usa-se o cenário a aplicar-se no formato FT do ano seguinte. Segundo normas da CPLP, Brasil, Angola e Portugal sediam os exercícios do tipo FT e as demais nações, as operações em Carta.

A série FELINO foi criada para normatizar a realização de exercícios militares conjuntos e combinados, fomentando a interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados-membros da CPLP, bem como o treino para o uso das mesmas em Operações de Paz e de ajuda humanitária, no quadro da CPLP ou das organizações regionais, sendo, em qualquer um dos casos, sempre sob a égide da Organização das Nações Unidas. Para Bernardino e Leal (2011), os Exercícios FELINO são

[...] uma referência na componente de defesa da Comunidade, sendo apontados como um bom exemplo do crescimento institucional que se tem assistido nesta década de CPLP. Estes nasceram praticamente com a componente de defesa, principalmente quando se pretendeu aproveitar estrategicamente um dos melhores mecanismos de cooperação efetiva entre os países lusófonos, que constitui a Cooperação Técnico-Militar (Bernardino e Leal 2011, 49)

Os Exercícios tem se consolidado em um mecanismo de interoperabilidade e reforço da operacionalidade das Forças Armadas dos Estados-membros (Bernardino e Leal 2011). O Brasil tem consolidado o

15 FELINO 2000 e 2001 - Portugal (FT); FELINO 2002 - Brasil (FT); FELINO 2003 - Moçambique (EC); FELINO 2004 - Angola (FT); FELINO 2005 - Cabo Verde (EC); FELINO 2006 - Brasil (FT); FELINO 2007 - São Tomé e Príncipe (EC); FELINO 2008 - Portugal (FT); FELINO 2009 - Moçambique (EC); FELINO 2010 - Angola (FT). FELINO 2011 - Timor-Leste (EC); FELINO 2012 - Moçambique (EC); FELINO 2013 - Brasil (FT); FELINO 2014 - Timor-Leste (EC); FELINO 2015 - Portugal (FT); FELINO 2016 - Cabo Verde (EC); FELINO 2017 - Brasil (FT).

papel da CPLP em sua política externa e de defesa, especialmente a partir de 2003. A participação e liderança no planejamento e execução dos Exercícios FELINO tem se tornado marca dessa atividade militar, que ocorrem pela terceira vez em território brasileiro no ano de 2017.

Visando estabelecer as diretrizes gerais e formalizar a cooperação na área da segurança, em 2006, durante a “Cúpula da Década”, em Bissau, os países da Comunidade assinaram o Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa. Visando a promoção da cooperação nessa esfera, por meio da sistematização e clarificação das atividades a serem realizadas, criando uma plataforma comum de conhecimentos em matéria de Defesa Militar, contribuindo assim para o desenvolvimento das capacidades internas com a finalidade de fortalecer as Forças Armadas dos Estados da Comunidade. No documento, os seis órgãos¹⁶ do domínio de defesa na CPLP foram determinados e tiveram seu funcionamento definidos. Ademais, em seu artigo 4º o Protocolo identifica “os vetores fundamentais, que se constituem como mecanismos para a afirmação da componente de Defesa da CPLP como instrumento para a manutenção da paz e segurança” (CPLP 2006, 4), reunindo as linhas orientadoras da ação da Comunidade, tais como:

[...] a solidariedade entre os Estados membros, a sensibilização das comunidades nacionais sobre a importância e o papel das Forças Armadas e cada um dos países na defesa da sua nação, a troca de informações estratégicas, diria mais ousadamente, a partilha de informações que visem reforçar a defesa dos nossos países à luz das ameaças e desafios do entorno global, a formação militar, o prosseguimento dos Exercícios Militares FELINO, o desenvolvimento de sinergias para o reforço do controlo e fiscalização dos espaços marítimos de cada um dos nossos países e outros como o fórum de saúde militar, a conferência de marinhas e outras ações que possam reforçar a afirmação da componente de Defesa da Comunidade (Azevedo e Bernardinho 2016, 31).

O Protocolo de 2006, compreendido como um marco simbólico para a organização indicou que a CPLP, após dez anos de sua criação, já era um processo consolidado e que caminhava para a ampliação de seus propósitos (Bernardino e Leal 2011). Contudo, ainda que depois de mais de uma década de sua assinatura o documento não tenha entrado em vigor,

16 Reunião de Ministro da Defesa Nacional ou equiparados dos Estados Membros; Reunião de Chefes do Estado-Maior-General das Forças Armadas ou equiparados dos Estados Membros; Reunião de Diretores de Política de Defesa Nacional ou equiparados dos Estados Membros; Reunião de Diretores dos Serviços de Informação Militares/DSIM ou equiparados dos Estados Membros; Centro de Análise Estratégica; Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa.

uma vez que não foi ratificado por todos os Estados membros¹⁷, esse serviu para fomentar reflexões que levariam os Ministros da Defesa dos Estados Membros da Comunidade recomendarem que o domínio da defesa adotasse um “...mecanismo de cariz orientador e conceptual, capaz de dar sentido às iniciativas e à cooperação multilateral neste sector. Tratava-se de elaborar um novo instrumento estruturante e também otimizador das sinergias da cooperação” (Azevedo e Bernardinho 2016). Esse veio a ser designado de Identidade da CPLP no Domínio da Defesa, foi aprovado em 2015 pelos Ministros da Defesa e ratificado no mesmo ano pelo Conselho de Ministros da CPLP.

Sobre o documento, Azevedo e Bernardino (2016) destacam seu caráter inovador, visto que reúne os conceitos fundamentais que abrangem a geopolítica e o entorno global dos Estados membros, ele também se propõe ser, no aspecto conceitual, a matriz fundamental do domínio da defesa da Comunidade:

No vazio da existência ainda de um conceito estratégico da CPLP, aquele documento chama a atenção para a importância das entidades coletivas, o que as une, o que as agrega, clarifica e orienta, sendo que no caso da Defesa serão os interesses comuns neste sector que potenciam a cooperação em diferentes domínios, maximizando respostas comuns. E este princípio aplica-se obviamente ao universo da cooperação que se pretende para o segmento securitário dos Estados membros no Atlântico Sul. Além disso, identifica a matriz identitária da CPLP com base na Declaração Constitutiva e no atual Estatuto da Comunidade apontando para o seu vértice fundamental, a cooperação estratégica (Azevedo e Bernardinho 2016, 30).

A Identidade da CPLP no Domínio da Defesa, elaborado pelo CAE/CPLP, tem um papel fundamental para o avanço na cooperação nos setores de defesa e segurança na Comunidade, uma vez que preenche um vácuo conceitual dos demais tratados e protocolos que versam sobre esses temas na organização. O documento confere sentido ao que os Estados-membros identificam como dinâmicas de insegurança e segurança, e os valores comuns que eles se dispõem a proteger.

Outro ponto refere-se às especificidades da CPLP no domínio da defesa, em particular a inserção regional dos países membros, ao passo que essa estimula o aperfeiçoamento da cooperação intra-CPLP e projeta a mesma nos contextos regionais, fator que a valoriza como uma organização de dimensão global e globalizadora:

¹⁷ Timor Leste ratificou em 2010, Portugal em 2013 e o Brasil em 2015.

A mais-valia que advém da participação dos diversos Estados-membros da CPLP em organizações internacionais regionais de naturezas distintas, a condição ribeirinha, uma matriz cultural comum e a harmonia e sucesso das ações de cooperação militar, permite delinear uma identidade própria neste domínio, com características únicas (CPLP 2015, 8).

Ao concluir, o documento incita que é indispensável que essa identidade, ali pormenoriza, materialize-se em ações concretas, enquadradas por um protocolo de cooperação ajustado, as quais abarquem as estruturas já criadas, as dinâmicas em curso e as anteriores (Identidade 2015). Essas ações já foram verificadas no ano seguinte (2016) na iniciativa de revisão do Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa de 2006. Esse, cuja revisão estava sendo discutida desde 2013 e foi aprovado em 2016 durante a Reunião dos Ministros da Defesa, na cidade de Dili (Timor-Leste), sofreu fortes influências do texto da Identidade da CPLP no Domínio da Defesa, em particular no que tange a caracterização pontual das ameaças, como fica evidente no seguinte trecho:

Conscientes de que os nossos países enfrentam crescentes desafios e ameaças afetando diretamente a segurança das populações, como o terrorismo, a criminalidade organizada transnacional, principalmente associada ao tráfico de pessoas, de armas e de drogas, a pirataria, os ciberataques, as alterações climáticas, a poluição marítima, a pesca ilegal, entre outras, que prejudicam o desenvolvimento de cada um dos nossos países e reforçam a necessidade de fortalecer e implementar mecanismos eficazes de cooperação no âmbito da CPLP (Protocolo 2006, 2).

As alterações visavam atender a demanda pela criação de novos fóruns e iniciativas, de forma geral destaca-se a adição ao artigo 4º do Protocolo a prestação de apoio às populações em situações de calamidade, desastres naturais ou tecnológicos, bem como, de forma secundária, no combate a outras ameaças e riscos não militares, definido como um mecanismo de resposta conjunta a situações de catástrofes nos países membros. As modificações também incorporaram o Fórum de Saúde Militar da CPLP (FSM) e a Conferência de Marinhas da CPLP (CMCPLP).

Tendo em vista todo o acumulado de iniciativas da CPLP no domínio da cooperação em defesa e segurança, pode-se afirmar que o maior mérito desse trabalho está no âmbito da prevenção de conflitos. A Comunidade vem atuando pontualmente ao nível da diplomacia preventiva por meio dos Grupos de Contato e Missões de Observação, não só com o intuito de acompanhar os conflitos internos em seus Estados Membros, como no caso da Guiné-Bissau, de São Tomé e Príncipe e do Timor Leste, mas também de intervir ativamente, de acordo com suas capacidades, na resolução desses

(Figueiredo 2013)¹⁸.

A prevenção dos conflitos é vital para a estabilidade e desenvolvimento sustentado dos Estados, mas também é um condicionante fundamental para a consolidação da Comunidade, e a CPLP tem se mostrado capaz de desempenhar cabalmente esse tipo de missão, não apenas no seu núcleo central de Estados membros, mas também em outras regiões (Figueiredo 2013). Ao assumir um papel tão significativo a organização se propõe a “contribuir para o desenvolvimento sustentado e para a segurança dos africanos em África, o que implicava o assumir de uma vocação geopolítica e geoestratégica que sempre esteve inconscientemente presente” (Bernardinho e Leal 2011, 31).

Sobre a ampliação da cooperação para o campo da defesa e segurança regional, correlacionam-se as iniciativas da CPLP com as intenções da ZoPACAS em manter o Atlântico Sul uma área livre de armamentos nucleares:

Situados em quatro continentes e membros de diferentes agrupamentos políticos e organizações de defesa, **ossos países encontram sua vocação coletiva na cooperação e na concertação**. Ao gerar consenso em torno de programas e perspectivas comuns, a CPLP será cada vez mais necessária em um mundo multipolar que tem como um de seus traços básicos a convivência de distintas perspectivas políticas. E, ao **avancar sua mensagem de solidariedade no campo da defesa**, a CPLP dará seu contributo para que esta convivência se pautar pelos melhores valores da humanidade (Amorim 2016, 32, **grifo nosso**).

O Atlântico Sul tem retomado seu papel de atração na configuração de forças do sistema mundial no século XXI, especialmente pelas lideranças em suas margens, no lado ocidental, do Brasil e do lado oriental, de Angola. Concorde-se com Pimentel (2000):

¹⁸ Nesse sentido, o exemplo da ação conjunta no processo de tentativas sucessivas de estabilizar a Guiné-Bissau, a partir de 2011, entre CPLP e CEDEAO é interessante. As duas organizações empreenderam uma reforma nas Forças Armadas Bissau-guineenses (auxílio em reforma de estruturas físicas e treinamento do quadro pessoal). Na 92th Reunião Extraordinária do Comitê de Concertação Permanente da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em 2014, foi nomeado como Representante Especial da CPLP na Guiné-Bissau, Carlos Moura, para acompanhar in loco a evolução da situação até à conclusão do processo eleitoral. O grupo chamado P5 (ONU, União Africana, CEDEAO, CPLP, União Europeia) tem observado atentamente a situação bissau-guineense, que não se encaminha para a solução desde 2015. A CEDEAO tem sido a principal organização mediadora da situação, tornando-se protagonista na condução das negociações, em detrimento de uma ação da CPLP observadora, que baseia suas iniciativas em encontros com as partes envolvidas no conflito. Na XIV Reunião Extraordinária do Conselho dos Ministros da CPLP estendeu-se o mandato do Representante Especial da CPLP em Bissau, até 31 de julho de 2016.

A CPLP não é remédio para todos os males. Trata-se de um instrumento político-diplomático, destinado a promover a aproximação entre seus membros e forjar parcerias. Não substitui, mas sim complementa e fortalece a ação bilateral. Os seus objetivos são de longo prazo, suas regras são democráticas, seu espaço aberto à colaboração de outros parceiros, público e privados, intra e extrazona (Pimentel 2000, 19)

Há, no século XXI, uma revisada noção do potencial da Comunidade e da ZoPACAS para a diplomacia brasileira na construção de acordos de âmbito multilateral, mecanismos capazes de reunir grupos de nações em torno de temas específicos ou gerais, buscando favorecer objetivos afins nos fóruns globais. Ademais, tanto a CPLP como a Zona guardam como potencial servir de *locus* de intersecção entre vários processos de integração econômica em curso na região do Atlântico Sul, capazes de implementar o intercâmbio entre MERCOSUL, SADC e CEDEAO.

Considerações finais

Ao trilhar 21 anos de existência, a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) vem crescendo (e amadurecendo) paulatinamente, dentro dos seus objetivos inicialmente pretendidos, atraindo a atenção e o interesse da comunidade internacional, com especial notoriedade no continente africano. Com ações precisas (e sem alarde), de caráter mais técnico-social, cultural e mesmo de observação, a Comunidade vem aprofundando a “presença conjunta” de seus membros no sistema mundial, onde a cooperação é a chave das relações entre os Estados-membros, e desses com o mundo. Não seria de se estranhar se outros Estados se interessassem em participar da CPLP como Estados Observadores Associados, como a Argentina que solicitou o *status* em junho de 2017.

Verificam-se grandes ambições em ampliar e aprofundar o domínio da cooperação entre seus Estados-membros, mas também entre a organização e os demais atores internacionais. A criação de uma plataforma de interesses comuns por meio do empresariado e do investimento no setor privado pode-se tornar um princípio ativo trazendo à Comunidade a ampliação de seus mercados e a proteção de interesses comuns em negociações internacionais. Sob essa perspectiva estão inseridas as relações entre a CPLP e a República Popular da China, por exemplo. O Fórum de Cooperação Econômica China-CPLP, também chamado “Fórum Macau”, criado em 2003 por iniciativa do governo chinês visa ser um mecanismo multilateral de cooperação

intergovernamental objetivando consolidar o intercâmbio econômico e comercial entre a China e os Estados membros¹⁹: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, Timor Leste e São Tomé²⁰. Ao longo das cinco Conferências Ministeriais (2003, 2006, 2010, 2013, 2016) foram aprovados os Planos de Ação para a Cooperação Econômica e Comercial, os quais definiram os propósitos e o conteúdo para a cooperação nas áreas: intergovernamental, comércio, investimento e cooperação empresarial, capacidade produtiva, agricultura, floresta, pesca e pecuária, infraestrutura, energia e recursos naturais, educação e recursos humanos, área financeira, cooperação para o desenvolvimento, turismo, transportes e comunicações, cultura, rádio, cinema e televisão, desporto, saúde, domínio do mar, cooperação entre províncias e municípios (Fórum Macau 2017). Sendo uma nova forma de cooperação transregional, o Fórum Macau atua a partir do estabelecimento de contatos regulares entre os participantes aliado ao uso da atração econômica chinesa para ampliar o espaço de ação dessa no cenário internacional e contribui de forma ativa para o incremento da cooperação comercial entre os membros (Veloso 2015).

A CPLP, ainda, não se configura como um arranjo exclusivo entre Chancelarias, ela se propõe a viabilizar a interação entre as sociedades civis de seus Estados-membros e outros países/organizações, no sentido de aprofundar a cooperação técnica, para fins de desenvolvimento sócio-econômico de suas sociedades. O aprofundamento do interesse dos Estados-membros na CPLP fica evidente na fala de Xanana Gusmão em 2014:

A heterogeneidade da nossa Comunidade, hoje como ontem, faz parte da sua essência primeira. Uma heterogeneidade que não reside apenas nos espaços tão diferentes que nos compõem – da imensidão do Brasil à pequenez tão especial são-tomense – nem tão pouco nas distintas vizinhanças em redor das quais nos fizemos nações, espalhados que estamos em quatro continentes. **Desta heterogeneidade saem afinal os maiores desafios e as maiores oportunidades para o nosso sentido de comunidade.** É essa diferença que multiplica a nossa riqueza e que pode e deve ser capitalizada para benefício da nossa cidadania. Nesse mosaico cultural, económico, geográfico, encontramos igualmente alicerces comuns ou complementares que poderão por sua vez sustentar novas

19 São Tomé e Príncipe só foi inserido em 2017 após reatar as relações diplomáticas com a República Popular da China, anteriormente participava das reuniões como observador. A Guiné Equatorial ainda não foi integrada ao Fórum.

20 O Fórum Macau recebe essa denominação em virtude de seu secretariado permanente se localizar na Região Administrativa de Macau, atuando como instrumento de persuasão para a política externa chinesa, pois trouxe como benefícios para a região a promoção da sua imagem internacionalmente, a ampliação do turismo e a diversificação da economia, incluindo a inserção de novos serviços relacionados à lusofonia, conservando a sua autonomia e a prosperidade da região (Veloso 2015).

pontes de cooperação dentro da nossa Comunidade e com os diferentes pólos regionais em que temos entrada (Gusmão 2014. II, **grifo nosso**)

Para o Brasil, está claro que a CPLP é um mecanismo político vital de atuação no Atlântico Sul, concebido como área de atenção, atuação e interesse natural do país. Analisou-se a política externa brasileira para a CPLP como viés de suas potencialidades (autonomia) em relação ao sistema mundial, no sentido de aprofundar sua inserção nessa área geográfica de influência e projeção natural brasileira. A cooperação tem sido uma tônica da política externa brasileira, especialmente para os países em desenvolvimento e os PALOP, em especial. Logo, ampliar a cooperação no âmbito da CPLP se enquadra naturalmente dentro de um escopo de atuação de Brasília, muito bem solidificado desde 1986, com a criação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que rege essa política, integrando as ações do Itamaraty com os demais ministérios e órgãos públicos brasileiros.

A prioridade do Brasil na CPLP se identifica no espectro da cooperação sul-sul, da posição de liderança regional e da defesa do sistema mundial multipolar, com base nas coalizões ao Sul. O compartilhamento entre os Estados-membros da CPLP de valores como a soberania, a resistência frente às pressões de forças hegemônicas políticas e econômicas externas, além da projeção de uma ordem mais simétrica nos relacionamentos internacionais os une e fortalece a organização (Pereira 2010). Além disso, o Atlântico Sul tem se convertido em prioridade de interesse e ação do Brasil, como fica claro na evolução dos documentos de defesa do país, desde 1996. Essas potencialidades ficam mais evidentes a partir de 2003, com a conjugação de ações de política externa e de defesa nacional. Assim, por exemplo, a Política Nacional de Defesa, de 1996, previa a concepção do “espaço regional brasileiro” extrapolando a massa continental a massa sul-americana, incluindo, também o Atlântico Sul (PND 1996, 5). Nas atualizações da Política Nacional de Defesa (2005, 2012 e 2016) a manutenção do Atlântico Sul como área estratégica para o Brasil é evidente, aprofundando-se inclusive as especificidades de atenção e atuação. Na Estratégia Nacional de Defesa (2012) é remetida claramente a relevância da ação do Ministério da Defesa na ação com a CPLP para “incremento na interação inter-regionais” (END 2012, 37). No Plano Nacional de Defesa, aprofunda-se essa concepção, ao estabelecer-se “como área de interesse prioritário o entorno estratégico brasileiro, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica” (PND 2016, 6).

CPLP e ZoPACAS tendem a se consolidar em mecanismos decisivos de atuação brasileira, de política externa e de defesa. Ao passo que o esforço brasileiro em tornar a região estrategicamente vital (em termos geopolíticos

e econômicos), pela via da cooperação sul-sul, aquele se aprofunda com ações domésticas claramente favoráveis para tal, os demais países da região também compreendem a relevância de ações mais concretas e permanentes, confortando a visão de alguns analistas sobre a noção de “vazio estratégico”. Nesse sentido, se a ZoPACAS tende a configurar-se como instrumento securitário imprescindível para a região, a ampliação da cooperação nas áreas de defesa e segurança da CPLP a colocam como mais um mecanismo que recoloca o Atlântico Sul como área geoestratégica vital no sistema mundial atual, despertando atenção das potências extra-regionais. No caso da CPLP, cabe destacar o interesse português em manter-se próximo de suas ex-colônias africanas, seja pela via cultural, seja pela via político-militar.

Brasil e Portugal, como os dois maiores Estados-membros e com maior influência e interesses na Comunidade, embora com momentos de concorrência na liderança e desacordos pontuais, compreendem a relevância da organização para a concertação entre seus Estados-membros e para região do Atlântico Sul, pois,

[...] esta instrumentalização geopolítica e geoestratégica da singularidade histórica, cultural e linguística que marca o relacionamento luso-brasileiro possui duas consequências: (i) o fim da chamada “teoria da porta”, segundo a qual a importância de Portugal no âmbito do relacionamento luso-brasileiro prende-se com seu papel de elo de ligação com outros centros políticoeconômicos dos quais está próximo. (Lopes 2000; Leal 2000); e (ii) o reforço da maritimidade de Portugal como contraponto à sua localização periférica no continente europeu (Bessa 2000; Bessa 2004; Carvalho 2004; Moreira 2004). (Barbosa 2008, 13)

Essa ampliação da cooperação fica evidente, também, quando na XII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa ocorrida em julho de 2017, em Brasília, finalizou-se a discussão sobre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em seus países. Na XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade, em Brasília, nos dias 31 de outubro e 1 de novembro de 2016, aprovou-se a Declaração sobre a Nova Visão Estratégica da CPLP (2016-2026), documento que sistematiza as prioridades a guiarem a ação da Comunidade na próxima década, demonstrando o vigor da organização e seu amadurecimento, especialmente na cooperação ampliada e na incitação de maior proximidade entre as sociedades civis dos Estados-membros e dos Estados Observadores Associados.

A CPLP, cuja criação remonta à iniciativa brasileira, depende da liderança de Brasília para vencer os desafios do século XXI e consolidar-se como mecanismo essencial de cooperação e concertação político-diplomático

e defesa regional. Transformar os vínculos históricos baseados no Atlântico Sul numa alavanca para o desenvolvimento dos Estados membros é o desafio da Comunidade, passando da concertação político-diplomática à cooperação ampliada, notoriamente na área de defesa e segurança regional.

REFERÊNCIAS

- Amorim, Celso. 2010a. “Brazilian foreign policy under President Lula (2003-2010): an overview”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 53 (special edition), p. 214-240.
- Amorim, Celso. 2016. *A grande estratégia do Brasil: discursos, artigos e entrevistas da gestão no Ministério da Defesa (2011-2014)*. Brasília : FUN-AG; [São Paulo] : Unesp.
- Azevedo, Francisco Duarte and Bernardino, Luís Manuel Brás. 2016. “Uma Nova Visão Geoestratégica Na Comunidade De Países De Língua Portuguesa. A Identidade Da CPLP No Domínio Da Defesa”. *Proelium*, Lisboa, v. 7, n. 10, p.21-42, jun. https://cplp.defesa.pt/CAE/03_F.Azevedo_L.Bernardino.pdf?Mobile=1&Source;=/_layouts/mobile/view.aspx?List=d095b375-4908-4aef-8c9f-a3b3859f7b6f&View=520f9f31-bb44-4a0c-aafd-de84f793bb57&CurrentPage=1. Acesso em: 24 jul. 2017.
- Bernardino, Luís and Leal, José Santos. 2011. *A Arquitetura de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1996-2011)*. Lisboa: Europress, 2011. 198 p. (Cadernos do Instituto Nacional de Defesa). http://www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/idncaderno_6.pdf. Acesso em: 23 jul. 2017.
- Bernardino, Tenente-coronel Luís Manuel Brás. 2008. “A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Uma Década de Segurança e Defesa”. *Revista Militar*, Lisboa, n. 2472, p.1-27, jan. <<https://www.revista-militar.pt/artigo/260>>. Acesso em: 24 jul. de 2017.
- BRASEMB Praia. 1992. [of C nº 0031-00112]. 02/04/1992. “Praia [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 04 p. Brasil e Portugal nos PALOP”.
- Bueno, Clodoaldo & Cervo, Amado Luiz. 2008. *História da política exterior do Brasil*. 3ª Ed. Brasília: Ed. Da UnB.
- Cervo, Amado Luiz. 2012. *A parceria inconclusa: as relações entre Brasil e Portugal*. Belo Horizonte: Fino Traço.
- Comunidade Dos Países De Língua Oficial Portuguesa (CPLP). Disponível em: <http://www.cplp.org/id-2752.aspx>Acesso em: 20 ago. 2016.
- Costa e Silva, Alberto da. 2005. “Sem a África, o Brasil não existiria: entre-

- vista". *Revista de História*, Rio de Janeiro, 1:1, p. 52-57.
- CPLP. 1998. Acordo Geral de Cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. <https://www.cplp.org/Admin/Public/Download.aspx?file=Files%2FFiler%2Fcplp%2FAcordos%2FAcordo_Geral_de_Cooperacao_CPLP.pdf>. Acesso em: 24 de jul. de 2017.
- CPLP. 2002. Declaração sobre “Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização”. <https://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=%2FFiles%2FFiler%2Fcplp%2FCCEG%2FIII_CCEG%2FDECLARA%EF%BF%BD%EF%BF%BDO-SOBRECOOPMaputo2000.pdf>. Acesso em: 28 de jul. de 2017.
- CPLP. 2015a. Estatuto do Centro de Análise Estratégica da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CAE/CPLP). <https://cplp.defesa.pt/Normativos/20150526_ESTATUTO%2ODO%2OCAE.pdf>. Acesso em: 28 de jul. de 2017.
- CPLP. 2015b. Identidade da CPLP no Domínio da Defesa. <https://cplp.defesa.pt/Normativos/20150526_IDENTIDADE%2ODA%2OCPLP%2ONONODOMINIO%2ODA%2ODEFESA.pdf> Acesso em: 31 de jul. de 2017.
- CPLP. 2012. Normas para a Realização de Exercícios Militares da CPLP. <https://cplp.defesa.pt/Normativos/Normas_ExerciciosMilitares_CPLP.pdf> Acesso em: 24 de jul. de 2017.
- CPLP. 2006. Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa. <https://cplp.defesa.pt/Normativos/20060915_Protocolo%2oCooperacao%2oCPLP%2oDominio%2oDefesa.pdf> Acesso em: 31 de jul. 2017.
- CPLP. 2016. Protocolo que Altera o Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa. <[https://cplp.defesa.pt/Normativos/20160520_Revisao%2odo%2oProtocolo%2ode%2oCooperacao%2oda%2oCPLP%2ono%2oDominio%2oda%2oDefesa%2o\(pendente\).docx](https://cplp.defesa.pt/Normativos/20160520_Revisao%2odo%2oProtocolo%2ode%2oCooperacao%2oda%2oCPLP%2ono%2oDominio%2oda%2oDefesa%2o(pendente).docx)> Acesso em: 31 de jul. 2017.
- Dervort, Thomas R. van. 1998. *International Law and Organization – an introduction*. London: Sage Publications.
- Figueiredo, Haletta Joaquina Miguel de. *A importância da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa na política externa angolana (2002-2012)*. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa. <<http://repositorio.ulusiada.pt/>

- bitstream/11067/2374/1/mri_haletta_figueiredo_dissertacao.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2017.
- Gusmão, Kay Rala Xanana. 2014. *A nova etapa da CPLP. 18 anos CPLP: os desafios do futuro*. Lisboa: CPLP, p. 11.
- Iglesias Puente, Carlos Alfonso. 2010. *A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD, no período 1995/2005*. Brasília: FUNAG.
- Lafer, Celso. 2007. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira*. São Paulo: Perspectiva.
- Lampreia, Luiz Felipe. 1996. “Brasil e Portugal na Comunidade. Jornal do Brasil, 17 de julho de 1996”. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, 23: 79, p. 214-215.
- . 1993. “Quarenta anos de amizade. O Globo, 21 de novembro de 1993”. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, 73, jun-dez/ p. 179-181.
- Lima, Maria Regina Soares de & Hirst, Monica (orgs). 2009. *Brasil, Índia e África do Sul: desafios e oportunidades para novas parcerias*. São Paulo: Paz e Terra.
- Ministério da Defesa. 2016. *Plano Nacional de Defesa (PND)*. <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf> Acesso em 31 jul. 2017.
- Murargy, Murade and Ilharco, António. 2006. 18 anos de CPLP: *Desafios para o Futuro*. Lisboa: Sersilitor160 p. <https://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=/Files/Filer/cplp/Desafios_Futuro_Final.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2017.
- Pimentel, José Vicente de Sá. 2000. “Relações entre o Brasil e a África subsaariana.” *Revista Brasileira de Política Internacional*, 43 (1), p. 5-23. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v43n1/v43n1a01.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2017.
- Presidência da República do Brasil. 1996. *Política de Defesa Nacional*. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/politica-de-defesa-nacional-1996.pdf> Acesso em: 19 ago. 2017.
- Renouvin, Pierre & Duroselle, Jean-Baptiste. 1967. *Introdução à história das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Rizzi, Kamilla Raquel. 2014. *O Grande Brasil e os Pequenos PALOP: a política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe*. Porto Alegre: Leitura XXI/CEBRAFRICA.
- Rodrigues, José Honório. 1961. *Brasil e África: outro horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Soares de Lima, Maria Regina. 1990. "A economia política da política externa brasileira: uma proposta de análise.", *Contexto Internacional*, 12: p. 7-27, Jan./Dec.
- Veloso, Isabel. 2015. "O Fórum Macau e a CPLP nas Estratégias de Cooperação Sul-Sul da China e do Brasil na África". *Perspectivas*, São Paulo, v. 45, p.41-62, jun. <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/7265/6006>>. Acesso em: 31 jul. 2017.
- Visentini, Paulo G. F. 2004. *O descompasso entre as nações*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- _____. 2010. *África na política internacional*. Curitiba: Juruá.
- _____. 2016. Migon, Eduardo Glaser; and Pereira, Analúcia Danilevicz (org). *A (in)segurança da África e sua importância para a defesa do Brasil*. Porto Alegre: NERINT-UFRGS/LED/ECEME.

RESUMO

Em seus 21 anos de existência, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) tem evoluído progressivamente de foro multilateral de concertação sócio-político-diplomática para um mecanismo geoestratégico focado no Atlântico Sul, ampliando sua atuação para outras áreas, como segurança e defesa regionais. Nesse sentido, o *paper* analisa esse amadurecimento do status da CPLP, abarcando mais funções e possibilidades de interação entre seus membros e outros Estados e organizações, problematizando como o Brasil tem se consagrado como liderança na instituição desde sua criação. São elencados os desafios atuais da Comunidade, como a disputa pela liderança entre Brasil e Portugal, a ampliação da cooperação e a entrada de novos Estados membros. Como questão geradora de pesquisa, compreende-se que essa liderança, embora concorrida com Portugal, tem consolidado o Atlântico Sul como área de atuação prioritária brasileira no século XXI. Metodologicamente, a pesquisa classifica-se, pelo objetivo, como descritivo-explicativa, por meio do método hipotético-dedutivo, a partir de uma abordagem qualitativa, analisando-se fontes primárias e secundárias.

PALAVRAS-CHAVE

CPLP; política externa brasileira; Atlântico Sul.

Recebido em 22 de dezembro de 2017.

Aprovado em 12 de janeiro de 2018.

OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA MOÇAMBIQUE NA EXPANSÃO INDIANA EM ÁFRICA

Hetalben Harichai Patel¹

Introdução

Desde o final da guerra fria as relações internacionais foram marcadas pelo aparecimento de novos atores chamados de emergentes que têm ameaçado o poder e as relações tradicionais dos países Ocidentais em África. Um desses países é a Índia que desde o final das década de 1990 tem apresentado índice de crescimento altos e contínuos levando este a estreitar seus laços e criação de novas parcerias.

Os laços com os países Africanos mais concretamente Moçambique já vem antes da chegada dos Europeus através do comércio que era realizado pelo mar. As relações foram se cristalizando mais durante o período da guerra fria com o apoio da Índia ao movimento de libertação nacional e estabelecimento de missão diplomática na capital. Com o crescimento econômico da Índia os acordos bilaterais começam a ganhar mais forma com o incremento do índice das relações comerciais bem como de investimentos. Atualmente a Índia encontra-se entre os cinco principais parceiros econômicos de Moçambique.

O presente artigo está organizado em três partes principais onde a primeira parte descreve as relações econômicas entre a Índia e Moçambique nos últimos cinco anos tendo em conta as relações comerciais bilaterais e de investimento no sector energético e privado. Para além do comércio e de investimento, a primeira parte do trabalho apresenta também dados sobre as linhas de crédito aberta pela Índia e sua alocação em diferentes projetos em Moçambique e, os donativos feitos pelo governo indiano.

A segunda parte do trabalho analisa as oportunidades que a aproximação da Índia representa para Moçambique em diferentes áreas

¹ Departamento de Relações Internacionais, Instituto Superior de Relações Internacionais, Maputo, Moçambique. E-mail: bena.patel84@gmail.com

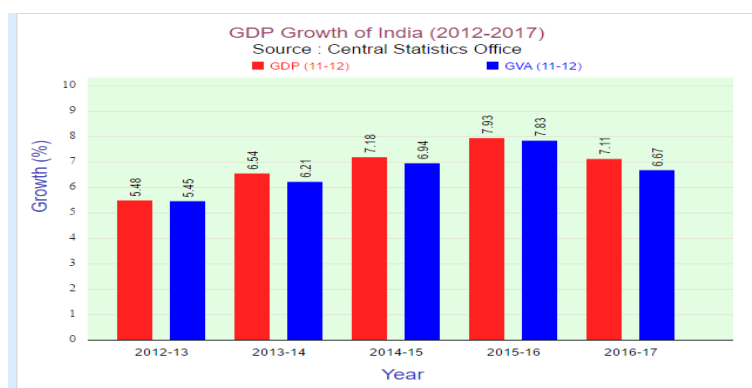
pois, o crescimento econômico da Índia e seu interesse pelos recursos e localização Moçambicana permitem o florescimento da cooperação e o desenvolvimento de áreas estratégicas de Moçambique como o sector de infra-estruturas, saúde e educação. Porém, as oportunidades somente podem ser plenamente usufruídas quando os estados se encontram devidamente preparados com políticas estratégicas e instituições especializadas sobre a Índia. Assim sendo, a terceira parte do trabalho apresenta os principais desafios que esta oportunidade pode representar ao estado Moçambicano.

Com a realização do presente artigo espera-se responder a seguinte questão: quais são as oportunidades e desafios para Moçambique da Expansão Indiana para a África.

Relações Econômicas entre Índia e Moçambique

A Índia emergiu no séc. XXI como um actor económico global importante bem como actor político e considerado como um parceiro estratégico para vários países Africanos. A relação entre Índia e África é considerada como secular baseada em trocas comerciais. As relações políticas foram se fortificando no séc. XX como podemos observar através da liderança da Índia no Movimento dos Países Não Alinhados e seu apoio nos movimentos de libertação nacional em África. Moçambique também recebeu o apoio da Índia na sua luta de libertação e após a sua independência, a Índia foi um dos primeiros países a abrir a sua representação oficial em Moçambique².

Gráfico 1: Crescimento do PIB Indiano



Fonte: <http://statisticstimes.com/economy/gdp-growth-of-india.php>

² http://mea.gov.in/Portal/ForeignRelation/India-Mozambique_Relations.pdf

Desde o fim da segunda guerra mundial a economia global tem crescido acompanhado pela mudança nos padrões de comércio, que por sua vez reflecte nas mudanças da estrutura da economia global. Estas mudanças incluem o surgimento de blocos regionais de comércio, “desindustrialização” em várias economias avançadas, a crescente participação dos países da Europa do Leste e a emergência da Índia e China (Bussiére, 2008). Os países recentemente industrializados como Índia têm aumentado dramaticamente sua quota no comércio mundial e a sua quota de exportações de produtos manufacturados. De salientar que os investimentos também têm aumentando ao longo dos últimos anos. Por sua vez, Moçambique desde a assinatura do acordo geral de paz em 1992, assinado entre o governo e a RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique), apresenta uma estabilidade político-económica o que permite o avanço da economia em diferentes sectores e cooperação económica com outros parceiros como a Índia.

As relações de cooperação entre Moçambique e Índia tem sido crescente ao longo dos anos, onde nos primórdios apenas tínhamos uma cooperação diplomática e, actualmente evidencia-se mais a cooperação económica e, com maior destaque para os investimentos no sector energético, (MINEC³ 2007, 3-4). A cooperação Sul-Sul grandemente promovida pela Índia pode também aqui ser mencionada através de projectos económicos e sociais que são financiados pela mesma em vários estados dos países em desenvolvimento como Moçambique. Podemos aqui referir o papel activo que a Índia tem tido na promoção da cooperação Sul-Sul e transferência de tecnologia para Moçambique, a título de exemplo temos as formações de Moçambicanos⁴ pelo ITEC/SCAAP (*Indian Technical and Economic Cooperation Special Commonwealth Assistance for Africa Program*) e a construção de parque tecnológico de Maluana em Marracuene demonstram os resultados desta parceria para o desenvolvimento⁵.

Contudo, actualmente as sinergias entre Índia e Moçambique são fomentadas pela mudança interna de factores político-económicos destes dois actores que por sua vez levaram ao aprofundamento das suas relações nas últimas duas décadas. Para além da cooperação política que se traduz na troca de visita oficial e assinatura de acordos em diversas áreas estratégicas para ambos países, a pareceria económica com a Índia tem-se demonstrado cada vez importante para Moçambique. A título de exemplo, o sector do comércio e de investimentos, Moçambique segue na liderança com Maurícias em África como sendo uma dos países que mais recebe

3 Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (2007).

4 Actualmente a Índia é o país que mais bolsas de estudo oferece a Moçambique

5 http://mea.gov.in/Portal/ForeignRelation/India-Mozambique_Relations.pdf

investimento da Índia, (CPI, 2015). O investimento indiano através das linhas de crédito tem ajudando a fomentar as pequenas e médias empresas, criação de novos postos de trabalho e aprendizagem profissional para os habitantes nos distritos.

De acordo com a IndiaTimes⁶, em 2025 a Índia terá o 5º maior mercado consumidor do mundo. Assim, podemos observar que para além de um parceiro estratégico de investimento, a Índia poderá ser uma oportunidade de incrementar as exportações Moçambicanas para o mercado

Asiático. Moçambique também é um actor estratégico para a Índia em vários sentidos: fonte de recursos energéticos como carvão e gás natural, acesso ao oceano Indico com portos e corredores para mercado da SADC e parceiro nas questões multilaterais.

A tendência de expansão dos interesses da Índia para *África através do India Africa Forum Summit*⁷ pode representar para Moçambique a oportunidade de ter um novo parceiro estratégico para investimento e a conquista de novo espaço comercial (Ásia) para a exportação dos seus produtos bem como para contrabalançar a presença de outros parceiros como países Ocidentais e a China. Neste caso, tornar-se-á também um desafio para Moçambique estar preparado para cooperar estrategicamente com a Índia com vista a contribuir no seu desenvolvimento.

Na tentativa de diversificar as fontes de recursos energéticos, a Índia assinou no ano passado (2016) um memorando de entendimento para a cooperação no sector do petróleo e do gás e produção e comercialização do feijão bóer. O memorando prevê uma colaboração mais estreita entre os centros de investigação dos dois países, reforço da capacitação, formação e intensificação da transferência de tecnologia⁸.

Para além do sector económico, o sector de segurança também tem sido privilegiado na cooperação bilateral. A marinha naval da Índia tem assistido Moçambique na monitoria e proteção da sua costa desde 2003 através do envio de navios militares durante a realização de diversas conferências⁹. Os interesses da Índia no que tange ao Oceano Indico sobre a pirataria marítima e reduzir o avanço “Chinês” fornecem maior bagagem para cooperação que tem sido realizada entre estes dois países.

De acordo com *World Economic Founm* (2017) a Índia é actualmente

6 http://articles.economictimes.indiatimes.com/2007-05-04/news/28422084_1_power-parity-middle-consumption

7 O primeiro Fórum foi realizado em 2008 tendo-se realizado outros em 2011 e 2015.

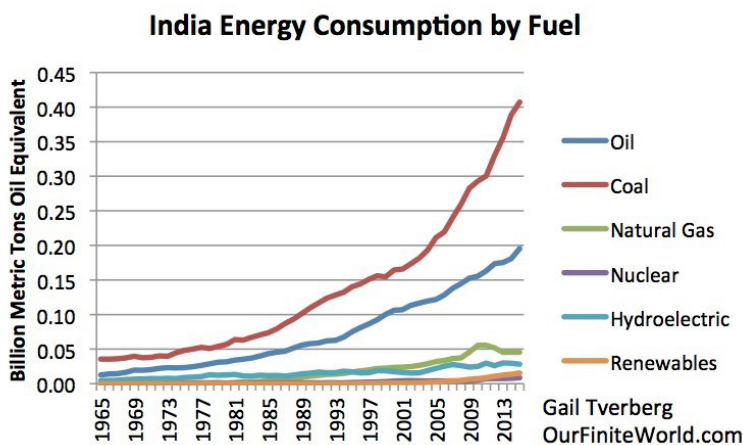
8 <https://portugaldigital.com.br/mocambique-assina-acordo-de-cooperacao-com-a-india-na-area-de-petroleos-e-gas/>

9 Ibid.

uma das dez maiores economias do mundo apesar de ser uma economia em desenvolvimento¹⁰. O crescimento económico que acompanha a economia Índia cria na mesma a necessidade de novos mercados com vista a exportação de seus produtos bem como espaço de investimento uma vez que seu mercado já apresenta sinais de saturação; e matéria-prima para alimentar as suas indústrias. Para além da necessidade de recursos energéticos, a Índia actualmente tem uma demanda interna muito elevada de lentilhas (*pulses*) com cerca de sete milhões de toneladas¹¹.

O consumo de recursos energéticos na Índia tem aumentado exponencialmente como se pode observar na figura 1 abaixo em que o carvão se encontra no topo das necessidades seguido de petróleo e gás natural. Apesar de possuir reservas de carvão e gás natural no seu território a Índia continua a importar estes recursos e para tal tem lançado diversas estratégias para cooperar com outros países não convencionais de cooperação, como os países africanos. Porém, a competição internacional está cada vez mais acirrada no que toca a procura de mercados e matéria-prima com a presença de outros países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) que também cobiçam os recursos e mercados africanos.

Gráfico 2: Consumo de Energia na Índia



Fonte: World Energy Outlook, 2015, 23

Por sua vez a economia de Moçambique posiciona-se dentre as economias mais pobres do mundo porém, tem registado um crescimento

¹⁰ <https://www.weforum.org/agenda/2017/03/worlds-biggest-economies-in-2017/>

¹¹ <http://clubofmozambique.com/news/india-mozambique-relations/>

notável nos últimos 10 anos mas com um decréscimo nos últimos dois anos (desde 2016)¹². A sua economia não apresenta diversificação, onde dois sectores se destacam nomeadamente o sector de serviços e agricultura de subsistência, e, a exportação é maioritariamente de produtos primários. A falta de infra-estruturas em vários sectores chave como saúde, educação e industria transformadora não permitem a melhoria de condições de vida dos seus cidadãos. A falta de emprego e as desigualdades sociais são verificadas ao longo do país onde o analfabetismo (56% da população) e mal nutrição apresentam ainda índices altos (Ibid.). Apesar das condições socio-económicas não serem favoráveis, Moçambique possui condições geo-estratégicas que despertam os interesses da Índia nomeadamente a localização geográfica com ligação terrestre a vários países na África Austral; acesso directo ao Oceano Indico existência de grandes reservas de gás e carvão.

Os laços históricos que estes actores partilham deixou o legado da sexta maior diáspora Índiaa em Moçambique com cerca de 25 mil cidadãos de origem indiana¹³. Esta diáspora tem contribuindo no aprofundamento das relações político-económica e até de segurança entre dois actores porém, a partir da realização do fórum Índia África em 2008 e, com a descoberta de reservas de gás as relações comerciais e de investimento tem apresentado um crescimento acentuado. As relações comerciais bilaterais atingiram no ano passado (2016) cerca de dois biliões de dólares colocando a Índia como terceiro maior parceiro de exportação de Moçambique e sétimo maior parceiro de importação¹⁴. No que concerne ao sector de investimentos publico e privados somente no sector de gás a Índia já investiu cerca de 6 biliões de dólares até 2016 e prevê-se que invista de novo o mesmo valor ate 2019¹⁵. Os investimentos também estão a ser direccionados para o sector de agro-processamento, indústrias, saúde e transferência de tecnologias através das linhas de crédito de mais de 500 milhões de dólares concedidas pelo governo Indiano.

A parceria acima descrita entre Índia e Moçambique demonstra um cenário de crescimento expoente e duradoiro. Porém, as realidades socio-económicas entre as mesmas são bastante distintas tendo em conta o crescimento pujante da Índia. A cooperação tem criados diversas oportunidades como investimento e aumento de produção nacional para a exportação bem como a existência de parceiros não tradicional em relação

¹² <http://www.worldbank.org/en/country/mozambique/overview>

¹³ <http://clubofmozambique.com/news/india-mozambique-relations/>

¹⁴ <https://globaledege.msu.edu/countries/mozambique/tradestat>

¹⁵ <http://www.hindustantimes.com/india-news/india-s-21st-century-african-partner-why-mozambique-was- modi-s-first-stop/story-jPwoz4yQQbnWdddIOkRAM.html>

aos países Ocidentais mas também para contra balançar a presença da China em Moçambique. Porém, com as oportunidades vem também os desafios com ela como a necessidade de ter estratégias- políticas externas específicas para países como a Índia, infra-estruturas político-económicas fortes para garantir o benefício por parte de todos Moçambicanos e ainda manter forte o sistema cultural do país.

Relações Comerciais

As relações comerciais entre Moçambique e Índia tem apresentado um crescimento notável nos últimos anos como podemos observar na tabela e no gráfico abaixo. Os acordos comerciais entre os dois países e os encontros *Business to Business* (B2B) favorecem esta área permitindo o florescimento do comércio de ambos lados. Actualmente existe o intercâmbio regular entre a Associação das Industrias Indianas e a Confederação das Associações Económicas de Moçambique para além da participação de diferentes empresas em feiras e outros eventos comerciais nos seus países¹⁶. Em 2008 a Índia lançou o esquema de *Duty Free tariff Preference* (DFTP) para os países Africanos relativo a diversos produtos que a Índia necessita trazendo uma nova etapa nas relações comerciais para Moçambique. A tabela abaixo apresenta o resultado das relações comerciais entre ambos países:

Tabela 1: Comércio Bilateral Índia-Moçambique

ANO	Exportações Para Índia	Importações da Índia	TOTAL (\$)
2011	87,226,000	570,581,986	657,807,986
2012	155,071,477	888,370,298	1,043,441,775
2013	679,568,019	1,615,537,505	2,295,105,524
2014	387,581,666	1,957,866,296	2,345,447,962
2015	339,036,471	1,476,709,553	1,815,746,024
2016	408,410,289	874,082,277	1,282,492,566

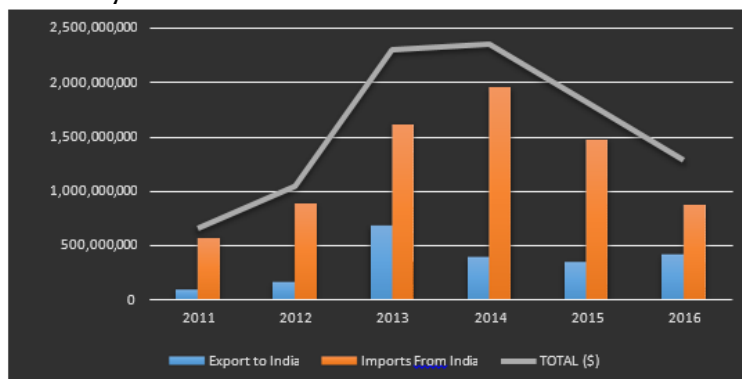
Fonte: Vide a nota de rodapé ¹⁷

¹⁶ https://www.mea.gov.in/Portal/ForeignRelation/Mozambique_July_2016.pdf

¹⁷ <http://comtrade.un.org/db/dqBasicQueryResults.aspx?px=HS&cc=TOTAL&r=50&p=699&rg=2&y=2016,2015,2014,2013,2012,2011&so=8>

A partir da tabela acima foi possível desenhar o gráfico correspondente facilitando a observação do crescimento do comércio bilateral. Apesar do comércio com a Índia ainda ser deficitário do lado Moçambicano os dados apresentam o crescimento das exportações Moçambicanas indicando aumento da produção nacional e em consequência aumento do seu rendimento.

Gráfico 3: Relações Comerciais Bilaterais



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do INE

De seguida apresentamos a tabela referente a produtos mais exportados para Índia de Moçambique. Com a realização do *India Africa Forum Summit* a partir de 2008 permitiu que a Índia abrisse o acesso preferencial ao seu mercado por parte dos estados Africanos como Moçambique. Este acesso inclui a isenção de taxas para determinados produtos bem como o fim da dupla taxaÇÃO para os exportadores Moçambicanos. Os fóruns de negócios que são promovidos pelos líderes de pelouro comercial (do sector publico e privado) de ambos países também tem permitido o conhecimento dos mercados e o florescimento do comércio bilateral.

Tabela 2: Principais Produtos Exportados para Índia

No.	DESCRIÇÃO DAS MERCADORIAS	1000 (USD)
1.	2704 - Coques e semicoques de hulha, linhite e turfa	274,671
2.	2614 - Minérios de titânio e seus concentrados	20,074
3.	7103 - Pedras preciosas e semi não montados	18,361
4.	0713 - Legumes de vagem secos ou em grão	15,766
5.	2615 - Minérios de nióbio, tântalo, vanádio ou zircónio	4,929

6.	7204 - Desperdícios, resíduos e sucata de ferro fundido	1,562
7.	2824 - Óxidos de chumbo; minério (zarcão) e minério-laranja	967
8.	0801 - Castanha de cajú e coco	713
9.	7404 - Desperdícios, resíduos e sucata de cobre	537
10.	2005 - Produtos hortícolas em ácido não congelados	478

Fonte: INE¹⁸ (2015)

No que concerne aos produtos mais importados da Índia podemos mencionar os medicamentos, automóveis, motocicletas e arroz. Ao nível mundial a Índia encontra-se na liderança de países que exportam os medicamentos genéricos¹⁹ e o turismo médico acessível tem atraído muitos Moçambicanos a optar por realizar tratamento na Índia ao invés da vizinha África do Sul.

Tabela 3: Principais Produtos Importados da Índia

	DESCRIÇÃO DAS MERCADORIAS	1000 (USD)
2.	3004 - Medicamentos em doses para venda a retalho	132,725
3.	8704 - Automóveis para transporte de mercadorias	13,114
4.	8712 - Bicicletas e outros ciclos sem motor	11,009
5.	1006 - Arroz	7,196
6.	8544 - Condutores isolados para uso elétrico	6,461
7.	3002 - Sangue animal, soros para usos terapêuticos	6,064
8.	7010 - Garrafas, garrafas, tampas e artigos semelhantes	4,568
9.	5407 - Tecidos de fios de filamentos sintéticos	4,349
10	6309 - Artefactos de matérias têxteis calçado e chapéu	4,293
11	4901 - Livros, brochuras e impressos semelhantes	3,909

Fonte: INE (2015)

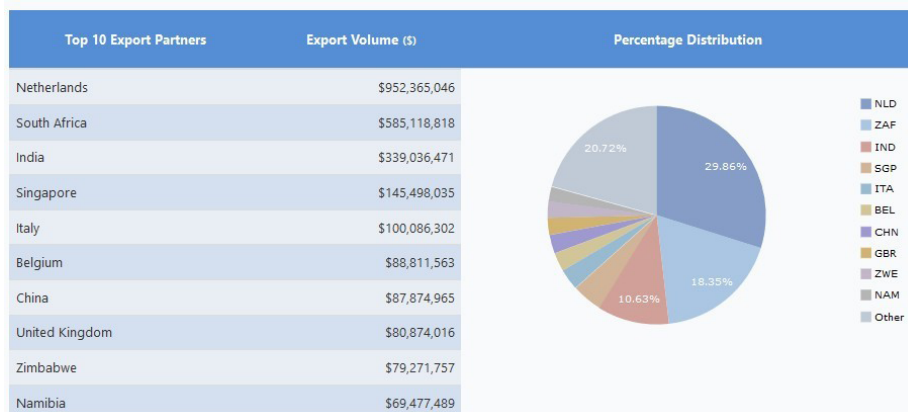
¹⁸ Instituto Nacional de Estatísticas de Moçambique

¹⁹ https://www.ibef.org/IndiaNowMagazine_e-Versions/Vol-3-Issue-6/files/assets/downloads/page0018.pdf

Principais Parceiros Comercias De Moçambique

Com o crescimento do comercio bilateral, a Índia já se encontra no topo de dez parceiros mais importantes de Moçambique tanto ao nível de importação bem como exportação como se pode observar nos gráficos abaixo.

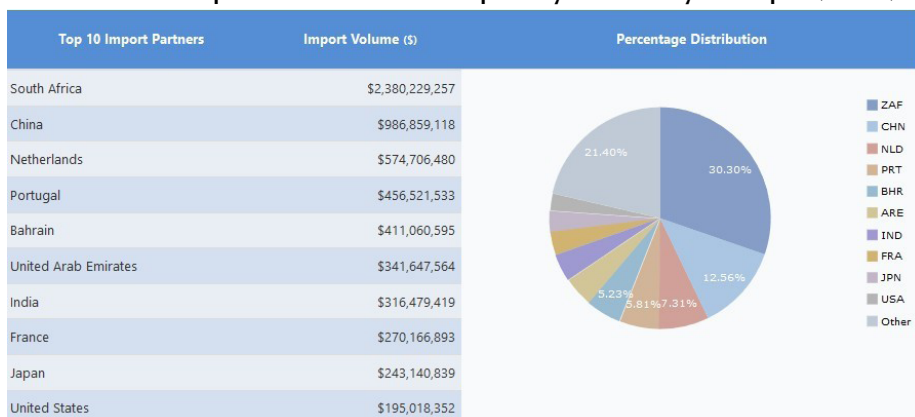
Gráfico 4: Principais Parceiros de Exportação de Moçambique (2015)



Fonte: <https://globaleledge.msu.edu/countries/mozambique/tradestats>

A Índia já se encontra na terceira posição de países que mais importam de Moçambique demonstrando a importância da parceria com este país. Em termos de parceiros de importações de Moçambique a África do Sul e a China lideram a lista e Índia ainda se encontra na sétima posição.

Gráfico 5: Principais Parceiros de Importação de Moçambique (2015)



Fonte: <https://globaleledge.msu.edu/countries/mozambique/tradestats>

Apesar da balança comercial ser ainda negativa para o lado Moçambicano, não se esquecendo que existe uma grande disparidade em termos de tamanho da economia, os seus resultados são positivos para Moçambique pois, possibilita o incremento de produção nacional, aumento de pessoal empregue, desenvolvimento da cadeia de valores, acesso ao mercado internacional e conhecimento das suas regras e por sua vez melhoria de competitividade ao nível nacional e regional.

Relações de Investimento

O investimento indiano em Moçambique é primariamente feito na área de recursos energéticos onde se encontram os maiores investimentos. De acordo com CIP (2016) a Índia encontra-se entre os 10 países que mais investem em Moçambique onde a China ocupa o topo da posição. O IDE indiano pode ser sub-dividido em duas categorias nomeadamente empresas privadas e empresas com a participação do estado Indiano e os sectores de investimento para além de energético são indústria mineira, agro-processamento, infra-estruturas, transporte, ciência e tecnologia e obras públicas. Os investimentos são realizados através do *Exim Bank of India* através da abertura de Linhas de Crédito onde cerca de 75% do valor de crédito deve ser alocado na compra de produtos indianos. Os bancos comerciais indianos como *Punjab National Bank (PNB)* and *Central Bank of India (CBI)* estão actualmente interessados em estabelecer parcerias com vista a abrirem um banco em Moçambique com o objectivo de apoiar os investimentos indianos e o comercio bilateral (MINEC, 2014).

Investimento no sector energético

Os principais investimentos estão direccionados para o sector de Gás com mais de 7 biliões de dólares já investidos pelas empresas indianas na bacia de Rovuma equivalendo a 30% da bacia do Rovuma Bloco 1, competindo com a empresa Americana *Anadarko*, e, se espera que mais 6 biliões sejam investidos até 2019²⁰ ano em que se espera as primeiras exportações do gás liquefeito para a Índia. A tabela seguinte faz uma discriminação em relação aos investimentos feitos no sector de Carvão, gás e outros minerais como pedras preciosas e metais. O quadro abaixo apresenta os principais investimentos indianos no sector energético.

²⁰<http://www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/mocambique-empresas-indianas-investem-16-mil-milhoes-ate-2019-17449>

Tabela 4: Empresas Indianas no Sector Energético

Carvão	Gás	Outros Minerais
International Coal Ventures Private Limited (ICVL), investment projection of 500\$ Million ²¹ (Benga (65%) coal mine right of prospection bought from Rio Tinto). Other 35% belong to Tata Steel.	ONGC, (Rovuma, Niassa) with 7.12\$ billion investment ²²	Osho Cimentos Limitada, limestone, Nacala, Nampula;
JSPL Mozambique, Natural Resources Mozambique, Coal, Iron and associated minerals. Mutarara, Tete;	BPRL, (Rovuma, Niassa) \$500 million investment ²⁴ .	Osho Minerals Limitada, Base Metals and Precious Metals Zumbo, Tete;
US\$180 million ²³		
Osho Gremach Mining Lda, Moatize, Província de Tete	Videocon (Rovuma, Niassa) ONGC Videsh Ltd (OVL) and Oil India Ltd (OIL) have completed the acquisition of Videocon Group's 10 per cent stake ²⁵ .	Osho Diamantes Limitada, Base Metals and Precious Metals, Tsangano, Tete;

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do MIREM^{21 22 23 24 25}

Investimento Indiano no Sector Privado

O investimento indiano no sector privado tem-se verificado em

21 <http://www.mining-technology.com/news/newsicvl-to-invest-500m-in-mozambique-coal-mine-projects-4417591>

22 http://zeenews.india.com/business/news/companies/ongc-to-invest-3-bn-more-in-mozambique-gas-field_95436.html

23 <http://www.mozahub.com/en/mozambique-news/1775-mozambican-mining-companies-forecast-combined- production-of-75-million-tons-of-coal>

24 <http://www.thehindubusinessline.com/companies/mozambique-gas-to-fuel-bpcls-next-growth- phase/article6228790.ece>

25 <http://businesstoday.intoday.in/story/ovl-oil-complete-videocon-stake-acquisition-mozambique-gas- field/1/202137.html>

diversos sectores da economia Moçambicana possibilitando o crescimento de pequenas e médias empresas nas zonas distritais²⁶. As principais áreas de investimento indiano no sector privado tem sido a Indústria, Agro-indústria, Construção e Agricultura. A tabela abaixo apresenta dados referentes aos investimentos indianos de 2010 a 2015 e o número de empregos gerados através do mesmo.

Tabla 5: Investimento Indiano/No. de Empregos

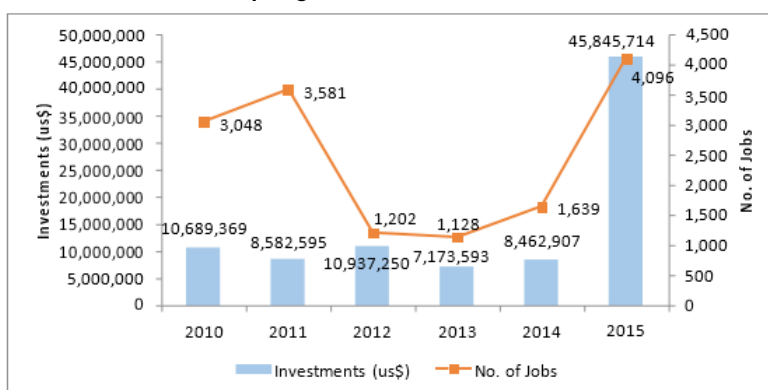
Ano	Investimentos (US\$)	No. de Empregos
2010	10,689,369	3,048
2011	8,582,595	3,581
2012	10,937,250	1,202
2013	7,173,593	1,128
2014	8,462,907	1,639
2015	45,845,714	4,096

Fonte: Centro de Promoção de Investimentos, Moçambique (2015)

Os investimentos nos sectores como Indústria e agro-indústria permite o florescimento de pequenas e medias empresas em Moçambique bem como a formação do capital humano e criação de empregos ao nível das cidades e localidades.

Para melhor perceber a tabela acima, apresentamos de seguida o gráfico acautelando os dados da tabela:

Gráfico 6: Número de Emprego/Investimento Indiano



Fonte: CPI (2015)

²⁶ Para mais detalhes vide em anexo a tabela relativa aos investimentos indianos no sector privado

O número de empregos criados corresponde ao nível de investimentos realizados pela Índia demonstrando dados positivos para o mercado Moçambicano. Para além de transferência de tecnologia e de *know-how* através da instalação de diferentes infra-estruturas para dar vida aos investimentos realizados estes permitem o *boosting* das regiões rurais.

Zonas Económicas Especiais

Em Moçambique os investimentos nas Zonas Económicas Especiais (ZEE) são liderados pelo Brasil e a Índia ocupa a 6ª posição. A produção gerada dos investimentos na ZEE serve tanto para o mercado nacional assim como internacional porém ainda não é possível apresentar resultados sobre os reinvestimentos indianos uma vez que os mesmos ainda estão no período de isenção fiscal. De referir ainda que os conclaves entre Índia e Moçambique ajudam bastante na atração do investimento indiano em Moçambique e cria oportunidades também para o sector privado moçambicano.

Um dos factores que mais beneficia Moçambique nos investimentos das ZEE são os recursos energéticos necessitados pela Índia assim como a localização geográfica com acesso directo ao mar. Estes investimentos promovem a imagem de Moçambique no fórum internacional e possibilidade de atração de investimentos de outros países.

Tabela 6: Investimento Indiano nas Zonas Económicas Especiais

Ano	Projectos	Província	Regime	Pessoal contratado	IDE (US\$)
2009	2 (Simba Steel,S.A e Damodar Ferro, Limitada)	Nampula (Nacala)	ZEE	562	2.804.597,00
2010	2 (Sesame Cleaning Machine E Agroprocessors & Exporters, Limitada	Nampula (Nacala)	ZEE	88	2.856.753,00
2011	0				0,00
2012	1 (Gravita, Ltd)	Maputo (Cidade da Matola)	ZFI	85	1.621.060,00
2013	1 (MMI Integrated Steel Mills)	Nampula (Nacala)	ZEE	225	30.680.000,00

Total	6		960	37.962.410,00
-------	---	--	-----	---------------

Fonte: GAZEDA (2013, 1-4)

Linhas de crédito

A Índia estendeu duas Linhas de Crédito (LOCs²⁷) no valor de 140 milhões de Dólares para vários projectos em infra-estrutura, agricultura bem como no campo de energia antes de 2010 e outra de \$500 milhões a Moçambique²⁸. De seguida apresentamos duas tabelas referentes aos projectos financiados pela Índia na base das duas linhas de crédito. As tabelas apresentam os dados sobre os projectos e as áreas/localidades que se beneficiaram dos projectos.

Tabela 7: Primeira linha de Crédito (139.5 Milhões de Dólares)

Sector	Projecto	Localização		Valor ²⁹	Data de fim	Ponto de Situação
		Província	Distrito			
Agricultura	Produção e aproveitamento integral do Coco	Zambézia	Quelimane	2.00		Projectos Concluídos até Maio de 2013
Obras Públicas e Habitação	Desenvol. de água rural (FASE I)	Zambézia e Nampula		8.00		
	Desenvol. de água rural (FASE II)	Zambézia e Nampula	(Zambézia ³⁰) e Moma, Mogovolas, Memba, Monapo, Eráti, Meconta (Nampula).	20.00	Março de 2012	
Energia	Electrificação da alta Zambézia	Zambézia		10.00		
	Electrificação rural	Gaza	Massingir, Mabalane	19.50	Outubro de 2012	
		Inhambane, Nampula e Zambézia	Mabote, Funhaloro, Mongicual e Ialaua, Chinde e Lugela.	30.00	Maio de 2013	

²⁷ Lines of Credits

²⁸ <http://www.hicomind-maputo.org/maputo.php?id=Development%20Assistance>

Ciência e Tecnologia	Estabelecimento de Parque de Ciência e Tecnologia em Maluana	Maputo	Manhiça	25.00	Novembro 2014	Em Curso
Energia	Electrificação das Províncias de Niassa e Manica	Manica	Machaze	25.00	Dezembro de 2013	
		Niassa	Muembe, Mavago, Ngauma, Majune, Manimba, Lichinga			
Total				139.5		

Fonte: Governo de Moçambique - 2014 ^{29 30}

Os projectos que beneficiaram das linhas de crédito reflectem para sectores importantes como a eletrificação rural e perfurações de água para irrigação em diferentes distritos do país permitindo um crescimento inclusivo. A maior parte da população moçambicana não tem acesso a água potável nem a energia eléctrica criando diversos constrangimentos ao desenvolvimento da população rural como a mecanização da agricultura e instalação de indústria de agro-processamento.

Tabela 8: Segunda linha de Crédito 500 (Milhões de Dólares)

Sector	Projecto	Localização		Valor ³¹	Data do pedido	Ponto de Situação
		Província	Distrito			
Energia/FUNAE	Construção de uma fábrica de Módulos fotovoltaicos ³² Solares	Maputo	Boane	13.00	Durante a comissão Mista de 2009	Concluído (Novembro de 2013)
Ciência e Tecnologia	Aumento da Produtividade do cultivo de Arroz, trigo, e Milho em Moçambique	Gaza	Manjacaze	20.00	13/05/2011	Em Curso
		Tete	Tsangano Angonia			
		Manica	Messica-Nhaondja, Bárue-Catandica			
		Sofala	Caia			
		Nampula	Moma, Angoche			

²⁹ Milhões de US Dólares

³⁰ 29Morrumbala, Maganja da Costa, Ile, Alto Molócue, Gurue, Gilé, Lugela, Milange, Mocuba, Mopeia, Nmacurra, Namarroi, Nicoadala e Pebane

Energia/ EDM	Melhoria da qualidade de fornecimento de energia	Maputo	Boane, Moamba, Matutuine, Manhiça e Namaacha	250.00	25/02/11	Em fase de lançamento/ conclusão de concursos
			Cidade de Maputo			
Obras Públicas e Habitação	Desenvol. de água rural (fase III)	Zambézia	Todos Distritos	19.72	09/03/11	
		Nampula				
		Manica				
		Sofala				
	Construção da estrada Tica- Buzi (Nova Sofala)	Sofala	Tica-Buzi	149.72	22/03/11	
	Construção de 1200 casas	Zambézia (400 casas)	Nicoadala	47.00	25/02/11	
Tete (400 casas)		Município de Tete				
Cabo Delegado (400 casas)		Município de Pemba				
Total				499.44		

Fonte: Governo de Moçambique - 2014^{31 32}

A segunda linha de crédito já demonstra o avanço em outras áreas da aplicação dos investimentos indianos como a construção do parque tecnológico, fábrica de painéis solares, construção de estrada e eletrificação rural. Ao nível das Obras Públicas e habitação a Índia é apresentada como a segunda maior parceira de Moçambique seguindo a China. Moçambique pode observar resultados palpáveis da cooperação com a Índia diferentemente da cooperação com os parceiros Ocidentais. As linhas de crédito permitem o fornecimento e transferência de máquinas de perfuração de água, equipamentos, acessórios, tanques de água e de combustível, equipamentos eléctricos para diversas áreas estratégicas de desenvolvimento como a agricultura e Indústria para as zonas rurais que são as mais necessitadas em termos de infraestruturas.

³¹ Milhões de US Dólares

³² A tecnologia fotovoltaica é uma tecnologia que converte a radiação solar directamente em electricidade (<http://www.sapa-solar.com/portugal/fotovoltaicas/>).

Donativos

Durante os últimos anos, Moçambique tem sido beneficiado de donativos da República de Índia tais como:

Tabela 9: Donativos a Moçambique do Governo Indiano

2006	Oferta de uma fábrica de processamento da castanha de caju (145 mil dólares) para o Distrito de Nangade na província de Cabo Delegado ³³ .
2007	Instalação de computadores nas escolas públicas nos Distritos de Mocuma e Chibuto nas províncias de Zambézia e Gaza respectivamente.
2008	Concessão de um donativo para a instalação de um projecto designado <i>"Hole in the Wall"</i> ³⁴ e financiamento para o projecto <i>"pan-African Network"</i> ³⁵ .
2009	Oferta de 1 milhão de Dólar para projectos na área da agricultura, nomeadamente no agro-processamento e agricultura comercial.
2009	Oferta de 700 mil Dólares para o Centro de Transferência de Chókwe
2009	Oferta de 300 mil Dólares para a promoção de processamento de algodão de pequena escala.
2010	Donativo de 4.5 milhões de Dólares para apoiar a Polícia da República de Moçambique.
	Oferta de dois institutos; i) Formação de quadros no sector de carvão; ii) planificação da indústria carbonífera em Moçambique.
2012	Financiamento de projecto de Reabilitação da Barragem de Chipembe e do Regadio de Nguri na Província de Cabo Delgado no valor de 10 milhões de Dólares.

Fonte: MINEC (2014)^{33 34 35}

33 A fábrica foi inaugurada em 24 de Abril de 2013 (http://www.rm.co.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=8923:nangade-guebuza-inaugura-fabrica-de-processamento-da-castanha-de-caju&catid=1:ultimas&Itemid=50)

34 Estabelecimento de computadores para crianças nos Distritos de Chibuto e Mocuba.

35 Em Moçambique os VSAT (Very Small Aperture Terminal) estão localizados no Hospital Central de Maputo (Site de Tele-Medicina), na UEM (Site de tele educação) e na Presidência da República (entre Índia e os 12 chefes de Estados Africanos)

A relação entre Índia e Moçambique sempre foram amigáveis e podemos dizer que em algum momento pode ser caracterizada de “altruísta” pelo apoio que a Índia ofereceu no apoio da luta de libertação e mesmo no contexto da guerra fria através do Movimento dos Países Não Alinhados. Actualmente, no contexto da cooperação Sul-Sul a Índia continua na liderança do apoio a Moçambique no que concerne a transferência de tecnologia e de *know-how* como se pode observar na tabela acima.

Oportunidades para Moçambique

A parceria histórica entre Moçambique e Índia demonstra a existência de uma relação de confiança e crescente entre os dois estados tendo em conta a cooperação existente em diversos sectores ao longo do tempo. Ambos países tem acompanhado evolução de cada uma e sempre mantiveram relações diplomáticas permanentes. Apesar de estarem economicamente bastante distantes, ambos países possuem semelhanças no que toca ao clima tropical, são países em desenvolvimento, uma grande parte dos seus territórios é banhado pelo Oceano Índico. As similaridades permitem não somente a aproximação mas também a troca de informação, experiência e formação de alianças estratégicas quando necessárias. O crescimento económico da Índia e a sua aproximação à Moçambique representa oportunidades em diversos campos para Moçambique nomeadamente a atracção de IDE Indiano para sectores estratégicos, incremento das exportações Moçambicanas para Índia, modernização da agricultura, cooperação na área de tecnologia de informação e comunicação, segurança marítima, desenvolvimento do sector de infra-estruturas, indústria de gás natural, transferência de tecnologia e *know-how*.

A diáspora indiana também influencia para a manutenção das relações políticas, económicas e culturais entre os dois estados. A maioria da diáspora encontra-se no sector de comércio e serviços e, com a estabilidade política vivida em Moçambique desde a assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992, regista-se o aumento do número da diáspora presente podendo servir de uma base maior para a cooperação.

A posição de uma das 10 maiores economias do mundo que a Índia ocupa no sistema internacional é estratégica bem como a sua presença nas Organizações internacionais (OI's) como ONU, IORA, OMC, BM, FMI e Commonwealth nas quais também Moçambique é estado membro. Esta posição pode servir de mecanismo para criar sinergia de aprofundamento das relações e tirar proveito para outros projectos Moçambicanos através da exploração de novas plataformas de cooperação bilateral e multilateral. Com

a descoberta de recursos energéticos em Moçambique, a parceria económica pode ainda ajudar o estado Moçambicano a negociar melhor tendo em conta a mudança que está a decorrer no *balance of power* do sistema internacional com o surgimento dos países emergentes como a Índia. De referir ainda que os interesses das potências Ocidentais estão sendo cada vez mais desafiadas pela presença dos países do BRICS em África e, a competição no seio dos BRICS encontra-se também cada vez maior. Neste contexto as parcerias devem ser muito bem aproveitadas com o devido zelo. O crescimento das Relações comerciais tendo em conta o *Duty Free Tariff Preference* e os acordos de eliminação de dupla taxação para os produtores nacionais cria não só oportunidades de acesso ao mercado Asiático, melhoria da competitividade das empresas nacionais ao nível nacional e regional mas também oportunidade de modernizar a agricultura com vista a maximizar a produtividade.

O crescimento indiano tem seus *outcomes* positivos, não somente pelo investimento no sector energético do carvão e gás mas também a expansão de empresas privadas de diversos sectores que acabam conhecendo Moçambique através do investimento do governo indiano e transformando Moçambique numa nova rota de investimentos em África. De 2010 a 2015 foram criados cerca de 14 mil empregos através de investimento de pequenas e médias empresas nas diferentes províncias e distritos de Moçambique, possibilitando o desenvolvimento de zonas rurais através de investimento em agricultura e agro-processamento, construção e indústria.

Actualmente a Índia ocupa o topo da lista de países que mais exportam serviços de tecnologia de informação e comunicação no mundo³⁶. A cooperação tecnológica com Moçambique já demonstra resultados tangíveis e representa uma plataforma para uma parceria estratégica que pode abrir oportunidades para o estado Moçambicano no que concerne a transferência de tecnologia e *know-how* acessível e que se adapte às condições climáticas e geográficas da população rural bem como no reforço das instituições governamentais. A título de exemplo temos o financiamento do projecto do parque tecnológico de Maluana e de Chokwe na província de Maputo que compreendeu construção de edifício, instalação de incubadora, centro de pesquisa e aprendizagem, e facilidade administrativa poderá contribuir no avanço tecnológico. Neste contexto, a formação técnico-profissional dos funcionários público e privado pode ser aproveitada na cooperação com a Índia contribuindo na construção de infra estruturas importantes para a legitimar a presença do e do poder do estado Moçambicano. Formação do

³⁶<http://www.financialexpress.com/economy/global-innovation-index-2017-india-continues-success-streak-ranked-world-no-1-in-export-of-ict-services-no-2-in-innovation-quality/722178/>

capital humano pode ser realizado pela transferência de tecnologia de baixo custo principalmente para a população rural pode facilitar a sua adaptação ao clima Moçambicano pelo facto de ambos possuírem clima semelhante a e população sem educação pode manejar e reparar sem grandes inconvenientes financeiros.

O tema *Blue Economy* tem sido bastante debatido na Índia não somente pelo seu interesse em proteger o Oceano Índico nos objectivos do controle de rotas comerciais e acesso ao mercado africano mas também lhe interessam o uso e aproveitamento dos recursos económicos existentes no mar. A cooperação com a Índia já demonstrou alguns avanços na área de segurança marítima mas as oportunidades para cooperação económica marítima pode ser mais outro caminho. O uso sustentável dos recursos marinhos são deveras importantes pois pode ajudar na questão da segurança alimentar e nutricional de Moçambique, criação de empregos para a população costeira. No contexto dos investimentos indianos no sector de gás a Índia já avançou com a ideia de ajudar Moçambique no desenvolvimento de *upstream* e *downstream* na exploração do gás. A IORA pode também servir de uma plataforma importante de cooperação na questão do *Blue Economy* para ambos países explorarem a cooperação e aprofundarem os seus conhecimentos e experiências.

As linhas de crédito permitem o desenvolvimento de infraestruturas relevantes para Moçambique. Ao nível do sector das obras públicas e habitação a Índia é tida como a segunda maior parceira de Moçambique seguindo a China. Moçambique pode observar resultados palpáveis da cooperação com a Índia diferentemente da cooperação com os parceiros Ocidentais que orientam seu financiamento condicionado para questões de boa governação e democracia. As linhas de crédito permitem o fornecimento e transferência de tecnologia de máquinas de perfuração de água, equipamentos, acessórios, tanques de água e de combustível, equipamentos eléctricos para diversas áreas estratégicas de desenvolvimento como a agricultura e Indústria;

Verificamos ainda a importância do Projecto de Electrificação bem como a transferência da tecnologia e equipamentos de perfuração em águas que podem contribuir no aumento da produtividade do sector agrícola e crescimento da indústria manufactureira. Com a entrada em funcionamento da fábrica de painéis solares³⁷, o custo de painéis solares usados pelo Fundo Nacional de Energia (FUNAE) para electrificação de vilas, localidades, escolas e centros de saúde nas zonas rurais pode baixar significativamente trazendo um grande impacto na utilização de energia eléctrica, principalmente nas zonas rurais. Com a instalação da fábrica os

37<http://www.jornaldomingo.co.mz/index.php/nacional/2373-mocambique-inaugura-fabrica-de-paineis-solares>

preços dos painéis solares tendem a reduzir permitindo sua aquisição cada vez maior pela população das zonas rurais³⁸.

A importação de medicamentos encontra-se no topo da lista de produtos que são importados da Índia tornando o acesso a medicamentos mais baratos quando comparados ao que provem da Europa abastecendo o mercado nacional não somente em quantidade mas também na variedade. Moçambique ainda não possui tratamento médico de qualidade para determinadas doenças crónicas e a qualidade de serviços de saúde ainda não possui qualidade desejada tendo em conta que é um dos países mais pobres do mundo o que leva muitos Moçambicanos a procurarem por estes serviços na vizinha África do Sul. Tendo em conta esta necessidade da população Moçambicana, a Índia já emite vistos de saúde num único dia que por sua vez permite os Moçambicanos possam usufruir do turismo de saúde acessível.

O financiamento nas bolsas de estudo para Moçambicanos tem sido crescente tornando a Índia no país que mais bolsas tem garantido para estudantes Moçambicanos. Ainda no contexto da cooperação Sul-Sul o Governo da Índia tem vindo a fornecer treinamento na Índia, para os funcionários do governo de Moçambique a cada ano em uma ampla gama de disciplinas sob a alçada da Assistência indiana de Cooperação Técnica e Económica (ITEC³⁹), e Assistência especial da Commonwealth para o Programa de África (SCAAP⁴⁰). O número actual de vagas de formação para Moçambique no âmbito do programa ITEC / SCAAP é de 41 a cada ano⁴¹. O corte de ajuda ao orçamento efectuado pelos parceiros Ocidentais devido ao descobrimento das “dívidas Ocultas” não interferiram as relações bilaterais com a Índia nem o seu apoio financeiro a Moçambique. Este momento evidencia mais o compromisso das relações históricas e continuas que a Índia tem com Moçambique.

Desafios Para Moçambique

A Índia é um país emergente considerado gigante económico com capacidades político-económico e negociais fortes. Não obstante Moçambique possui recursos energéticos, mercado nacional com uma localização geo-estratégica na África Austral e acesso directo ao Oceano

38 <http://greensavers.sapo.mz/2013/11/26/primeira-fabrica-de-paineis-solares-de-mocambique-foi-financiada-pela-india/>

39 *Indian Technical and Economic Cooperation*

40 *Special Commonwealth Assistance for Africa Program*

41 http://mea.gov.in/Portal/ForeignRelation/India-Mozambique_Relations.pdf

Índico muito necessitadas pela Índia tornando Moçambique também com poder negocial forte para poder negociar com a Índia. Neste sentido, caberá a Moçambique criar estratégias/políticas para ter uma orientação de cooperação com vista a delinear os objectivos, os caminhos a percorrer e envidar esforços para usar da melhor forma possível seus *assets* com vista a negociar uma relação de *win-win* e garantir o seu interesse nacional.

Moçambique precisa estar atento aos interesses das potências emergentes, neste caso da Índia para que a parceria não se transforme em uma neo-colonização e que a relações comerciais não sejam somente baseadas na exportação de recursos energéticos e importação de bens manufacturados por parte de Moçambique. Deve-se desenhar estratégias político-económicas específicas para se garantir o maior proveito dos avanços tecnológicos atingidos pela Índia bem como beneficiar-se deste parceiro para abrir novos espaços no mercado asiático.

Os gráficos referentes ao comércio bilateral demonstram que as relações comerciais ainda continuam deficitárias do lado Moçambicano e, as exportações continuam na sua maioria de matéria-prima como o carvão e em alguns anos poderá ser do gás liquefeito. Percebe-se aqui a necessidade criar mecanismos/políticas de diversificar as exportações Moçambicanas para a Índia com vista a evitar o risco de tornar este parceiro numa réplica de cooperação Ocidental. O esquema de *Duty Free Tarriff Preference* lançado pela Índia em 2008 deve ser amplamente divulgado no seio de produtores nacionais bem como as regras de origem que o esquema propõe com vista a permitir o acesso ao mercado Indiano e total proveito do esquema e não somente pelo aumento de exportação de produtos já exportados. Ainda neste contexto, será necessário o reforço da capacidade competitiva das empresas moçambicanas pois as pequenas e médias empresas encontram dificuldades para competir ao nível internacional.

A orla do Oceano Índico é deveras importante tanto para a Índia bem como Moçambique no que concerne a recursos energéticos, segurança marítima e desenvolvimento sustentável dos recursos marinhos. Moçambique deverá saber usar desta oportunidade e criar sinergias para melhor proveito tirar desta aproximação para garantir seu interesse nacional. O Oceano Índico constitui um imenso espaço de oportunidade mas também de desafios principalmente na área da defesa e segurança para se tirar seu proveito. A cooperação com a Índia na segurança marítima pode ser crucial mas também um desafio para que esta não se torne ditadora das políticas de cooperação.

O crescimento da pirataria marítima no corno de África e a instabilidade no Médio Oriente leva a que as rotas comerciais se virem para a região Austral de África e, com isto a pirataria marítima mostra sinais de

estar a projectar-se cada vez mais ao Sul do corno de África tornando-se uma crescente ameaça a orla marítima Moçambicana. Este caso, redução de tráfego de navios de cara pode afectar negativamente as receitas dos portos e o uso dos mesmos pelas empresas transportadoras de carga. Este ponto elucida ainda mais a necessidade de cooperação na área de protecção e segurança marítima com a Índia.

A presença da Índia em África é secular, assim como da China, porém em poucas décadas a China conseguiu ultrapassar o volume de comércio e investimento dos países Ocidentais na África através de construção de infra-estruturas, investimentos nos recursos naturais, energéticos bem como no incremento das relações comerciais. A Índia está a tentar “estancar” o avanço da influência chinesa para África (*String of Pearls*⁴²) através do “*Varuna Tringle*” que envolve estados africanos localizados no litoral do Oceano Índico, do Corno de África até ao Cabo da Boa Esperança incluindo ilhas localizadas no Oceano Índico nomeadamente Seychelles, Maurícias e Madagáscar. A estratégia envolve diplomacia naval e a colocação de *listening Posts* (Postos de Escuta Militar), com o objectivo de detectar e escutar movimentos inimigos e manter a segurança do comércio externo indiano. Este conflito interesses entre a Índia e a China deve ser ponto de atenção por parte de Moçambique com vista a evitar possíveis conflitos na sua relação com as duas potências emergentes e tirar vantagens da competição.

Moçambique deve estar preparado para usufruir dos interesses/competição das grandes potências, principalmente da Índia, para garantir a sua integração na economia mundial e desenvolver a sua economia pela troca de experiência e construção de infraestruturas. Porém, deve-se ter o cuidado com a abertura massiva de linhas de crédito disponibilizada pela Índia pois, apesar das linhas de crédito terem taxas de juros baixas e atractivas, pode levar a que Moçambique mais uma vez estejam na condição de devedor sem capacidade de pagar as dívidas.

Apesar da pertinência do apoio que as linhas de crédito constituem ao sector de infra-estruturas, as mesmas não são totalmente vantajosas uma vez que apresentam condicionalidades. Uma delas refere-se ao facto de 75% do valor da linha de crédito ser utilizado para a aquisição de material proveniente da Índia e o resto do valor usado na implementação do projecto. Esta pré- condição limita Moçambique na opção de adquirir material de outro parceiro comercial competitivo no mercado internacional e cria espaço para a Índia exportar seus bens manufacturados e continuidade da relação comercial.

42 A estratégia de *String of pearls* inclui o estabelecimento de uma série de postos de poderes militares e económicos em diferentes regiões. Cada Posto é considerado como pérola incrementando o poder da nação que coloca o posto. Vide Anexo 3

A descoberta de recursos energéticos, como gás, sua posição geográfica na África Austral e o acesso directo ao mar através os corredores e portos, torna Moçambique como parceiro estratégico na África Austral e traz desafio para Moçambique no que concerne ao seu preparo institucional e de políticas e pessoal especializado para lidar com a Índia. O engajamento da Índia deve apresentar resultados palpáveis em termos de transferência de conhecimento a custos reduzidos com vista a possibilitar a capacitação de jovens de diferentes distritos e localidades e assim contribuir na produção nacional Moçambicana.

Os interesses da Índia são claros em Moçambique e será preciso saber negociar para se tirar maior benefício da mesma, como a exploração dos recursos energéticos para a economia nacional, desenvolvimento de infra-estruturas, desenvolvimento de pequenas e médias empresas, investimento nas empresas públicas, caso não, pode se incorrer ao risco da relação entre Moçambique e Índia se tornar uma replica da relação de dependência que existe com os países Ocidentais.

A importação de produtos manufacturados da Índia apesar de serem mais baratos podem ser um entrave para a competição nacional principalmente das pequenas e médias empresas pois, o nível de competitividade das empresas Indianas é muito forte e agressivo para além do subsídio que recebem do governo indiano para a sua expansão nacional e internacional. Assim será necessário proteger as indústrias nacionais Moçambicanas principalmente as nascentes. Uma forma seria a criação de indústrias manufactureiras em Moçambique através de acordos com a Índia para aproveitar seu *know-how* e tecnologia, criação de emprego de trabalho para Moçambicanos e o incremento das exportações. O intercâmbio e o estágio pode ser outro desafio para seguir em frente com vista a tirar proveito dos conhecimentos já bem avançados pela Índia nas áreas de agro-processamento e indústrias manufactureiras.

A Zonas Económicas Exclusivas (ZEE) atraem sim empresas multinacionais porém não contribuem imediatamente na receita do país pois, possuem um período de isenção de impostos. Assim, será necessário criar mecanismos para garantir a permanência destas empresas que investem na ZEE com vista a contribuir na renda nacional e na atração de outros investimentos da Índia. Ainda neste contexto seria importante o estabelecimento de representações empresariais Moçambicanas na Índia com intento de atrair mais investimentos, conhecer o mercado indiano bem como asiático, conquistar estrategicamente o empresariado indiano e expansão de investimento Moçambicano na Índia.

A indústria Indiana de medicamentos tornou-se líder mundial de produção e exportação de genéricos e a importação de produtos acessíveis

da Índia traz as suas vantagens para Moçambique, porém, existe o risco da entrada de produtos contrafeitos como o caso de medicamentos (genéricos piratas) e nestes casos será necessário haver maior controle institucional por parte de Moçambique dos produtos importados.

Os produtos importados da Índia podem contribuir para um novo estilo de vida no seio do Moçambicanos em termos de alimentação, vestuário, musica e, cultura indiana através dos filmes e indumentária indiana. A globalização traz consigo a vantagens por permitir conhecer ou ter acesso a diferentes culturas mas as implicações negativas devem ser acauteladas principalmente na protecção da identidade e cultura Moçambicana sobretudo no seio dos jovens que podem ser facilmente influenciados.

Conclusão

Com o presente artigo foi possível fazer um levantamento minucioso da relação económica entre Índia e Moçambique no que toca a dados comerciais e de investimento. Foi possível verificar o resultado da cooperação e seu impacto na criação de empregos, aumento das exportações Moçambicanas, desenvolvimento de sectores caves como infra-estruturas, saúde e educação com os investimentos feitos através das linhas de crédito e dos projectos de investimento ao sector privado.

A cooperação permite a transferência de tecnologia e de *know-how* para Moçambique e mais ainda, os beneficiários dos investimentos são também os habitantes das zonas rurais contribuindo na formação de capital humano. Percebeu-se que as oportunidades para Moçambique são inúmeras e prósperas na relação com a Índia porém, será necessário um preparo político e institucional de Moçambique com vista a defender seus interesses e negociar da melhor forma possível com o diante económico que é a Índia.

REFERÊNCIAS

- Bussière, Matthieu et Mehl, Arnaud 2008: *China's and india's roles In global trade and finance: Twin titans for the new Millennium?*; European Central Bank, Paper NO 80;
- Centro de Promoção de Investimentos 2015: *Investimentos Indianos em Moçambique*;
- Instituto Nacional de Estatísticas 2016: *Dados do Comercio bilateral India Moçambique*;

Ministério Dos Negócios Estrangeiros E Cooperação 2007: *Estratégia Da Política Externa E De Cooperação Da República De Moçambique Com A República Da Índia*. Direcção da Ásia e Oceânia do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (DAO); Maputo,

Páginas de Internet:

- <http://statisticstimes.com/economy/gdp-growth-of-india.php>
http://mea.gov.in/Portal/ForeignRelation/India-Mozambique_Relations.pdf
http://articles.economictimes.indiatimes.com/2007-05-04/news/28422084_1_power-parity-middle-consumption
<https://portugaldigital.com.br/mocambique-assina-acordo-de-cooperacao-com-a-india-na-area-de-petroleos-e-gas/>
<https://www.weforum.org/agenda/2017/03/worlds-biggest-economies-in-2017/>
<http://clubofmozambique.com/news/india-mozambique-relations/>
<http://www.worldbank.org/en/country/mozambique/overview>
<http://clubofmozambique.com/news/india-mozambique-relations/>
<https://globaledge.msu.edu/countries/mozambique/tradestats>
<http://www.hindustantimes.com/india-news/india-s-21st-century-african-partner-why-mozambique-was-modi-s-first-stop/story-jPwoz4yQQbnWdddIOkvRAM.html>
https://www.mea.gov.in/Portal/ForeignRelation/Mozambique_July_2016.pdf
<http://comtrade.un.org/db/dqBasicQueryResults.aspx?px=HS&cc=TOTAL&r=508&p=699&rg=2&y=2016,2015,2014,2013,2012,2011&so=8>
https://www.ibef.org/IndiaNowMagazine_e-Versions/Vol-3-Issue-6/files/assets/downloads/page0018.pdf
<https://globaledge.msu.edu/countries/mozambique/tradestats>
<http://www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/mocambique-empresas-indianas-investem-16-mil-milhoes-ate-2019-17449>
<http://www.mining-technology.com/news/newsicvl-to-invest-500m-in-mozambique-coal-mine-projects-4417591>
http://zeenews.india.com/business/news/companies/ongc-to-invest-3-bn-more-in-mozambique-gas-field_95436.html
<http://www.mining-technology.com/news/newsicvl-to-invest-500m-in-mozambique-coal-mine-projects-4417591>

http://zeenews.india.com/business/news/companies/ongc-to-invest-3-bn-more-in-mozambique-gas-field_95436.html

<http://www.mozahub.com/en/mozambique-news/1775-mozambican-mining-companies-forecast-combined-production-of-75-million-tons-of-coal>

<http://www.thehindubusinessline.com/companies/mozambique-gas-to-fuel-bpcls-next-growth-phase/article6228790.ece>

<http://businesstoday.intoday.in/story/ovl-oil-complete-videocon-stake-acquisition-mozambique-gas-field/1/202137.html>

<http://www.hicomind-maputo.org/maputo.php?id=Development%20Assistance>

<http://www.sapa-solar.com/portugal/fotovoltaiicas/>

http://www.rm.co.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=8923:nanga-de-guebuza-inaugura-fabrica-de-processamento-da-castanha-de-caju&catid=1:ultimas&Itemid=50

Anexos

Tabela 1: Investimento Indiano no Sector Privado (2013-2015)

2013					
Nome do Projecto	Sector	Provincia	Distrito	Emprego	India
DASH ENERGY MOZAMBIQUE	Serviços	Cidade de Maputo	Cidade de Maputo	27	1,000,000
MOZAMBIQUE OASIS	Indústria	Cidade de Maputo	Cidade de Maputo	9	100,000
ARCILLA	Serviços	Cidade de Maputo	Cidade de Maputo	5	100,000
WOOD ALUMINIUM & BOARDS	Industria	Maputo	Matola	17	2,950,222
NIRMAL SEEDS (MOZAMBIQUE)	Agricultura e Agro-industria	Maputo	Marracuene	165	5,871
INNOVATIVE	Serviços	Maputo	Machava	150	1,000,000
GOLDLINE 2	Indústria	Maputo	Matola	100	500,000
TURBO INDUSTRIES	Indústria	Maputo	Boane	52	200,000
RIZ INDÚSTRIA -MAIZE MILL	Indústria	Maputo	Machava	60	17,500
MOZA-IND AGRICULTURA	Agricultura e Agro-indústria	Nampula	Murrupula	21	250,000
AMARULA FARMS	Agricultura e Agro-indústria	Nampula	Monapo	10	100,000
DELICIA	Indústria	Sofala	Beira	50	300,000
TETE CIMENTOS-PEDRA	Indústria	Tete	Tete	22	890,000
OJES AGRÍCOLA	Agricultura e Agro-indústria	Zambézia	Morrumbala	490	60,000
Total				1,128	7,173,593

2014						
Nome do Projecto	Sector	Provincia	Distrito	Emprego (Nac)	Emprego (Est)	Índia
ADVENT CONSTRUÇÕES	Construção	C.Maputo	C.Maputo	100	8	3750
REAL BOTTLE STORE	Serviços	Maputo	Boane	20	1	144000
THRIVENI MINERALS MOZAMBIQUE	Indústria	Tete	Cidade de Tete	100	8	1455000
AKASHGANGA MOZAMBIQUE	Agricultura	Maputo	Namaacha	40	3	135000
MOZ INDIA AGRO PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	Agricultura	Gaza	Xai - Xai	105	2	150000
PHOENIX - COMPANHIA DE SEGUROS DE MOZAMBIQUE	Serviços	C.Maputo	C.Maputo	50	4	1033333.33
CURECHEM MOZAMBIQUE	Indústria	Manica	Manica	31	2	2500000
ATLANTICA STELL	Indústria	Maputo	Matola	30	2	1400000
RAJAN EXPORT (MOZAMBIQUE)	Agricultura	Nampula	C.Nampula	50	0	1250000
ARCO IRIS INDUSTRIA	Indústria	Sofala	C.Beira	40	3	120000
MOZ BEVERAGES	Indústria	Maputo	Matola	78	6	50000
AARTI GLOBAL STELL & RESOURCES (MOZAMBIQUE)	Indústria	Sofala	Dondo	600	30	20000
BONITO TEXTEIS	Indústria	Manica	C.Chimoio	341	15	20000
STARKIDS	Serviços	C.Maputo	C.Maputo	35	3	100,000
KTB MOZAMBIQUE	Indústria	Tete	C.Tete	19	-	81,824
Total				1,639.00	87.00	8,462,906.83
						28,818,646.99

2015 (I Semestre)							
Nome do Projecto	Sector	Provincia	Distrito	Emprego (Nac)	Emprego (Est)	Índia	Total
OLAM MOCAMBIQUE-ARROY	Agricultura	Zambezia	Mopeia	3227	60	31,969,183	63,938,366.00
ANGELIQUE INTERNATIONAL	Servicos	Maputo	Maracuene	260	13	1,000,000	1,000,000.00
Total				3,487.00	73.00	32,969,183.00	64,938,366.00

Tabela 2: Empresas Indianas no Sector Energético

Carvão	Outros Minerais
Midwest Africa, Lda, Matize, Changara e Mutarra, Tete, exploring coal, Base Metals and Minerals Associates.	Pranay Osho Cimentos Lda, Limestone and Granite Matutuine, Maputo;
Eta Star Mozambique Lda, in association with SOGIR Coal, Moatize,	Vajra Drill, Lda, Base Metals, Silver and Gold Mutarara, Tete.
Essar Recursos Minerais de Moçambique Lda, Coal, Tete	Damodar Ferro Lda, Iron Lalaua, Nampula;
Essar Minas de Moçambique Lda, Coal and associated mineral, Lago Majune e Mandimba, Niassa.	Indo África, Gold, iron, Bauxite, Manica
Tata Holding Moçambique Lda, Coal, Mutarara, Tete.	Osho Cimentos Limitada, limestone, Nacala, Nampula;
Osho Gremach Mining Lda, Moatize, Província de Tete	Osho Minerals Limitada, Base Metals and Precious Metals Zumbo, Tete;

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do MIREM

RESUMO

O presente artigo tem como objectivo analisar os interesses indianos na sua expansão para os países Africanos mais concretamente Moçambique. Esta aproximação resultou no acréscimo das relações económicas mais concretamente no aumento do volume comércio e investimento directo estrangeiro incluindo a transferência de tecnologia e *know-how* para Moçambique que representam oportunidade e desafios para a mesma.

PALAVRAS-CHAVE

Comércio bilateral; IDE; Tecnologia; Desenvolvimento.

*Recebido em 9 de novembro de 2017.
Aprovado em 22 de dezembro de 2017.*

PARTIDOS E EFETIVIDADE DA COMPETIÇÃO POLÍTICA EM PERSPECTIVA COMPARADA: O CASO DE MOÇAMBIQUE E BRASIL

Fidel Terenciano¹

Introdução

A problemática de estudos de sistema partidários e partidos políticos apresenta-se complexa, ao mesmo tempo em que vasta literatura já foi desenvolvida a respeito desta temática, torna-se relevante recapitular alguns elementos tanto teórico quanto empírico. Neste contexto, urge estudar o sistema partidário dos dois países em alusão, discutindo o funcionamento dos partidos políticos e a estrutura da competição política dos mesmos países. Autores como Manwaring e Torcal (1995, 2006) sustentaram que os eleitores, os partidos políticos bem como os sistemas partidários são diferentes em cada contexto, e se estruturam considerando as conjunturas sociais e políticas de cada coletividade. Desta forma, pensar nos partidos políticos nas democracias, ditas da 3ª Onda, conforme a tipificação de Huntington na sua obra (A Terceira Onda da Democracia 1990) e as democracias seculares como é o caso de vários países Ocidentais (Inglaterra, Itália, EUA) é necessário levantar um conjunto de argumentos prós ou contra que vão sustentar ou evidenciar as características *sui generis* para explicar os sistemas partidários e o funcionamento das instituições políticas, chamadas de Partidos Políticos.

Neste contexto, este estudo apresenta como objetivo de investigação, verificar a competição partidária, e os contornos e funcionamento dos partidos políticos em Moçambique e Brasil, descrevendo as dinâmicas do sistema partidário como um todo, e a sua estrutura da competição. A nosso ver, análise do sistema partidário e partidos políticos, poderia ser limitada se não houver inclusão de estudos teóricos e empíricos desenvolvidos

¹ Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil. E-mail: fideldeanarosa@gmail.com.

por Duverger (1961), Huntington (1991), Griffin (2010), Inglehart (1971), Sartori (1982), Aldrich (1995), Webb (2000), Dalton e Wattenberg (2000), Eldersveld (1964).

Em termos metodológicos, trata-se de um trabalho exploratório e descritivo. Foi considerada a base de dados sobre os processos políticos em perspectiva comparativa, e realizando um mix com medidas de produtividade qualitativa e quantitativa, como forma de compreender a evolução e retrocessos dos sistemas partidários e a competição política, o funcionamento dos partidos políticos nos dois países. Foi analisado o processo da estrutura do sistema partidário e a competição eleitoral nos dois países, tendo como base de dados dos resultados eleitorais oficiais agregados, que se encontram disponíveis nos sites dos órgãos de gestão eleitoral dos dois países. Em termos temporais, a nossa análise vai desde os processos de democratização dos dois países, e recorreremos ao enfoque comparativo para visualizar algumas semelhanças ou diferenças nos dois campos políticos.

Assim, o artigo apresenta-se estruturado da seguinte forma: a segunda parte do texto, traz um conjunto de argumentos teóricos sobre o sistema partidário e os partidos políticos como entes fundamentais no funcionamento do sistema político moderno; a terceira parte traz caracterização contextual dos dois países e última parte reservada para alguns elementos empíricos, como o caso do número de partidos políticos como um todo, e os efetivos em particular, a estrutura da competição. E finalmente algumas considerações finais, pois se trata de uma pesquisa exploratória.

Estrutura do Sistema Político e Partidário: Considerações Teóricas

O debate sobre o sistema partidário sempre foi associado a dois elementos: de um lado a estrutura institucional como sua determinante, isto é, o sistema eleitoral, e de outro lado, o funcionamento dos partidos políticos e como a estruturação do voto e comportamento político como outra determinante do sistema partidário. Dois elementos devem ser considerados para retomar o debate dos sistemas partidários. De um lado, pensar o sistema partidário, considerando as nuances sociais, tais como: a dimensão socioeconômica, esquerda X direita, religioso, étnico X cultural, urbano X rural; apoio do regime, política externa ou pós materialismo (Mair 1996; Dalton & Wattenberg 2000; Sartori 1982) e de outro lado, as instituições políticas enquanto regras de convivência, *modus vivendi*

e *operandi* dos atores políticos podem determinar a estrutura do sistema partidário (Rothstein 2001; Steinmo & Thelen 1992).

Deste modo, o debate sobre o sistema partidário, como enfatiza Tavares (1994), é uma dimensão envolvente e complexa do sistema político e o seu perfil resulta da associação única para cada caso contextual de quatro conjuntos forte de fenômenos, a saber:

[...] 1- a organização interna dos partidos, incluindo as relações entre elites dirigentes, quadros, membros aderentes, eleitores e massas; 2- as relações entre as diferentes forças e tendências ou projetos, bem como entre clivagens sócio-políticas relevantes, em que se divide a sociedade, e os partidos; 3- a natureza da competição eleitoral e parlamentar entre os partidos; e finalmente 4- as relações entre os partidos quanto à sua participação relativa de cada um no mercado eleitoral e no exercício da representação política e do governo [...] (Tavares 1994, 287).

Os três últimos fenômenos são com maior ou menor grau, afetados pela diferenciação da sociedade, por um lado, e pela cultura política, que inclui percepções, valores, e atitudes, que se situam no pragmatismo e na política ideologicamente polarizada, pelo número de partidos e pelo sistema eleitoral. A construção do nosso argumento vai basear-se na ideia de que sistema partidário está ancorado pelas categorias e efeitos do sistema eleitoral.

Partidos Políticos e seu Funcionamento dentro do Sistema Partidário

Autores anteriormente indicados (Paiva, D; Braga, M; & Pimentel, J 2007; Webb 2000; Dalton & Wattenberg 2000), explicam que a estrutura do campo político e da competição eleitoral é um dos indicadores primordiais dos partidos políticos em democracias tidas representativas. Isto porque, é a atividade que lhe confere maior visualização e encarna consigo mesmo o papel essencial na relação entre os eleitores e o sistema político como um todo, dada a sua dimensão e possibilidade de recrutar para diferentes funções e oferecer aos cidadãos uma integração prática ou simbólica nos diferentes canais da governabilidade.

Convencionou-se que os partidos políticos desempenham algumas funções (Strom, Dalton & Wattenberg 2000; Katz & Mair 1994; Webb 1994; Scarrow 2000; Farrell & Webb 2000; Diamond & Gunther 2001), e estas são subcategorizadas em três níveis: Os partidos políticos no Eleitorado (considerando os partidos como um conjunto de eleitores, membros

e ativistas); Partido como Organização Partidária (o partido como uma organização extraparlamentar projetada, para contestar ou participar de eleições) Partido no Governo (partido aqui têm a dimensão de organização de funcionários públicos).

Como forma de consubstanciar estes três pontos e que permitem a existência dos partidos políticos em tempos modernos, é necessário associá-los a quatro pontos principais que alguns autores elencaram (Dalton & Wattenberg 2000; Webb 1995, 2002; Held 1996; Scarrow 1996):

Governança e Recrutamento Político	Aqui deve ser pensado na dimensão entre indicação ao governo e recrutamento. Pensar do mesmo modo, o cinismo dos eleitores sobre o impacto dos partidos no governo, repensando a dimensão: pessoal do governo e o processo de recrutamento (Dalton & Wattenberg 2000; Webb 1995).
Articulação de Interesse e Agregação	Isso requer que os partidos atuem como mecanismo de ligação entre representantes, sociedade e estado; Do mesmo modo, Articulação sugere a ideia do papel desempenhado pelos partidos e outras instituições em expressar e buscar as demandas políticas; Agregação, processo relacionado ao momento cujo partidos agrupam as exigências de vários grupos sociais (Dalton & Wattenberg 2000; Held 1996; Scarrow 1996; Cockett 1994).
Comunicação Política ou Educação Política	A ideia de dependência das formas não partidárias dos meios de informação e comunicação política (Dunleavy 1985), e ajudar informar e educar cidadãos sobre assuntos públicos e políticos, isto é, os partidos desempenhando a dimensão de educação política (Scarrow 1996; Dalton & Wattenberg 2000; Cockett 1994; Miller 1989).

Fonte: Adaptado pelo autor (2017)

Estudos recentes evidenciam que os partidos políticos enquanto elementos essenciais do funcionamento do sistema político estão passando

por um conjunto de transformações desde a década de 1960. Várias foram as razões, que resumidamente, destacamos: o pêndulo ideológico, recrutamento eleitoral, participação política e apoio popular, e fortalecimento ideológico, mas não se reformularam em termos de coerência política (Green 2002). Daqui evidenciam-se duas perspectivas para analisar a funcionalidade dos partidos políticos na contemporaneidade. De um lado, os declinantes - autores como (Wattenberg 1991; Ware 1985; Croty & Jacobson 1980), e sustentam a ideia de que o partido como organização, desapareceu e perdeu a sua utilidade. De outro lado, temos a tese dos revivalistas e os expoentes são (Fisher 1978; Frantzich 1989; Petterson 1996). Aqui se sustenta a ideia de que as principais organizações partidárias foram desenvolvidas no pós 2ª Guerra, mas nos anos 1980, os partidos tinham conseguido recursos para seu auto sustento e funcionamento²; Os partidos começaram se adaptando aos desafios da centralização dos candidatos, maior tendência de coerência ideológica, conforme Aldrich (1995) o que prova que alguns partidos estão funcionando bem.

Contexto Contemporâneo dos Partidos Políticos no Brasil

No ano de 2014, foi realizado o sexto ciclo eleitoral, em termos de eleições gerais, nacionais para Presidente da República, senadores e deputados parlamentares. Isto por um lado significou cada vez mais a institucionalização da competição política e eleitoral, ao mesmo tempo em que Brasil, chegava a um ciclo que os teóricos consideraram como suficiente para falar-se em termos de estruturação das vontades políticas.

Desse a redemocratização em 1988, com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 notabilizou-se entre outros elementos a competição livre dos (n) partidos de abrangência nacional (Nicolau 1994), que poderiam concorrer em igualdade para eleições executivas ou legislativas (Formado pela Câmara e Senado). Entretanto, do ponto de vista da origem do sistema partidário Brasileiro, os principais partidos organizam a competição política e eleitoral há mais de 29 anos, o que significa que o país já tem algum tipo de experiência e sendo a mais longa experiência partidária da história política do País (Braga 2010).

Historicamente, entre 1979 a 1980, foram criados o PT, PDT, PTB. Do mesmo modo, o PMDB e o PDS/PP sofreram um processo de reorganização com vista a sua adequação atendendo as novas exigências da reforma partidária de 1979 (Braga 2006; Nicolau 1994). Continuamente

2 Não sendo o caso específico de Moçambique e Brasil, mas foi necessário trazer este ponto para demonstrar a dimensão funcional e organizacional dos partidos.

o PFL, que atualmente é o DEM, fundou no período das eleições indiretas para a Presidência da República em 1985, e em 1987, ainda no processo de debates Constitucionais, houve dissidência no PMDB levando a criação do PSDB (Braga 2010). A autora continua explicitando que alguns partidos com alguma relevância surgem em meados de 1980, destacando o PSB, PL, PR, PCB/PPS, PC do B e PV. Foi a partir finais de 1989 que a estrutura institucional se estabelece e permite legalmente a atuação dos partidos políticos, que fazem parte das principais instituições democráticas, tal e igual o sistema eleitoral, sistema de governo, formato e funcionamento do Estado.

Em tempos atuais é preciso contextualizar a problemática do presidencialismo de coalizão. Sadek (1993) Avritzer (2016), Sathler e Braga, (2015) pretendem explicitar que o pluripartidarismo, que foi ratificado pela Constituição promulgada em 1988, permite a realização das eleições fundadoras sob a nova ordem constitucional repetiram os parâmetros legais de irrestrita liberdade partidária do pleito anterior. As eleições de 1988 redesenharam um quadro multipartidário com amplo leque de partidos ou legendas, e isso veio a se confirmar com a eleição presidencial, que de um lado veio confirmar a tendência à proliferação de siglas, apresentaram-se 22 candidatos, a maioria dos quais pertencentes a partidos sem representação no então Congresso Nacional, de outro lado, mostrou a fragilidade dos partidos com força congressual (Sadek 1993; Avritzer 2016).

Desta forma, a questão que se coloca como central na organização eleitoral brasileira é a combinação entre princípio proporcional com lista aberta que determina a ocupação das cadeiras no legislativo, pois esse formato permite uma grande proliferação de partidos, o que por consequência leva a alta fragmentação partidária, o que mais tarde, Abranches (1998) analisando as consequências destas regras eleitorais, evidenciou que as regras institucionais, como o sistema eleitoral, leis eleitorais, princípios norteadores da regra do jogo, entre outros, produzem no contexto brasileiro, o presidencialismo de coalizão. Aqui importa referenciar que Abranches ao batizar o sistema político com este nome, era pelo fato deste apresentar como principal característica a eleição do presidente da república com mais votos do que seu partido recebe nas eleições para o poder legislativo, o que cria a necessidade de alianças políticas (Avritzer 2016, Abranches 1998; Sathler & Braga 2015).

Em tese, a ideia de Abranches (1988) era reconhecer que o presidencialismo poderia funcionar como um parlamentarismo. Esta colocação contraria os argumentos explícitos por Linz (1994), de que 1 - o poder executivo não pode ser compartilhado sob o presidencialismo, e 2 - a ideia de que a formação de coalizões interpartidárias é rara sob o

presidencialismo. Estas teses de Linz, foram rapidamente ultrapassadas, em razão delas não terem englobado um conjunto de análises comparativas sobre a mesma temática na América Latina. As pesquisas de Amorim Neto (1998) e Altman (2001), foram passos importantes na literatura da ciência política que permitiram demonstrar que os presidentes Latino-Americanos, usam uma composição ministerial multipartidária para assegurar a governabilidade (Sathler & Braga, 2015).

Este modelo apresenta suas consequências, pois as eleições para o parlamento brasileiro seja na esfera nacional como nos estados (não incluindo nesse caso a eleição para o senado), são sob as regras da proporcionalidade, apresentando o sistema de lista aberta, no caso do Brasil os distritos eleitorais são os estados, que no caso brasileiro são de grande magnitude combinado com grande número de eleitores, sendo as cadeiras distribuídas de modo proporcional aos votos obtidos por cada partido ou em alguns casos as coligações no distrito, isso leva a divisão de votos e consequente proporcionalidade, não existindo um vencedor como acontece na eleição majoritária (Nicolau 2004; Leite & Santos 2010; Lamounier 1994; Kinzo 1993; Reis 1995), o que determina o surgimento natural do presidencialismo de coalizão (Abranches 1998).

Partidos e Contexto Político em Moçambique

Moçambique, como nação, resultou da guerra contra o colonizador (Portugal) levada ao fim pela FRELIMO, entre 1964 a 1974. Este processo foi auxiliado a partir das bases na retaguarda situadas na recém-independente Tanzânia (cuja orientação era socialista), assim, muito cedo, a FRELIMO se estabeleceu na região Norte de Moçambique (De Brito 1995; Terenciano e Souza 2015; Terenciano, Carlos e Braga 2016). Com apoio militar da China, da URSS e de outros países do bloco do Leste, a Frente expulsou os portugueses de zonas substanciais das províncias setentrionais de Tete, Niassa e Cabo Delgado. No golpe militar de 1974, em Lisboa, derrubou-se Marcelo Caetano, abrindo, assim, caminho para independência de Moçambique, em 1975, sob o poder da FRELIMO (Pitcher 2002; Manning 2002; Pitcher 2004; Terenciano e Souza 2015; Terenciano 2016). A orientação socialista da FRELIMO foi consolidada em 1977, com a adoção oficial do marxismo-leninismo pelo partido. Sob a liderança do movimento de libertação (FRELIMO), Moçambique independente, em 1977, tornou-se um Estado Socialista-Marxista de partido único, baseado nos princípios do centralismo democrático com um sistema político-administrativo altamente hierarquizado.

A história política e eleitoral de Moçambique foi instituída por eleições em um contexto de partido único. Por conta disto, em 1977 e em 1986, foram realizadas as primeiras e as segundas eleições no contexto do sistema de partido único, com objetivo de escolher os representantes do povo (Nuvunga 2007; Terenciano et al 2015; 2016). No período que prevaleceu o Partido-Estado com ideologia Marxista, conforme Pitcher (2002) e Terenciano (2016) atravessou-se um período de crise e subsequente transição e mudanças ocasionais do modelo socialista de governo, ao mesmo tempo em que o Governo estava imerso na luta dos dezessete anos de conflito contra a RENAMO. Esta última surgiu em 1976/7 (?) contra o poder centralizado da FRELIMO, cujos líderes como André Mantsangaisa e Afonso Dhlakama, organizaram desde então a resistência ao poder autoritário da FRELIMO.

O governo da FRELIMO inicia um processo de reformas econômicas, que foi acompanhado pela liberalização política. Esta passagem é ilustrada quando em 1989, no Vº Congresso do Partido, a FRELIMO abandonou sua ideologia marxista-leninista transformando-se em um partido de frente mais ampla. Oponente duradoura da FRELIMO na guerra civil, a RENAMO assinou um Acordo Geral de Paz em 1992 e começou a edificar um partido político, posteriormente, iniciou a sua campanha para as eleições. No pleito de 1994, a FRELIMO ganhou com 44% dos votos para Assembleia da República, mas a RENAMO se transformou na maior força da oposição, ganhando 38% do voto nas eleições para a Assembleia da República em 1994 (Manning 2002; Terenciano e Souza 2015; Visentini 2016).

Efetividade dos partidos Políticos e da Competição Eleitoral no Brasil e Moçambique

A problemática dos partidos políticos e a efetividade da competição sempre estiveram na luz do dia. Pois, para compreender a estrutura do campo político, é necessário compreender primeiramente a maneira como se estrutura a competição política. No caso Brasileiro, pela importante compreender que, desde as eleições de 1989, houve sempre uma tendência de uma competição centrípeta, pois os principais partidos como o PMDB, PSDB, PT e o DEM, conseguem estruturar a competição a seu redor, formando o que Ribeiro (2013) considera de partidos da primeira linha. Cada vez mais vai ficando evidente que há uma espécie de padronização da competição eleitoral, do voto no Brasil, pois as disputas estão divididas entre os dois partidos PSDB e o PT, que na opinião do autor, são os únicos capazes de encabeçar coligações eleitorais nacionais, fortes e suficientes para vencer

as eleições e pelo menos estruturar a competição³.

Outro aspeto importante neste debate é a regionalização dos votos, que foi visível ao menos até as eleições de 2010. A dimensão que trazemos é sobre a uniformização da distribuição do voto em cada região do País. Verifica-se que a Região do Nordeste, majoritariamente foi favorável ao PT e o seu candidato e a região Sul e Sudeste que foi favorável ao partido PSDB e PMDB. Do mesmo modo, Carreirão (2014) sustentou que há um conjunto de argumentos que são levantados para compreender a ideia de que os índices de consolidação ou institucionalização partidária estão sendo significativos e tendem a apontar no sentido de se efetivar conforme os moldes das democracias seculares. Segundo, a estrutura da disputa presidencial não é baseada na ideologia, mas sim no pragmatismo.

Para o caso de **Moçambique**, a estrutura da competição política é dual, no sentido em que se submete a duas forças políticas dominantes (FRELIMO e RENAMO). Isto por duas razões: de um lado estas duas forças são as mais enraizadas na sociedade, suas bases sociais são fortes e seu apoio eleitoral é marcadamente regional. Deste modo, a democracia multipartidária ou bipartidária em Moçambique começou, de fato, a partir de 1990, quando a Assembleia Popular aprovou uma nova Constituição da República, mudando o sistema político-eleitoral, até então unipartidário, para um sistema multipartidário e começavam a existir condições para pôr fim a Guerra Civil, de 1976-1992, cujo apogeu foi à assinatura do Acordo Geral de Paz na cidade italiana de Roma, em 1992⁴, o que levou a formação de novas agremiações políticas e a realização das primeiras eleições multipartidárias de 1994. A partir desta nova configuração, foram realizadas nove eleições sob a égide de um sistema competitivo multipartidário, das quais cinco foram para executivo e legislativo – 1994, 1999, 2004, 2009 e 2014.

Desde 1994, o Partido conhecido como Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), vem ganhando sucessivamente as eleições, sendo o partido vencedor em todas as eleições executivas⁵ e também conquistando

3 Não é nossa pretensão discutir as eleições de 2016, contudo, nossa análise se envereda até as eleições de 2014, onde mais uma vez, nas presidenciais ou para congresso Nacional, viu-se que estes dois partidos eram os mais capazes de estruturar coligações e transformar-se em coligações vencedoras.

4 O Acordo Geral de Paz de Roma foi um acordo entre o partido-Estado (FRELIMO) e a RENAMO (movimento rebeldes), que era o movimento de resistência, considerada como desestabilizador do País, que colocou o fim da guerra civil em Moçambique de 1976-1992. Este acordo, foi assinado em Roma, na Cidade Italiana, em 4 de outubro de 1992. Salientar que este acordo, seguia sobremaneira a viragem da página da história política de Moçambique, a par da nova Constituição de 1990, que permitia por Lei, a existência de novas agremiações políticas e uma democracia nos moldes eleitoralista.

5 Apesar das vitórias sucessivas da FRELIMO, o maior partido da Oposição, a RENAMO,

a maioria dos assentos no Legislativo Moçambicano. Todavia, apesar das vitórias sucessivas da FRELIMO, o campo político Moçambicano, mostra-se distribuído por zonas de dominação dos dois principais partidos, que conforma a geografia política e eleitoral do País, da seguinte maneira: o Partido FRELIMO domina todas as províncias da zona Sul do País e o Extremo-Norte, inversamente a RENAMO domina a Zona Central e Centro-Norte do País. Este cenário vem cada vez mais se consolidando desde as primeiras eleições de 1994, porém, com maior notoriedade em 1999, onde houve um equilíbrio entre os dois partidos (De Brito 2014, 31).

Hipoteticamente, no contexto brasileiro, assim como o Moçambicano, o que se visualiza é que processo do sistema partidário é institucionalização e de outro incipiente. Alguns autores como Rose e Mackie (1988) explicitam que os principais argumentos que devem ser levantados para compreender a institucionalização do sistema partidário ou dos partidos políticos, devem necessariamente incluir três elementos: 1 – referir se a existência de organizações competitivas ao nível das eleições nacionais. Aqui tanto em Moçambique, quanto no Brasil, é possível visualizar. A competição política e eleitoral é nacional, e os partidos participam na disputa nacionalmente; 2- os partidos institucionalizados apresentam candidatos presidenciais às disputas nacionais, neste contexto, tanto Moçambique, quanto Brasil apresenta partido disputando a presidência.

Em 2014, Moçambique apresentou três candidatos presidenciais, e por sinal são os presidentes dos partidos com penetração parlamentar na legislatura 2015-2019. Para o caso Brasileiro, teve 3 três candidatos presidenciais, e deste os seus partidos conseguiram representação no parlamento e o PMDB, que mesmo não apresentando presidente, têm tido um bom desempenho eleitoral nas legislativas. 3 – A permanência dos partidos políticos na competição por sucessivas eleições. Nesse ponto, apenas dois partidos em Moçambique têm esta característica, e os outros continuam permanecendo, como é o caso do PIMO, mas nunca tiveram nenhuma representação parlamentar. Do mesmo modo, no Brasil, vários

nunca reconheceu oficialmente os resultados de todas as eleições até então realizadas, como tal, o Líder Afonso Dhlakama, tem sucessivamente contestando os resultados eleitorais e as vitórias a favor do candidato e o partido FRELIMO, alegando a fraude e falta de transparência na gestão do processo eleitoral. Se bem que há dúvidas, ao menos as eleições de 1999, há ainda mais margens de dúvida. Por quê? Porque naquelas eleições, houve centenas de milhares de votos da Zambézia e Nampula (regiões que compõem os dois maiores círculos eleitorais do País e particularmente favoráveis à RENAMO), que não foram contabilizados, Dhlakama, teve 2 133 665 votos (48%), contra 2 338 333 votos (52%) para Chissano, do partido FRELIMO que conseguiu se reeleger. Mas em uma situação deixa duvidosa, visto que os votos que não foram contabilizados (quase 300 000 mil votos), em si, correspondiam a 8% do total da votação. Sendo a uma região de domínio da RENAMO, permite ainda mais dúvidas se o candidato da oposição não teria realmente ganho as eleições (De Brito 2014; Hanlon 2000).

são os partidos que pontuam fortes e permanecem desde a legislatura de 1989, com destaque para o PMDB, PSDB e o PT (Braga 2010, 49).

Sobre a estrutura da Competição Eleitoral nos dois países

Para avaliar a dinâmica e a estrutura da competição eleitoral, se ela pode ser considerada fechada ou aberta, é necessário recorrer a um conjunto de literatura que sustentem nossos argumentos. Sartori (1982), Lipset & Rokkan (1967), explicam que as condições sociais estruturam e são muito determinantes na estruturação da competição Eleitoral. No dizer dos autores, a função dos partidos é que determinam se o sistema partidário será fechado ou aberto. Neste caso, os partidos passam a ser polos de atração e produção do alinhamento eleitoral que independe do elemento geográfico, social, cultural subjacente ao movimento. Do mesmo modo, para Lipset & Rokkan (op. cit.) é importante pensar na estrutura da clivagem que vai determinar se o sistema partidário vai ser aberto ou fechado. Neste caso, devem ser incluídos elementos como recurso de mobilização dos agentes, o suporte político, a lealdade, solidariedade e compromisso, e considerar ainda dois agentes: internos e externos.

Mair (1996) explica que é necessário pensar-se na possibilidade do congelamento dos sistemas partidários que não permite a entrada de novos atores e estes se tornarem relevantes se comparado com os existentes. Para Mair (op. cit.) a verdadeira competição se verifica não entre os partidos com ideologias diferentes, mas sim, na sua concorrência entre aqueles designados em manter as principais dimensões da competição e aqueles invisíveis. Contrariamente o sistema partidário descongelado, seria aquele cujo mercado eleitoral é fechado somente para os partidos surgidos das profundas clivagens sociais fortes, ou grandes partidos organizados, e há uma continua volatilidade e instabilidade das preferências eleitorais (Poguntke 1995; Schattschneider 1960; Blondel 1968).

Para o caso Brasileiro, a estrutura da competição é descongelada, pois permite acessibilidade de (n) atores que anteriormente não estavam integrados dentro do sistema partidário. Nossa abordagem parte do princípio de que a alta fragmentação não é acompanhada pelo pressuposto do sistema partidária congelado. Contrariamente o sistema partidário Moçambicano é congelado, visto que não permite com fiabilidade a entrada de novos atores políticos dentro dele, isto é, apenas dois partidos FRELIMO e RENAMO, que controlam o sistema partidário. Não se está dizendo que é bipartidário, mas têm algumas características que lhe permitem esta tipificação em detrimento do multipartidarismo ou unipartidarismo. Neste

caso, a estrutura da competição política e eleitoral de Moçambique, seria fechada a entrada de novos atores políticos e a possibilidade de avaliar estes na sua relação com a estrutura e o processo de formação do governo.

Mair (1996) explicita que a estrutura da competição considera-se fechada quando não há alternância nos escritórios ou gabinetes; formulações que regem o acesso ao governo, restringem-se para um número reduzido; Novos partidos encontram-se praticamente impossibilitados de romper a estrutura do governo; Ausência de fórmulas inovadoras e a presença de apenas dois partidos no governo ou com capacidade de chantagem. O sistema previsível ou aberto, aquele cujo há alternância prática nos gabinetes, fórmulas regimentais inovadoras, o acesso ao governo é aberto (quase) para todos os partidos.

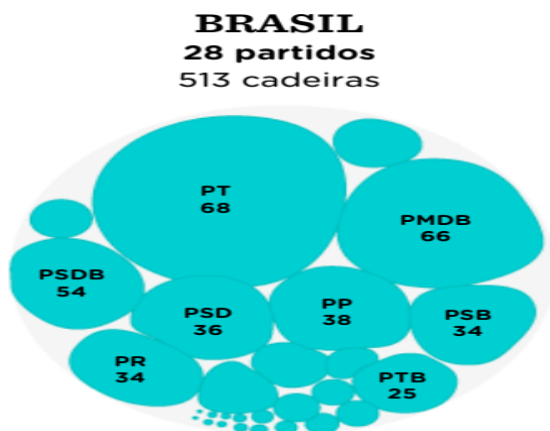
Partidos Políticos em Moçambique e no Brasil

Desde que aprovaram da constituição multipartidária em 1990 em Moçambique, permitiu legalmente a competição política e eleitoral, regida por leis e normas, bem como princípios, emanadas na carta constitucional e nas demais leis – lei eleitoral, lei dos partidos políticos, etc., começaram a surgir diversos partidos políticos, primeiramente com uma expressão mais étnica e tribal, e mais tarde com uma intenção de ser nacional. Como demonstra Lundin (1995), os partidos políticos em Moçambique tanto os parlamentares – FRELIMO, RENAMO e com alguma exceção a Coligação União Democrática, tiveram uma base de apoio quase étnica e tribal. Este dado pode ser mensurado pelo fato de, os seus principais dirigentes, as suas zonas de dominância eleitoral, bem como os distritos eleitorais com uma expressão de voto acima da média. Foi exatamente nos regiões em que os mesmo partidos ainda na guerra civil ocupavam, dominavam e controlavam as regiões geográficas de Moçambique, que passa a viver uma democracia multipartidária.

Com base nas informações oficiais da Comissão Nacional de Eleições, e os dados oficiais disponíveis no portal do Governo, em Moçambique, existem os seguintes Partidos Políticos⁶. Salientar que dos

6 1 – Partido Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) 2 - Resistência Nacional Moçambicana (REMANO) 3 - Frente Democrática Unida (FDU) 4 – Partido Movimento Democrático de Moçambique (MDM) 5 - Partido para o Progresso do Povo de Moçambique (PPPM) 6- Partido de Unidade Nacional (PUN) 7- Frente Unida de Moçambique/Partido de Convergência Democrática (FUMO/PCD) 8- Movimento Nacionalista Moçambicano/Partido Social Democrata (MONAMO/PSD) 9- Partido da Convenção Nacional (PCN) 10- Aliança Independente de Moçambique (ALIMO) 11- Partido Ecologista de Moçambique (PEMO) 12- Partido de Reconciliação Democrática (PAREDE) 13- Partido Independente de

47 partidos existentes, apenas três têm representação parlamentar. Isto é, que nos dizeres de Nicolau (2004) seria baixa fragmentação partidária, pois somente dois têm uma representação acima de 10%. No contexto Brasileiro, os partidos Políticos apenas cinco já existiam antes do período da democratização, mas vieram se consolidar como instituições relevantes depois da Constituição de 1988. Assim, indicam um conjunto de estudos que a fragmentação partidária é a característica chave do sistema partidário Brasileiro, isto porque, Brasil e têm mais de 35 partidos, e deles 28 com representação parlamentar na camada dos deputados, conforme vê-se na figura a baixo:



Fonte: Almeida, R; Mariani, D; Damasi, B (2016). Adaptado pelo autor

Moçambique (PIMO) 14- Partido Liberal e Democrático de Moçambique (PALMO) 15- Partido Democrático para a Reconciliação em Moçambique (PAMOMO) 16- Partido do Congresso Democrático (PACODE) 17- Partido Trabalhista (PT) 18- Partido Popular de Moçambique (PPM) 19- Partido Democrático de Moçambique (PADEMO) 20- Partido para a Paz, Democracia e Desenvolvimento (PDD) 21- Partido Social-Liberal e Democrático (SOL) 22- Partido Democrático para a Libertação de Moçambique (PADELIMO) 23- Partido Nacional Democrático (PANADE) 24- Partido de Ampliação Social de Moçambique (PASOMO) 25- Partido Nacional de Moçambique (PANAMO) 26- Partido Nacional dos Operários e dos Camponeses (PANAOC) 27- Partido Ecologista - Movimento da Terra (PEC e MT) 28- Partido Renovador Democrático (PRD) 29- Congresso dos Democratas Unidos (CDU) 30- União Nacional Moçambicana (UNAMO) 31- Partido Africano Conservador (PAC) 32- Frente Liberal (FL) 33- Partido União para Mudança (UM) 34- Partido Livre Democrático de Moçambique (PLDM) 35- Partido para a Liberdade e Solidariedade (PAZS) 36- Partido de Reconciliação Nacional (PARENA) 37- Partido dos Verdes de Moçambique (PVM) 38- Partido para Todos os Nacionalistas de Moçambicanos (PARTONAMO) 39- Partido Social Democrático de Moçambique (PSDM) 40- Partido da Aliança Democrática e Renovação Social (PADRES) 41- Partido Socialista de Moçambique (PSM) 42- Partido Social Democrata Independente (PASDI) 43- Partido Popular Democrático de Moçambique (PPD) 44- Partido do Progresso Liberal de Moçambique (PPLM) 45- União Moçambicana da Oposição (UMO) 46- Movimento Juvenil para a Restauração da Democracia (MJRD) 47- Frente de Acção Patriótica (FAP) Partido Unido de Moçambique da Liberdade Democrática (PUMILD).

(2017)

De todos partidos com representação no parlamento ou não, foram criados entre 1981 a 2014. No contexto brasileiro a idade do partido não conta muito para sua efetivação ou albergar votos suficientes para conseguir a representação parlamentar. Sinuosamente, no contexto Moçambicano, onde os principais partidos continuam tendo uma dominância no congresso moçambicano por um lado pela sua força e enraizamento na Sociedade, e por outro lado, pelo fato da oposição não funcionar efetivamente como alternativa.

Considerações Finais

Este artigo apresentou como objetivo de investigação, analisar o sistema partidário dos dois países considerando elementos como, a estrutura da competição, os partidos políticos e o contexto e funcionalidade dos elementos fundamentais que caracterizam o campo político nos dois países. Considerando estas nuances, é visível que Moçambique possui um sistema partidário de dois partidos, onde a FRELIMO, partido Governista e a RENAMO, são os mais dominantes. Obviamente considerando a tipologia que pode se pensar num partido dominante que permite a existência de demais partidos, mas que apenas ele, deve continuar a ganhar as eleições. Contrariamente, o sistema partidário Brasileiro é multipartidário, e altamente fragmentado, o que às vezes dificulta a governabilidade e a execução da governança.

Em termos da estrutura do sistema partidário, Moçambique apresenta um sistema partidário quase fechado, pois nem todos os elementos que caracterizam os sistemas fechados, podem ser visualizados no contexto de Moçambique, do mesmo modo, Brasil, a estrutura do sistema partidário é aberto, pois permite a entrada de novos partidos que estava fora no governo.

Finalmente, a dominância de dois partidos para o caso moçambicano que estrutura os elementos da competição política e organização partidária no governo, no parlamento, ou no eleitorado. E no caso brasileiro, são várias nuances a destacar, um sistema cípiente e com estrutura de competição aberta, que se caracteriza pela alta fragmentação explicada pelo presidencialismo de coalizão. As instituições políticas são funcionais, mas amparados pela força de mais de oito partidos efetivos. A governabilidade tem sido um elemento a ser mensurado, pois em parte, oito partidos efetivos, numa democracia que é representativa de diversos seguimentos da sociedade, pode tornar-se inviável a governabilidade. E tornar-se continuamente em

um sistema partidário “razoavelmente estabilizado”, com certa regularidade no relacionamento entre os partidos, eleitores, Estado.

REFERÊNCIAS

- Aldrich, John. 1985. *Why Parties? The Origin and Transformation of Political Parties in America*. Chicago, The University of Chicago Press, (cap. 1 pg. 3-27).
- Anastasia, F.; Melo, C. R.; Santos, F. 2004. *Governabilidade e Representação Política na América do Sul* (capítulo 1). Editora Unesp.
- Blondel, J. & Cotta, M. (eds). 1996. Party and Government – an inquiry into the relationship between governments and supporting parties in Liberal Democracies. London, Macmillan.
- Braga, Maria S. 2006. *O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)*. São Paulo: Humanitas, Fapesp.
- Braga, Maria S. 2010. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partido e sistema partidário institucionalizados. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, p. 43-72.
- De Brito, L. 1995. O Comportamento Eleitoral nas Primeiras Eleições Multipartidárias em Moçambique. In B. Mazula, ed. Moçambique, Eleições, Democracia e Desenvolvimento. Maputo.
- . Francisco, António; Pereira, Cândido G; Rosário, Domingos do. Moçambique 2003: uma avaliação do potencial de conflito. Centro de Estudos de População da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 2003.
- et al. Formação do Voto e Comportamento Eleitoral dos Moçambicanos em 2004. *Série Texto e Documentos* N. 1. Maputo, EISA Moçambique.
- Carreirão, Yan. 2006. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. *Opinião Pública*, v. 12, n. 1, p. 136-163.
- Carreirão, Yan. 2008. Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros. *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, p. 319-351
- Criddle, B. 1987. France: Parties in a Presidential System. in Ware, A. (ed.) *Political Parties – Electoral change and Structural Response*. Oxford. Basil Blackwell (pgs.137-157).
- Dalton, Russel. J. 2000. The Decline of Party Identifications. In Dalton. R.J. Mcallister, I. & Wattengerg, M (eds.) *Parties without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*. Oxford: Oxford University Press.

- Dalton, R.J. McCallister, I. & Wattengerg, M. The Consequences of Partisan Dealignment. In Dalton, R.J. McCallister, I. & Wattengerg, M (eds.).
- Duverger, Maurice. 1970. Os Partidos Políticos. Rio de Janeiro, Zahar. Introdução.
- Eldersveld, Samuel. 1966. *Political Parties: a behavioral analysis*. Chicago: R. McNally & Co 2 ed.
- Epstein, Leon D. 1967 Political Parties in Western Democratic Systems. in Roy Macridis (eds.) *Political Parties – Contemporary Trends and Ideas*. New York, Harper Torchbooks.
- Epstein, Leon D. 1967. *Political Parties in Western Democracies*. New Brunswick & London, Transaction Books, 2 ed.
- Farrell, David & Webb, Paul. 2000. Political Parties as Campaign organizations. in Dalton, R. J. McCallister, I. & Wattengerg, M (eds.) *Parties without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*. Oxford: Oxford University Press.
- Green, John. 2002. Still Functional after all these years: Parties in the United States, 1960-2000. In Webb, P. Farrell, D. & Holliday, I (eds) *Political Parties in Advanced Industrial Societies*. Oxford: Oxford University Press.
- Katz, R.S. & Mair, P. 1992. *Party Organizations: A Data Handbook on Party Organizations in Western Democracies, 1960-90*. Londres: Sage.
- Kinzo, Maria D'Alva G. 1993. *Radiograma do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Instituto Konrad-Adenauer-Stiung.
- Kirchheimer, O. 1966. The Transformation of the Western European Party Systems. in Lapalombara, J. & Weiner, M. (eds) op.cit. *Political Parties and Political Development*. Princeton, PUP, (Pgs.177-220).
- Klingemann, H., Hofferbert, R.I. e Budge, I. 1994. (eds.) *Parties Policies and Democracy*. Boulder: Westview Press.
- Lamounier, Bolívar. 1992. Estrutura institucional e governabilidade na década de 1990. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.). *O Brasil e as reformas políticas*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Lipset, Seymour M. e Rokkan, Stein. 1967. *Cleavage Structures, Party Systems and Voter alignments*. New York, Free Press.
- Mair, Peter. 1997. *Party System Change – Approaches and Interpretations*. Oxford, Clarendon Press.
- Michels, Robert. 1982. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília. UNB.
- Nicolau, J. 2012. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Norris, P. 2011. Cultural Explanations of Electoral Reform: A Policy Cycle Model. *West European Politics*, 34 (3), p. 531-550.
- Nicolau, J. 2012. *Sistemas Eleitorais*. Editora. FGV, Viçosa.
- Nicolau, J. 2004. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zaher Editores.
- Nohlen, D; Bernard, T; Krennerich, M.1999. *Elections in Africa*. Oxford University Press. Eds.
- Norris, P. 1997. Choosing Electoral Systems: Proportional, Majoritarian and Mixed Systems. *International Political Science Review*, 18 (3): 297-312.
- Olson, D. M. 1998. Party Formation and Party System Consolidation in the New Democracies of Central Europe. In *Hoffmeyer, Richard, Parties and Democracy*. Blackwell Pub.
- Peres, P. S. 2005. *Sistema partidário e dinâmica democrática no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Rae, Douglas. 1967. *The political consequences of electoral laws*. New haven and London, Yale University Press.
- Sartori, G. 1982. *Partidos e Sistemas Partidários*. Brasília, Zahar/UNB.
- Steinmo, S., Thelen, K. e Long-Streth, F. 1997. *Structuring politics: historical institutionalism in comparative analysis*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Strom, K. Parties at core of government. In *Dalton. R.J. Mcallister, I. & Wattenberg, M (eds.)*.
- Tavares, J. 1994. *Sistemas Eleitorais nas democracias contemporâneas: Teoria, Instituições e estratégias*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- Terenciano, F., Souza, C. 2015. Democracia e Democratização na África Austral: Análise do sistema político e eleitoral de Moçambique e Zâmbia. Apresentação no 12 Congresso da Associação Argentina de Análise Política, Cidade de Mendoza, Argentina, entre 12 a 15 de Setembro de 2015.
- Ware, A. 1996. *Political Parties and Party Systems*. Oxford, Oxford University Press.
- Wattenberg, M. 1998. *The Decline of American Political Parties – 1952-1996*. Cambridge: Harvard University Press.
- Webb, P. Farrell, D. e Holliday, I (eds) 2002. *Political Parties in Advanced Industrial Societies*. Oxford: Oxford University Press. (Pgs.16-45).
- Webb, Paul. e Fisher, J. 1999. The Changing British Party System: two-Party

Equilibrium or the Emergence of Moderate Pluralism?. In Broughton, D. & Donovan, M (eds.) *Changing Party Systems in Western Europe*. London, Pinter.

RESUMO

O estudo apresenta como objetivo de investigação compreender a estrutura do sistema partidário e a efetividade da competição política no Brasil e em Moçambique, evidenciando os contornos e o funcionamento dos partidos políticos nos dois países. Teoricamente, existem estudos (Duverger 1961; Ingleshart 1971; Sartori 1982; Webb 2000; Dalton e Wattenberg 2000) que ilustram algumas das abordagens desenvolvidas neste estudo. Metodologicamente, trata-se de um trabalho exploratório e descritivo. Foi considerada uma base de dados sobre os processos políticos em perspectiva comparativa, combinados com medidas qualitativas e quantitativas de produtividade. Os resultados indicam que Moçambique apresenta um sistema partidário de dois partidos e que o Brasil apresenta um sistema multipartidário e altamente fragmentado. Em termos de estrutura do sistema partidário, Moçambique detém um sistema partidário quase fechado e, no caso do Brasil, a estrutura do sistema partidário é aberta.

PALAVRAS-CHAVE

Partidos; Competição Política; Brasil; Moçambique.

Recebido em 01 de novembro de 2017.

Aprovado em 22 de dezembro de 2017.

POLÍTICAS PÚBLICAS E LINGUÍSTICAS: ESTRATÉGIAS E DESAFIOS NO COMBATE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS EM MOÇAMBIQUE

Alexandre António Timbane¹
José Gil Vicente²

Introdução

A liberdade de expressar pensamentos, de viver uma vida com direitos e deveres são aspetos importantes que motivam o desenvolvimento de políticas públicas e sociais. Cabe aos governos, a principal responsabilidade de elaborar políticas públicas e linguísticas inovadoras que atendam as necessidades da população. Trazer o debate à luz das políticas em vigor em Moçambique apontando caminhos que possam ajudar o foco para o desenvolvimento do país é o que se almeja.

A fim de pensar a sociolinguística e as desigualdades sociais, este trabalho pertence a um paradigma alargado da necessidade de contribuir para dinamizar e inovar as políticas e pesquisas nas várias formas de governança, cidadania e poder. É objetivo central desta pesquisa encontrar consenso na definição das estratégias e desafios num contexto multilíngue e multicultural como é o caso de Moçambique. Paralelamente à esse aspecto, traça-se os objetivos específicos a) discutir a relevância das Políticas públicas e linguística em contextos das desigualdades sociais; b) refletir sobre a importância das políticas linguísticas na elaboração das estratégias e desafios no combate às desigualdades sociais; c) contribuir na melhoria das políticas públicas e sociais para a mitigação dos impactos das desigualdades sociais.

¹ Programa de Mestrado em Estudos de Linguagens, Universidade Federal de Goiás, Catalão, Brasil. E-mail: alextimbane@gmail.com.

² Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), Niterói, Brasil. E-mail: gilvicente2007@yahoo.com.br

Para concretização dos objetivos apresentados levantam-se as seguintes questões de pesquisa: Como são elaboradas as políticas públicas e linguísticas, tendo em conta os desafios das desigualdades sociais em Moçambique? Que fatores impedem a implementação eficiente das estratégias de comunicação para o desenvolvimento das pesquisas sociolinguísticas? De que forma as políticas linguísticas contribuem para a mitigação das desigualdades sociais? Considera-se que a área de políticas públicas contou com quatro grandes “pais” fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton Laswell (em 1936) que introduziram a expressão *policy analysis* (análise de política pública) como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo (Souza 2003).

Souza (2003) resume a política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente) (Souza 2003 23). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

As políticas públicas em Moçambique atendem uma minoria de classe alta ou filiada ao regime político do dia. A maior parte da população fica privada de usufruir das políticas públicas porque grande parte das decisões não chegam a satisfazer os interesses da população. Poucas vezes a população é ouvida e atendida. Outro problema que enferma a sociedade moçambicana, sobretudo de classe econômica baixa é a falta de conhecimento dos seus direitos. Muitos panfletos e manifestos são escritos em português e não em línguas bantu que são as mais faladas pelos moçambicanos. Há maior divulgação dos deveres do que dos direitos, o que faz com que a população não saiba agir diante de situações adversas. Uma vez que 44,9% dos moçambicanos é analfabeta (Vicente 2015), muitas vezes não sabe cobrar nem insistir para que os problemas da sua comunidade, seu bairro, seu quarteirão e da sua cidade sejam resolvidos. A ascensão da língua portuguesa (LP) em detrimento das línguas bantu (LB) em Moçambique revela a política linguística pós-colonial adotada pelo então Governo monopartidário. É fundamental a elaboração das políticas linguísticas que reflitam a realidade moçambicana e que sirvam de veículo da moçambicanidade, no contexto da unidade nacional. Infelizmente, apesar de o país adotar o sistema democrático, as suas políticas linguísticas continuam a não espelhar o cotidiano do que é, de fato, um país democrático.

Para um melhor entendimento é necessário voltarmos à matriz da colônia portuguesa para estabelecermos uma ponte entre os períodos pós-independência e democrático relativamente à questão da Política pública e linguística. Entendamos por política linguística como a “determinação das grandes decisões referentes às relações entre as Línguas e a sociedade” e planejamento linguístico como “a sua implementação” (Calvet 2007, 11). Na realização do presente estudo demos prioridade à pesquisa bibliográfica de diversa documentação (artigos, discursos, comunicações, relatórios oficiais, dissertações e teses) que discutem sobre a temática. O estudo pode contribuir para uma reflexão sobre as políticas públicas e linguísticas vigentes em Moçambique, mas também elucidar algumas estratégias e desafios para enfrentamento da **Questão Social** em Moçambique. Entendamos por **Questão Social** “o conjunto das expressões de desigualdades sociais da sociedade capitalista moderna (quais sejam: exclusão social, desemprego estrutural, pobreza extrema, entre outras) [...] e enquanto rebeldia por envolver sujeitos que vivenciam essas desigualdades e a elas resistem e se opõem” (Iamamoto 1998, 28).

Os desafios lançados na vida cotidiana apontam para uma reflexão profunda sobre as políticas públicas e linguísticas, especialmente para educação de jovens e adultos em suas relações com as línguas como ponto de partida da construção de mudanças sociais, afim de fazer das políticas linguísticas um guia para o presente que permite ver o futuro das línguas locais em Moçambique. As políticas linguísticas são necessárias para fazer a revolução. Elas vão situar-se no centro de sistematização da gestão científica, sociolinguística e sociocultural da existência dos povos.

A importância do estabelecimento políticas públicas e linguísticas favoráveis ao povo explica a apreensão levantada pela Declaração Africana sobre o Poder das políticas públicas e sociais na educação e Ensino dos Jovens e Adultos, pela Carta do Desenvolvimento para África e pela Declaração dos direitos linguísticos ratificados em 2006. Neste contexto, Morakinyo (2011) alerta para a importância de educação adequada e de qualidade para que os possam ser alfabetizados na sua plenitude. Segundo Morakinyo (2011) se os jovens não estão hoje bem equipados com exposição de aptidões, educação e guia necessária para a realização de desafios do amanhã, um amanhã melhor, morre prematuramente em nossas mãos inexperientes. Desta forma o amanhã morre prematuramente quando as políticas públicas e linguísticas são mal desenhadas para uma educação adequada, de excelência e para todos.

As reformas políticas, econômicas e sociais caracterizadas pela liberalização econômica e política que tinham em vista a modernização do estado moçambicano para torná-los mais eficientes e mais próximas dos

cidadãos, levaram ao movimento da descentralização das políticas públicas e administrativas em Moçambique desde 1988. Foi neste contexto que surgiu a abertura para participação dos cidadãos no processo de governança em Moçambique. As políticas linguísticas e a reforma da governação local, por outro lado, assumem como premissa fundamental o reconhecimento e institucionalização do poder tradicional nas suas diversas formas de organização e funcionamento.

O desenvolvimento local está associado, normalmente, às iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto. As comunidades procuram utilizar suas características específicas e suas qualidades superiores e se especializar nos campos em que têm uma vantagem comparativa com relação às outras regiões. Representa, neste sentido, o resultado de uma vontade conjunta da sociedade que dá sustentação e viabilidade política a iniciativas e ações capazes de organizar as energias e promover a dinamização e transformação da realidade (Castells e Borja 1996). Nesses aspectos verifica-se a falta de vontade política por parte do Governo no poder para promover a dinamização e transformação da realidade moçambicana. Pois, as decisões de ordem política ou econômica não tem tido um papel decisivo na reestruturação e elaboração das políticas sociais. A elaboração e desenvolvimento das políticas linguísticas requer sempre alguma forma de participação na mobilização e iniciativas dos atores locais em torno de projeto coletivos.

Em decorrência de vários fatores, surgem ainda mais problemas que passamos a citar: A desarticulação de interesses existentes entre as comunidades locais e as estruturas do Estado na definição de políticas pública e linguísticas; Falta de estratégias de comunicação eficazes para a promoção de igualdade social; Problemas de organização social e de capital financeiro, humano e social das comunidades locais impedem a promoção da justiça social e multicultural; Diversos fatores atuando em combinação ou isoladamente impedem a promoção eficiente das políticas linguísticas no âmbito da justiça moçambicana. Neste contexto, torna-se necessário a elaboração das políticas públicas e linguísticas para estabelecer as formas de articulação das línguas locais de modo a encontrar possíveis soluções ou consenso na resolução dos problemas de desigualdades e justiça social. Os desafios na mitigação das desigualdades sociais são vários e vamos arrolá-los ao longo desse artigo.

Focando em políticas linguísticas

Moçambique é um país lusófono que se caracteriza por uma diversidade linguística. É um país com pouco mais de 24 milhões de habitantes e com dezessete LB com ortografia padronizada segundo Ngunga e Bavo (2011). Segundo Ngunga e Bavo (2011, 14-15) as quatro línguas mais dominantes no país são: emakhuwa (26.1%), português (10.8%), xichangana (10.5%) e cisena (7.8%). Apesar da Constituição da República de Moçambique (2004) assumir as LB como nacionais e patrimônio cultural, e a LP apenas apontar-se como sendo a língua oficial, ela é prestigiada não só por ser oficial, mais por ser amparada pela Constituição da República de Moçambique (2004). Tornou-se um instrumento que dá pouca relevância às LB moçambicanas faladas pela maioria da população. Apesar da maior parte da população habitar nas zonas rurais, com o nível de escolaridade baixa, eles preservam o seu mosaico cultural e fala as suas diversas LB. Para além destas línguas africanas, Moçambique conta com cinco línguas de asiáticas (gujarate, memane, hindu, urdo e o árabe) faladas por comunidades asiáticas radicadas no país e pela comunidade islã enraizada principalmente na região norte de Moçambique (Timbane 2013, 2).

No entanto, a alfabetização vem sendo apresentada muitas vezes como solução “mágica” para a ampliação das oportunidades e a criação de uma sociedade mais igualitária, retificando a noção de um mercado de trabalho com oportunidades iguais, cujo determinante é o valor meritocrático. Infelizmente, essa é uma condição difícil de ser alcançada num contexto de extrema desigualdade, em que a elite tende a acionar mecanismos de distinção que passam, invariavelmente, pela educação e pela cultura (Scalon 2011, 63). E aqui podemos pensar na argumentação teórica desenvolvida, com tanta propriedade, por Bourdieu (1984, 1989).

A educação é um investimento de grande importância que tem impacto, fundamentalmente, sobre políticas públicas e linguísticas às gerações jovens. Todavia, o investimento em educação, é indispensável para a promoção de equidade e bem-estar social, mesmo não tendo impacto direto e imediato sobre a pobreza e a vulnerabilidade dos grupos desprivilegiados. A escola moçambicana não debate sobre as variações do português na sociedade, muito menos os manuais escolares fazem alusão a isso. Portanto, estamos vivendo um momento atípico e confuso no que diz respeito às políticas educacionais. Essa atitude provoca a redução do maior patrimônio cultural que o ser humano tem - a língua. Os dados do último recenseamento populacional de 2007 mostraram claramente como o número de falantes das LB reduziu em detrimento da LP.

Ainda há preconceito com relação às LB moçambicanas e por essa razão ainda são proibidas em recintos escolares. O contexto é de possibilitar e situar a inserção dos falantes e dos iniciantes das LB no passado da

comunidade onde viveu ou vive, visto que, ao interrogar a linguística ou a língua local e as fontes locais encontrará respostas e referências em pessoas mais velhas, lugares conhecidos, identificação dos vestígios do passado na sua comunidade, permitindo uma compreensão empática dos grupos sociolinguística e sociocultural que fizeram e ainda fazem parte de diferentes momentos da história, desenvolvendo a linguística nas crianças, nos alunos, estudantes e investigadores hábitos e habilidades de fala, compreensão e competências de pesquisas. Contribuindo desta forma para o desenvolvimento das capacidades dos mesmos e aos demais interessados no desenvolvimento das políticas públicas e linguísticas como identidade ou matéria de cada região ou nação.

As políticas públicas e linguísticas quando forem implementadas de baixo para cima, a língua local vai provar a autenticidade das fontes e possibilitar uma sólida iniciação ao ensino da linguística uma vez que, em situações em que o aluno da tenra idade é confrontado com acontecimentos de regiões muito distantes leva a que este considere esta ciência como uma mera invenção. Segundo Lopes (2004), a política linguística consiste num corpo de ideias, leis, regulamentos, regras e práticas que visam materializar a pretendida mudança linguística nessa comunidade. Vale dizer que a planificação linguística subordina-se à política linguística dando conta da materialização das diretrizes que a política descreve.

Atualmente, as políticas linguísticas estão desarticuladas no contexto sociolinguístico do País. Contudo, urge a necessidade de serem revistas para darem coberturas à diversidade linguístico-cultural e enquadrar no sistema político-administrativo do Estado muitos grupos etno-linguísticos ou mesmo pessoas que se sentem à margem da sociedade homogeneizada, tendo em conta que a cultura que nos une é também a cultura que nos separa. De acordo com Lopes (2004, p.91), a planificação linguística “consiste num conjunto de atividades que visa mudanças linguísticas numa determinada comunidade de falantes, e cuja intenção, ao nível das autoridades competentes, assenta na manutenção da ordem civil, na preservação da identidade cultural e no melhoramento da comunicação.”

Citando Firmino (1998, 252), “o português chegou em Moçambique como uma língua colonial e foi usado por muitos anos como meio oficial de comunicação em contextos coloniais burocráticos e institucionais”. Em Moçambique, as políticas linguísticas se efetuam por avanços, mas também expressa formas de resistência. Essas políticas emergiram como resposta às diversas formas de desigualdades sociais sofridas no período colonial. Com a independência de Moçambique em 1975, começam a surgir ondas de mobilização social no desenho das Políticas Públicas, que apelavam à necessidade de se criar uma nova cultura política linguística no país que

resguardasse, dentre outras premissas, a defesa dos direitos humanos, compromisso social e a construção da cidadania.

Falando do exercício de cidadania vai além da discussão sobre os conceitos que os distingue, percorrendo uma particularidade ‘meio’ polêmica, que trata da cidadania no tocante às desigualdades, muitas vezes confundidas pelo totalitarismo, gerando preconceitos e discriminações diante das diferenças. O direito de igualdade perante a lei pode ser desvirtuado por interesses particulares de grupos dominantes. Por essa e outras razões, a cidadania e os Direitos da cidadania não se configuram como direitos universais, já que estão inseridos na Constituição de cada nação. São variáveis de acordo com as determinações de cada país, preconizados na sua Constituição. Benevides (2009), explica que a cidadania e os direitos da cidadania dizem respeito à determinada ordem jurídico-política vigente num Estado que também se define e se garante quem é cidadão.

Moçambique é uma nação de muitas tradições que se caracteriza por multilinguismo. Estas alterações são consideradas como tentativas de busca de soluções necessárias para responder os vários desafios. Porém, muitos dos fracassos destas alterações partem da falta de estratégias operativas para a definição de políticas públicas consistentes nos documentos que incitam a Lei mãe leis mãe que regem um país para, a partir delas, traçar políticas linguísticas para o combate as desigualdades sociais que coadjuve com episódios da vida cotidiana do país. Na primeira seção discute-se a questão de políticas públicas e linguísticas, questionando a sua elaboração tendo em conta os desafios das desigualdades sociais.

Discutindo a contextualização sócio-histórica de Moçambique

Moçambique é considerado um dos países mais pobres do mundo. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na sua edição de 2009 classifica o país na 172^{ff} posição, entre 182 países considerados, com um IDH de 0,402. A esperança média de vida da população é de apenas 52 anos. O número de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza, 45% da população moçambicana continua a viver com menos que um dólar por dia e não tem acesso a serviços básicos, como água potável, escolas e instalações médicas (Suárez e Borrás Jr. 2010). Considerando a atual situação de Moçambique marcada pelo baixo Índice de Desenvolvimento Humano no seio da SADC, da PALOP e da CPLP é longo e duro o caminho a percorrer para inverter o presente estágio, dominado pelo agravamento das privações e limitadas escolhas para se ter acesso à vida condigna. Moçambique é um país em vias de desenvolvimento, afetado pelo impacto das deliberações das principais

organizações financeiras mundiais. A fraca capacidade competitiva, aliada à escassez de recursos humanos adequados, tornou inevitável o caminho para a marginalização, apesar de registros em anos recentes de sinais encorajadores de crescimento econômico assinalável.

Apesar do Governo de Moçambique e os doadores investirem esforços e recursos consideráveis no desenvolvimento das políticas socioeconômicas e a redução da pobreza, os indicadores chave socioeconômicos são ainda muito graves: o PIB per capita é de 1.100 USD, a taxa de alfabetização de adultos é de 48,1%. Mesmo com alguns progressos alcançados, a taxa de analfabetismo do país continua entre as mais altas do mundo, principalmente entre as mulheres, cuja taxa de analfabetismo é superior (64,2%) em relação aos homens (34,6%), e mais alta nas áreas rurais (81,2%) do que nas urbanas (46,1%). Após a proclamação da independência nacional em 25 de junho de 1975, a taxa de analfabetismo se situava em 93 %. Isto significava que em cada 100 moçambicanos apenas sete sabiam ler e escrever. Esta situação levou a que o Governo colocasse na sua agenda a alfabetização como uma das prioridades. Segundo as projeções do Instituto Nacional de Estatística (INE), somente dentro de trinta anos a esperança de vida dos moçambicanos atingirá o nível médio atualmente registrado no Mundo, mas de acordo com a ONU será ainda mais tarde (INE 2010).

A desigualdade nunca deixou de comparecer com alguma ênfase na história da humanidade. Ela é um fenômeno complexo e multifacetado que tem impactos diversos, em especial sobre as condições de pobreza e precariedade. Refletir e debater estratégias e desafios no combate às desigualdades sociais em Moçambique, é repensar sobre aspectos importantes da construção de uma base para a superação das desigualdades sociais que precisam envolver parcela significativa da população, tanto na elaboração como na implementação de políticas que vão ao encontro dos interesses e necessidades locais dos agentes. Phillips (1997) insiste na importância da clareza entre três etapas do planejamento da atuação: a formulação da política; o planejamento propriamente da ação; e a organização para a implementação que exige o detalhamento da ação administrativa. Contudo, pouco ou nada se sabe das percepções e avaliações que a população faz, no planejamento da atuação das políticas, tanto da situação de desigualdade e carência em que está mergulhada, como das iniciativas realizadas para ultrapassar essa situação.

Scalon (2011, 55), demonstra a importância de uma discussão mais profunda sobre valores, percepções, atitudes e opiniões em relação às desigualdades sociais, uma vez que são eles “que conformam as definições socialmente vigentes sobre o que é aceitável ou não em termos de distribuição de bens, recursos e serviços. Contudo, a estrutura de desigualdade é

reproduzida e transformada em interação com o código cultural de cada grupo social ou sociedade. Pois, cada sociedade tem sua língua e linguagem própria para legitimar ou deslegitimar igualdade e desigualdade social. Para Tvedten et all (2009) a língua é prática cultural, “é importante não apenas para ser capaz de comunicar e ter acesso à informação, mas também para entendimento mais profundo do mundo em mudança onde as pessoas vivem.” (Tvedten et all 2009, 25).

A unidade nacional pressupõe uma língua comum e a urgência em promover e solidificar essa unidade levou o partido Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), desde os tempos da luta de libertação nacional, a optar pelo português como a língua nacional. De acordo com Grusky (2008, 13), “a tarefa de identificar as dinâmicas principais por trás das mudanças sociais tem sido fundamental para a Sociologia, mas em nenhum lugar este interesse é mais bem desenvolvido ou mais essencial do que no campo das análises de desigualdades” Para tanto, vivenciamos os episódios do ideário neoliberal. O que estimula o individualismo, onde cada um tem de buscar os meios de prover as necessidades básicas e condições indispensáveis à reprodução da vida, é válido e fundamental a responsabilização de outros setores da sociedade pela execução de políticas sociais no âmbito de combate a exclusão e desigualdade, esclarece a distinção entre exclusão e desigualdade.

[...] a desigualdade implica um sistema hierárquico de integração social. Quem está em baixo está dentro e sua presença é indispensável. Ao contrário, a exclusão assenta num sistema de igualdade hierárquico mais dominado pelo princípio da segregação: pertence-se pela forma como se é excluído. Quem está em baixo está fora. Estes dois sistemas de hierarquização sociais, assim formulados, são tipos ideias, pois que, na prática, os grupos sociais inserem-se simultaneamente nos dois sistemas, em combinações complexas.[...]. Se a desigualdade é um fenômeno socioeconômico, a exclusão é, sobretudo um fenômeno cultural e social, um fenômeno de civilização. Ou seja no sistema hierárquico de integração social a presença da desigualdade social é patente. Ao passo que a exclusão encontra-se no mesmo sistema mais comandado pelo princípio de segregação em combinações complexas (Santos 2006, 280-281).

Devemos considerar que, quando os custos e as chances de participação são tão desiguais, em geral nos defrontamos com uma situação em que os incluídos aumentam suas vantagens relativas sobre os excluídos, se apropriando de forma mais efetiva dos benefícios gerados pela sociedade ou pelo Estado. Os fenômenos de exclusão social têm merecido muita atenção dos investigadores. Alguns investigadores como Kowarick (2003),

Lesbaupin, (2000), Proença (2005), Sen (2000), consideram a exclusão social um conceito recente, introduzido por René Lenoir em 1974, que abrange variedade de problemas socioeconômicos dos Estados. Portanto, a dinâmica da relação entre Estado e sociedade, na qual se inscreve a prática das políticas públicas, é atravessada por desigualdades na distribuição de poder: seja ele político, econômico, social, intelectual ou simbólico. A partir dessa relação, é importante que a desigualdade seja vista como problema político. Como ponto de partida é necessário reconhecer a estreita relação entre democracia, justiça social e igualdade de oportunidades. Moçambique não é uma exceção. Existem desigualdades locais baseadas nas oportunidades, educação, emprego e rendimento, localização geográfica, filiação política, género, idade e isolamento social resultante de vários fatores como, HIV-AIDS e deficiências físicas. Entendamos, como percepção social, que a existência de desigualdades é uma característica intrínseca a qualquer sociedade. Neste contexto, a ideia de justiça social, entendida como acesso a oportunidades de aquisição de postos e status, é defendida como forma de criar condições para uma competição igualitária e, conseqüentemente, reforçar um sistema meritocrático na alocação dos indivíduos.

De acordo com Isaacman e Stefhan (1984, 240), ultimamente Moçambique tem feito reformas curriculares visando acomodar cidadão de ambos os sexos, reforçando a valorização cultural entre a escola e as tradições comunitárias. Num esforço de edificação de uma sociedade onde o acesso ao ensino deve contribuir para o desenvolvimento e desafios para o combate às desigualdades sociais. Castiano (2005, 42), “entende a valorização da cultura como um produto derivado de uma capacidade inerente a qualquer humano e por todos nós realizada”. Moçambique tem suas crenças e grandes riquezas. Um mosaico de diversidade racial, étnica, cultural e linguística em que a identidade nacional se constrói na pluralidade e no diálogo intercultural. Para Castiano (2009), este diálogo entre as culturas é a condição básica para a formação da ‘identidade nacional’.

Segundo Geertz (1989), consideramos a cultura a partir das suas diversas manifestações simbólicas. Obviamente, falar do combate às desigualdades sociais é tratar de desafios, normas, vivências e da educação tradicional. Aspectos que devem ser debatidos e estudados cautelosamente a vários níveis numa forma transversal, inclusiva e participativa: desde os líderes tradicionais e religiosos até os comerciantes, acadêmicos, fazedores de cultura, políticos, professores, enfermeiros, pais, alunos e outros fazedores de ideias para o desenvolvimento do ensino que fortaleça as políticas públicas que consideram os fatores que perpetuam as desigualdades sociais. Para Dias (2002, 56), o ensino constitui um instrumento de manutenção de desigualdades sociais quando as políticas públicas de educação não

consideram os fatores que perpetuam desigualdades ao longo de gerações. Neste contexto, somos de opinião que o ensino e a união de todas as forças vivas consigam empreender uma colaboração que esteja certa de modo a semear idéias e interrogações práticas políticas que frutificarão futuras trajetórias na “pérola do Índico” que é Moçambique.

Intentamos com a afirmação desta autora, reforçar a ideia de que se não olharmos as desvantagens enfrentadas pelas mulheres das zonas rurais, que vão desde a falta de infraestruturas, educação, emprego e rendimento, agravados com o isolamento social resultante de vários fatores como deficiências físicas, tabus culturais e outros, o discurso político sobre a equidade de gênero e educação para todos, será uma utopia, pois as desigualdades vão persistirem. Vários esforços têm sido feitos para combater as desigualdades sociais e a pobreza, tanto por meio de programas sociais do Governo, como de iniciativas de organizações não governamentais e do setor privado. Há grandes e importantes mudanças nas relações de gênero. Na maioria dos países desenvolvidos, e em alguns países em desenvolvimento. Moçambique não é exceção. Ao redor do mundo houve importantes transformações nas relações de gênero.

Segundo o Relatório Anual da União Interparlamentar (IPU 2015), Moçambique é um país lusófono com o maior número de mulheres no parlamento. A nível mundial, Moçambique ocupa o 13º lugar, com 39,6% dos lugares no parlamento preenchidos por mulheres. Aumentaram oportunidades de acesso à educação, o número de postos de trabalho e emprego para mulheres, bem como a qualificação, o nível educacional e a presença delas em parlamentos. Mas tudo isso levou à cidadania e à igualdade social para as mulheres? Ainda há diferenças enormes em relação às mulheres no acesso a recursos, tais como a diferença de salários pagos às mulheres e aos homens, empresários, empreendedores e no número de líderes tradicionais, religiosos e políticos homens e mulheres.

Para as mulheres que podem cada vez mais ter acesso à educação, bom emprego, liderança, lugar no parlamento e outros cargos políticos, houve um aumento de oportunidades para alcançarem a plena cidadania. Para aquelas que não conseguem ter acesso à educação e bons empregos, em especial as mulheres mais velhas ou de etnias minoritárias, em vez de oportunidades, os problemas tornam-se cada vez maiores para obterem a plena cidadania. A mulher moçambicana lutou e continua a lutar para ocupar o seu espaço na sociedade. Depois da independência em 1975, os avanços conseguidos pelas mulheres na escolarização são encorajadores, contrariando o período colonial que excluiu de forma severa o acesso à educação para todos os moçambicanos.

Para Bordieu e Passeron (1975) não significava com isto que, o acesso

à educação estava democratizado, porque as probabilidades de acesso da maioria dependiam de zonas com oportunidades objetivas favoráveis e do reforço de mecanismos de acesso alocados pelo estado em diversas regiões. Com isto queremos dizer que entre as zonas rurais deste Moçambique e as cidades onde se supõe existir facilidades de acesso, diferentes fatores terão condicionado o acesso ao ensino para todos.

Nesta perspectiva, Nyerere apud Castiano (2005), embora na sua visão não enfoque a discriminação da mulher no acesso à educação na época colonial, no caso moçambicano podemos notar que dos moçambicanos que não sabiam ler nem escrever, 60% eram mulheres como resultado não só de práticas coloniais assim como da educação tradicional que mantinham a mulheres num estado de ignorância, “o lugar da mulher era de ser boa mãe, doméstica e servil, limitando o papel social da mulher” (Isaacman 1984, 222). Apesar da posição que Moçambique ocupa e a percentagem dos lugares preenchidos pelas mulheres no parlamento, o País, enfrentam grandes desafios na produção, apropriação e uso do conhecimento sobre as políticas públicas que possam contribuir para uma maior eficácia no combate às desigualdades sociais.

É necessário destacarmos a construção dos instrumentos de políticas públicas e linguísticas no Executivo, para o desenvolvimento das políticas dirigidas às mulheres de forma a lidarmos com aspectos mais estruturais que embasam a busca de uma perspectiva de igualdade. Razão pela qual, a busca de alternativas de redução das desigualdades passa por duas vias simultâneas: a formulação de novos modelos de desenvolvimento e a definição e implementação de políticas públicas que possibilitem uma distribuição mais equitativa dos bens e recursos sociais.

Desafios no combate às desigualdades sociais

Em Moçambique os desafios no combate às desigualdades sociais são e serão permanentes. Porém, várias iniciativas ainda têm um alcance limitado e podem ser mais facilmente identificadas nos documentos e recomendações do que por meio de ações práticas. Como desafio os projetos e Programas das organizações baseadas nas comunidades, Organizações de Sociedade Civil, Organizações Governamentais e não governamentais ligadas a promoção dos Direitos Humanos, por exemplo, devem dedicar à apresentação de propostas relacionadas ao tema das desigualdades sociais, resultantes em grande medida dos trabalhos dos Grupos de Trabalho Inter setorial e Interministerial para valorização do combate às desigualdades e elaboração das políticas sociais.

Podemos destacar também como desafios: atividades comunitárias destinadas à promoção social de crianças e jovens, por meio de reforço escolar, de atividades profissionalizantes e de educação voltadas para o exercício da cidadania; atividades de apoio e estímulo a microempresários: esta atividade envolve treinamento em conhecimentos ligados à administração empresarial e qualificação profissional; estímulo e ampliação do acesso ao ensino superior. Pressionar o governo a promover e organizar conferências que dizem respeito à construção de Estado de justiça social, multicultural e democrático; reforçar o Papel da Ação Afirmativa nas políticas públicas e linguísticas de forma Democráticas e Contemporâneas. Os planos de ação que devem ser desenvolvidos em termos de políticas públicas. Este documento, juntamente com o Plano Nacional de Direitos Humanos devem expressar as diretrizes governamentais para o combate às desigualdades sociais em Moçambique. Estas são, entre outras, algumas das iniciativas que ilustram a existência de uma mobilização de diferentes setores da sociedade no sentido da adoção de políticas de promoção da igualdade. Estas são, entre outras, algumas das iniciativas que ilustram os desafios para a existência de uma mobilização de diferentes setores da sociedade no sentido da adoção de políticas de promoção da igualdade.

De acordo com Souza (2006), Devemos, pois, buscar soluções que não sejam pura e simplesmente a repetição ou a cópia de outras soluções imaginadas para situações em que também há discriminação e o preconceito, mas em contexto diferente do nosso. É melhor, portanto, buscarmos uma solução mais imaginativa. Desde a construção de uma relação democrática e de instrumentos de elaboração e controle das políticas públicas e sociais. É importante encontrar mecanismos de apoio em diversas esferas de governo para impulsionar o alcance das ações, para além da reparação das discriminações mais gritantes, o que exige recolocar na pauta a proteção social de base universalizante, mas reconhecendo o direito dos desiguais de alcançarem a universalidade por meio de políticas afirmativas, aliadas às políticas redistributivas gerais (Phillips 1997). A diversidade social e cultural em Moçambique, produz várias dicotomias (Loiane 2013) que em Psicologia pode resumir-se no conceito de *double bind*³. Visão similar encontra-se em Castiano (2005), que explora as aporias existentes na educação em Moçambique entre identidade nacional e culturas particulares, entre ‘educação para todos’ e ‘qualidade para poucos’, entre a autonomia e a dependência e, entre a educação geral e a formação para o trabalho.

Hirata (2002), em seus estudos sobre as configurações atuais da divisão sexual do trabalho, insiste na permanência de uma contradição

3 Num processo de comunicação há *double bind* quando uma das pessoas formula à outra duas declarações ou lhe dá instruções que são contraditórias do ponto de vista lógico.

forte, e fundamental, entre a entrada das mulheres no mercado de trabalho e a permanência de uma divisão de trabalho tradicional entre mulheres e homens, em particular, mas não apenas, na esfera doméstica. A construção de políticas sociais que incidem sobre esta lógica é, portanto, central na alteração das relações de dependência das mulheres.

A divisão sexual do trabalho é entendida aqui não como um conceito descritivo, mas estruturante nas relações sociais de sexo (Kergoat 1996). A construção de uma plataforma de políticas públicas e combate as desigualdades sociais inclui, em nossa perspectiva, a existência de um organismo responsável por sua articulação e implementação no âmbito do executivo, cujo objetivo é traduzir uma visão programática em eixos de atuação e ações que, no seu alcance variado, reflita a disputa por relações sociais igualitárias. E responda às pressões do aqui e agora com o prisma de um projeto de futuro. Para tanto, cada país, cada sociedade tem realidades e valores diferentes e, por isso, Ngoenha (2000) elucida que o relativismo cultural impõe como normas o respeito pelas diferenças, a tolerância, a crença na pluralidade de valores, a aceitação da diversidade.

Para tanto, acreditamos que o Estado moçambicano, nas suas diversas instâncias, ainda não demonstrou o comprometimento necessário com a elaboração, implementação das políticas públicas e linguísticas para minimizar o impacto das desigualdades sociais. Mesmo nos projetos e programas que já vêm sendo implementados, é possível identificar a insuficiência de recursos materiais e humanos que garantam o bom andamento dos mesmos. Constata-se, também, a descontinuidade dos mesmos e a falta de sensibilidade de muitos técnicos e funcionários para incorporar o combate às desigualdades sociais no seu cotidiano de trabalho.

Desigualdades sociais provocadas pelas limitações linguísticas

As instituições públicas de Moçambique atendem os cidadãos em língua oficial. Num país em que se sabe que o português é falado pela minoria, como é que se admite que o português seja a única língua de uso em instituições públicas? Significa que quem não sabe falar português que perca seus direitos. Porque se assim não fosse, o Estado disponibilizaria intérpretes para resolver a situação. A pergunta que não quer calar é a seguinte: como é que pessoas surdo-mudas fazem requerimentos para resolver seus problemas? Quantas escolas de línguas de sinais existem para atender estes cidadãos? A resposta que se tem do momento é a de que estes estão à margem. É uma população que é ignorada pelo Estado como se não

existisse.

Vejamos outro exemplo que se manifesta na justiça: A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) determina que “todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir sobre seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele” (art. 10, UNESCO 1998). A falta do domínio da língua nas suas diversas faces limita a aplicação da justiça esperada. O mero conhecimento da expressão oral de uma língua não pode ser sinônimo do domínio da sua interpretação ou tradução. Inclui-se aqui, intérpretes nas diversas LB moçambicanas, na língua moçambicana de sinais e nas línguas estrangeiras em geral. A presença destes profissionais traria mais segurança e fidelidade das evidências, das declarações prestadas pelos cidadãos no interrogatório, na denúncia e em outros documentos legais que são redigidos ao nível da polícia.

A tradição cultural moçambicana tem desempenhado um papel preponderante na justiça social dentro das comunidades. A sociedade rural respeita o poder dos régulos como autoridade e como espaço da justiça social. Para além da figura do régulo, a sociedade rural respeita o poder das “pessoas mais velhas” (anciãos) da aldeia ou da comunidade como conselheiros e orientadores da vida em sociedade. São estes os juízes que resolvem em primeira instância todas as contendas da comunidade. Qual é a língua usada por líderes comunitários? Obviamente é uma LB local. Este exemplo, mostra claramente que o funcionamento de uma sociedade gira em torno da sua língua. Acreditamos que muitas campanhas de mobilização, sensibilização, eleitorais e outras se fossem feitas em línguas locais teriam mais impacto do que quando são feitas em português, principalmente nas zonas rurais onde se concentra a maior parte da população moçambicana.

O próximo exemplo ilustrará como os políticos entendem muito bem sobre a importância da política linguística, mas infelizmente não desejam o fazer devido à vontade própria: Temos observado em quase todos os comícios que os presidentes (da República e dos municípios), os deputados (da República, Provinciais e municipais), os candidatos às eleições sempre têm providenciado um intérprete ou tradutor em suas reuniões de propaganda e comícios. Porque razão toma essa atitude? É que estão conscientes ao fato de que o português não responde plenamente às necessidades comunicativas dos moçambicanos. Eles sabem muito bem que as suas mensagens só podem chegar na sua plenitude usando a língua da população. É essa língua que é rejeitada pela Política linguística; é essa língua que é rejeitada nas instituições públicas; é essa língua que é digna de pertencer à elite política e intelectual. A nossa posição é clara e contundente

com relação à diversidade linguística. O plurilinguismo não deve constituir problema para os moçambicanos, mas sim uma solução. Mas essa solução só virá quando houver a valorização das diversas línguas africanas que são instrumentos de expressão da cultura e dos modos de ser e de estar do povo moçambicano.

Portanto, dentre outras surgem como desigualdades sociais resultantes das limitações linguísticas como, por exemplo, a educação especial. Implica considerar as políticas linguísticas, especialmente, a presença nas escolas de diversas populações falantes de LB que constituem o país de formas históricas. A partir da diversidade cultural e sociolinguística podemos analisar as desigualdades sociais provocadas pelas limitações, especialmente de pessoas com deficiências e analfabetas, incluindo as complexas relações que envolvem os lugares da diferença nas proposições legais e nas práticas escolares.

Combate às desigualdades sociais

O combate às desigualdades sociais está diretamente ligada à identificação de quais são os ‘limites toleráveis das desigualdades’. Mas esses limites são sempre flexíveis e variam de acordo com o quão inclusiva uma sociedade parece ou espera ser. Aqui, as percepções sociais sobre quem têm o direito de se beneficiar dos recursos da sociedade e também sobre quem define as fronteiras políticas e simbólicas são cruciais. Neste contexto, é importante discutirmos profundamente sobre valores, percepções, atitudes e opiniões em relação às desigualdades sociais. De acordo com Reis (2004), os valores, percepções, atitudes e opiniões conformam as definições socialmente vigentes sobre o que é aceitável ou não em termos de distribuição de bens, recursos e serviços. Segundo autora, é impossível entender os padrões de distribuição de uma sociedade sem cotejá-los com as noções de justiça e equidade que nela predominam; porque é através do código cultural que cada sociedade legitima ou deslegitima as noções de igualdade e desigualdade. “Isso porque a estrutura de desigualdade é reproduzida e transformada em interação com o código cultural da sociedade. Esse último, por sua vez, provê a linguagem para legitimar ou deslegitimar igualdade e desigualdade.” (Munch em Reis 2004, 55).

Se reconhecermos que o sentido dado à igualdade é socialmente construído e, portanto, existe um código socialmente compartilhado que justifica ou condena a desigualdade, devemos também reconhecer que políticas públicas que não levem em consideração os valores e os padrões de comportamento da sociedade são políticas destinadas ao fracasso.

Chamamos atenção a incompletude da Teoria do Capital Humano que, por décadas, concentrou todas as nossas esperanças de eliminação da pobreza e promoção de igualdade na elevação dos níveis educacionais da população. É inegável a importância da educação, inclusive como fator de socialização e transmissão do sentimento de pertencimento a uma determinada cultura. Assim como é inegável que o aumento da escolaridade incide, também, sobre a capacidade de participação, de organização social e de disposição para a reivindicação de direitos.

A participação de todos os indivíduos em atividades sociais, culturais e de lazer assume um papel crucial no âmbito da coesão social, como realça Wixey et al. (2005, 18), e contribui para a melhoria da saúde, emprego, educação, bem como a redução da criminalidade, proporcionando uma melhoria da qualidade de vida da população em geral. No pensamento do Putnam (2000), o aumento da escolaridade, participação, organização social e de disposição para a reivindicação de direitos, são componentes indispensáveis para a geração de solidariedade no sentido de “reciprocidade generalizada. Apesar de a escolaridade continuar sendo apresentada muitas vezes como solução “mágica” para a ampliação das oportunidades e a criação de uma sociedade mais igualitária, retificando a noção de um mercado de trabalho com oportunidades iguais, cujo determinante é o valor meritocrático. Infelizmente, essa é uma condição difícil de ser alcançada num contexto de extrema desigualdade. Bourdieu, na sua argumentação teórica desenvolvida, com tanta propriedade alerta-nos que, a elite tende a acionar mecanismos de distinção que passam, invariavelmente, pela educação e pela cultura (Bourdieu 1984; 1975).

Também é difícil supor que a educação sozinha seja capaz de reverter um cenário de desigualdades que se expressam em várias dimensões capacitárias e produz situações de extrema carência em saúde, nutrição, estímulo e disposição, entre outros fatores, o que cria diferenças na própria chance de apropriação das oportunidades educacionais. Sem mencionar que existe na qualidade do ensino moçambicano um enorme hiato entre as escolas destinadas a acolher os filhos da elite e as escolas que recebem os filhos oriundos das classes populares. Além disso, mesmo o ensino voltado para as camadas populares, muitas vezes incorpora lógicas e valores distantes da realidade social na qual está inserido seu público-alvo, o que ajuda a explicar as elevadas taxas de reprovações, repetência e abandono escolar. Vale lembrar, também, que a educação é um investimento de longo prazo que tem impacto, fundamentalmente, sobre as gerações jovens, mas exclui a parcela da população adulta.

Neste contexto, o investimento em educação, que é indispensável para a promoção de equidade e bem estar social, nem sempre tem impacto

direto e imediato sobre a pobreza, desigualdade e a vulnerabilidade dos grupos desprivilegiados. Na verdade, a redução da pobreza absoluta está fortemente condicionada à diminuição das desigualdades, não somente quando se trata das disparidades de renda, mas também quando consideramos outras dimensões, tais como saúde, educação e política. Olhado para esse pensamento, a busca de alternativas de redução das desigualdades sociais passa por duas vias simultaneamente. Uma delas é a formulação de novos modelos de desenvolvimento. A outra é a definição e implementação de políticas públicas e sociais que possibilitem uma distribuição mais equitativa dos bens e recursos sociais, que possam ampliar as oportunidades para um maior número de indivíduos. Políticas distributivas são indispensáveis para melhorar as condições de vida e de bem-estar da população vulnerável; mesmo pequenas mudanças na distribuição de renda têm impacto significativo na redução da pobreza relativa ou absoluta.

Adotando o conceito rawlsiano de justiça, Rawls (1993), a igualdade de oportunidades que, em última instância, é o elemento-chave para uma sociedade justa. Ela só pode ser alcançada com ação pública que agregue e combine diferentes estratégias. Assim, tanto o Estado quanto o setor privado e as organizações da sociedade civil podem vir a ter um papel relevante na promoção da igualdade por meio de políticas sociais, que continuam a serem os mecanismos fundamentais na ampliação do acesso a direitos e na geração de oportunidades.

A intervenção de políticas linguísticas na redução de desigualdades sociais

O português, sendo a única língua oficial mais usada nos tribunais da justiça moçambicana inibe e bloqueia na expressividade do acusado ou do suspeito ficando limitado nos seus argumentos na defesa ou na acusação. Apesar das esquadras policiais e os gabinetes de atendimentos respeitarem estas diferenças linguísticas e procurar formas de colmatar convocando um intérprete ou tradutor, segundo o caso. Este trabalho poderia ter uma participação e representação multisetorial a ser coordenado com o Ministério da Justiça. A justiça deveria ter no quadro dos funcionários efetivos intérpretes e tradutores especializados que poderiam eventualmente servir às esquadras do país. Não parece justo um cidadão ser interrogado ou ouvido numa língua estranha. A riqueza linguística moçambicana não é um problema para a nossa sociedade, mas o que preocupa é a forma como os cidadãos enfrentam a linguagem forense. Não existe uma língua melhor que a outra. O português, apesar de ser falada em quase todas as províncias

não pode ser considerado a melhor.

As políticas linguísticas para o desenvolvimento social têm que elaborar uma estratégia que permita direcionar todos os esforços e atividades para os aspectos e objetivos que são decisivos para o êxito do mesmo. Simplificando, trata-se de perguntar se fazemos as coisas corretas. Na realidade, o êxito das políticas não dependem apenas de uma orientação estratégica hábil, mas também do grau de coerência e de Inter ajustamento entre todas as atividades. Isso exige um grande número de mecanismos de comunicação articulados entre si. Trata-se de perguntar se fazemos as coisas corretamente. Esta função de coordenação com base numa estratégia viável é assumida pelos acordos e pelas regras sobre estruturas e processos. Os próprios envolvidos também assumem espontaneamente essa função, quando compreendem a estratégia e seu papel está claramente definido.

Além da orientação estratégica e da coordenação, é necessário que exista nas políticas públicas e linguísticas um horizonte de sentido partilhado e uma cultura de cooperação para que os envolvidos possam, em cada caso, atuar e reagir em função do todo. Este horizonte de sentido responde à pergunta por que e para que fazemos algo. Ele pode ser criado, por exemplo, através de uma visão conjunta elaborada de forma participativa e do reforço da identidade comum. Um horizonte de sentido partilhado desempenha várias funções importantes no que toca à convivência, à cooperação e ao êxito das políticas sociais.

Não é possível, em políticas públicas e sociais de combate às desigualdades sociais, regular todos os detalhes de forma definitiva e inequívoca através de diretrizes estratégicas e normas de execução. Isso também não seria desejável, já que, num entorno dinâmico e volátil, isso levaria ao bloqueamento imediato e ao fracasso dos projetos e programas de desenvolvimento sociais. As pessoas têm a capacidade de se auto organizarem e articularem utilizam as margens de atuação criadas pela orientação estratégica para solucionar problemas de forma criativa e aproveitam as oportunidades de interpretação para atuarem em função do todo. Assim, a orientação estratégica promove a auto responsabilidade dos atores envolvidos.

O horizonte de sentido também tem um efeito promotor, na medida em que inspira segurança e permite que os envolvidos interpretem adequadamente acontecimentos dúbios ou até mesmo contraditórios e compreendam e tolerem dissonâncias. Finalmente, um horizonte de sentido partilhado contribui para entusiasmar os envolvidos para a tarefa comum. Assim, a orientação estratégica é o fundamento que cria margens de ação, reforça a auto responsabilidade e estimula a criatividade dos envolvidos na elaboração e implementação das políticas públicas. As políticas públicas que

preveem a igualdade ou equidade têm feito parte da agenda internacional desde a Conferência de Beijing em 1995, para Moçambique a redução da pobreza e combate às desigualdades sociais fazem parte dos objetivos centrais do Governo desde os primeiros dias da Independência Nacional.

Dentre várias iniciativas, o governo moçambicano traçou no ano de 1999 as Linhas de Ação para Erradicação da Pobreza Absoluta, um ano depois as linhas foram transformadas no Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta (2000-2004). Objetivando reduzir a pobreza e promover a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens. Como estratégias de combate a desigualdades sociais é imprescindível a articulação entre políticas universais e políticas focalizadas. Embora essas políticas tenham caráter distinto e se apliquem a diversas situações, não são praticamente excludentes nem necessariamente conflitantes. Podemos entendê-las como estratégias complementares. Devemos reconhecer e compreender que as políticas universais têm limites por seu custo, ao passo que as políticas focalizadas têm limites por seu alcance.

A natureza multidimensional da desigualdade social requer a combinação e articulação entre universalização e focalização. Como combater a desigualdade social, racial ou de gênero se não focalizarmos? Por outro lado, alguns direitos, como saúde e seguridade social, são universais. Alguns dos passos importantes para a agenda das políticas públicas e linguísticas é a melhoria da qualidade da advocacia, estratégias de comunicações e das informações sobre os mecanismos e processos sociais envolvidos na produção e reprodução de desigualdades. Notavelmente, tem impacto imediato na elaboração ou no desenho das políticas e, portanto, nas suas chances de sucesso. Neste sentido, é fundamental avaliar as políticas públicas e linguísticas efetivamente implementadas. Existe um déficit no sistema de avaliação e monitoramento e, por isso, sabemos pouco sobre a história de fracassos e sucessos dessas medidas.

Estratégias para desenvolvimento das Políticas públicas e linguísticas

Estamos aqui perante duas questões muito interessantes. Ao abordar o conceito pertinente de estratégia será o que melhor servir os objetivos a atingir e destes depende também a forma mais adequada de sua operacionalização e medida. O conceito de Desenvolvimento é um conceito “vivo” e complexo - que sofreu muitas mudanças marcantes, especialmente nos últimos 50 anos e em particular nos últimos 200 anos. Nesses últimos séculos assistimos a uma mudança extraordinária ao nível da qualidade de

vida, do crescimento económico e da população, com o avanço dos processos de urbanização, industrialização e as inovações tecnológicas envolvidas. Nas políticas públicas e projetos de cooperação para o desenvolvimento, entende-se por ‘desenvolvimento de capacidades e estratégias’ o processo que coloca as pessoas, organizações e a sociedade em condições de moldar seu próprio desenvolvimento de estratégias e metodologias de forma sustentáveis de adaptar-se às mudanças das condições quadro.

De acordo com Sten (2002), dois pilares formam a base para a estratégia de desenvolvimento: a construção de um clima de investimento que facilita o investimento e o crescimento, e a habilitação de pessoas pobres a participar nesse crescimento. Esta afirmação confirma que o investimento nas políticas públicas e sociais devidamente elaboradas, planificadas e implementadas de acordo com as necessidades e realidades dos beneficiários locais, sectores públicos ou privados, é crucial para a atração de iniciativas individuais e coletivas que com a produção de bens e serviços contribuem para a melhoria do bem-estar dos indivíduos e da sociedade. As políticas públicas e linguísticas para mitigação de desigualdades sociais devem/podem ser desenhados com base nos projetos e programas de apoio ao desenvolvimento de capacidades e estratégias precisamente no conceito de três níveis: indivíduos, organizações e sociedades. Nesse contexto, o nível da sociedade pode ser diferenciado e subdividido em seus elementos integrantes, os “sistemas de cooperação” e o “campo de ação política”. Do ponto de vista da formulação e implantação das estratégias, uma definição do conceito que englobe integradamente todo o processo é particularmente útil na gestão dos projetos e organizações.

Não há sempre soluções fáceis, organizações e metodologias perfeitas, mas podemos sempre trabalhar para as melhorar, especialmente se pudermos identificar e ir de encontro às raízes dos problemas, mantendo uma atitude positiva, consciente e de aprendiz. Para o Moçambique do pós-guerra e em processo de reconciliação, o setor educativo constitui um desafio da primeira linha, não só na sua valência económica, mas, também, social e política (Ngoenha 2000, 216). Com efeito, se na união entre a educação e a política linguística está a ideologia, é necessário estar atento aos efeitos do poder político na Educação. Acrescente-se a esta diversidade, outra existente entre a escola rural e a urbana, a pública e a privada e/ou mista e, consequentemente todo um conjunto de ideias e concepções que expressem os interesses vitais das classes e grupos sociais. Perante esta diversidade torna-se uma empresa gigante a importância das políticas linguísticas para a identificação de valores comuns a todos os moçambicanos.

Considerações Finais

Podemos considerar que em Moçambique embora persistam problemas relacionados com elaboração das políticas públicas, linguísticas e desigualdades sociais devido a vários fatores, o atual sistema educativo teoricamente estabelece igualdade de oportunidades para ambos os sexos embora de forma objetiva nem todos os moçambicanos acedam da mesma forma ao ensino. Apesar da luta continuada da mulher não ter ainda conquistado o seu espaço, na sociedade numa forma objetiva, os avanços conseguidos pelas mulheres na escolarização são encorajadores, contrariando o período colonial que excluiu de forma severa o acesso à educação para todos os moçambicanos.

Não existe justiça num espaço onde não há direitos e deveres. O Estado moçambicano poderia cumprir a sua parte, pois recursos existem desde que haja essa vontade política. Como pudemos constatar nos debates, o tom lexical, gramatical e outros têm grande peso nas Línguas Bantu moçambicanas quando confrontados com a interpretação forense. Sem o domínio dessas competências dificilmente se pode atingir os objetivos desejados nos artigos 250, 252, 253, 254 e 255 que versam sobre “as perguntas”, no Código do Processo Penal de Moçambique (2014).

Portanto, discutir questões de políticas públicas e linguísticas: estratégias e desafios no combate às desigualdades sociais, perpassa diferentes campos temáticos. Pois, as suas origens são tão múltiplas e variadas quanto seus desdobramentos e consequências. É importante também nos concentrar na análise da articulação entre constrangimento e liberdade, entre condicionantes estruturais e voluntarismo. Estudos realizados por (Tvedten et al 2009, 4) identificou condições externas que também tem consequências diretas na pobreza, e desigualdades sociais. É importante destacamos a questão de gênero, uma vez que o sistema “altamente patriarcal de Moçambique” impõe implicações para a pobreza e bem estar das mulheres.

De acordo com Léon (2011), o conceito de *empowerment*, orienta-nos a reconhecer restrições sociais que a categoria está submetida e a necessidade de pensar práticas sociais coletivas e individuais para reverter essa situação. Portanto, olhando para essa linha de pensamento, as políticas públicas, e até mesmos os estudos sociolinguísticas são importantes e necessários tanto para a compreensão e interpretação dos mecanismos e fatores envolvidos na produção e reprodução das desigualdades, como são essenciais para a definição de soluções no campo das políticas públicas e linguísticas.

Lowi (1964) desenvolveu a talvez mais conhecida tipologia sobre política pública, elaborada através de uma máxima: a política pública faz a política. Com essa máxima Lowi quis dizer que cada tipo de política

pública vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição e que disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas. Para Lowi, a política pública pode assumir quatro formatos. O primeiro é o das políticas distributivas, decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo. O segundo é o das políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das políticas redistributivas, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento. O quarto é o das políticas constitutivas, que lidam com procedimentos. Cada uma dessas políticas públicas vai gerar pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma também diferente (Souza 2006, 28).

Moçambique, concorrendo com a influência do “novo gerencialismo público” nas políticas públicas, existe uma tentativa, em desenvolvimento, de implementar políticas públicas ou linguísticas de caráter participativo. Impulsionadas, por um lado, pelas propostas dos organismos multilaterais e, por outro, por mandamentos constitucionais e pelos compromissos assumidos por alguns partidos políticos representados no parlamento, várias experiências foram implementadas visando à inserção de grupos sociais e/ou de interesses na formulação e acompanhamento de políticas públicas, principalmente nas políticas sociais. São exemplos dessa tentativa os diversos conselhos consultivos; conselhos comunitários, etc. Voltados para as políticas sociais, assim como o Orçamento Geral do Estado.

Fóruns decisórios como conselhos comunitários e aprovação do Orçamento Geral do Estado seriam os equivalentes políticos da eficiência. Apesar da aceitação de várias teses do ‘novo gerencialismo público’ e da experimentação de delegação de poder para grupos sociais comunitários e/ou que representam grupos de interesse, o governo de Moçambique continua tomando decisões sobre situações-problema e desenhando políticas para enfrentá-las, mesmo que delegando parte de sua responsabilidade, principalmente a de implementação, para outras instâncias, inclusive não governamentais.

As políticas linguísticas não valorizam as línguas bantu. Apenas o português é reconhecido pela Constituição e quem fala português fica privado dos seus direitos. Muitos moçambicanos são julgados numa língua desconhecida. Na polícia, cidadãos são interrogados em português que é uma língua desconhecida. Nos hospitais, os pacientes relatam o que sentem

na língua desconhecida. Nas instituições públicas quem não fala português não consegue ser atendido. Nas escolas, muitas crianças vindas de regiões onde o português é segunda ou terceira língua reprovam várias vezes na mesma classe. Esses exemplos mostram que uma política mal decidida cria um impacto direto na vida da população. Precisamos ultrapassar esses impasses.

REFERÊNCIAS

- Benevides, Maria Victoria. 2009. *Cidadania e direitos humanos*. S/L: IEA.
- Bourdieu, Pierre; Passeron, Jean-Claude. 1975. *A reprodução, elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: F. Alves.
- Bourdieu, Pierre. 1984. *Distinction, a social critique of the judgement of taste*. Cambridge: Harvard University.
- Bourdieu, Pierre. 1989. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertran.
- Calvet, Louis-Jean. 2007. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola.
- Castells, Manuel; Borja, Jordi. 1996. As cidades como atores políticos. *Novos Estudos*. São Paulo, n.45, p. 152-166.
- Castiano, José P. Setembro de 2009. “O Diálogo entre as Culturas através da Educação”. *I Congresso Internacional de Filosofia da Educação de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*, São Paulo.
- Castiano, José. 2005. *A longa marcha duma educação para todos em Moçambique*. Maputo: Imprensa Universitária.
- Dias, Hilzidina. 2002. *As desigualdades sociolinguísticas e o fracasso escolar: em direção a uma prática linguístico-escolar libertadora*. Maputo: Promédia.
- Firmino, Gregório. 1998. Língua e Educação em Moçambique. In: Stroud, Christopher; Tuzine, António. *Uso de línguas africanas no ensino: problemas e perspectivas*. Cadernos de Pesquisa. n.26, Maputo: INDE, p. 247-278.
- Geertz, Clifford. 1989. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- Grusky, David. 2008. *Social stratification, class, race and gender in sociological perspective*. Stanford, Westview Press.
- Hirata, Helena. 2002. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo.
- Iamamoto, Maria Vilela. 1998. *O serviço social na contemporaneidade*. São Paulo: Cortez.
- Ipu. 2015. *Relatório annual: Inter-parliamentary Union*, Genebra.

- Isaacmam, Bárbara; Stephan, June. 1984. *A mulher moçambicana no processo de libertação*. Maputo: INLD.
- Kergoat, Danièle. 1996. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: Lopes, Marta Júlia; Meyer, Dagmar E.; Waldow, Vera Regina (Org.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas. p. 19-27
- Kowarick, Lúcio. 2003. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil-Estados Unidos, França e Brasil, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 61-85.
- León, Magdalena. 2011. El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos em los estudios de género. *Revista de Estudios de Género*. nº 13, p.94-116.
- Lesbaupin, Ivo. 2000. *Poder local x exclusão social: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Loiane, Hermenegildo F. 2013. *Possibilidades de ensino dos valores do '4 de outubro'*. Húmus, v. 3, n.8, Brasil.
- Lopes, Armando Jorge. 2004. *A batalha das línguas: perspectivas sobre a linguística aplicada em Moçambique*. Maputo: Imprensa Universitária.
- Lowi, Theodor. 1964. American business, public policy, case studies and political theory. *World Politics*, 16: 677-715.
- Moçambique. 2014. *Código do processo penal de Moçambique*. Maputo: Minerva Press.
- . 2004. *Constituição da República de Moçambique*. Maputo: Imprensa Nacional.
- . 2010. *Instituto Nacional de Estatística de Moçambique*. Maputo: INE.
- Morakinyo, Akintunde. 2011. *Why it is important to make education affordable*. Washington: World Bank.
- Ngoenha, Severino E. 2000. *Estatuto e axiologia da educação*. Maputo: Livraria Universitária.
- Ngunga, Armindo; Bavo, Názia N. 2011. *Práticas linguísticas em Moçambique: avaliação da vitalidade linguística em seis distritos*. Maputo: CEA.
- Phillips, Anne. 1997. *From inequality to difference: a severe case of displacement*. New Left Review, London: n.224, jul./aug.
- Proença, Carlos Sangreman. 2005. *A exclusão social em Cabo Verde: uma abordagem preliminar*. Lisboa: ACEP/CEISEGUTL.
- Putnam, Robert D. 2000. *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. New York, Simon & Schuster.
- Rawls, John. 1993. *Uma teoria da justiça*. Lisboa, Presença.
- Reis, Elisa. 2004. A desigualdade na visão das elites e do povo brasileiro.

- In: Scalon, Celi (Org.). *Imagens da desigualdade*. Rio de Janeiro: Ipea.
- Santos, Boaventura de Sousa. 2006. *A gramática do tempo-para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, p, 280-281.
- Scalon, Celi. 2011. Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, n. 1, p. 49-68.
- Sen, Amartya. 2000. Social exclusion: concept, application, and scrutiny. *Social Development Papers*, OESDADB, n. 1.
- Souza, Celina. “Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa”, *Caderno CRH*. 39: 11-24.
- . 2006. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez, p. 20-45.
- Sten, Nicholas, 2002. *A strategy for development*. WorldBank, Washington.
- Suárez, Sofia Monsalve; Borrás Jr, Saturnino. 2010. *Desenvolvimento, para quem? impacto dos projetos de desenvolvimento sobre os direitos sociais da população rural moçambicana*. Fian Internacional.
- Timbane, Alexandre A. 2013. *A variação e a mudança lexical da língua portuguesa em Moçambique*. tese. (Doutorado em Linguística). Faculdade de Ciências e Letras, Departamento de Linguística e Língua Portuguesa, Araraquara.
- Tvedten, Inge et all. 2009. Relatório de Monitoria e Avaliação da Estratégia de Redução da Pobreza (PARPA) de Moçambique 2006-2008. *Uma Sinopse de Três Estudos Qualitativos sobre a Pobreza Rural e Urbana*. Relatório CMI 2009:5. Bergen, Chr. Michelsen Institute.
- UNESCO, 1998. *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948).
- Vicente, José Gil. Julho, 2015. Políticas públicas e governança na educação: a constituição da História como disciplina em Moçambique. *XXVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis-SC.
- Wixey, Sarah et all. 2005. *Measuring accessibility as experienced by different socially disadvantaged groups*. EPSRC FIT, Programme Transport Studies Group-Universidade de Westminster.

RESUMO

O mundo democrático em que a maioria dos países africanos se inseriu têm criado problemas ao invés de solucionar, que afetam diretamente é população. Moçambique possui um Estado novo porque alcançou a independência em 1975 e passou por 5 processos eleitorais. A maioria desas eleições não são reconhecidos pela oposição. A pesquisa visa discutir a influência das políticas públicas e linguísticas na vida dos moçambicanos e mostrar caminhos possíveis para uma política que atenda os interesses da população. Usando um método bibliográfico e buscando pesquisadores que discutem as políticas públicas e políticas linguísticas se chegou à conclusão de que há necessidade de envolver a sociedade (no sentido verdadeiro da palavra) na tomada de decisões e na resolução dos problemas sociais. Concluiu-se que o português é a língua oficial, mas ao mesmo tempo segrega uma maioria que não é alfabetizada. Precisamos discutir formas de ultrapassar as diferenças linguísticas e sociais criando assim, um ambiente são e com harmonia.

PALAVRAS-CHAVE

Políticas públicas; Políticas linguísticas; Moçambique; Democracia.

Recebido em 19 de agosto de 2017.

Aprovado em 11 de dezembro de 2017.

USO DO DINHEIRO EM RITUAIS NA HISTÓRIA DO POVO LAIMBWE, CAMARÕES

Henry Kam Kah¹

Introdução: metodologia, objetivos e relevância do estudo

Nas cerimônias de iniciação, demonstrações de riqueza material e dinheiro frequentemente dão às pessoas um novo valor, uma aliança ou um posto nas comunidades tradicionais africanas. Cerimônias também marcam a maturidade social e a passagem da infância para a vida adulta para homens e mulheres. A alteração do nível social realizada por meio de cerimônias de iniciação, também auxiliam na construção e na legitimidade da autoridade que permeia a vida cotidiana da comunidade. Essa iniciação a uma posição social é feita com pagamento de taxas ou no pagamento de uma penalidade, caso o novo membro rompa com suas leis. Muitas instituições de homens e mulheres na África Subsaariana definem esse status dentro de sua esfera de influência. Tais instituições existem entre os Kaguru, Lovedu, Ndembu, Wagenia Kuranko, Nuer, Bemba na Tanzânia, África Austral, República Democrática do Congo, Serra Leoa, Sudão e Zâmbia respectivamente. Cerimônias de iniciação na vida adulta, em associações de medicina/cura ou posto político, em geral, dão às populações africanas um novo status, uma associação ou um ofício (Kratz 1997, 378). Algumas elites educadas que aspiram a posições políticas a nível nacional se tornam membros dessas instituições tradicionais para enfrentar as disputas. Outros se tornaram personalidades proeminentes em suas comunidades por que eles lideravam algum ritual e instituição tradicional. Filiar-se a essas organizações envolve a acumulação de bens materiais e dinheiro.

Em várias comunidades africanas, em particular em Camarões, diferentes itens foram demandados e providos para rituais e outras

¹ Departamento de História, Universidade de Buea, Buea, Camarões. Email: henry.kah@ubuea.cm

cerimônias de iniciação em um passado distante. Estes, ainda são usados hoje em dia, mas em escala cada vez menor. Casamento em Camarões e em outros lugares da África (antes e durante os primeiros anos da colonização) envolviam serviços no campo, serviços escravos, provisões de petróleo, sabão, vestidos, cobertores, guarda-chuva, intercâmbio de presentes, responsabilidades mortuárias, transferência de gado (como entre os Tukana do noroeste do Quênia), miçangas, ouro, cobre, bronze, barras de ferro e cauris (Nkwi 1987 48; Fanso 1989, 65; Moore and Vaughan 1994, 157; Yiridoe 1995, 17-32; Peters-Golden 1997, 7; Hamisu 2000/1, 66; Ikpe 2004, 6; Ohta 2007, 3). Alguns itens, como cauris, barras de ferro, miçangas, ouro, cobre e bronze serviam para um duplo propósito, isto é, como moeda e como *commodities* (Vansina 1990, 155 e 206).

Contribuições materiais ainda têm um importante papel nos rituais de iniciação, mas a introdução do “rei dinheiro” durante o contato com os europeus tiveram impactos na contribuição material e monetária usadas nos casamentos. Entre os Akan, de Gana, casamentos do período colonial envolviam provisões de duas garrafas de vinho de palma ou entre 30 cedis, 32 cedis ou 200 cedis, dependendo do status social da noiva. Em alguns casos, os homens entregavam presentes como um baú, uma bíblia (caso fosse cristão), garrafas de rum, cerveja e outras bebidas para as mulheres com quem eles queriam casar. Enquanto vinho de palma era usado como bebida para homenagear os ancestrais, rum era usado para apaziguar a família, as divindades e os antepassados (Quarcoopome 1987, 122). Em diferentes áreas a monetarização do noivado enfraqueceu a estabilidade do casamento, ameaçando as relações sociais, introduzindo valores sociais corruptos e novas identidades, status, trabalhos e obrigações (Moore and Vaughan 1994, 157-8; Peters-Golden 1997, 7). Em outro lugares, como no sudoeste da Nigéria, os britânicos introduziram a moeda corrente e a monetarização da economia gerando problemas de transição e de ajustes durante o período colonial (Falola 1997, 122). Esse cenário se manteve até esse século, quando o conjunto das relações sociais anteriormente fortalecidas pelo comércio regular de serviços foi substituído pelo “rei dinheiro”. O resultado ameaçou a estabilidade do sistema social de diversas formas.

Por toda a África, a iniciação nas instituições estiveram pesadamente fundadas nas contribuições materiais que envolviam bens dos europeus e as moedas de circulação que eles introduziram. No tripé da adivinhação dos Yamba do noroeste de Camarões, Grasslands, os alunos de adivinhação fazem pagamentos em dinheiro, galinhas, pequenos potes de cozido e muito vinho de palma para seus mestres. Quando o mestre ficava satisfeito com as habilidades dos alunos para manipular as cartas, um pagamento final era requerido. Esse pagamento na virada do último século estava em

torno de £3 (Gufler 1995, 53). Enquanto isso, a iniciação de novatos no Dugi ou de médicos entre os Pere, no Camarões, agora envolvem dinheiro, muito diferente de antes. Esses noviços pagam simbólicos 25 francos CFA e, depois de seu treinamento, pagam mais 25 para o Dugi de ofício. Para segurar os membros no último estágio do ritual, cada um dos iniciantes pega três pedaços de madeira (Pradelles de Latour 1995, 84-5).

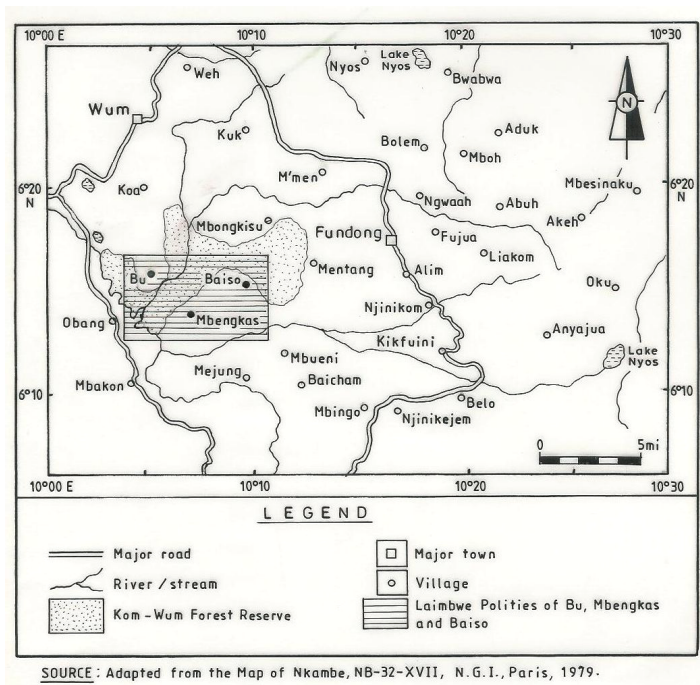
De forma semelhante, a iniciação de meninos na sociedade Poro ou das meninas na sociedade Sande acontecem com o pagamento de taxas de iniciação. A taxa para o Sande é dinheiro, tecido ou outra *commoditie* (Quarcoopome 1987, 119). No passado, entre os Yoruba, a iniciação na sociedade Ogboni incluía sacrifícios humanos mas, desde a era colonial, galinhas passaram a substituir esses sacrifícios (Quarcoopome 1987, 182). Esses exemplos mostram a crescente importância do dinheiro na iniciação e em outras atividades ritualísticas a partir do período colonial. Atualmente, muitas sociedades que precisam de novos integrantes acabam flexibilizando suas demandas materiais em troca de dinheiro para poder empregá-lo no desenvolvimento socio-econômico da comunidade.

Área de estudo

O povo Laimbwe está localizado na região noroeste de Camarões (Veja o mapa). As políticas Laimbwe estão divididas difusamente em três na região entre Menchum e Boyo. Bu é a mais ampla e Baisso é a menor, além de ser um ponto de referência para as tradições e costumes Laimbwe. O censo estatístico para Bu, Mbengkas e Baisso no momento da independência era de 1.118, 530 e 185, respectivamente. Em 1979, a população Bu era de 6.944 com uma força de trabalho de 2.701, enquanto que os Mbengkas eram 1.978 e a força de trabalho estava em torno de 900. A estimativa para a população de Baisso, em 1993, era de 500 pessoas (Shultz 1993, 10). As projeções da população Bu apontam que ela deva alcançar 17.000 habitantes por volta do ano 2025 (Strategic Plan of the Wum Council 2009-2014). Mbengkas é uma colônia entre Bu e Baisso e é a segunda em população².

2 NW/Ac. 1960/1/Bk, Historical Notes Bamenda Grassfields, Regional Archives Bamenda (RAB); NW/Qc/b. 1979/4/Bk, Annual Report 1979/1980 of the Divisional Delegation of Agriculture Menchum Division North West Province, RAB.

Imagem 1: Seção transversal das divisões Menchu/Boyo mostrando as políticas Laimbwe



SOURCE: Adapted from the Map of Nkambe, NB-32-XVII, N.G.I., Paris, 1979.

O Mbengkas não é acessível nem pela rede rodoviária de Baisso nem de Bu por causa da topografia difícil e ondulada. Desde o fim dos anos 1970, as pessoas tem feito diversas tentativas de desobstruir a área, mas sem muito progresso, devido as dificuldades de financiamento e pela atitude ilícita de algumas das suas elites. Embora essas elites tenham se engajado na escavação e manutenção das rodovias em quase todos os anos, isso não produziu os resultados esperados³. As esperanças se renovam, no entanto, a partir de dezembro de 2015 com uma nova tentativa de desobstruir a área iniciado pela Organização de Desenvolvimento e Cultura dos Mbengkas (MBEDECO, sigla em inglês).

A divisão política dos Laimbwe é limitada ao norte e ao nordeste por Mentang, Teitengem, Ehwi-njong, Endeng e Mughom. A cidade de Mentang fala Kom e faz fronteira com Baisso, enquanto que Mughom, formalmente

3 File No. NW/Qc/b. 1979/4/Bk, Annual Report 1979/1980 of the Divisional Delegation of Agriculture Menchum Division North West Province, RAB; File No. NW/Qb/a. 1985/6/Bk, Diagnostic Account of the Economic, Social and Cultural Situation of the Menchum Division since the Inception of the 5th Five Year National Economic, Social and Cultural Development Plan, RAB. Os esforços frenéticos são atualmente feitos pela administração Boyo para vincular Mbengkas a Fundong através de Baisso e Mentang.

sob o domínio dos Mbengkas, agora procura proteção dos Kom (Lah 1989, 2)⁴. O grupo étnico Aghem faz fronteira com o território ao sul, ao leste e ao sudeste dos Mbakong (milha 28), Obang (milha 30), Ndung (milha 34), Aguli (Kekuli) e Befang, uma rodovia economicamente viável para junção de aldeias e o acesso para o Vale Menchum subdivisão de Bamenda, capital da região noroeste do Camarões. Os três primeiros assentamentos são vilarejos com fronteira ao sul de Bafut, subdivisão de Mezam. Ao oeste região dos Laimbwe estão os vilarejos de Kuk, Bafmeng e Mbongkesso.

Baisso está localizado próximo da borda oeste de Kom e próximo a Reserva Florestal Kom/Wum. Bu está separado das outras duas regiões Laimbwe pelo rio Mateh e pela reserva florestal Kom/Wum. Shultz (1993) afirma erroneamente que Bu era uma vez uma aldeia de Kom que agora está sob Wum, mas está certo quando ele argumenta que poucas pessoas do Bu falam e entendem Kom. O Mbengkas, por outro lado, está localizado no sudoeste da fronteira Kom e dentro da Reserva Florestal Kom/Wum. Como um todo, o território Laimbwe localiza-se entre as latitudes 6° 50' Norte do Equador e a longitude 10° 10' Leste do Meridiano Greenwich. Eles são um povo com particularidades próprias.

Os Laimbwe como outros grupos étnicos das regiões oeste e noroeste são considerados um povo semi-falante de Bantu. Eles pertencem a linhagem ancestral dos Tikars que tem suas origens nos Ndobos e Bankim na região Adamawa do Camarões (Amaazee 1964, 54; Muam 1999, 2; Cheng 1996; Ngwoh 2006, 14-15; Asang 2008). Estudos sobre os Tikar, terminologia contestada nos dias atuais (Jeffreys 1940, 32; Jeffreys 1952, 141-53; Chilver and Kaberry 1996, 249-57; Fowler and Zeitlyn 1996, 1-16), excluem qualquer menção de que os Laimbwe eram formados por grupos Tikar da região nordeste do Camarões (Mafiamba 1969; Nkwi 1987, 15 e 23; Fanzo 1989, 35).

Os Laimbwe se dedicam a cultivar alimentos e ao comércio de milho, inhames, arroz e café. Eles também se envolvem em outras atividades como caça, pesca e a extração de árvores. A sua estrutura política-social é centralizada e similar a estrutura matriarcal dos povos Kom, Kuk e Bafmeng, mas não são similares a linhagem Aghem que são uma confederação de governos semi-autônomos. A língua *laimbwe* é falada nas três principais regiões de Bu, Mbengkas e Baisso. Esse idioma é falado

4 A questão do desentendimento e discordâncias entre H.R.H. Fon Yibain James de Kom e o chefe Kpwai II Clement Toh de Mbengkas chefiada por Mughom Chieftaincy/Kwifondom entre 18 de maio de 1990 e 29 de maio de 1994; Minutas da reunião realizada no escritório da divisão Fundong em 31 de janeiro de 1991 no tocante a disputa entre o chefe dos Mbengkas e o chefe dos Mughom na cidade de Mbengkas. Outros assentamentos sob influência dos Mbengkas incluem Teitengem e Endeng, mas esses assentamentos também se aproximaram culturalmente do Vale do Tingoh e Obang.

também nas regiões de Mughom, Endeng, Teitengem, Aguli e Mbongkesso nos governos e nas aldeias. Embora Mughom, Endeng, Teitengem e Aguli falem uma variante da língua Widikum, Mbongkesso combina também Laimbwe e Itanghi-Kom como o resultado de uma mistura de culturas nas fronteiras da Reserva Florestal Kom/Wum. Essas aldeias valorizam a cultura, o que explica a popularidade da iniciação nos costumes culturais.

Iniciação nos costumes

Existem muitos rituais ou organizações tradicionais entre os Laimbwe que incluem sociedades de mascaradas, casamentos e outras associações, mas nosso estudo estará baseado na mais importante dessas organizações de homens e mulheres.

Tschong

Tschong, uma organização de tambor de fricção é uma das mais prestigiosas entre os homens mais velhos do Laimbwe. No passado, isto é, antes da colonização, as famílias davam amparo aos idosos para facilitar a iniciação no *tschong* com presentes materiais, como feijões. Entretanto, isso tem mudado com o crescimento do individualismo e a busca por ganhos pessoais. Algumas pessoas tem visto a iniciação dos anciãos no *tschong* como um peso. Aqueles que buscam a iniciação no *tschong* precisam completar uma série de condições antes de serem abalizados. Eles geralmente começam o processo buscando cinco cabras para seus pais ou herdeiros. Esse procedimento serve para limpar os caminhos para a introdução desse novo membro (Buhghebei 2007; Wakem 2007; Kom 2008; Kendang 2008; Chief Kpwai II 2008; Kpwa 2008; Ngeh 2009; Sei 2009; Zoh 2009). Na Era colonial, os povoados decidiram reduzir o número de cabras necessários para a iniciação dos membros, substituindo-as pela introdução da libra esterlina britânica. Atualmente, quem procura admissão no *tschong* deve dar ao pai a soma de cinco mil francos CFA ou cinco sacos de sal, cada um representando uma cabra para o povo Laimbwe (Kom 2008; Ngho 2009).

Seguindo com o encontro e a apresentação das cabras ou dos sacos de sal ao pai, o novo membro deve entregar duas cabras ao membro mais antigo do *tschong* pela hospitalidade. Esse é o passo inicial do ritual de iniciação. Quando o dinheiro foi introduzido como um meio de troca no período colonial, os novos membros passam a substituir algumas cabras por duas libras. Não se sabe ao certo a quantidade exigida, durante o período de administração germânica. Além disso, as pessoas também começaram a criar cabras não apenas para os rituais de iniciação, mas também para

a venda. Após a independência dos britânicos, o sul do Camarões quis reunificar a República de Camarões, dia 01 outubro de 1961, levando a mais inovações nos pagamentos dos rituais de iniciação. A partir disso, os novos membros deveriam dar dois mil francos CFA ou dois sacos de sal. Esses membros eram, então, levados ao *mbai-azung* ou a um cercado de *tschong* para o ritual apropriado (Kahghesah 1997; Ngong Mathias 1997; Ndong Teacup 2008). No cercado, eles eram apresentados a dois porcos e a varas de pesca ou *kembou*, *eh'mbou* e aos girinos, a iguaria preferida dos *Isile*. Atualmente, o sacerdote do *mbai-azung* frequentemente pede aos novos membros uma soma de cinco mil ou mais e galos, para o ritual que eles apresentam durante a cerimônia do *mbai-azung*.

Na época pré-colonial e no início da colonização, após a cerimônia *mbai-azung* cada um dos novos membros eram esfregados com carne pelas mulheres mais velhas começando o que era chamado de “busque a bolsa *tschong* de seu pai” (Kom 2008). Isso significava que para serem avaliados se poderiam entrar no status de adulto ou de nobres no costume *tschong* eles deveriam retornar aos seus pais para dar-lhes mais presentes como cobertores, sal e carne selvagem. Alguns pais, contudo, poupam seus filhos desse peso a fim de que eles tragam mais presentes depois do ritual *mbai-azung*. Outros, especialmente os que não são membros do *tschong*, recebiam esses presentes adicionais e abençoavam a criança que se tornava adulta. A busca pela bolsa do pai era, contudo, um dos aspectos mais importantes da iniciação da sociedade *tschong* nas terras Laimbwe.

À mãe ou irmã do pai (tia) do novo membro dos *tschong* era, e ainda é, dada uma peça de roupa durante a cerimônia de iniciação. Essa é uma honra da paternidade entre um povoado matriarcal. Ela coloca colares no pescoço do filho ou do sobrinho. Isso acontece após haverem esfregado madeira segundo o ritual *mbai-azung*. Essa mãe ou irmã do pai do novo membro é quem inicia o exercício de esfregar o iniciante com madeira e os outros parentes ou as outras pessoas da comunidade seguem o exemplo dela (Buh 2008; Ekai 2008; Ewi 2008; Izhoi 2008; Kule 2008; Ngoisey 2008). O reconhecimento dela e seu papel preponderante no ritual era e continua sendo o respeito de acordo com a paternidade matrilinear entre os Laimbwe do Camarões. Membros da *isaa'enduoh* (linhagem) dão presentes em dinheiro ou materiais para o novo membro iniciado do *tschong*, para apreciar o fato de eles atingirem o status de homens, a dignidade e a influência na comunidade (Tsche 2007; Tschi 2008; Wei 2009). De modo geral, durante o período pré-colonial a maior parte dos presentes eram em espécie, pois as pessoas apreciavam muito a importância dos bens materiais naquele tempo, como cabras, galinhas e porcos que eram consumidos no ritual ou mantidos pelos membros *tschong* para procriação.

Possuir um *tschong* significa a passagem por um processo. Qualquer adulto que queira possuir um para seu *isaa'endouh* ou sua linhagem pode fazê-lo. A pessoa que deseje possuir um *tschong* precisava do apoio de seu *isaa'endouh* para entreter o povoado com comida e bebida. Muitos de *ehsaate'nduoh* ou *eh'nduoh* (linhagens) menores achavam difícil conseguir um *tschong* para si, por causa do custo envolvido. Outros, desde os anos 1980, são veementemente contra possuir ou solicitar a iniciação no *tschong*, com o argumento de que essas sociedades servem apenas para comer, beber e contribuir para a fome (Ngai 2007; Muhnjang 2008; Kpwai 2008). Isso é, no entanto, contestado pelos membros da *tschong* que argumentam que com o *tschong* vem influência, status, bênçãos e oportunidades para os seus membros. Além disso, é uma forma de valorizar a cultura popular, a qual, se for bem utilizada, pode promover o turismo patrimonial ou cultural no território Laimbwe.

A iniciação no *tschong* acontece em três estágios principais, que incluem o *quekezung*, *ikoi-azung* e *tschuka-azung*. O *quekezung* envolve a preparação de comida para os membros do *tschong*. No *ikoi-azung* o novo membro prepara feijão para os outros membros já possuidores de *tschong*, no *tschuka-azung* o novo *tschong* prepara feijões esmagados em óleo vermelho. Isso é consumido apenas por membros do *tschong*, pois há uma mistura com alguns medicamentos. Se algum membro não puder comer todos os feijões, o que sobrar é jogado fora por que deve conter substâncias envenenadas. Fora o clube de prestígio *tschong*, há as sociedades regulatórias *kuiifuai* que envolvem na iniciação a utilização de bens materiais e dinheiro.

Kuiifuai/Andzjom

A sociedade regulatória dos *kuiifuai* é uma importante comunidade para os homens dos vilarejos Laimbwe, sendo os do povo Bu mais reverenciados do que os do povo Mbengkas. Os *mu'ukuum* do Baisso também são bastante respeitados como *kuiifuai* (Afuah 2008; Ache 2008; Bong 2008; Zoh 2009). Contudo, em alguns lugares os *kuiifuai* são chamados de *andzjom*, porém isso é um erro, pois esse último é apenas o primeiro dos três níveis da sociedade *kuiifuai*. Os outros dois níveis depois do *andzjom* são *ehteighetschuuu* e *ikuum*. O *kuiifuai* não é propriedade de uma pessoa, mas é uma liderança provinda da linhagem matrilinear de Eselemei nos vilarejos de Bu e Mbengka.

Nos vilarejos Bu, a linhagem matrilinear Ehzem é muito importante na iniciação e em outras atividades pertinentes dos *kuiifuai* como fundadores do fondom e do Eselemei, uma das famílias reais da cidade (Ngai 2007; Wakem 2007, Kpwa 2008; Akou 2008; Ngong 2008). Essa sociedade funciona com base no consenso popular e mantém a justiça, paz, progresso

e estabilidade no Laimbwe por meio de chefes de família, notáveis ou outros membros da sociedade. Os iniciantes no *kuiifuai* são financeira e materialmente mantidos pelos *isaa'endouh* e amigos. No período pré-colonial, seus *zheh'abei* (chefe de família) ou qualquer membro sênior da família eram apoiados material e financeiramente na sua solicitação de adesão ao *kuiifuai*, diferente de agora, com o crescimento do individualismo e o declínio dos encontros familiares.

Várias são as condições que determinam a entrada de um homem no *kuiifuai*. O futuro candidato no primeiro nível ou primeiro estágio do *kuiifuai*, conhecido como *ekehghekuiifuai*, começava o processo quando persuadia um membro sênior com cerveja de milho ou cerveja. Quando a candidatura do pretendente fosse aprovada pelos anciãos, eles discutiriam abertamente a introdução desse novo membro na comunidade durante encontros fechados. Então, era solicitado ao candidato um pagamento ao líder dos *kuiifuai* de alguns xelins⁵ no período colonial ou 1000 francos no período pós-independência (Kom 2008). No período pré-colonial o pagamento era feito geralmente na forma de bens.

Mediante o pagamento das taxas na data acordada, o candidato apresentava três cabras, um saco de arroz ou 5000 francos. O arroz tornou-se uma *commoditie* importante nos rituais durante o período colonial após ele ser introduzido no território Laimbwe, em 1953, importado de Abakaliki, na Nigéria, pelos britânicos (Ambei 2008; Ndong 2008; Kom 2008; Ngai 2008). Os membros do *isaa'endouh* apoiavam o novato especialmente durante os períodos pré-colonial e colonial, devido a necessidade de manter a unidade e o orgulho da família. Hoje isso é feito parcialmente, pois muitas pessoas romperam com as tradições. Essas pessoas não auxiliam os idosos durante o processo de introdução *kuiifuai* pois, consideram esse ritual paganismo. Durante o período pré-colonial e grande parte do período colonial os pagamentos eram uma bacia de feijão para complementar as cabras (Ambei 2008; Kom 2008). Isso era e ainda é considerado o primeiro passo para se tornar membro *kuiifuai*. Todos os novos membros são iniciados após a cerimônia funebre de um membro, não há nenhuma iniciação ordinária.

O próximo passo é o alojamento *kooh*, *andzjom* ou *ehteighetschuuu* (*tschu-ibhuh*). Essa é uma posição de luxo, fama e influência entre os Laimbwe. O candidato que pede para iniciação no *andzjom* fazia uma contribuição de um porco grande, quadro galinhas saudáveis e 2000 francos, dependendo do caso. Atualmente, 20.000 francos são exigidos no lugar do porco. Antes da independência, a moeda para a iniciação era a libra

5 Moeda regional, nota de tradução.

esterlina, hoje, contudo, é o franco CFA. Por diversos motivos, muitos dos anciãos do *andzjom* atualmente preferem a quantia de 20.000 francos para repartirem o dinheiro na compra de produtos de necessidades básicas e em investimentos como na educação, na água e na construção de pontes para a comunidade (Kahghesah 1997; Kom 2008).

Os membros do *ikuum* (*tschu-ituoh*), o terceiro e mais alto nível do *kuiifuai*, se mantém muito seletivo. Apenas alguns anciãos das cidades Laimbwe são membros do *ikuum*. A iniciação desse nível no período pré-colonial e colonial era feita a noite e antes da sua realização as mulheres limpavam o local do ritual. A iniciação era organizada apenas quando poucos membros do *ikuum* estivessem ainda vivos, nela esses anciãos deveriam/devem ensinar aos novos membros formas, segredos e mistérios da sociedade antes de sua morte (Ngai 2007; Wakem 2007). Essas práticas têm sobrevivido entre os Laimbwe até o século XXI.

Para entrar no *ikuum*, o candidato deve disponibilizar dois porcos, uma ou duas caixas de cerveja, 2000 francos e cinco toras de lenha pela hospitalidade. No período pré-colonial, garrafas de cerveja de milho destiladas eram usadas no lugar da cerveja, que só veio a ser introduzida no período colonial pelos Laimbwe que trabalhavam nas *plantations* comerciais ao longo da costa do Camarões ou que eram envolvidos com o comércio de longa distância com outras cidades do Camarões, como Bafut, Bamenda, Guzang, Mamfe e Nkongsamba (Afuah 2008; Sei 2009). Aqueles que não conciliavam as disputas dentro de suas linhagens eram rejeitados pelos *ikuum* durante o ritual. A pureza de coração e a paz na linhagem eram e seguem sendo pré-requisitos para uma iniciação bem sucedida dos membro no *ikuum*. Bens materiais e dinheiro demandados dos membros não garantiam e nem garantem automaticamente a admissão da pessoa no *tschu-ituoh* até a confirmação ou rejeição durante o ritual.

Além disso, na morte de um membro *kuiifuai* as linhagens provêm o que é demandado e esperado em comida e dinheiro. Na morte de um membro qualquer, ou seja, um *tschai-epheh*, a família, atualmente, dá 5000 francos ao pai do *kuiifuai* para uma xícara de chá Ndong da linhagem Ehzem ou seu auxiliar, John Wakem, ainda de Ehzem no vilarejo Bu. Até umas duas décadas depois da independência, a quantia era menor, hoje o montante é de 7000 francos para o membro do *kooh* ou toca *tschu-ibhuh* e 15000 francos quando um membro *ikuum* morre. Antes da introdução do dinheiro ele não era enfatizado nos rituais e outras cerimônias, mas atualmente isso é diferente, pois muitos bens que eram demandados para a iniciação, como cabras, porcos, feijões e arroz são hoje vendidos por dinheiro e servem para construção de casas, pagar consultas médicas dos membros da família ou pagar mensalidade escolar das crianças.

Durante a celebração da “morte recente” para um membro *kuiifuai* qualquer, a família doa quatro cabras e dois sacos de sal – cada saco pode, tradicionalmente, representar uma cabra. No passado, o que importavam eram as cabras e o milho fufu com o qual a carne era consumida. Isso era/é feito para *epheh ipheh*, ou seja, para postergar a celebração da morte aguardando a cerimônia final da morte um ano ou mais depois. Ademais, quando um membro do *kooh e ikuum* morriam, um porco era dado aos membros de sua casa para distração da família (Kahghesah 2007). Na maioria dos casos, eles dividem a carne crua e levam para a casa de suas esposas, irmãs, sobrinhos e mães. Se a carne for preparada no *kuiifuai*, mulheres na idade fértil não poderiam comer, pois eles acreditavam que elas não poderiam procriar.

Quando os *isaa'enduoh* acordam a data da celebração final de morte de um membro ordinário do *kuiifuai*, a celebração é geralmente organizada com cinco a oito cabras, um misto de cabras e sacos de sal e quarenta e sete pães de milho fufu. Para os membros da casa do *kooh*, os *isaa'enduoh* davam cinco cabras e dois sacos de sal. Se seu parente fosse um membro do *ikuum*, ao *wasaa'enduoh* era solicitado oito cabras de aparência saudável, as quais poderiam ser cabras ou sacos de sal, uma vez que um saco de sal era considerado o mesmo que uma cabra (Ngai 2007; Kom 2008). Muitos pães de milho fufu eram preparados pelas mulheres do *isaa'enduoh* e presenteados para os membros do *kuiifuai* que os comiam com cabras ou porcos (Ngei 2008; Ndum 2008; Ndong 2008; Ngoi 2008; Ngowe 2008; Nyoo 2008). Enquanto as mulheres preparam a farinha de milho e o milho fufu em conjunto, os homens providenciam galinhas, cabras, porcos, carne seca, óleo e sal para a celebração. Atualmente, essas coisas ainda são fornecidas, mas há uma ênfase na tentativa de converter a maior parte dos produtos em dinheiro para facilitar a iniciação daqueles que não têm bens. Algumas coisas ainda são dadas em forma material por aqueles que ainda querem manter as tradições e os costumes. Os *kuiifuai* são uma em muitas instituições de homens Laimbwe, como os *mekuum*.

No geral, apesar de existirem variações nos preços da iniciação no *kuiifuai* do passado para o presente, hoje a iniciação nos povoados Bu têm seguido as seguintes características: o iniciante paga um saco de arroz - que, coincidentemente, existe em abundância na aldeia -, três cabras - uma das quais é fornecida pelo pai -, de três a cinco garrafas de cerveja - para o clube de *tsite'nduoh* (garotos de recado). Para o funeral, 10.000 francos são dados pelo anúncio de morte, duas galinhas para o *mebuuh* mascarado, duas galinhas para o *kembaikoh*, de três a quatro cabras, 60 ou mais pães de milho fufu. Durante a cerimônia de morte final, é dada uma lata de mel que é misturada a várias cervejas de milho, de três a quatro cabras e 60 pães

de milho fufu. A iniciação no *andzjom* envolve cinco galinhas, entregues durante o enterro, e uma galinha entregue na cerimônia de morte final ou no memorial. Amendoins são um acompanhamento. Pela acomodação dos *ikuum*, a iniciação envolve uma cabra, 2000 francos, cinco toras de madeira, dois galos, uma caixa de cerveja e durante o sepultamento é pedido a família um galo e 2000 francos. Nas celebrações de memória, uma cabra, 2000 francos, *kemuh* e uma maiz frita em pó (Muam 2001, 151).

O hábito de dar dinheiro durante os funerais não é limitado aos Laimbwe, pois entre os Roi-et-Province na Tailândia, durante os rituais fúnebres tradicionais, o dinheiro é inserido na cavidade bucal do defunto, geralmente de 5 a 10 Baht. Em alguns funerais, as pessoas inserem objetos pessoais como relógios, anéis, colares e dinheiro adicional no caixão. Fazendo isso, eles acreditam que o defunto terá como pagar a taxa para o inferno ou para o paraíso (Senaraj, Yodmalee, Potisam and Sohphohn 2008, 208). Aparentemente, as sociedades de máscaras no território Laimbwe têm utilizado o dinheiro de diversas formas para cumprir as obrigações de adesão.

Os Mekuum (Sociedades Mascaradas)

A adesão ao *kekuum* (singular) no Laimbwe implica realizar um rito de passagem a vida adulta. Enquanto uma pequena parte dos *mekuum* (plural) são controlados pelo público em geral, uma grande parte deles são proprietário de *saa'tenduoh* e dirigidos por *zheh'nduoh* ou *zheh'abei*. Conforme os jovens homens crescem, se tornam maduros e casam, eles são admitidos no *kekuum* do *isaa'enduoh* ou entram na comunidade pagando taxas ou materiais. No passado pré-colonial dos Laimbwe, a iniciação dos homens no *mekuum* começava na infância com as contribuições materiais. Depois da era colonial, essa forma de iniciação se enfraqueceu parcialmente por causa dos cristãos e pela educação das crianças fora do território Laimbwe (Afuh 2007; Buhghebei 2007; Ebuh 2007; Chief Kpwai II 2008; Ngeh 2008). A grande parte das crianças maiores e que rejeitaram o cristianismo procuravam pela iniciação uma vez que eles se descobriam a si mesmos. Eles fazem várias contribuições monetárias e de materiais para mudar de um grau para outro dentro das sociedades *mekuum*. Muitos meninos cristãos recusaram entrar nessas comunidades às descrevendo como satânicas, mas muitos deles que deixavam a igreja se uniram aos *mekuum* como os *libah* do Ehzem e a linhagem Eselemei em Bu e Mbengkas respectivamente. Alguns poucos pertencem aos dois, a igreja e ao *mekuum*.

Durante a Era pré-colonial até as primeiras décadas de independência, crianças de 5 a 10 anos, seus pares e colegas de idade se encontravam em um encontro de mascarados *mezhuuh*. Isto por que uma pessoa para ser

admitida em uma sociedade mascarada sênior deveria obrigatoriamente passar por um rito de passagem no *mezhuuh* com assistência material dos seus pais. Isto envolvia um pão de milho fufu com uma tigela de *eh'feghe* (okro - como uma sopa aquosa) ou uma levedura de inhame fervida, carangueijo/girino assado ou fervido ou uma sopa de pimenta e peixe (Muam 2001, 150). Durante o período de luto a mesma taxa era solicitada, pois não havia cerimônia para as crianças que morriam. Com a monetarização da economia no período colonial em frente, isso tem envolvido moedas, normalmente, somam menos que um dólar. O montante é pedido pelos anciãos para seu próprio bem estar depois do fim da reunião do *mezhuuh*.

De fato, a iniciação no *mezhuuh* era e tem se mantido relativamente simples em termos de contribuições financeiras e materiais. O menino que solicita a entrada ganhava milho fufu e vegetais ou carne para o entretenimento. Esse clube não era e nem é exclusivo, pois tanto faz se os jovens garotos são cristãos ou não, eles ingressam. Embora seja uma simples sociedade mascarada, os *mezhuuh* não podem ser ridicularizados ou atacados por qualquer pessoa grande ou pequena. Se isso acontecer, uma multa em cabras, galinhas e dinheiro é cobrada como uma medida corretiva. No período pré-monetário, as multas *mezhuuh* nunca incluíam dinheiro, mas hoje o dinheiro é exigido.

Após a iniciação no *mezhuuh*, o menino torna-se qualificado a adesão na *fehndzje*, uma sociedade mascarada para jovens garotos. A iniciação durante o período não-monetário era feita em materiais como as outras *mekuum* e *mezhia*. O uso do dinheiro na iniciação tornou-se comum depois da independência quando os jovens garotos pagavam uma taxa de 100 francos e entre 1 a 10 galinhas para cada sociedade mascarada que eles escolhessem (Muam 2001, 150). Hoje, as coisas materiais usadas para sancionar a adesão plena a qualquer sociedade mascarada ou outra tem declinado muito, enquanto o dinheiro tem os substituído. Quanto mais dinheiro e quanto mais status social a pessoa tiver, maiores taxas elas podem pagar e, assim, tornam-se atrativos para as comunidades em detrimento das pessoas mais simples e pobres. O custo de um sepultamento dos membros de uma linhagem na *nduoh'ehveh* (casa de celebração da morte) era de 30 ou mais galinhas ou 5 galinhas e 1250 francos, incluindo outra galinha para a sociedade de mascarados (Muam 2001, 150). Entretanto, para algumas modificações durante a cerimônia final da morte, o pagamento em termos monetários e em contribuições materiais são os mesmos. A validade do dinheiro faz com que algumas linhagens comprem mais vinho, vinho de palma, cerveja de milho e cerveja para divertir a comunidade.

O divertimento geral de uma comunidade varia de pessoa a pessoa e de seu status. Isso pode envolver de 10 a mais de 200 galinhas

(ou uma representação de 50 francos por galinha) (Ambei 2007; Ngai 2007). A quantidade de galinhas determina o status social das pessoas e pode promovê-la para diferentes níveis sociais na comunidade. As duas coisas dadas na cerimônia incluem o *baike'ibeh* e o *teh'ndom*. O primeiro é dado imediatamente após o enterro da pessoa e o segundo em seguida. Composto por dinheiro e comida, é dado como parte do *baike'ibeh*. A cabra que normalmente é entregue, agora pode ser dada na forma de um saco de sal que é igual a uma cabra no meio tradicional e é dividida com as pessoas presentes. Durante a cerimônia final de enterro, o *zeike'duoh* e *teh'ndom* são apresentados. Contudo poucos estão na forma de galinhas, a maioria é dada em dinheiro que é usado com diversos propósitos no desenvolvimento das pessoas e da comunidade.

A iniciação das pessoas no *mekuum* no período pré-colonial até a primeira década da independência começavam do nível do bairro e iam até a cidade inteira, encorajados e apoiados por familiares com material e dinheiro. Depois disso, procuravam iniciação em outros grupos *mekuum* de outros bairros ou linhagens e em outro *ehzhia* (singular), os *mezhia* (plural). Era sempre uma honra para uma pessoa ser apresentada pelo seu pai para os *mekuum* ou para os *mezhia* com apoio material e financeiro. Ao mesmo tempo, peixe ou carne eram disponibilizados para as mulheres e milho fufu era preparado para distrair homens e mulheres no composto de *kieteh* ou no lugar de *fuai*. Na falta de cabras, cinco galinhas às substituíam (Afuh 2007; Ebuh 2007; Ibo-oh 2008; Ikai R 2008; Ikai Z 2008; Kendang V 2008; Mukoi 2008; Ndang 2008; Ngwa 2008). No entanto, era uma honra entregar uma cabra nessa cerimônia de aniversário. Depois da independência, algumas galinhas eram pedidas e o restante foi convertido em dinheiro e entregue para os mais velhos dependendo do nível alcançado pelo iniciante.

De fato, os homens realizavam o ritual *kezewai* quando suas esposas davam a luz ao seu primeiro filho. A cerimônia do *kezewai* envolvia contribuições de uma cabra e, depois da independência, 500 francos (pouco mais que um dólar) era entregue a fim de representar uma cabra. Após o *kezewai*, 15 galinhas ou seu equivalente em dinheiro durante o período colonial e pós era disponibilizado pelo adulto. Desde a independência a soma de 50 francos CFA era equivalente a uma galinha. Essas 15 galinhas eram apresentadas como *nduoh* ou casa (Afuh 2007; Ambei 2008). Isso era feito para mostrar aos mais velhos que esse homem havia chegado a idade adulta e que agora poderia andar e conversar com eles.

A construção de uma casa e seu ritual de abertura eram o marco de maturidade de um homem de qualquer tribo Laimbwe. Além disso, para o ritual *itschuoh* 5 galinhas eram entregues, totalizando 20 galinhas. Durante as primeiras duas décadas da independência até o final da década de 1980,

essas coisas eram feitas com dinheiro. Esse dinheiro era compartilhado entre aqueles que tinham postos superiores nas comunidades (Kom 2008). A quantidade de dinheiro ou as coisas materiais que eram pedidas durante os rituais variavam de quarteirão para quarteirão, de *isaa'enduoh* para *isaa'enduoh*, de uma vila Laimbwe para outra. A iniciação no *mekuum* do *isaa'enduoh* geralmente tinham prioridade frente aquelas do quarteirão, outras *saa'tenduoh*, da cidade ou do grupo étnico como um todo. Entre os Laimbwe, geralmente se acredita que, hoje, a iniciação nas sociedades são mais custosas em termos monetários em Bu do que em Mbengkas e Baisso, por causa da acessibilidade e da maior influência externa dessa cidade do que das outras duas Laimbwe.

No geral, a qualificação do *mezhia* proveniente do cumprimento de certas obrigações destacadas entre as quais a apresentação do *mendeng* para o pai. Isso era quando a pessoa construía sua própria casa, tinha animais domésticos e outros bens silvestres em seu complexo, incluindo bananas, pêras, laranjas, mangas, goiabas e outras árvores de frutas (Kahghesah 1997; Ambei 2008). Quando o pai se sentia satisfeito com os feitos de seu filho e sua maturidade, o pai pedia ao filho que ele apresentasse o *mendeng* como era exigido pela tradição. Hoje, não há uma preocupação necessariamente com os bens silvestres encontrados no terreno do filho, mas com sua habilidade de fazer qualquer tipo de negócio e de se tornar rico e responsável. Atualmente, muitos jovens oferecem o *mendeng* em dinheiro aos seus pais. O dinheiro facilitou o processo de prover a família.

Nos tempos atuais, o *mendeng* que até aqui era em forma de contribuição material, tornou-se dinheiro, quase equivalente a 5000 francos CFA ou menos (cerca de 11 dólares) com vistas a manter a tradição. De acordo com o povo Laimbwe, esse ritual de *mendeng* garante o jovem de bênçãos do pai. Carne era também oferecida para os membros da *ehzhia* como entretenimento. Esse ritual abre os caminhos da criança para a corrida da iniciação no *mezhia* como o *kekikuum*, *ndonyi*, *mekwasuuh*, *kuumkengang*, *phesooh*, *libah kekuleh*, *leh'atang* e *tschong*. O que muda no processo de iniciação do *ehzhia* de antes para o de hoje é quantidade de dinheiro. Além disso, coisas que antes eram entregues em material, hoje estão divididos entre coisas e dinheiro. Entre essas coisas estão óleo de mamona, galinhas e cabras.

A iniciação em diferentes *mezhia* envolvem despesas em diferentes estágios. Os níveis mais básicos, como fazer o pagamento da entrada no *libah*, por exemplo, o novo membro entrega o dinheiro aos *tehmbang*, que são duas estacas bem decoradas que representam o homem e a mulher, usados para representar a chegada dos mascarados e seu grupo de dançarinos soprando flautas. As moedas desses *tehmbang* são sempre dadas

a um antigo membro dos sêniores da sociedade e depois divididas entre todos (Ebuh 2007; Bong 2008).

Após a declaração de intenção, é dito ao candidato a adesão quanto ela custa em termos monetários, peixe, galinhas, sal, cabras ou outros itens que devem ser completamente incorporados ao *libah*. Isso implica em mover-se de um estágio a outro ao longo da vida. A posição social é medida de status e influência na sociedade. Membros que queiram posições mais altas para comandar o respeito dos demais devem trabalhar dia e noite e também solicitar a assistência material e financeira de suas irmãs, irmãos, mães e tios. Tal suporte, atualmente, é baseado na contribuição de cada um para a união e crescimento da linhagem. Se o homem falhar na contribuição para o progresso da linhagem, ele não será apoiado material e financeiramente quando ele estiver buscando admissão no *mezhia*.

Muitos desses *mezhia* tiveram sua importância reduzida devido a uma combinação de fatores. Alguns dos antigos membros no Bu, por exemplo, argumentam que é uma forma sutil de dominação matrilinear dos grupos para sempre subjugar os *saa'tenduoh* menores e menos influentes e ditar o ritmo dos eventos na cidade por meio da extorsão de dinheiro (Afuh 2007). Ademais, outros donos de máscaras estão desiludidos com os jovens por conta de seu manuseio egoísta dos presentes materiais e do dinheiro que vem após a celebração da morte ou de um funeral na cidade.

Muitos deles assam as galinhas que foram entregues durante a celebração e dividem o dinheiro entre si e não deixam nada para os donos ou ações da *ehzhia*. Com raiva, no entanto, os donos e os outros anciãos decidiram manter os mascarados no teto e, em alguns casos, decidiram abandoná-los. Além disso, as vestimentas de alguns *mekuum* se deterioraram, o que resultou na impossibilidade dos mascarados de animar os membros da família durante as celebrações da morte, como acontecia antes da independência do Camarões em 1960/61.

Em outros casos, os *zhehtebei* são inexperientes e não têm vontade de aprender. Logo após, eles assumem a posição de administrador da propriedade da linhagem como *zhehtebei*, ao invés de melhorar o que eles sabiam, eles tiveram uma posição ingênua e irresponsável e se recusaram a aprender e se associar com os anciãos. Além disso, eles também usaram de sua inclinação religiosa para abandonar os mascarados de sua linhagem que antes eram reverenciados. Outros sucessores são proprietários ausentes que falam muito e fazem pouco. As propostas realizadas para que eles melhorem o *kekuum* das linhagens não são levados a cabo. O dinheiro levantado com esse propósito pelos membros da linhagem são cuidadosamente desviados para ganhos pessoais. O “rei dinheiro” como eles o chamam, veio para criar problemas para algumas sociedades ao invés de resolvê-los. Fora dos

costumes masculinos, existem costumes femininos de status e notabilidade.

A Kefa'a

A *kefa'a* é uma sociedade de mulheres anciãs nas cidades Laimbwe que ficam sob a liderança da *zhehfuai* ou rainha mãe. As linhagens da região possuem *kefa'a*. Nas cidades Laimbwe, as principais linhagens que possuem *ehfa'a* (plural) são as Ehzem, Eselemei, Ukwosuuh e Nduokang (Ngoisey 2008; Izhoi 2008; Kule 2008; Mbei Ikai 2008). As outras linhagens são simplesmente membros participantes da sociedade. A adesão à *kefa'a* é feita a partir de uma cerimônia de iniciação. Hoje, muitas jovens mulheres estão desinteressadas, pois para elas a entrada na *kefa'a* subordina-as às linhagens que possuem e às pessoas que controlam a sociedade, além disso, implica em muitas despesas.

Quando as mulheres de uma linhagem pertencente a *kefa'a* estão se apresentando em público, elas podem ser identificadas pelos anéis de diferentes cores usados na cabeça. Esses instrumentos poderiam ser comprados com a libra (no período colonial) ou com o franco CFA (no período pós-independência) ou por herança da mãe ou da avó. Algumas mulheres compram o material de Bamessing no Ndop e as miçangas no mercado ou, como no passado, na Nigéria, por meio de comerciantes ou contrabandistas. Mais recentemente, as miçangas eram trazidas para a mulher pelos comerciantes Hausa. Os cilindros hoje em dia são procurados pela vizinhança Fundong na Divisão Boyo na região noroeste do Camarões (Ngoisey 2008; Mbei Ikai 2008; Ekai 2008; Nyoooh 2008). A madeira de sândalo é um condimento muito valorizado que por muito tempo foi importada da região sudoeste do Camarões por causa da abundância dessa árvore nessa parte do país.

Para qualquer pessoa ser admitida na comunidade *kefa'a*, a assistência da avó paterna ou irmã (tia paterna) era solicitada. Se a tia rejeitar sua admissão, a mulher não pode ser iniciada. Do período pré-colonial até os anos iniciais da independência, a iniciação se dava em dois estágios. O primeiro estágio era a oferta de uma lata de óleo e três ou quatro carnes secas selvagem. Atualmente, uma quantidade considerável de carne de gado seca é oferecida por conta da escassez de carne selvagem. Na segunda fase, a integrante trazia a *kefa'a* a *keh'tia* colhida ou sopa de pimenta que era a combinação de uma lata de óleo, um saco de sal, três pedaços de carne seca e uma boa quantidade de carne selvagem para o entretenimento e distribuição (Ngoisey 2008; Mbei Ikai 2008; Ekai 2008). Essas coisas, hoje, são trocadas por dinheiro uma vez que apenas algumas pessoas estão envolvidas com a produção de óleo de palma na cidade de Laimbwe.

Na morte de uma *kefa'a*, sua linhagem matriarcal faz alguma das seguintes coisas. Em primeiro lugar, a líder das *kefa'a* (que era geralmente a integrante mais velha) era informada. O anúncio oficial no período colonial eram com poucos xelins, mas atualmente está em 1000 francos, substituindo os xelins e os presentes dados no passado. Durante a cerimônia de morte de um membro, as mulheres *kefa'a* são presenteadas por duas bacias de milho fufu e um pacote de girinos ou tilápias secas, pela manhã e pela noite, respectivamente (Izhoi 2008; Ngoisey 2008; Mbei Ikai 2008). Após isso elas festejam com cinco bacias de milho fufu e cinco sacos de girinos representando o *koh-afa* (o instrumento que tira as *kefa'a* do fogo), *zhe-eh-afa* (o despertar das *kefa'a* pela manhã), *mbwe-keh-afa* (o adormecer da *kefa'a*). Esses são os três níveis de entretenimento conhecidos para os membros da *kefa'a* atualmente. Algumas das coisas, como os girinos, estão escassos atualmente e, por isso, são muito caros.

Outras coisas ofertadas à *kefa'a* são uma lata de óleo e um saco de sal para a distribuição. Algumas linhagens doam muito mais que necessário durante as cerimônias de morte. Contudo, existem pequenas diferenças entre o que é doado nas três cidades Laimbwe do Bu, Baisso e Mbengkas. Geralmente o que é doado vem da família da integrante mais antiga do *kefa'a*. Algumas pessoas criticam as comunidades, baseadas no fato de que muitas das coisas materiais doadas podem ser compradas por dinheiro, tornando-a muito custosas. Contudo, existem diversas associações de mulheres e clubes no quais as mulheres não podem ser alistadas caso elas não tenham sido uma *kefa'a* de prestígio.

Zhiamehzele (Clubes e Associações de Mulheres)

Além da sociedade regulatória de mulheres *kefa'a*, existem outras sociedades *zhiamehzele* no Laimbwe servindo a diferentes propósitos, entre os quais estão as *ketaah*, *keseem ndzjang* e *fembweih*. Alguns dos clubes são dirigidos diretamente por interesses particulares das linhagens. O *fembweih* está sob controle do Ehzem, Eselemei e Nduokang nas cidades de Laimbwe. Sua adesão é aberta e executada quando um adulto, homem ou mulher, morre. Por outro lado, o *ndzjang* está bem estabelecido, devido a quantidade de homens interessados em suas fileiras. A força desse clube está na sua habilidade de unir os filhos do palácio com sua liderança nos *Mbengkas* (Ngei 2008; Ngoi 2008; Ngwa 2008; Ewi 2008). Na aldeia Bu, o *ndzjang* não necessariamente tem conexões com o palácio, mas segue popular entre seus membros. Os outros clubes, *zhiamehzele* como o *ketaah* e o *keseem*, seguem sendo clubes para as mulheres expressarem suas capacidades de promover entretenimento e alívio ao sofrimento dos integrantes da comunidade. Elas reúnem mulheres de diferentes linhagens e idades para manter os valores

de sua aldeia e linhagem por meio dessa proeza. A entrada nesses clubes é feita por meio monetário ou por outras contribuições quando necessário. Assim, o gasto não é tão elevado e, além disso, aquelas que não conseguem manter a participação na *kefa'a* se unem a outros grupos.

Conclusão

Concluindo, em sociedades masculinas e femininas do grupo étnico Laimbwe da região noroeste do Camarões, a iniciação era uma marca da chegada a idade adulta, uma marca de status e influência na comunidade. Esse estudo evidencia que durante o período pré-colonial, o rito de passagem era determinado pela acumulação e provisão material. Muitas pessoas eram auxiliadas por membros de sua linhagem e por amigos para conseguir uma grande quantidade de materiais que eram requeridos pela iniciação nas sociedades *kuiifuai*, *kefa'a*, *zhiamehzele*, *mezhuuh*, *libah* e outras. As marcas de identidade e de status eram todas determinadas pelas riquezas que as pessoas possuíam e pela vontade de doá-la durante a iniciação.

A administração colonial iniciada pelos alemães em 1884 introduziu o dinheiro como um intermediário nas trocas e como uma medida de valor. Contribuições materiais ainda estão imensamente disponíveis, mas algumas demandas são feitas em dinheiro. Vale a pena notar que alguns materiais, como o arroz, foram introduzidos de fora com o comércio externo e passaram a ter um papel preponderante na política econômica dos povos Laimbwe. Após a independência, o dinheiro tem ganhado mais importância nas cerimônias, até mesmo alguns materiais como porcos e mel são comprados com dinheiro de outras aldeias vizinhas. Muitos dos anciãos precisam de dinheiro e não de contribuições materiais por conta dos projetos de desenvolvimento das comunidades, como a construção de centros de saúde, escolas, galerias e igrejas. Assim, o dinheiro têm impactado fundamentalmente no processo de iniciação e de divertimento das pessoas em terras Laimbwe, bem como em todo o Camarões.

REFERÊNCIAS

- Amaazee, V.B. 1964. The Traditional History of Bu, Wum Division. It's Like This: Essays on Traditional and Church History, Social Structure and Other Aspects of Life in Various Tribes in West and East Cameroon vol. 2.
- Chilver, E.M. and Kaberry, P.M.. 1970. Chronology of the Bamenda Grassfields. *The Journal of African History*, 11, 2, 249-257;

- Falola, Toyin. 1997. Manufacturing Trouble: Currency Forgery in Colonial South Western Nigeria. *African Economic History*, 25, 121-147.
- Fanso, V.G. 1989. Cameroon History for Secondary Schools and Colleges Vol. 1: *From Pre-historic Times to the Nineteenth Century*. London: Macmillan.
- Fowler, I. and Zeitlyn, D. 1996. Introduction: The Grassfields and the Tikar. In *African Crossroads: Intersections between History and Anthropology in Cameroon* edited by Ian Fowler and David Zeitlyn, 1-16. Oxford: Berghahn Books.
- Gufler, H. 1995. Yamba Spider Divination. *Journal of the Anthropological Society of Oxford*, xxvi, 1, 43-67.
- Hamisu, D. R. I. 2000/I. Customary Bride-Price in Cameroon: Do Women Have a Say? SAFERE: Southern African Feminist Review, 4, 2/ 5, 1, 65-71.
- Ikpe, E. B. 2004. *Human Sexuality in Nigeria: A Historical Perspective*. Lagos: Africa Regional Sexuality Centre (ARSRC).
- Jeffreys, M.D.W. 1940. *Village Names and Tribal Migrations*. Man, 40, 32.
- Jeffreys, M.D.W. 1952. Who are the Tikars? *African Studies*, 23, 3 and 4, 141-153.
- Kratz, C A. 1997. Initiation and Transition Rites: Overview. In J. Middleton (Ed. in Chief), *Encyclopedia of Africa South of the Sahara* Vol. 2, 378-82. New York: Charles Scribner's Son.
- Lah, M.K. 1989. *Discover Mbengkas and Generalities on Laimbwe Villages: A Geographical and Historical Introduction*. n.p.
- Latour, C.-H. P. de. 1995. The Initiation of the Dugi among the Pere. *Journal of the Anthropological Society of Oxford*, xxvi (1), 81- 6.
- Mafiamba, P.C. 1969. *Notes on the Polyglot Populations of Nkambe*. ABBIA: Cameroon Cultural Review, 21, 59-90.
- Moore, H. L. and M. Vaughan. 1994. *Cutting Down Trees: Gender, Nutrition and Agricultural Change in the Northern Province of Zambia, 1890-1990*. London: James Currey.
- Muam, A. 1999. *The Laimbwe People and their Culture: Traditional way of Solving Conflict*. Lecture Presented at the Ecumenical Youth Peace Initiative Commission Seminar Workshop at Bu, 20 April.
- Muam, A. 2001. *Traditional Structures and Political Evolution: A Case Study of Bu Chiefdom*. Bamenda: Quality Printers.
- Ngwoh, V.K. 2006. *Esu and Her Neighbours: A Geopolitical History of the Esu People*. Yaounde: Bookhouse.

- Nkwi, P. N. 1987. *Traditional Diplomacy: A Study of Inter-Chiefdom Relations in the Western Grassfields, North West Province of Cameroon*. Yaounde: Department of Sociology.
- Ohta, I. 2007. *Marriage and Bride wealth Negotiations among the Turkana in Northwestern Kenya*. African Study Monographs, 37, 3-26.
- Onwuejeogwu, M. A. 1992. *The Social Anthropology of Africa: An Introduction*. Ibadan: Heinemann.
- Peters-Golden, H. 1997. *Culture Sketches: Case Studies in Anthropology* Second Edition. London: McGraw Hill.
- Quarcoopome, T.N.O. 1987. *West African Traditional Religion*. Ibadan: African University Press.
- Senaraj, S., Yodmalea, B., Potisam, S. and Sohpohn, P.S.. 2008. *Local Knowledge and Beliefs of Traditional Funeral Rituals in Roi-et Province Thailand*. The Social Sciences, 3, 3, 207-210.
- Shultz, G. 1993. *Kom Linguistic and Sociolinguistic Survey*. Yaounde: Societé Internationale de Linguistique.
- Vansina, J. 1990. *Paths in the Rainforests: Toward a History of Political Tradition in Equatorial Africa*. London: James Currey.
- Yiridoe, E. 1995. Economic and Socio-Cultural Aspects of Cowrie Currency of the Dagaaba of Northwestern Ghana Aspects. *Nordic Journal of African Studies*, 4 (2), 17-32.

ENTREVISTAS

- Ache, L. 2008. Personal Communication. Mbengkas, January 8.
- Afuah, C. 2008. Personal Communication. Bu, January 13.
- Afuh, W. 2007. Personal Communication. Bu, December 23.
- Akou, N. 2008. Personal Communication. Mbengkas, January 10.
- Ambei, J. 2008. Personal Communication. Bu, January 10.
- Asang (Rev.), S.M. 2008. Personal Communication. Bu, January 7.
- Boi, J. K. 2008. Personal Communication. Baisso, October 13.
- Bong, A.T. 2008. Personal Communication. Bu, December 27.
- Buh, S. 2008. Personal Communication. Baisso, October 15.
- Buhghebei, D. 2007. Personal Communication. Bu, December 23.
- Cheng (Rev.), E.N.G. 1996. Personal Communication. Wum, March 20.
- Chief Kpwai II C. T. 2008. Personal Communication. Mbengkas, January 11.
- Ebuh, T. 2007. Personal Communication. Bu, December 27.

- Ekai, S. 2008. Personal Communication. Mbengkas, January 7. Owner of kefa'a
- Ewi, M. 2008. Personal Communication. Mbengkas, October 10.
- Ibo-oh, F. 2008. Personal Communication. Mbengkas, January 7.
- Ikai, R. 2008. Personal Communication. Mbengkas, October 10.
- Ikai, Z. 2008. Personal Communication. Baisso, October 14.
- Izhoi, 2008. Personal Communication. Bu. December 29. Owner of kefa'a
- Kahghesah, H. 1997. Personal Communication. Bu, March 1.
- Kendang, T. 2008. Personal Communication. Bu, January 10. Owner of tschong.
- Kendang, V. 2008. Personal Communication. Bu, December 27.
- Kom, A. 2008. Personal Communication. Bu, January 10. Custodian of Kuiifuai of Bu.
- Kpwa, V. 2008. Personal Communication. Bu, January 10. Fuaifuazheh of Bu.
- Kpwai, F. 2008. Personal Communication. Mbengkas, January 8.
- Kule, W. 2008. Personal Communication. Mbengkas, January 9.
- Mbei Ikai, 2008. Personal Communication. Bu, December 27.
- Muhnjang, Y. 2008. Personal Communication. Mbenkgas, January 10. Quarter Head of Mbwaikumeh.
- Mukoi, J. 2008. Personal Communication. Mbengkas, October 10.
- Ndang, C. 2007. Personal Communication. Bu, December 23.
- Ndong, D.Z. 2008. Personal Communication. Bu, December 31.
- Ndong, T. 2008. Personal Communication. Bu, December 29. Owner of tschong.
- Ndum, F. 2008. Personal Communication. Mbengkas, October 10.
- Ngai, A. 2007. Personal Communication. Bu, December 24.
- Ngeh, M. K. 2009. Personal Communication. Mbengkas, January 8.
- Ngei, E. 2008. Personal Communication. Baisso, October 14.
- Ngoh, J. 2008. Personal Communication. Mbengkas, January 9. Quarter Head of Inaai-kom.
- Ngoi, R. 2008. Personal Communication. Baisso, October 16.
- Ngoisey. 2008. Personal Communication. Bu, January 7.
- Ngong, F. 2008. Personal Communication. Mbengkas, January 8.
- Ngong, M. 1997. Personal Communication. Bu, March 1.
- Ngowei, V. 2008. Personal Communication. Bu, October 6.

- Ngwa, J. 2008. Personal Communication. Baisso, October 12.
- Nyoooh, J. 2008. Personal Communication. Mbengkas, October 10.
- Sei, M. 2009. Personal Communication. Mbengkas, January 7. Key member of kuiifuai.
- Tsche, P. A. 2007. Personal Communication. Bu, December 27.
- Tschi, N. 2008. Personal Communication. Mbengkas, January 8.
- Wakem, J. 2007. Personal Communication. Bu, December 27. Chief Priest of libah.
- Wei, V. 2009. Personal Communication. Bu, January 6.
- Zoh, G. 2009. Personal Communication. Mbengkas, January 8.

RESUMO

A chegada dos europeus a Camarões no século XV e a introdução da moeda ocidental como um padrão de intercâmbio e uma medida de valor, passa a substituir outras moedas indígenas. Isso teve um impacto na iniciação das sociedades camaronesas, incluindo os Laimbwe da região noroeste. Organizações de homens e mulheres eventualmente começaram a utilizar essas moedas durante os rituais de iniciação. Entre essas comunidades estão incluídos *nwerong*, *ngiri*, *ngumba*, *takembeng*, *ndofoumgbui*, *kwifoyn* (também *kwifo'o*, *kwifeu*, *kuiifuai*) *kefa'a*, *tschong*, *libah* e *ikuum* nas regiões pastoris e Liengu, *male*, *ahon*, *muankum*, *nganya*, *monekim*, *ekpe* e *obasinjom* na região de florestas de Camarões. Antes da introdução do dinheiro existiam algumas moedas locais, como búzios, que eram usados juntamente com provisões materiais, como cabras, porcos, galinhas e carne selvagem. Porém, o dinheiro tornou-se eventualmente uma medida de valor, status e uma provisão de riqueza entre os Laimbwe. Esse artigo examina como e por que a introdução do dinheiro na iniciação e em outros rituais levou ao surgimento de uma nova classe social e ao reforço de uma ordem político-social dos povos Laimbwe. O estudo consiste em discussão com membros das sociedades, observações e análise de materiais escritos.

PALAVRAS-CHAVE

Monetização; Camarões; Rituais.

Recebido em 11 de novembro de 2017.

Aprovado em 11 de janeiro de 2018.

Traduzido por Caroline Assis

DA HIBERNAÇÃO CONVENIENTE AO DESESPERO CIRCUNSTANCIAL: DISCURSO DE ÓDIO, COMUNICAÇÃO POLÍTICO PARTIDÁRIA E AS ELEIÇÕES GERAIS DE 2015 DA NIGÉRIA

Mike Omilusi¹

Introdução

Os partidos estão competindo entre si pelas melhores maneiras de resolver problemas políticos. Eles estão em competição por influência e poder. Partidos não só se esforçam para participar da formação da opinião política. Eles também aspiram a participar da representação das pessoas no parlamento. Isso pressupõe que os partidos participem das eleições. Além dos candidatos, o programa político é a “mercadoria” de um partido, que o oferece aos eleitores (Hofmeister e Grabow 2011, 9). Assim, os partidos políticos alcançam os eleitores através de estratégias de comunicação organizadas, particularmente durante as eleições, mesmo que as campanhas eleitorais possam ser muito diferentes em diferentes países e entre as eleições.

Conforme observado por Kavanagh (2000, 29), muitos fatores influenciam a natureza da campanha, incluindo o tipo de cargo; o quadro legislativo para campanhas eleitorais (como leis eleitorais), hábitos culturais e divulgação de mídia; os sistemas eleitorais e de partido, etc. As estratégias de campanha são, por um lado, influenciadas pelo contexto político em que ocorrem e, por outro lado, afetadas pelos partidos políticos que conduzem a campanha eleitoral. No entanto, olhando para uma campanha política como um discurso, ela vai além do mero uso de palavras para ganhar votos. Em sua tentativa de persuadir, os escritores de campanhas políticas se concentram em enunciados de políticas que abordam ações passadas,

¹ Departamento de Ciência Política, Universidade Ekiti State, Ado Ekiti, Nigéria. E-mail: watermike2003@yahoo.co.uk

planos futuros ou objetivos gerais, bem como comentários sobre caráter, que abordam qualidades de personalidade, capacidade de liderança ou ideais (Ademilokun e Taiwo 2013, 437).

Os analistas políticos são da opinião de que o discurso de ódio continua sendo uma das características das campanhas políticas, não só na Nigéria, mas também em outras partes do mundo, particularmente na África. A história política da Nigéria, particularmente desde as primeiras eleições realizadas no país sob a Constituição de Clifford de 1922, tem experimentado poços de crise que podem ser atribuídos ao discurso de ódio, entre outros comportamentos antissociais. Por exemplo, antes das eleições gerais de 2015 em Nigéria, como observado por Aghadiegwu e Ogbonna (2015, 2), muitos observadores políticos, observadores locais e internacionais e, claro, todos os cidadãos estavam preocupados com a onda de discursos de ódio que caracterizavam as mensagens de campanha política e os anúncios dos dois principais partidos políticos. Como resultado disso, havia um medo palpável de que o Estado da Nigéria estivesse à beira de um precipício.

Isso pode ter exigido o “Acordo de Abuja”, em janeiro de 2015, quando todos os quatorze candidatos presidenciais assinaram um acordo, comprometendo-se a realizar campanhas baseadas em questões concretas, aceitando pacificamente os resultados eleitorais, abstendo-se de usar linguagem inflamatória e denunciando atos de violência ou incitamento à violência durante as campanhas eleitorais. Em 26 de março, os dois principais candidatos presidenciais – o presidente Jonathan e o general Buhari – renovaram seus compromissos com o Acordo de Abuja, assinando uma promessa conjunta de eleições pacíficas e convidando todos os cidadãos nigerianos e partidários a se absterem da violência (NDI 2015). No entanto, apesar do acordo, as campanhas políticas foram caracterizadas com discursos de ódio, silenciamento e violência em muitas partes do país (Hassan 2014). O clima político nas eleições foi tenso e acrimonioso, já que o Partido Popular Democrata (PDP, sigla em inglês) e o opositor partido Congresso Progressista Geral (APC, sigla em inglês), apoiados por pesquisas de opinião concorrentes, previram a vitória. O rumor nigeriano e o moínho de conspiração estavam em pleno andamento, alimentados por mídias sociais e por meios de comunicação muitas vezes politizados (Cooke 2015).

Se analisarmos a pesquisa sobre campanhas em geral, um grande desequilíbrio tem a ver com a ênfase nos candidatos e não nos partidos. O estudo de campanha típico, independentemente de ser lançado em termos principalmente descritivos ou teóricos, vê o candidato individual como o principal veículo por trás de qualquer campanha eleitoral (Wemaere 1973; Ferejohn e Noll 1978 citado em Karvonen 1991). De fato, em muitos países,

tanto em democracias estabelecidas quanto nas mais novas, o foco - durante as campanhas eleitorais - sempre esteve nos candidatos e não nos partidos políticos. No entanto, Karvonen (1991) argumenta que “na medida em que existem estudos sistemáticos de campanhas eleitorais do ponto de vista dos partidos políticos, a campanha como tal frequentemente recebe atenção secundária por parte do pesquisador”.

Algumas questões pertinentes foram levantadas em relação aos partidos africanos: o que os partidos políticos fazem entre as eleições? São os partidos políticos africanos fantasmas que despertam para assediar a boa vontade e os recursos políticos dos eleitores apenas durante o ano eleitoral (se não o mês) ou durante as campanhas eleitorais? Ou eles estão mantendo a vigilância e desempenhando seu papel na governança democrática como o vínculo entre cidadãos, parlamento e governo? (IDEA 2007, 79). Em vez de proporcionar oportunidade para a deliberação pública, as campanhas eleitorais africanas são principalmente momentos para os políticos se envolverem em mobilização e manipulação de regras eleitorais. Muitas vezes, as estratégias de campanha apresentam incentivo material e intimidação política (Bratton 2008, 1).

Como questão de percepção, na Nigéria, quando os partidos políticos, inevitavelmente, optam por se comunicar durante as eleições, as promessas eleitorais sempre permaneceram iguais em conteúdo e contexto desde a independência. Por exemplo, as promessas retóricas de educação, emprego, serviços de saúde, habitação, eletricidade, água potável, trilhos, estradas e outros meios de transporte são indicadores do estado do desenvolvimento do país no século XXI. As eleições gerais de 2015, portanto, oferecem um contexto único para interrogar o lugar da comunicação política do partido em uma democracia emergente e, especificamente, como as campanhas de ódio entre os gladiadores políticos/partidos contendentes poderiam gerar violência e, se não domesticadas, descarrilar a consolidação democrática.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: após esta introdução, são apresentados os antecedentes teóricos do discurso de ódio e da comunicação político partidária. A terceira seção aborda um breve reflexo da campanha política e da política de ódio na Nigéria no contexto de dispensas políticas passadas. A seção quatro examina as eleições gerais de 2015 e os discursos de ódio gerados. As medidas preventivas políticas e jurídicas para conter esta tendência nas futuras eleições são discutidas na seção cinco. A última seção conclui o artigo.

Teorizando a Comunicação Político partidária e o Discurso de Ódio

Comunicação Político Partidária

Os partidos políticos, apesar de suas falhas, continuam sendo os principais veículos institucionais para representação política, agregação e articulação de interesses e como mecanismo constitutivo para a formação e organização do governo, além de canais para manter a supervisão e exigir responsabilidade dos governos (Shale 2010). A comunicação das intenções políticas e a busca do consentimento público sempre foi parte dos principais requisitos para a liderança política na democracia. Desde os primórdios da democracia partidária moderna, as condições e a manifestação da comunicação, no entanto, mudaram consideravelmente (Hofmeister e Grabow 2011, 41). Em outras palavras, nas democracias de massa modernas, são os partidos políticos que conectam o governo e os governados um com o outro: “Os cidadãos nas democracias modernas são representados através e por partidos” (Sartori 1976, 24), o que significa que a comunicação ocorre através de políticas do partido.

Embora enfatizando a lógica de uma estratégia de comunicação, o Centro para a Democracia Multipartidária – Quênia (2012, 1) postula que a importância da comunicação como ferramenta de gerenciamento não pode ser adiada. De fato, o sucesso de qualquer partido político pode ser altamente aprimorado através de uma clara estrutura de comunicação bem conhecida e compreendida. Por si só, brilhantes políticas e visões não podem garantir o sucesso de um partido. Eles devem ser apoiados por uma comunicação orientada, estruturada e direcionada. Em essência, a comunicação entre líderes e liderados nunca acontece; deve ser deliberadamente organizado, desenvolvido e construído. Os eleitores precisam ser informados sobre programas políticos, questões políticas e alternativas políticas apresentadas pelos candidatos e partidos políticos (Muturi 2012, 1). Todas as formas de campanha política procuram persuadir os públicos-alvo através da gestão da mensagem comunicada a eles através da mídia (Stockwell 2004).

Os partidos políticos investiram fortemente na campanha eleitoral, aproveitando plenamente as novas tecnologias, adaptando suas organizações e empregando agências e consultores especializados. Como resultado, o partido de hoje e a forma como opera no contexto da eleição eleitoral é uma criatura significativamente diferente da de há vinte anos (Farrell e Webb 1998, 21). Os ambientes de comunicação dos Partidos são, no entanto, determinados por uma série de fatores: a estrutura dos meios de comunicação de massa, incluindo a composição do mercado de jornais e os leitores; a gama de canais audiovisuais do setor privado e do serviço público; o tamanho da audiência alcançada por jornais, televisão e rádio; e a difusão de novas tecnologias de informação e comunicação, como a Internet e até mesmo os telefones móveis. O contexto também é determinado

pelas políticas de comunicação - que estabelecem a regulamentação legal das comunicações políticas, especialmente nas campanhas eleitorais - exemplificadas pelas regras relativas à arrecadação de fundos e às despesas dos partidos, propaganda de campanha, transmissões políticas e liberdade de mídia (Norris 2005, 4).

Partidos políticos e líderes estão se movendo em direção às novas ferramentas de comunicação de mídia para difundir suas políticas, se comunicar com as pessoas. Essas novas formas de tecnologia estão sendo ativamente adotadas pelos partidos políticos para ganhar mais apoio. As novas tecnologias de mídia deram uma nova dimensão à campanha política. Muitos partidos políticos criaram seus próprios sites, blogs e contas do Facebook/Twitter. Eles estão regularmente assistindo e lendo seus novos conteúdos de mídia (Arulchelvan 2014, 125). As tecnologias modernas de informação e comunicação são agora um elemento central das campanhas políticas modernas. A implementação efetiva deste tipo de ferramentas está em discussão. Políticos em vários estados iniciaram sites e blogs com vários graus de sucesso. O software social tem sido usado para beneficiar os políticos. A comunicação de informações geralmente está em forma paga e geralmente persuasiva em termos de produtos, serviços ou ideias por patrocinadores identificados através dos vários meios de comunicação (ibid 127).

As campanhas do partido são realizadas através de uma infinidade de canais em todos os níveis sociais. A televisão nacional, os jornais regionais e os outdoors são usados lado a lado; líderes de partidos nacionais, consultores de mídia profissional e ativistas de partidos locais desempenham papéis significativos. Apenas contar “toda a história de uma campanha” em termos puramente descritivos requer tanto tempo e esforço que as comparações ao longo do tempo ou em todos os sistemas normalmente não são tentadas. Na verdade, talvez a conta abrangente mais típica seja a jornalística (por exemplo, Tyler 1987, citada em Karvonen 1991), escrita logo após uma eleição para atender a demanda atual no mercado. Mas, mesmo quando escrito por estudiosos, as análises detalhadas das campanhas eleitorais são frequentemente apresentadas sob a forma de contas descritivas, em vez de estudos de caso em termos comparativos ou teóricos (Knox 1990).

No entanto, enfatiza-se que um programa de comunicação eficaz começa em “casa”, isto é, dentro do próprio partido. É uma verdade infeliz que muitas vezes os partidos políticos têm comunicações internas precárias. Às vezes, um partido nem tem uma lista atualizada de líderes e membros com seus endereços, números de telefone e outras informações básicas. Se uma parte não pode se comunicar efetivamente entre seus próprios líderes e membros, é improvável que um partido possa realizar seu potencial na

arena pública. Ambos requerem planejamento, coordenação e capacidade semelhantes para fornecer informações precisas, persuasivas e oportunas (NDI 2001, 19). Geralmente, os ativistas podem chegar ao público, seja através da mídia ou através de sua própria organização. Em ambos os casos, existe um canal direto e indireto. Com respeito aos seus próprios canais organizacionais (ou aos canais de seus aliados, que também podem estar abertos a eles), os atores políticos provavelmente dependerão cada vez mais de comunicações diretas com os membros de seus círculos eleitorais.

Campanha de Discurso de Ódio

O discurso de ódio é muitas vezes difícil de identificar e processar por uma série de razões. Por um lado, a liberdade de expressão é um direito altamente valorizado em muitos países e muitas vezes é protegida por lei. A linha que separa um direito inalienável de um crime pode, portanto, ser pouco clara. Diferentes países também têm diferentes critérios para o que constitui discurso de ódio e para o que é legal (The United States Holocaust Memorial Museum 2009, 7). Examinando as inter-relações entre atores políticos, instituições de mídia e novas práticas de comunicação participativa, podemos começar a examinar como a fala extrema é (a) em parte um produto de competição acelerada para a atenção pública e, como tal, é moldada por identificáveis práticas e rituais de comunicação; (b) que o “discurso de ódio” tem um valor econômico em um ambiente de mídia formado pela competição intensa por cliques, hits e “interação”; e que (c) o concurso público sobre o que pode e não pode ser dito, um concurso frequentemente organizado em torno de instâncias de discursos extremos, tornou-se uma tática central do posicionamento político nas sociedades contemporâneas (Tulkens 2013, 9).

Geralmente, o discurso de ódio refere-se a palavras de incitamento e ódio contra indivíduos com base em sua identificação com um determinado grupo social ou demográfico. Pode incluir, mas não se limita a, um discurso que defenda, ameace ou encoraje os atos violentos contra um grupo específico, ou expressões que promovam um clima de preconceito e intolerância, que pode levar a ataques direcionados ou perseguições a esse grupo através de “outros processos” (Gagliardone, Patel e Pohjonen 2014, 9). Em geral, as definições de discurso de ódio fazem referência a vários dos seguintes componentes: o conteúdo da fala; o tom (escrito ou oral) do discurso, uma avaliação da natureza desse discurso; os alvos (individuais e coletivos) desse discurso; e as possíveis consequências ou implicações do ato de fala (Titley 2014, 9). Cohen-Amalgor (2011), por exemplo, oferece uma extensa definição nos seguintes termos:

O discurso de ódio é definido como um discurso malicioso, hostil e motivado para uma pessoa ou um grupo de pessoas por causa de algumas de suas características reais ou percebidas. Exprime atitudes discriminatórias, intimidantes, desaprovadoras, antagônicas e/ou prejudiciais em relação a essas características, que incluem gênero, raça, religião, etnia, cor, origem nacional, deficiência ou orientação sexual. O discurso de ódio destina-se a ferir, desumanizar, perseguir, intimidar, degradar, degradar e vitimizar os grupos visados e fomentar a insensibilidade e a brutalidade contra eles.

O discurso de ódio é particularmente pernicioso e eficaz devido à forma como ele se constrói em grupos e fora de grupos. Neste contexto, os de “dentro dos grupos” referem-se aos perpetradores do discurso de ódio e à comunidade em geral que compartilham seus pontos de vista e/ou também participam de discurso de ódio; os grupos “fora dos grupos” referem-se a grupos que são vítimas do discurso de ódio. Os “dentro dos grupos” são capazes de politizar diferenças sociais específicas (por exemplo, raça, etnia, religião, orientação sexual, gênero) caracterizando os “fora dos grupos” em termos negativos e desumanizados (Titley 2014, 9). J.-L. Nancy (2013, 5) argumenta que o ódio pode ir tão longe quanto procurar destruir o outro por meio de atos de eliminação. O ódio é intrinsecamente voltado para a ação. É mais comprometido com um resultado. Então, de acordo com Nancy, o ódio tem uma natureza ativa e “executiva”. Um enunciado de ódio é em si mesmo um ato; o pensamento que expressa é em si mesmo um ato de negação.

A Transição Política e a Política do Ódio na Nigéria: uma reflexão

A história das experiências democráticas da Nigéria demonstra que as eleições e as políticas eleitorais geraram tanta animosidade que, em alguns casos, ameaçaram a existência corporativa do país (como ocorreu após a anulação das eleições presidenciais de 12 de junho de 1993) e, em outros casos, instigaram a incursão militar na governança política, principalmente em 1966 e 1983. Ao avaliar o processo eleitoral nigeriano, Richard Joseph (1987, 157) descreve a política partidária no país como uma luta implacável para obter benefícios individuais e grupais através da apropriação temporária de cargos públicos, reduzindo o processo eleitoral para um estado de guerra hobbesiano.

Embora a Nigéria tenha conseguido transitar de uma administração para outra, quase nenhuma eleição conduzida no país foi completamente

liberada de acusações de irregularidades, malversações eleitorais e vários graus de interrupções (Jega 2010, 3). Conforme enfatizado no relatório do Comitê de Reforma Eleitoral (2008, 148), cinco causas fundamentais podem ser identificadas como responsáveis. Entre estas estão o contexto histórico da criação do estado na Nigéria; o desequilíbrio estrutural da federação nigeriana; a natureza e o caráter do Estado nigeriano e suas elites governantes; competição interétnica; e o papel das forças armadas e a militarização da política.

Alguns estudiosos atribuem o colapso da primeira república à inadequação das instituições e processos políticos e a não serem adequadamente arraigados sob o domínio colonial, enquanto outros responsabilizam a elite. Faltando uma cultura política para sustentar a democracia, os políticos não conseguiram jogar o jogo político de acordo com as regras estabelecidas (veja <http://countrystudies.us/nigeria/68.htm>). O gerenciamento e o resultado das eleições federais de 1964 e as eleições regionais ocidentais de 1965 colocaram o país à beira da desintegração e derramamento de sangue com a manifestação de todas as forças centrífugas inerentes ao corpo político. Oyeleye Oyediran (citado em Okereke 2012) descreveu isso como a “sinalização do desastre” para o novo país.

Durante as eleições de 1983, partidos e políticos confluíram com autoridades eleitorais para subverter o mandato popular. Os líderes políticos aplicaram no máximo o poder da incumbência para garantir que eles mantivessem o poder em estados onde eles dominavam (Okereke 2012). O desaparecimento da Segunda República foi acelerado pela tensão gerada pelas eleições gerais, que eram semelhantes às de 1964-65. Em vários lugares, a violência entrou em erupção, e todas as eleições foram contestadas em tribunal. Uma série de veredictos eleitorais foram rescindidos tendo em vista a evidência de que os resultados foram falsificados (ver <http://countrystudies.us/nigeria/68.htm>). Em poucas palavras, os dados empíricos na Primeira, na Segunda e na abortada Terceira República sugerem que a atitude dos membros da classe política deixou muito a desejar na maneira como eles se conduziam politicamente (Udogu 1995, 216). Na sua análise da política nacional com o jogo da soma zero, Omoh (2013) observa que:

Os políticos nigerianos são mortais. Eles empregam todos os meios disponíveis para se apegar ao poder, não para o serviço, mas enriquecerem-se e garantirem o futuro dos seus bebês por nascer. É apenas na Nigéria que a política é um grande negócio. Quanto mais você semeia em recursos ou em violência para diminuir seu oponente, maior o benefício... Eles atuam como trem em movimento, cujo caminho nenhum humano deve atravessar quando se aproxima. Eles tornaram as instituições de Estado inviáveis.

A democracia nigeriana enfrentou uma série de desafios com o retorno ao governo civil em 1999, entre os quais a imposição de candidatos, o apadrinhamento, a política monetária, a injustiça, a falta de manifesto e ideologia, a indisciplina do partido e assim por diante. A ausência de democracia interna entre os partidos políticos nigerianos constitui uma grande ameaça à consolidação democrática no país. A maioria das plataformas para debates e outras comunicações políticas são transformadas em plataformas para ameaças verbais, insultos, intimidação, coerção, chantagem e discurso de ódio. As campanhas políticas na Nigéria, orais ou escritas, caracterizam-se tipicamente por esses comportamentos discursivos desinibidos (Ademilokun e Taiwo 2013, 438).

As atividades eleitorais vêm com diferentes expectativas dos políticos, do eleitorado e do governo, entre outras partes interessadas (Olurode 2014, 72). Ao longo dos anos, os políticos tornaram-se mais desesperados e ousados em tomar e manter o poder político; mais imprudentes e gananciosas em seu uso e abuso de poder; e mais intolerantes à oposição, a críticas e a esforços para substituí-los (Comitê de Reforma Eleitoral 2008, 19). As eleições gerais sempre foram acompanhadas de violência (International Crisis Group, 2014). A lógica da política partidária da Nigéria é que os empresários, os políticos poderosos e os ricos procuram excluir candidatos populares de seus partidos para que eles possam obter uma indenização imerecida para uma eleição que seria ganha com base em fraudes (Ibrahim e Aturu 2009, 35).

Frau (2008) argumenta que, para que sejam realizadas eleições livres, justas e equitativas, devem ser implementados certos elementos aceitáveis, que incluem: um quadro eleitoral equitativo e justo; uma administração eleitoral profissional neutra e transparente; um código de comportamento ético geralmente aceito na liberdade política e de imprensa; responsabilidade de todos os participantes; mecanismo de salvaguarda da integridade e a aplicação das leis eleitorais e outras leis relevantes. Mas, como se pode deduzir do exposto, esses atributos são estranhos às políticas eleitorais na Nigéria, pois os “praticantes da perversão da vontade popular através de escolhas eleitorais competitivas demonstraram habilidades consideráveis para manobrar ou evitar a lei e criar novas formas de fraude eleitoral” (Ibrahim e Aturu 2009, 43).

Conceituando Campanhas de Discurso de Ódio no Contexto das Eleições Gerais de 2015

Durante o processo eleitoral, os partidos e as organizações de

campanha empregam diferentes estratégias para conquistar os eleitores e desacreditar seus oponentes, incluindo propagandas de ataques, como testemunhado nas eleições gerais de 2015. De acordo com Ogwezzy-Idisika (citado em Premium Times, 8 de maio de 2015), as campanhas presidenciais de 2015 eram muito sobre discursos de ódio e desprovidas de agenda concreta além das promessas relacionadas à água, estradas, educação gratuita e segurança. Impaciente pelo desenvolvimento das eleições de 2015 na Nigéria, Fatou Bensouda, promotora do Tribunal Penal Internacional, pela segunda vez, lembrou aos políticos nigerianos que eles arriscavam ser levados para Haia, na Holanda, para julgamento se eles continuassem com o nível de violência já testemunhado no país (ver RealNews, 30 de março de 2015).

Por exemplo, a campanha do PDP foi caracterizada por campanhas de ódio contra o Sr. Buhari, com pouca ênfase nas conquistas do Sr. Jonathan. Como será explicado na próxima seção, alguns dos ataques mais horríveis contra o Sr. Buhari “vieram da esposa do presidente, Patience Jonathan, do governador do estado de Ekiti, Ayo Fayose, e do porta-voz da equipe de campanha do Sr. Jonathan, Femi Fani-Kayode” (Premium Times, 4 de maio de 2015). De fato, como atestou a porta-voz do partido, Olisa Metuh, após as eleições, a sede do partido foi marginalizada durante as campanhas e que pessoas foram autorizadas a dirigir uma campanha de ódio contra o Sr. Buhari, tornando, assim, o ex-governante militar mais popular (ThisDay, 5 de maio de 2015). Kukah (2015) captura as campanhas pré-eleitorais de forma mais sucinta:

As eleições gerais de 2015 foram transformadas em um teatro de discursos de ódio e as campanhas pintadas de uma forma que desafia a lógica e o senso comum. Vários discursos de ódio politicamente motivados sobre vários candidatos e, especialmente, sobre os dois principais candidatos presidenciais foram divulgados. Tenho certeza de que, se os especialistas coletarem análises dos conteúdos das mídias sociais deste ano, a Nigéria será o primeiro lugar [em índices de desenvolvimento], porque, sem dúvida, mais de 40 milhões de jovens nigerianos que se formaram e não têm meios de subsistência encontraram consolo nas várias plataformas de redes sociais [...].

Os relatórios da análise WANEP-Nigéria entre julho e dezembro de 2014 mostraram níveis crescentes de ataques diretos por parte dos partidos em estruturas existentes da oposição sob a forma de destruição de propriedades partidárias, desfigurações de painéis e estruturas de campanha, destruição de veículos, explosões de bombas em manifestações e queima de secretarias de partidos, entre outros (TheDay, 12 de fevereiro de 2015). Além de ataques físicos, discursos de ódio e propagandas negativas

se tornaram dominantes nas ações de políticos e partidos políticos ao longo da eleição. Alguns dos casos pendentes são discutidos aqui.

Partidos Políticos (PDP vs. APC)

Obviamente, antes das eleições gerais, houve uma tensão palpável no país. A mídia estava inundada de campanhas pelos diferentes partidos políticos, especialmente o partido no poder - PDP - e o principal partido de oposição - APC. Algumas das campanhas foram vistas como campanha de calúnia (Aghadiégwu e Ogbonna 2015, 3). Houve alegações e contra-alegações de diferentes graus, muitas delas não fundamentadas. Por exemplo, houve acusações dos líderes do Norte e até mesmo do partido de oposição de que o governo federal liderado por Jonathan estava alimentando a insurgência do Boko Haram no Nordeste. Com alusão ao genocídio do Ruanda, o governador do estado da Katsina foi pego se referindo aos opositores como “baratas” e encorajando seus defensores a esmagá-los (Hassan 2014).

O PDP sustentou que a ideologia da APC era a mesma coisa que Janjaweed, bem como o anti-Balaka e Seleka da República Centro-Africana, cujas ideologias são completamente anarquistas (This Day, 10 de março de 2014), e que a APC existia para causar confusão e, em última instância, truncar a democracia da nação: “ao continuamente insultar um presidente democraticamente eleito, em cujos ombros reside um mandato sagrado dado livremente pelo povo nigeriano, a APC está insultando diretamente os nigerianos e mostrando seu desdém pela instituição da democracia. Isso confirma ainda a ideologia Janjaweed da APC contra a nação. Ao criticar constantemente todas as estratégias adotadas pelo presidente na guerra contra o terrorismo, a APC não só confirma sua preferência pela insurgência, mas também expõe seu projeto velado para distrair o governo e frustrar todos os esforços antiterroristas” (Vanguard, 27 de maio de 2014). Janjaweed, como observou Lai Mohammed, tem uma conotação religiosa perturbadora, para não falar sobre o seu lugar na infâmia, considerando o assassinato de co-sudaneses, que apenas discordam do governo existente (The Nation, 14 de março de 2015).

Quando o candidato presidencial da APC considerou conveniente viajar para o Reino Unido na sequência do adiamento das eleições gerais, o PDP, através do porta-voz da organização de campanha, Femi Fani-Kayode, acusou o APC de alçar um homem à beira da morte para o cargo de presidente a fim de manipulá-lo em prol de segundas intenções. Ele disse que os líderes da APC sabiam que seu candidato presidencial, Muhammadu Buhari, tinha “câncer de próstata, asma aguda e que sofria de demência” e que, como tal, não duraria muito tempo no cargo se eleito (Peoples Daily, 9 de março de 2015). No entanto, nenhuma prova foi compartilhada para

apoiar essas reivindicações (Omotola e Nyuykonge 2015, 7).

Muitos comentários incitadores vieram do partido da oposição (APC) também. Por exemplo, o partido já reivindicou ao PDP e ao governo federal que abandonassem seu plano para assassinar o general Muhammadu Buhari, seu candidato presidencial. Lai Mohammed, secretário nacional de publicidade da APC, que fez a alegação em uma entrevista, afirmou que o governo liderado pelo PDP tinha homens de segurança especialmente treinados como atiradores para eliminar aqueles que se opuseram à oferta de reeleição do presidente Goodluck Jonathan. Mohammed disse: “Nunca vi um governo tão aterrorizado com as eleições como esta administração atual... vindo à questão da segurança, eles fizeram uma tentativa de tirar sua vida (Buhari) uma vez antes; pode ser feito novamente. Mas deixe-nos avisar que qualquer atentado a vida de Buhari ou de Bola Tinubu levará a consequências que serão muito caras a esse país. Eles não devem ponderar isso” (RealNews, 30 de março de 2015).

Enquanto a alegação da APC ainda estava a ferver, Ejike Mbaka, um reverendo católico com sede em Enugu, durante um serviço da igreja em 15 de março, alegou que o presidente Goodluck Jonathan e sua esposa planejavam matá-lo por suas críticas ao governo federal e à sua oposição à reeleição do presidente. Antes das eleições de 2015, Mbaka “instruiu sua congregação a votar contra Goodluck Jonathan, porque o presidente em exercício falhou com os nigerianos em todas os assuntos: segurança, alívio da pobreza e luta contra a corrupção” (Ukah 2015). Houve alegações de que Mbaka foi pressionado pela oposição (APC) e pela Igreja Católica Romana para virar as costas a Jonathan. Um mês antes de sua crítica mordaz ao presidente, Mbaka havia previsto que Jonathan seria reeleito (The City Reporters, 5 de janeiro de 2011).

Gladiadores Políticos e Candidatos

Uma série de propagandas publicadas por alguns partidos políticos e políticos foram imprudentes e incitantes, enquanto outras eram escandalosas em todos os aspectos (Falana 2015). Por exemplo, Ayodele Fayose, o governador do estado de Ekiti, que assumiu o cargo de porta-voz do seu partido, embarcou no que muitos observadores políticos descreveram como campanha de calúnia antagônica e bárbara contra o partido da oposição. Fayose comprou as primeiras páginas dos jornais The Punch e The Sun para passar uma sentença de morte em Buhari, porque o homem tinha 72 anos. Seus sarcasmos invectivos e ácidos dirigidos ao candidato presidencial da APC, o general Muhammadu Buhari, podem ter deixado alguns nigerianos consternados, mas, para muitos outros, o governador do estado de Ekiti estava simplesmente utilizando-se do seu tradicional terreno

controverso (Omilusi 2015).

O anúncio que teve as fotos de Murtala Mohammed, Sani Abacha e Umaru Yar'Adua - últimos presidentes nigerianos que morreram no cargo - foi acompanhado de trechos do livro bíblico de Deuteronômio 30, versículo 19. “Os nigerianos são avisados! Nigéria... Eu sentei ante à vida e à morte. Portanto, escolha a vida para que você e a sua descendência possam viver”, disse, sugerindo que Buhari representa a morte, enquanto seu rival, o Presidente Goodluck Jonathan, representa a vida. O anúncio seguiu em frente para colocar uma enorme questão de interrogação sobre a foto do Sr. Buhari, que foi colocada ao lado das fotos dos líderes anteriores. O anúncio perguntou a seus leitores: “Você permitirá que a história se repita? Basta de mortos no Estado”. O presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos, NHRC (sigla em inglês), Chidi Odinkalu, criticou a publicação do desejo da morte. Ele disse que ofendeu a decência pública e violou todas as normas conhecidas de decoro (Vanguard, 22 de janeiro de 2015).

Da mesma forma, o ex-militante e líder da Força de Voluntários dos Povos do Delta do Níger (NDPVF), Mujahid Asari-Dokubo, declarou uma vez que a ambição presidencial do presidente Goodluck Jonathan em 2015 já estava resolvida, já que seus compatriotas do Delta do Níger não sucumbiam a nenhuma força oposta à sua atualização completa. Ele ameaçou: “haverá sangue nas ruas se o Sr. Jonathan não for reeleito presidente nas eleições de 2015” (Premium Times, 9 de setembro de 2013). Muitos ex-líderes militantes na região, compartilhando a posição de Asari-Dokubo, ameaçaram violentamente a indústria petroleira e um grupo de ex-militantes ameaçou cortar o fornecimento de produtos petrolíferos ao norte, se Jonathan não fosse reeleito (ICG 2014, 5). Em outra ocasião, Asari-Dokubo declarou que: “Para cada Golias, Deus criou um David. Para cada faraó, há um Moisés. Vamos à guerra. Cada um de vocês deve ir e fortalecer-se” (Osun Defender, 29 de janeiro de 2015).

Em uma mensagem de parabéns aos nigerianos no final de 2014, o presidente da APC, John Odigie-Oyegun, observou que: “Como partido, asseguramos que felicitaremos o presidente Goodluck Jonathan e seu partido, PDP, se o nosso candidato e nosso partido forem derrotados em eleições livres e justas, e não iremos ao tribunal... no entanto, como partido, desejamos reiterar que não hesitaremos em formar um governo paralelo, se as eleições de 2015 forem manipuladas pelo uso de agências de segurança (policiais ou militares) para assediar, intimidar e persuadir os eleitores ou através do uso de uma Comissão Eleitoral Nacional Independente comprometida (INEC)” (Osun Defender, 29 de janeiro de 2015). Em abril de 2014, Bola Tinubu, outro líder da APC, advertiu: “Estamos preparados, não para ir ao tribunal, mas para expulsá-lo... Para cada ação, haverá uma reação”

(Tell, 7 de julho de 2014 citado no ICG 2014, 7). Em julho, o governador do estado de Akwa Ibom, Godswill Akpabio, ameaçou políticos da oposição (e membros dissidentes de seu partido): “aqueles que querem tomar o poder através da porta dos fundos morrerão. Eles vão morrer! E o PDP continuará” (ThisDay, 25 de julho de 2014).

Doyin Okupe, Assistente Especial Sênior do Presidente Goodluck Jonathan sobre Assuntos Públicos, também descreveu o candidato presidencial do APC como um fisco religioso. Okupe então escreveu em sua página do Twitter que: “Buhari é um fanático religioso e não há nada que ele possa fazer sobre isso. Ele nem é um nacionalista” (NigerianEye, 17 de dezembro de 2014). Da mesma forma, uma declaração de BlackBerry Messenger (BBM) de Deji Adeyanju, funcionário do Gabinete do Assistente Especial Sênior do Presidente dos Assuntos Públicos, Doyin Okupe, disse: “Buhari nunca pode ser presidente da Nigéria. Cite-me qualquer dia, a qualquer momento. Em vez de Buhari se tornar presidente da Nigéria, a Nigéria preferiria quebrar. Um golpe militar até será permitido se fosse para Buhari não se tornar o presidente de uma Nigéria democrática, cite-me qualquer dia, a qualquer momento” (Premium Times, 17 de janeiro de 2015). Em uma petição datada de 30 de janeiro de 2015, a APC chamou a atenção da Comissão Nacional de Radiodifusão (NBC, sigla em inglês) para o que descreveu como “inúmeras transmissões documentais maliciosas, falsas, difamatórias e de ódio da Televisão Independente Africana e da Autoridade de Televisão da Nigéria contra a APC e seu possível presidente - General Muhammadu Buhari” (The Sun, 2 de fevereiro de 2015). O PDP patrocinou um documentário nas duas casas de mídia antes da eleição.

Para Patience Jonathan, seus discursos durante a campanha foram descritos como “ultrajantes, insensíveis e inconvenientes de uma mulher de tão exaltada posição” (Ver Daily Times, 18 de março de 2015) senhora Jonathan, cujo marido era o candidato presidencial do PDP pediu aos apoiantes de seu marido que “calassem” qualquer um que cantasse o mantra da mudança da APC. O chamado da Sra. Jonathan foi feito em uma manifestação em Calabar, estado de Cross River, durante uma manifestação política do PDP (Vanguarda, 9 de março). A Primeira Dama incitava as pessoas a serem violentas durante as campanhas. Ela também insultou descaradamente as pessoas do Norte e um ex-Chefe de Estado sem o devido respeito pelo presidente do partido, que é do Norte (Abubakar Tsav, Daily Post, 6 de março de 2015).

Em uma reunião de campanha presidencial do PDP para mulheres no Estado de Kogi, a Sra. Jonathan apelou às mulheres nigerianas para que votassem em massa pelo PDP durante as eleições presidenciais, porque o cérebro do candidato presidencial do APC, General Muhammadu Buhari,

está morto.

“Old man wey no get brain, ele brain don die pata pata”, disse ela em inglês Pidgin (This Day, 4 de março de 2015). Isso foi posteriormente racionalizado pelo Diretor de Mídia e Publicidade do PDPPCO, Femi Fani-Kayode, que observou que: “Dizer que o general Buhari possui o ‘cérebro morto’ é um eufemismo e sugerir que ele está sofrendo de demência não é nada novo. A primeira-dama falou de maneira corajosa e direta e, o mais importante de tudo, falou a amarga verdade. Em vez de chorar como pequenos pirralhos mimados e queixar-se, a APC e a organização da campanha de Buhari devem viver com essa amarga verdade e deixá-la em paz” (Premium Times, 5 de março de 2015).

Medidas Preventivas Políticas e Legais

Apesar do status ambíguo do discurso de ódio no mundo acadêmico, suas implicações negativas para a sociedade são claras para todos. De acordo com Leets (2002), o discurso de ódio viola a dignidade do indivíduo, resultando em humilhação, angústia e dor psicológica ou emocional. Da mesma forma, Downs e Cowan (2012) mencionaram em seu estudo que o discurso de ódio tem sido uma arma forte que poderia prejudicar os indivíduos, degradando, aterrorizando, ferindo e humilhando-os.

A partir de “comentários” sobre as plataformas de redes sociais para discussões individuais sobre questões étnicas, políticas e religiosas e também declarações provocativas na mídia por líderes políticos, comunitários, étnicos e religiosos, tornou-se claro que o discurso de ódio está se tornando gradualmente uma ameaça à sociedade (Sekyen Dadik 2015). O discurso de ódio não é simplesmente uma preocupação para os profissionais de mídia; isso afeta comunidades inteiras e, portanto, os mecanismos de resposta precisam envolver muitas pessoas. Os líderes desempenham um papel crucial quando implementam discurso de ódio, mas também podem condená-lo quando ocorre, mesmo de fontes não-oficiais. O silêncio em face do discurso de ódio pode indicar que isso - e qualquer violência que promove - é aceitável (The United States Holocaust Memorial Museum 2009, 9).

Assim, os políticos e outras figuras públicas têm uma maior responsabilidade porque têm maiores possibilidades de propagação do preconceito contra determinados grupos. Além disso, o impacto do discurso político também é maior porque os políticos estão em uma posição de autoridade: então o discurso de ódio tem um impacto sobre potenciais ofensores que se sentem encorajados em sua intolerância e preconceito. Em alguns países foi dito que a legislação penal tem uma responsabilidade

adicional se o autor do discurso de ódio ocupar cargos públicos (Tulkens 2013, 9).

Em qualquer nação democrática, o direito à liberdade de expressão deve necessariamente acompanhar as restrições contra a incitação das massas a conclusões violentas. É responsabilidade do Estado garantir a segurança e o bem-estar das massas sobre o direito à expressão de uma única pessoa, ou grupos de pessoas, para esse assunto (Dhakai 2011). Além disso, o perigo de uso indevido do poder do governo para a campanha pode ser limitado se leis e regulamentos estiverem em vigor para regular o papel da mídia nas campanhas eleitorais. Assim, as reformas do quadro jurídico foram defendidas como uma panaceia para a violência relacionada às eleições, que podem ser instigadas pelas atividades dos partidos interessados, incluindo aqueles que se envolvem em campanhas de ódio.

Isso envolve a prestação de assistência na concepção e implementação de quadros legais, de modo a reduzir os mecanismos subjacentes à violência. É crucial desenvolver um quadro legal que tenha amplo apoio entre os partidos concorrentes e os candidatos. Rao, a partir das submissões da USAID (2013), argumenta que os quadros legais mais relevantes para a segurança eleitoral são os de: constituições; acordos de paz; legislação eleitoral; legislação de proteção e igualdade das mulheres; e legislação de propriedade da terra. Cada um desses instrumentos legais pode cruzar-se com a segurança eleitoral.

Uma tentativa notável de garantir a sanidade no processo eleitoral na Nigéria foi iniciada após as eleições de 2007 pelo Presidente Umaru Musa Yar'Adua, que criou um Painel de Reforma Eleitoral, liderado pelo ex-Presidente da Federação Mohammed Uwais. O painel analisou mais tarde o mecanismo eleitoral do país e as formas recomendadas pelas quais as irregularidades eleitorais poderiam ser corrigidas na Nigéria. O relatório final foi recebido pelo governo, embora algumas partes do relatório não tenham sido implementadas (Hassan e Musa 2014, 339).

O direito fundamental à liberdade de expressão, incluindo a liberdade de opinião e de receber e transmitir ideias e informações sem interferências, foi garantido pela Constituição (Seção 39 da Constituição). Além da ética profissional, a lei da difamação protege a reputação de indivíduos e corporações, incluindo políticos e partidos políticos. Uma vez que a liberdade de expressão não é absoluta, qualquer casa de mídia ou repórter que se envolva em publicações difamatórias durante as campanhas eleitorais pode ser processado e, se for considerado responsável, ordenado pelos tribunais que pague em quantias na casa dos milhões (Falana 2015).

Além dos códigos penais, o Ato Eleitoral 2010, conforme alterado,

proibiu as campanhas políticas baseadas em ódio ou incitamento. De acordo com a Lei 95 do inciso 1 do artigo 95.º da Nigéria: “Uma campanha política ou um slogan não deve ser contaminado com linguagem abusiva, direta ou indiretamente suscetível de ferir sentimentos religiosos, étnicos, tribais ou seccionais.” O Artigo 95 (2) afirma que “Uma linguagem abusiva, intemperante, caluniosa ou de base ou insinuações ou insinuações projetadas ou susceptíveis de provocar reações ou emoções violentas não devem ser empregadas ou usadas em campanhas políticas”. Para garantir uma cobertura igual das atividades dos partidos políticos e dos candidatos, o Ato criminalizou algumas publicações em respeito a relatórios políticos.

Conclusão

Em vista da análise anterior, este artigo sugere que os cidadãos e outras partes interessadas devem absorver a cultura dos valores democráticos. No entanto, para que os valores democráticos sejam transmitidos aos membros de uma determinada sociedade, “formalmente ou informalmente, a cultura política dentro de um determinado país deve ser propícia aos ideais democráticos” (Konrad-Adenauer-Stiftung 2011, 11). A necessidade de regular efetivamente o comportamento e as ações dos concorrentes, eleitores, funcionários, etc. em todo o processo eleitoral e enquadrar cuidadosamente regras e regulamentos que abrangem todos os aspectos do processo eleitoral (Electoral Reform Committee 2008, 61). Os políticos devem conduzir sua campanha com base em questões, em vez de atacar personalidades ou mobilizar sentimentos religiosos, étnicos e regionais (Alemika 2011), como testemunhou durante as eleições gerais de 2015.

O discurso contemporâneo da democracia liberal reconhece o lugar de um processo eleitoral livre e justo como um componente crítico de qualquer esforço para estimular um governo democraticamente responsivo e focado no desenvolvimento. Como Ronald Dworkin (1990) postulou: “A verdadeira democracia não é apenas a democracia estatística, em que qualquer coisa que uma maioria ou pluralidade quer é legítima por essa razão, mas a democracia comunitária, na qual a decisão da maioria é legítima somente se for a maioria dos iguais. Isso significa que cada pessoa individual deve ter garantido os direitos civis e políticos fundamentais que nenhuma combinação de outros cidadãos pode tirar, não importa quão numerosos sejam eles ou quanto eles desprezem sua raça, moral ou modo de vida. Essa visão do que a democracia significa é o cerne de todas as cartas dos direitos humanos “.

O espírito de tolerância é particularmente importante durante um período de transição para a democracia, a fim de consolidar os valores e práticas da democracia no momento em que uma nova ordem política está sendo estabelecida. Este espírito é reforçado se a oposição reconhece o direito e a responsabilidade do Governo de assumir a administração; e o Governo reconhece o direito da oposição de criticar a política e a administração do governo, oferecer ideias e políticas alternativas e pressionar por elas (IDEA 2001, 46). Na análise final, no entanto, também é pertinente que várias partes interessadas devem desempenhar as regras do jogo porque o devido cumprimento das estipulações constitucionais e eleitorais é fundamental para a credibilidade das eleições e, a longo prazo, para a consolidação democrática.

REFERÊNCIAS

- ACE Encyclopedia. 2012 Parties and Candidates, The ACE Electoral Knowledge Network, Available at: www.aceproject.org
- Ademilokun, Mohammed and Taiwo, Rotimi 2013 *2011 elections Discursive strategies in newspaper campaign advertisements for Nigeria's*, *Discourse & Communication* 7(4) 435 –455
- Aghadiegwu, Ukwueze and Ogbonna, Uche A. 2015 The Rise of Hate and Peace Journalism in The Nigerian Democratization Process: *The Place of The New Media*, *Communication Panorama African and Global Perspectives*, Volume 1 Number 1 Sept-Oct 2015 Maiden Issue
- Alemika, Etannibi EO 2015 *Post-Election Violence in Nigeria: Emerging Trend and Lessons*, Available at: <http://cleenfoundation.blogspot.com/mt/2011/07/post-election-violence-in-nigeria.html>
- Biegon, Japhet 2009 *Electoral violence and fragility in Africa: Drawing Lessons from Kenya's Experience in the 2007/2008 Postelection Violence*, Paper for Presentation at the Poster Session of the Conference on 'Financial Markets, Adverse Shocks and Coping Strategies in Fragile Countries', Accra, Ghana, 2123 May 2009
- Blunder, G. (ed.) 1983 *Communicating to Voters: Television in The First European Parliamentary Elections*. London: Sage
- Brants, Kees and Voltmer, Katrin 2011 "Introduction" in Brants and Voltmer (eds.) *Political Communication in Postmodern Democracy: Challenging the Primacy of Politics*, New York, Palgrave Macmillan
- Bratton, Michael 2008 *Vote Buying and Violence in Nigerian Election Campaigns*, *Afrobarometer Working Paper* No. 99

- Centre for Multiparty Democracy - KENYA 2012 *Creating Effective Party-Based Communication: A Guideline for Preparing a Communication Strategy for Political Parties*, Available at:<http://dipd.dk/wp-content/uploads/Creating-Effective-Party-Based-Communication-A-Guideline-for-Preparing-a-Communication-Strategy-for-Political-Parties.-CMD-Kenya-Oct.-2012.pdf>
- Cohen-Amalgor, Raphael 2011 *Fighting Hate and Bigotry on the Internet, Policy and Internet*, Vol. 3(3)
- Collier, Paul, and Pedro C. Vicente 2012, *Violence, Bribery, and Fraud: The Political Economy of Elections in Sub-Saharan Africa*, Public Choice, 153(1-2), pp. 117-147
- Cooke, Jennifer 2015 Nigerians Have Voted, Will Political Leaders Listen? *The Center for Strategic and International Studies*, Available at:<http://csis.org/publication/nigerians-have-voted-will-political-leaders-listen>
- Dadik, Sekyen 2015 Hate Speech in Nigerian Media: Which Way to Go, *Africa Prime News*, March 27
- Daily Times 2015 *NGO Condemns Patience Jonathan's Hate Speech*, March 18
- de Vreese, Claes H and Elenbaas, Matthijs. 2011 "Spin and Political Publicity: Effects on News Coverage and Public Opinion" in Brants and Voltmer (eds.) *Political Communication in Postmodern Democracy: Challenging the Primacy of Politics*, New York, Palgrave Macmillan
- Dhakal, Ankit. 2011 Hate-Speech: Judicial Regulation Over the Right to Freedom of Speech and Expression, *Spotlight News Magazine*, Vol. 05 No. 05 Aug. 19-2011
- Downs D.M. and Cowan, G. 2012 Predicting the Importance of Freedom of Speech and the Perceived Harm of Hate Speech, *Journal of applied Social Psychology*, 42, 6, pp. 1353-1375
- Dworkin, Ronald 1990. *A bill of Rights for Britain*, London, Chatto and Windus
- Falana, Femi. 2015. *Legal and Ethical Issues in Reporting 2015 Elections*, This Day, February 4
- Farrell, David and Webb, Paul 1998. *Political Parties as Campaign Organizations*, Paper was presented to the project meeting on "Unthinkable Democracy," directed by Russell Dalton and Martin Wattenberg and held under the auspices of the University of California's Centre for the Study of Democracy, March 13-14, 1998
- Frau, N. A. 2008. The Cameroon Electoral System, Processes and Outcomes through the Prism of the Performance of the Government and Op-

- position Parties, CODESRIA Small Grants Programme for Thesis Writing 2008, Maîtrise Political Science University of Yaoundé 11
- Gagliadone, Iginio, Patel, Alisha and Pohjonen, Matti 2014. *Mapping and Analysing Hate Speech Online: Opportunities and Challenges for Ethiopia*, Available at: <http://pcmlp.socleg.ox.ac.uk/wp-content/uploads/2014/12/Ethiopia-hate-speech.pdf>
- Hassan, Idayat 2014. Nigeria Forum: *Why are the Stakes so High for the 2015 Elections?* Available at: <http://africanarguments.org/2014/12/16/nigeria-forum-why-are-the-stakes-so-high-for-the-2015-elections-by-idayat-hassan/>
- Hassan, N. A. and Musa, A. 2014. *Ecology and Dynamism of Nigerian Government and Politics*, Kaduna: Pyla-mac Services
- Hirsch, Susan F (n.d) "Putting Hate Speech in Context: Observations on Speech, Power, and Violence in Kenya" Paper prepared for the Holocaust Memorial Museum conference on Speech, Power, and Violence and available at <http://www.ushmm.org/genocide/spv/>.
- Hofmeister, Wilhelm and Grabow, Karsten 2011. *Political Parties Functions and Organisation in Democratic Societies*, Singapore, Konrad Adenauer Stiftung
- Howard, Ross 2005. *Media and Elections: An Elections Reporting Handbook*, Vancouver: IMPACS
- Ibrahim, Jibrin and Aturu, Bamidele 2009. "Rigging and Electoral Fraud in Nigeria: State of the Art" in Ibrahim and Ibeanu (eds.) *Direct Capture the 2007 Nigerian Elections and Subversion of Popular Sovereignty*, Centre for Democracy and Development
- International Crisis Group 2014. *Nigeria's Dangerous 2015 Elections: Limiting the Violence Africa Report N°220* | 21 November 2014
- International IDEA 2001. *Democracy in Nigeria: Continuing Dialogue(s) for Nation-building*, International Institute for Democracy and Electoral Assistance
- International IDEA 2007. *Political Parties in Africa: Challenges for Sustained Multiparty Democracy*, International Institute for Democracy and Electoral Assistance
- Joseph, Richard 1987. *Democracy and Prebendal Politics in Nigeria: The Rise and Fall of the Second Republic*, Cambridge, Cambridge University Press
- Just, Marion R. et al 1996. *West, Crosstalk: Citizens, Candidates, and the Media in a Presidential Campaign*, Chicago: University of Chicago Press
- Kambudzi A. 2008. 'Turning elections into a development asset in Africa'

ISS Paper 163

- Karvonen, Laur 1991. *The Study of Election Campaigns: An Introduction, Scandinavian Political Studies*, Vol. 14 - No. 3, 1991, Nordic Political Science Association
- Kavanagh, Deis 2000. "Campaigning", in: Rose, Richard (Ed.): *International Encyclopaedia of Elections*, London: Macmillan, 29-31
- Knox, C. 1990. 'Election Campaigning - A Case Study of the 1989 N. Ireland Local
- Government Elections 1990. *Paper Prepared for the ECPR Joint Sessions*, Bochum, Germany, 2-8
- Kukah H 2015. *Hate Speech, Social Media and The 2015 Election*, Available at: pointblanknews.com/pbn/.../hate-speech-social-media-2015-election/
- Leets, L. 2002. Experiencing Hate Speech: Perceptions and Responses to Anti Semitism and Antigay Speech, *Journal of Social Issues*, Vol. 58, No. 2, 341- 361
- James Lo, Sven-Oliver Proksch and Jonathan B. Slapin (2014) Ideological Clarity in Multiparty Competition: A New Measure and Test Using Election Manifestos. *British Journal of Political Science*, Available on CJO 2014 doi:10.1017/S0007123414000192
- Muturi, J.B 2012. "Foreword" in *Creating Effective Party-Based Communication: A Guideline for Preparing a Communication Strategy for Political Parties*, Available at: <http://dipd.dk/wp-content/uploads/Creating-Effective-Party-Based-Communication-A-Guideline-for-Preparing-a-Communication-Strategy-for-Political-Parties.-CMD-Kenya-Oct.-2012.pdf>
- Nancy, Jean-Luc 2013. "Hatred, a Solidification of Meaning", Available at: https://www.coe.int/t/dghl/standardsetting/media/Belgrade2013/JL%20Nancy,%20Hatred%20a%20Solidification%20of%20Meaning_en.pdf
- NDI 2001. Political Parties and The Transition to Democracy: A Primer in Democratic Party-Building for Leaders, Organizers and Activists, *The National Democratic Institute for International Affairs* (NDI) September 2001
- NDI 2015. *Statement of the National Democratic Institute's International Observer Mission to Nigeria's March 28 Presidential and Legislative Elections*, March 30
- Norris P, Curtice J, Sanders D, Scammell M and Semetko HA 1999. *On Message: Communicating the Campaign*, London: Sage

- Norris, Pippa 2000. *A Virtuous Circle. Political Communications in Postindustrial Societies*. New York: Cambridge University Press
- Norris, Pippa 2005. Political Parties and Democracy in Theoretical and Practical Perspectives Developments in Party Communications, *National Democratic Institute for International Affairs (NDI)*, <http://www.ndi.org/>
- Okereke, C. Nna-Emeka 2012. *Anatomy of Elections and National Security in Nigeria*, Available at: <http://www.internationalpeaceandconflict.org/profiles/blogs/elections-and-security#.Vo8hOhUrLIU>
- Olurode, 'Lai 2014. "Understanding a 'Power Broker': The Road Transport Workers Unions in the Context of Election Security" in Olurode, 'Lai (ed) Election Security: Stakeholders' Perspectives, Published by Independent National Electoral Commission (INEC) and Friedrich-Ebert-Stiftung (FES), Nigeria
- Omilusi, Mike 2015. *Deconstructing the Philosophical and Socio-Political Underpinnings of Electoral Behaviour in Ekiti State*, Nigeria, A paper presented at a Two-Day National Conference on "The 2015 General Elections in Nigeria: The Real Issues", Organised by The Electoral Institute, Abuja, Nigeria, July 27-28, 2015
- Omoh, Gabriel 2013. *Nigeria's Politics of Zero-Sum Game*, Vanguard, July 29
- Omotola, Shola and Nyuykonge, Charles 2015. Nigeria's 2015 general elections: Challenges and opportunities, Policy & Practice Brief, AC-CORD, March 2015
- Osun Defender 2015. 'Valentine' elections and Drums of war, Like the Asari Dokubos of the world threatening..." January 29
- Peoples Daily 2015. *March Polls: Propaganda, Hate Speeches but Where are the Issues?* March 9
- Pfau, Michael and Kenski, Henry C. 1990. *Attack Politics*, New York: Praeger
- Premium Times 2013. There will be Bloodshed if Jonathan Loses in 2015, says Asari-Dokubo, September 9
- Premium Times 2015. Patience Jonathan is right; Buhari is brain-dead — Jonathan campaign, March 5
- Premium Times 2015. PDP Crisis: Party blames "hate campaign" for Jonathan's defeat; opens up on campaign funding, May 4
- Premium Times 2015. Why we published Ayo Fayose's 'death' advert on Buhari – The Sun, May 8
- Rao, Sumedh 2014. Dealing with Election-Related Violence in Fragile and Conflict-Affected States, *GSDRC Helpdesk Research Report 1126*. Birmingham, UK: GSDRC, University of Birmingham. <http://>

www.gsdr.org/go/display&type=Helpdesk&id=1126

RealNews Magazine 2015. Worries over Hate Campaigns, March 30

Report of The Electoral Reform Committee 2008. Volume 11 Main Report,
Available at: <http://eie.ng/wp-content/uploads/2014/03/Justice-MohammedUwaisReport.pdf>

Römmele, Andrea 2003. "Political Parties, Party Communication and New
Information and Communication Technologies," *Party Politics*, 9
(January 2003), 7-20

Russmann, Uta 2012. "Going Negative & Going Positive: Political Parties'
Communication Strategies in Election Posters, Campaign Adver-
tisement and Press Releases during the 2008 Austrian National
Election Campaign", Paper prepared for presentation at the 22nd
IPSA World Congress of Political Science, Madrid, 8-12 July 2012

Sartori, Giovanni 1976. *Parties and Party Systems: A Framework for Analysis*,
New York and Cambridge: Cambridge University Press

Semetko, Holli A. 2010. Election Campaigns, Partisan Balance, and the
News Media, in Pippa Norris (ed.) *Public Sentinel: News Media &
Governance Reform*, The International Bank for Reconstruction and
Development / The World Bank, Available at: <http://siteresources.worldbank.org/EXTGOVACC/Resources/PublicSentineleBook.pdf>

Shale, V. 2010. *Regional Perspective on the Role of Non-State Actors in Develop-
ment Policy Agenda*. Maseru: TRC

The City Reporters 2015: "PDP will not respond to Bakare, Mbaka" – Metuh,
January 5

The Nation 2014. PDP's Janjaweed Comment, March 14

The United States Holocaust Memorial Museum 2009. "Hate Speech
and Group Targeted Violence: The Role of Speech in Violent Con-
flicts," Available at: [http://www.overcominghateportal.org/up-
loads/5/4/1/5/5415260/hate_speech_and_targeted_violence.pdf](http://www.overcominghateportal.org/uploads/5/4/1/5/5415260/hate_speech_and_targeted_violence.pdf)

This Day 2014. APC to PDP: Stop Blackmailing us with Religion, March 10

This Day 2015. "APC Ups the ante, insist on parallel government if election
is rigged", Newspaper, January, 5

This Day 2015. Buhari's Brain is Dead, Says Patience Jonathan, March 4

This Day 2015. Minimising Electoral Violence, Enhancing National Devel-
opment (Nigeria), February 12

This Day 2015. PDP Blames Jonathan's Defeat on Hate Campaign, May 5

Thisday 2014. "Akpabio's Ungubernatorial Demeanour", 25 July 2014

Titley, Gavan 2014. "Hate speech Online: considerations for the proposed

- campaign”, in Titley, Gavan et al (eds.) *Starting Points for Combating Hate Speech Online: Three Studies About Online Hate Speech and Ways to Address it*, Council of Europe, October 2014
- Tsav, Abubakar 2015. “Tsav Blames Patience Jonathan, Fani-Kayode, Fayose for PDP’s Defeat”, *Daily Post*, March 6
- Tulkens, Françoise 2013. “The Hate Factor in Political Speech – Where Do Responsibilities Lie?” *Report of the Council of Europe Conference*, Warsaw, 18-19 September
- Udogu, Ike E. 1995. The Military, Civil Society and the Issue of Democratic Governance Toward Nigeria’s Fourth Republic, *Journal of Developing Societies*, Vol. XI, 2
- Ukah, Asonzeh 2015. “What about Religion” in *Nigeria: What Is To Be Done?* Available at: <https://africaisacountry.atavist.com/nigeriawhatistobedone>
- NigerianEye 2014. “Buhari is a Religious Bigot and a Non-issue” - Doyin Okupe, December 17
- Premium Times 2015. APC Campaign Expresses Worries over Alleged Plans to Scuttle Buhari’s Victory, January 17
- The Sun 2015. Buhari wants NTA, AIT Sanctioned Over Alleged Hate Campaign, February 2
- Vanguard 2014. APC has Janjaweed Ideology Against the Nation – PDP, May 27
- Vanguard 2015. Alleged Hate message: Buhari Takes Patience Jonathan to ICC, March 9
- Vanguard 2015. Death Wish Advert: NHRC to Sanction Fayose, January 22

RESUMO

Até alguns meses para as eleições gerais de 2015, muitos partidos políticos que hibernaram convenientemente por uma boa parte da sua existência, talvez devido à falta de estrutura organizacional adequada ou base de apoio, programas descoordenados ou por terem sido registrados por ganhos pecuniários, de repente começaram a aparecer no espaço político. O principal partido da oposição e o partido no poder estavam ou aperfeiçoando processos de fusão ou envolvidos em discussões internas, de modo que a comunicação com o eleitorado em questões fundamentais tornou-se inconsequente. Na verdade, os dois partidos dominantes, o Partido Popular Democrata e o Congresso Progressista Geral apenas lançaram seus candidatos presidenciais menos de cinco meses para as eleições; e a campanha eleitoral assumiu a contestação desesperada em um clima de preconceito e intolerância. Os discursos de ódio e a violência foram as características de suas campanhas eleitorais. As eleições gerais de 2015, portanto, oferecem um contexto único para interrogar o lugar da comunicação política do partido em uma democracia emergente e, especificamente, como as campanhas de ódio entre os gladiadores políticos/partidos conflitantes poderiam gerar violência e, se não domesticadas, descarrilar a consolidação democrática. Este artigo afirma que o discurso de ódio não é apenas inspirado por algumas circunstâncias sociais, mas também parte de um processo democrático geral. Isso atesta o fato de que os políticos nigerianos se tornaram mais desesperados e ousados em tomar e manter o poder político; e mais intolerantes à oposição, críticas e esforços para substituí-los. Baseando-se amplamente em fontes secundárias com a ajuda de ferramentas descritivas e narrativas, este ensaio conclui que a cultura política de um país determina o comportamento e a atitude da população em relação ao sistema político, e que a transição democrática de uma administração para outra, particularmente em democracias emergentes, muitas vezes foi acompanhada de violência promovida pelos desejos do partido político no poder para consolidar seus apelos ao poder e pelo interesse dos interessados em capturar o mesmo.

PALAVRAS-CHAVE

Comunicação Política; Discurso de Ódio; Partido Político; Eleições; Campanha.

*Recebido em 9 de novembro de 2017.
Aprovado em 11 de dezembro de 2017.*

Traduzido por Rodrigo dos Santos Cassel

INTEGRAÇÃO DA CORRUPÇÃO, POBREZA E DESENVOLVIMENTO NA NIGÉRIA

Jolaade Omede¹
Arinze Ngwube²

Introdução

A cultura da corrupção continua a flagelar a sociedade nigeriana em todos os setores, sob um ritmo alarmante, criando uma cultura de aceitação deste modo de vida. Que a corrupção é endêmica e assumiu uma forma de vida nacional é uma realidade perturbadora na Nigéria. É nesse sentido que Achebe (1983, 38) adverte que qualquer um que alegue que a corrupção ainda não atingiu níveis alarmantes na Nigéria é um tolo, um criminoso ou então um não residente. Ele ainda propõe que evitar que a Nigéria seja corrupta é como impedir uma cabra de comer inhame. Corroborando essa visão, Anazodo, Okoye e Ezenwile (2012, 124) afirmam que a corrupção na Nigéria afetou todos os setores político, econômico e social do país e que estes são os responsáveis pela deterioração da infraestrutura, pela desaceleração da economia, pelo sistema político frágil e pelo constante declínio de todas as instituições de desenvolvimento nacional.

Embora a corrupção seja um fenômeno internacional, a sua taxa de tolerância varia de lugar para lugar, sendo isto basicamente determinado pelo ambiente sociocultural do lugar. Na Nigéria, a corrupção se tornou estranha tanto quanto aumentar um conto de fadas, e se manifesta em uma magnitude inimaginável na sociedade, é uma fúria entre e dentro das comunidades, assumindo gradualmente o caráter da própria sociedade. Isso deve ser tolerado e encorajado pelos agentes de socialização (a família, a escola, a igreja/mesquita, os grupos de pares, mídia, grupos ocupacionais, etc.), os quais comumente deveriam ser os responsáveis por desaprovar ações imorais, antissociais e anti-desenvolvimento. A contínua manifestação

¹ Departamento de Ciência Política, Universidade de Ilorin, Ilorin, Nigéria. E-mail: medajol@yahoo.com.

² Unidade de Estudos Gerais, Universidade Federal Oye-Ekiti, Oye, Nigéria. E-mail: ngwube@hotmail.co.uk.

da corrupção e a aparente impotência do Estado de remediar a situação claramente indicam que a Nigéria não só falhou em manter seus valores morais tradicionais e suas normas e princípios religiosos, mas encorajou tendências capitalistas brutas, distorcidas, desenfreadas e não reguladas. Isso pode ser notado pelos excessivos materialismo e acumulação da riqueza nacional por uma parcela da sociedade despreocupada do interesse coletivo e bem-estar da sociedade como um todo (Irikana, Epelle e Awortu 2013, 30).

Em outras palavras, a obsessão com o materialismo, a compulsão por um atalho para a riqueza, a glorificação e a aprovação de riquezas mal adquiridas pelo público em geral estão entre as razões da persistente corrupção e indisciplina na Nigéria. É importante reiterar que a corrupção é um fenômeno universal e que suas raízes estão na sociedade e não na psicologia humana (Irakana, Epelle e Awortu 2013, 34). Qual o impacto da emergência dessa cultura política e socioeconômica na agenda de desenvolvimento do Estado Nigeriano? Este trabalho está dividido em seis sessões: estrutura teórica, esclarecimento conceitual, interface entre corrupção, pobreza e desenvolvimento na Nigéria e conclusão.

Estrutura Teórica

Teoria da anomia

O relacionamento entre as classes sociais e o crime na Nigéria é um problema que continua a atrair a atenção da mídia, dos políticos e das agências de aplicação das leis. Os que cometem crimes são, em geral, pobres e economicamente desfavorecidos. Merton (1957) aplica o conceito de anomia para explicar as causas dos crimes em uma sociedade. A palavra anomia, de acordo com Durkheim é usada para descrever um contexto social no qual a ordem moral foi quebrada por um indivíduo ou por um grupo, uma situação na qual o constrangimento social de comportamento se torna inoperante. De acordo com Durkheim (1938), uma sociedade anômica é aquela na qual as regras de comportamento foram quebradas ou se tornaram inoperantes durante um período de rápida mudança ou crise social, como uma guerra ou fome. Não é possível controlar aspirações e demandas em uma sociedade anômica. Sociedades em que a solidariedade está transitando de mecânica para orgânica são mais propensas a anomia. Merton (1957) aplicou as ideias de Durkheim sobre criminologia em sua teoria da anomia. Merton usou uma versão modificada do conceito de anomia para atender às condições sociais, econômicas e culturais encontradas na sociedade americana moderna. Ele descobriu que dois elementos culturais interagem com o propósito de adquirir condições potencialmente anômicas, definidos

pelos objetivos culturais e os meios aprovados para obtê-los. Por exemplo, a sociedade estadunidense enfatiza seus objetivos de adquirir riqueza, sucesso e poder. Meios socialmente permitidos incluem trabalho árduo, educação e economia. Já os meios ilegítimos são a violência e a fraude, uma vez que a estrutura social limita efetivamente a disponibilidade de meios legítimos institucionalizados; há uma tensão sobre as pessoas. Merton acreditava que essa tensão afeta a sociedade como um todo, mas principalmente reconhecia que os membros de uma classe mais baixa são mais afetados. Merton (1957) argumentou que o sentimento de “sem-normas” surge quando um indivíduo, por falta de meios apropriados, não atinge objetivos universais sociais. Ele considera que a riqueza material é um objetivo mundial, o qual todos aspiram e, os meios apropriados de atingir a riqueza abrangem a boa educação e a garantia de um bom emprego. Quando os indivíduos são privados do acesso à educação e ao emprego, Merton previa que os indivíduos procurariam obtê-los por meios inapropriados como a atividade criminal. Esses indivíduos, não surpreendentemente, estariam ligados às classes mais baixas da sociedade (Giddies & Duncier 2000).

A teoria da anomia vê a corrupção (comportamento imoral) emanar de uma estrutura social a qual exerce uma determinada pressão em determinados indivíduos que engajam em uma conduta não condizente. Merton (1960) põe isto de outra forma sucinta, quando afirma que uma sociedade em que há uma ênfase excepcionalmente forte em objetivos específicos sem os meios institucionais correspondentes levará à anomia. Metiboba (2012, 159) nota que cada cultura estabelece objetivos e interesses, os quais as pessoas são encorajadas e esperadas a perseguir e, prescreve o método a ser utilizado por elas em busca desses objetivos. É quando esses meios não atingem o objetivo do indivíduo em questão que o indivíduo se torna socialmente depravado.

No entanto, a sociedade nigeriana tende a enfatizar demais o objetivo individual de realização, as custas dos meios legítimos de alcançar esses objetivos estabelecidos. A aquisição material na Nigéria se tornou praticamente o objetivo principal e a sociedade não aparenta estar preocupada em como alguém “produziu” ou o passou a “possuir”. Tudo que importa é que o indivíduo “conseguiu”. A discrepância marcada entre os objetivos e os meios na sociedade invariavelmente levou a várias formas de corrupção, como desfalques e desvios de fundos públicos, oferta e aceitação de suborno, fraude eleitoral, imprudência e impunidade, negligências em exames, em todos os esforços de desenvolvimento na Nigéria.

Conceitualizando pobreza, corrupção e desenvolvimento

Pobreza, segundo Aliyu (2003, 2), é a situação na qual um indivíduo tem acesso aos recursos básicos necessários, embora comparado à comunidade como um todo ele seja mais pobre. Isso significa que o padrão de vida do ambiente de um indivíduo determina se esse indivíduo é considerado pobre ou não. É um fato básico que o que é considerado um nível de pobreza num país ou numa comunidade pode muito bem ser o auge do bem-estar em outro (European Commission 2004). Apesar destas várias definições de pobreza que tornam difícil chegar a um consenso claro sobre o que o conceito significa, há uma definição de “compromisso” de pobreza, geralmente reconhecida e usada por pessoas diferentes. Um desses sujeitos é o Banco Central da Nigéria (1999, 1) que vê a pobreza como um estado em que um indivíduo não é capaz de atender adequadamente suas necessidades básicas de alimentos, roupas e abrigo; é incapaz de cumprir obrigações sociais e econômicas; carecem de emprego remunerado, habilidades, ativos e autoestima; e tem acesso limitado a infraestrutura social e econômica, como educação, saúde, água potável e saneamento. Em outras palavras, a pobreza é a falta de recursos múltiplos que levam à fome e à privação física.

Qualquer esforço para conceituar a corrupção pode parecer quase uma mera reavaliação das concepções existentes sobre o fenômeno. Reavaliar ideias velhas pereceria fácil. Conceituar corrupção não é uma tarefa fácil. Na verdade, é um empreendimento assustador e desafiador (Olugbenga 2007; Odofin e Omojuwa 2007; Ajibewa 2006; Faloore 2010; Igbuzor 2008). Segundo Andrig e Fjeldstad (2001, 4): “a corrupção é um fenômeno complexo e multifacetado com múltiplas causas e efeitos, pois assume várias formas e funções em diferentes contextos”. De fato, uma das principais crises na conceitualização da corrupção é que, embora seja difícil desaparecer, ela tem capacidade para assumir novas formas (Andrig e Fjeldstad 2001; Girling 1997). A dificuldade de definir a corrupção é primeiramente uma função de ser uma atividade secreta e clandestina e, em segundo lugar, porque tem muitas manifestações, dimensões e formas. É por isso que Johnston argumenta que estudar a corrupção é um negócio complicado. De acordo com ele:

Definições são controversas, e a evidência sólida é constantemente elusiva. Narrativas descritivas podem ser equivocadas por conta própria. Igualmente sutil é a questão quanto à significância do ato corrupto – não só suas consequências, mas também seu significado dado pelos cidadãos e funcionários (em Ogundiya 2009, 282).

Seja como for, Tanzi argumentou que, embora não seja fácil definir a corrupção, a crise associada a ela não é difícil de reconhecer (Tanzi, 1998).

A palavra “corrupção” é originária do verbo latim *rumpere*, o qual significa “quebrar”. Ou seja, a corrupção significa romper um determinado código de conduta em função do benefício pessoal ou do autor.

Muitas definições de corrupção foram apresentadas. Por exemplo, Sen define ela como a violação das regras estabelecidas para lucro pessoal e benefícios (Aluko 2009, 2). Osoba a define como “um comportamento antissocial que confere benefícios inadequados contrários às normas jurídicas e morais e que prejudica a capacidade das autoridades para melhorar as condições de vida do povo” (Aluko 2009, 3). O Banco Mundial define a corrupção como: abuso do cargo público para ganhos privados. O cargo público é abusado para ganhos privados quando um funcionário aceita, solicita ou extorque um suborno. Também é abusado quando os agentes privados oferecem subornos para contornar políticas e processos públicos para obter vantagens ou lucros competitivos. O cargo público também pode ser abusado para benefício pessoal, mesmo que não ocorra qualquer suborno, por meio do patrocínio e nepotismo, do roubo de ativos do estado ou do desvio de recursos estatais (Agbu 2003, 3). Segundo a definição clássica de J.S. Nye. A corrupção é “um comportamento que se desvia dos deveres formais de um papel público (eletivo ou nomeado) por causa de patrimônio privado (pessoal, familiar, privado) ou ganhos de “status” (Nye 1967, 416). O que podemos deduzir das definições acima é que a corrupção comporta qualquer comportamento que se desvie da norma aceita, especialmente no espaço público. É qualquer comportamento contrário às regras estabelecidas, regulamentos e procedimentos estabelecidos. Em suma, a corrupção é um comportamento que quebra a lei ou ajuda a burlá-la. Esse comportamento geralmente confere vantagens indevidas e/ou imerecidas ao autor. Esse comportamento também expressa a noção de uma traição de confiança, especialmente em uma democracia, onde o cargo público é mantido em confiança para as pessoas.

A corrupção possui várias formas e dimensões. Aluko a identifica em nove formas nominais:

- Corrupção política (grande);
- Corrupção burocrática (pequeno);
- Corrupção eleitoral;
- Suborno;
- Fraude;
- Desfalque;
- Favoritismo;
- Nepotismo (Aluko 2009, 5).

Outras categorias que não diferem da de Aluko existem (ver Yaru 2010; Adenugba 2009; Omotola 2006; Orngu 2006; Aghemelo e Oarhe

2003). O importante, no entanto, é que, sob qualquer forma que se manifeste, a corrupção perverte o interesse público e eleva ilegalmente o ganho e a vantagem privados.

Desenvolvimento

O economista e filósofo indiano, o professor Amartya Sen faz o ponto importante de que o valor democrático, tanto quanto os valores econômicos são críticos em uma concepção precisa do desenvolvimento. Estas chaves com a visão do vencedor do Prêmio Nobel Americano, Joseph Stiglitz, que afirma definitivamente que palavras como abertura, parceria e participação, empoderamento das mulheres e saúde ambiental carregam suas entranhas uma teoria do desenvolvimento, bem como evidências que podem levar a esforços de desenvolvimento mais bem-sucedidos. O desenvolvimento tem sido visto de forma variada para significar crescimento econômico; redução da pobreza, do desemprego, da desigualdade e da dependência; prestação de necessidades básicas; assim como a democracia e a boa governança (Umo 2007, 600). É importante ver o desenvolvimento como um processo que envolve o progresso das pessoas na sociedade. Tanto quanto as pessoas que vivem sob uma forma de quadro social dado por estruturas sociais, econômicas e políticas, o desenvolvimento envolve mudanças ou transformações progressivas dessas estruturas (Okpaga 1999, 35).

O desenvolvimento inclui a erradicação da pobreza absoluta, desnutrição, analfabetismo, doenças e desemprego. Mudou de objetivos econômicos específicos como emprego, ganhos de status e habitação, abastecimento de água para objetivos não-econômicos como saúde adequada, educação, instalações de saneamento ambiental e concessão de liberdades pessoais e individuais. Estes são indicadores de desenvolvimento real. Em poucas palavras, a atual ideia de desenvolvimento coloca a ênfase nas pessoas como objetos de atenção e ultrapassa o crescimento normal no volume de bens e commodities. Isso mostra que o desenvolvimento é um processo de avanço societário, onde a melhoria no bem-estar das pessoas é gerada através de parcerias sólidas entre todos os setores, órgãos corporativos e grupos nas sociedades.

Efeito da corrupção na pobreza e no desenvolvimento da Nigéria

Vários autores escreveram sobre os inúmeros impactos negativos da corrupção sobre o desenvolvimento sócio-político e econômico das

sociedades (Enojo 2012; Agaba 2012; Sen 1999). Observou-se que a corrupção causa uma redução na qualidade e quantidade de bens e serviços disponíveis para o público, uma vez que as empresas cortariam os cantos para aumentar as margens de lucro. A corrupção é uma doença, espalhando-se em toda a nossa política e precisamos inocular nosso país contra essa infecção. A corrupção desvia os recursos dos pobres para os ricos; aumenta o custo de funcionamento das empresas, distorce as despesas públicas e prejudica o investimento estrangeiro (Mauro 1997; Wei 1997 e Alesina 1999). A corrupção absorve a economia de um país, dificultando a cobrança de impostos e prejudicando a aplicação de uma regulamentação importante. A corrupção também cria perda de receitas fiscais e problemas monetários que levam a consequências orçamentárias adversas (Murphy 1993) e é provável que produza certa composição dos fluxos de capital que torna um país mais vulnerável a mudanças nos sentimentos e expectativas dos investidores internacionais (Lambsdorff 2000; 2005). Além disso, a corrupção tem um efeito adverso no desenvolvimento humano e aumenta o custo dos serviços sociais básicos (Kaufman 1998). A corrupção teve graves consequências negativas sobre o crescimento econômico e o desenvolvimento da Nigéria. Isso comprimiu nossos jovens desempregados em estádios sem consideração adequada. Ela humilha e mata nossa juventude. O Índice de Desenvolvimento Humano da Nigéria em 0,459 ficou abaixo da média da África Subsaariana de 0,463 e a média mundial de 0,682. O IDH ajustado à desigualdade é ainda mais decepcionante em 0,278. O ponto baixo na escala global é 0,456. O índice de pobreza multidimensional (MPI) mostra que 54,1% da população vive na pobreza, com 57,3% em privação intensa (IDH 2011). Mais de 70% dos cidadãos da Nigéria vivem abaixo da linha de pobreza (o índice de referência internacional é de US\$ 1,5 por dia) e a Nigéria ocupa o lugar 156º entre 187 países no ranking mundial de nações que utilizam o índice de Desenvolvimento Humano (PNUD 2011). Enquanto isso, a Nigéria ganhou cerca de US\$ 450 bilhões desde 1970 em receitas de petróleo sozinhas. Entre maio de 1999 e junho de 2008, o país ganhou mais de US\$ 205 bilhões (citado por Wokoma 2008). Na Suíça, 7,4% da população está abaixo da linha de pobreza.

Mesmo quando a conduta imprópria, como fraude e suborno, não envolve diretamente o governo, os efeitos públicos são severos. A corrupção afetou negativamente a governança e a estrutura social maior. Isso prejudicou a capacidade do Estado de oferecer prazer aos seus cidadãos, até mesmo aos direitos sociais e econômicos mínimos, incluindo saúde e educação. Isso geralmente leva a um atraso no desenvolvimento econômico e à deterioração de qualquer infraestrutura pública que tenha sido implantada. Observou-se que na Nigéria, a corrupção desenfreada levou a uma má governança. A

corrupção e a má administração engoliram cerca de 40% da renda anual do petróleo da Nigéria em US\$ 20 bilhões (Ribadu 2004). A corrupção perturba o fluxo de capitais entre países em desenvolvimento. A renda do imposto geralmente está bem abaixo do que o governo exige para realizar serviços básicos em países corruptos. Quando o dinheiro é roubado, a polícia não é paga, os salários não são proporcionais à sua tarefa. A polícia não é paga regularmente e é mal remunerada. Ela passa seu tempo buscando provas ao invés de treinamento e busca de criminosos, nunca investiga casos, eles nunca rastreiam criminosos; e quando prenderem suspeitos, os libertam por algum dinheiro. A consequência do dinheiro que poderia melhorar os serviços de segurança sendo roubado é a pobreza da força policial e as mortes das pessoas por criminosos baratos que não durariam um dia nas ruas da América. Perdemos pessoas como consequência da nossa tolerância a uma sociedade corrupta.

A maioria dos nigerianos é tratada com suspeita na maioria dos negócios, fazendo assim com que os nigerianos honestos sofrem o estigma da corrupção devido à estereotipagem. Segundo Ribadu (2006), a corrupção é pior do que o terrorismo, porque é responsável pelo colapso perpétuo da infraestrutura e instituições na Nigéria. É a causa da pobreza endêmica e do subdesenvolvimento. Quando as pessoas no governo abusam de fundos, eles têm que subornar muitas pessoas indignas no processo, tem que aplacar e agradar muitos co-conspiradores. A consequência disso é que a sociedade sente a presença de dinheiro nas mãos dos indignos. O dinheiro flui de um ladrão para outro amigo depravado e depois, nas mãos do terrorista, as armas são compradas. Os bandidos são contratados pelos políticos e seus amigos. Às vezes os terroristas são pagos com esses fundos roubados. A pobreza persiste na Nigéria devido à má gestão dos recursos e da corrupção, encontrada particularmente não só no setor público (Ayua 2001). A corrupção sufoca negócios que não estão dispostos a se envolver nessa atividade nefasta; ironicamente, também destrói as empresas que cedem a essa prática eventualmente, interrompendo ou, pelo menos, atrasando consideravelmente, a marcha em direção ao progresso econômico e, finalmente, ao desenvolvimento sustentado (Gire 1999). A Nigéria continua a ser uma das nações mais corruptas do mundo, de acordo com o último relatório da Transparência Internacional. No Índice de Percepção de Corrupção do Grupo, de 2013, a Nigéria ficou em 144º lugar, de 177 nações do mundo, com 25 pontos em 100 pontos possíveis. O desempenho da corrupção da Nigéria neste ano foi pior do que no ano passado, quando marcou 27 pontos. Este ano, a Nigéria compartilhou o pódio da infâmia com a República Centro-Africana e a vizinha do país, Camarões.

Numa condenação similar, reportada em 2013, o então embaixador

dos EUA na Nigéria, Terence McCauley, reportou ao governo nigeriano que demonstrasse mais coragem e convicção em sua cruzada contra a corrupção, insistindo que esta era a única maneira de “enviar um sinal claro de que o país é de fato comprometido com a boa governança, com a segurança de seus cidadãos e com o seu lugar legítimo como ator significativo no cenário global”. Infelizmente, a corrupção foi identificada como a principal razão para o desenvolvimento preso no país. É responsável pela redução da despesa pública, o que resulta em enormes déficits de infraestrutura, especialmente nas estradas pobres, falta de eletricidade, hospitais inadequadamente equipados e baixa qualidade de educação. Também afeta na insegurança generalizada no país, baixa qualidade de governança e padrão geral de vida em geral. O relatório dos EUA alega que, na Nigéria, “a corrupção maciça, generalizada e disseminada afetou todos os níveis de governo e as forças de segurança”. Alega que os juízes não foram deixados fora do anel de corrupção maciça, o relatório acusou o governo de não implementar leis sobre a corrupção de forma eficaz, permitindo deliberadamente que “os funcionários” (a) frequentemente se envolvam em práticas corruptas com impunidade.

Conforme concisamente capturado por Nebo (2010, 29) afirma que:

A pobreza nesta terra é artística. O desemprego também é um flagelo auto infligido. O nível de pobreza generalizada, desemprego, alta incidência de corrupção e insegurança de vida e propriedade na Nigéria só existe porque nossos líderes, tanto a nível federal, estadual e local, não sabem o que fazer ou estão lucrando e derivando alguma forma de prazer psicológico observando os nigerianos sofrerem ou, portanto, estão relutantes em fazer alguma coisa.

É impressionante que a corrupção gera pobreza, doença, baixa expectativa de vida e distribuição desigual de renda e riqueza. Corrupção e subdesenvolvimento andam de mãos dadas. Um é a causa e o motivo da existência do outro.

Conclusão

A corrupção é um impedimento para a nação. A questão que deveria vir à tona é se isto continua para sempre? É hora para uma limpeza moral total. O desafio se encontra em ambas as lideranças e os seguidores para remediar este monstro temido. Pode a atual cultura de líderes reunir a vontade política na luta contra o gueixa chamada corrupção? O presidente e sua equipe, com uma determinação singular, podem criar o processo

irreversível necessário para corrigir a podridão que aflige nossa vida política e pública? A Nigéria pede solução. Espera-se que os nigerianos voltem aos valores nobres originais de integridade, amor e honestidade, maneira como o país pode ultrapassar o status atual em termos de crescimento e desenvolvimento.

A esperança é muito vital na vida; certamente continuaremos vivendo esperança, mesmo quando estamos morrendo em desespero. Barrack Obama fala da audácia da esperança para que não fique fora do lugar dizer que há esperança de encontrar uma saída para a corrupção para a Nigéria. Aqui se deve aceitar que a corrupção é um vício e para purgar um vício, a virtude é necessária. Uma vez que a depravação moral é o que engendra práticas corruptas, segue-se, portanto, que uma vida moral elevada irá impedir a participação na corrupção. Um indivíduo moralmente sanitizado será menos vulnerável ao namoro das empresas corruptas. Pode-se pedir uma palavra de Mohandas K. Ghandi, pai da nação indiana: “As coisas que nos destruirão são: política sem princípio; prazer sem consciência; riqueza sem trabalho; conhecimento sem caráter; negócios sem moral; ciência sem humanidade e adoração sem sacrifício”.

REFERÊNCIAS

- Achebe, C 1983 *The Trouble with Nigeria*. Enugu: Fourth Dimension Publishers.
- Akai, N., Horiuchi, Y., & Sakata, M. (2005). *Short-run and Long-Run Effects of Corruption on Economic Growth: Evidence from State level Cross – Section data for the United States*. Osaka: Osaka International University Press.
- Akkihal, R., Smith, H., & Adkins, R. 1997. The Economics of Corruption in Developing Countries. *The Coastal Business Journal* Volume 1, No 1
- Aliyu, S.U.R. 2007. *Democracy, Corruption and Economic Development: Evidence from Nigeria*, being a paper presented at that Nigerian Political Science Conference held at the Centre for Democratic Research and Documentation, Bayero University, Kano.
- Aliyu, A. 2003. *Re-Structuring of the Poverty Alleviation Activities of the Federal Government of Nigeria*. Abuja: National Poverty Eradication Programme .
- Amundsen, I. 2000. *Corruption: Definitions and Concepts*. Norway: Norwegian Agency for Development Cooperation (NORAD), Michelson Institute (CMI)

- Anazado.R.Okoye, J.C and Ezenwille, U 2012 Leadership Corruption: The Bane of Nigerian Development. *African journal of Social Sciences*, Vol2 (3).
- Anoruo, E, and Braha, H 2004. *Corruption and Economic Growth: The African Experience*. Retrieved June14, 2007, from http://www.jsd_africa.com/jsda/spring2005/articlepdf/arc_corruption%20and%20economic%20growth.pdf
- Barro, R. 1990. Economic Growth in a Cross – Section of Countries. *Quarterly Journal of Economics* Vol 106, No 2, p. 407 – 443.
- Central Bank of Nigeria 1999. *Nigeria Development Prospects .Poverty Assessment and Alleviation Study*. Central Bank of Nigeria in Collaboration with the World Bank.
- European Commission 2009 *Food Security: Understanding and Meeting the Challenges of Poverty* .Luxembourg: Publication office of the European Union.
- Engle, R.F. and Granger, C.W.J 1987, “Cointegration and Error Correction: Representation, Estimation, and Testing”, *Econometrica*, SS; 251 – 276. 17
- G.T., & Davoodi, H.R. 2002. *Corruption, Structural Reforms and Economic Performance in the Transition Economies*. Washington DC: International Monetary Fund.
- Gire, J.T (2001). A Psychological Analysis of Corruption in Nigeria. Online Publication. Granger, C.W.J. and Newbold, P. 1974. Spurious Regression in Econometrics. *Journal of Econometrics* Vol 2.
- Gupta, S.H, Davoodi and Alonso Terme 1998. Does Corruption Affect Income inequality and poverty? *IMF working Paper* 98/76. IMF, Washington D.C
- HRW, Corruption on Trial? *The Record of Nigeria’s Economic and Financial Crimes Commission*, August 2011.
- Huntington, S.P 1968. *Political order in changing Societies*. New Heaven: Yale University Press.
- Irikana, G.J; Epelle, Awortu, B.E 2013. Cultural Disorganisation and Deepening Crisis of corruption in Nigeria; A Discourse. *Review of Nigerian Political Economy* vol2 Number 1&2January-December 2013
- Acemoglu, D., & Verdier, T. 1998. *Property Rights, Corruption and the Allocation of Talent: A General equilibrium Approach*, *Economic Journal*, Vol. 108.
- Jones, L. and Manuelli, R. 1990. “A Convex Model of Equilibrium Growth: Theory and Policy Implications.” *Journal of Political Economy* 98(5):

1008-1038.

- Kaufmann, D. 1997. *Corruption: some myths and Facts: An early inversion was published in foreign policy*, summer 1997 Pp. 114 – 131.
- Leff, N.H. 1964. “Economic Development through Bureaucratic corruption”. *The American Behavior Scientist*, Vol. 8 (2): 8 – 14.
- Lucas, R. E 1988. *On the mechanics of Economic Development*. Journal of Monetary Economics.
- Lui, F.T 1985 “An equilibrium Queuing model of Bribery” *Journal of Political Economy*.
- Mauro, P 1997. *The Effects of Corruption on Growth, Investment and Government Expenditure: A cross country analysis*. Washington DC: Institute for International Economics.
- Mauro, P. 1995. *Corruption and Growth*. Quarterly Journal of Economic, Vol. 110, No 3.
- Mo, P.H 2001 “Corruption and Economic Growth” *Journal of Comparative Economic*, Vol. 29, No 66 p. 7-9.
- Nebo, C.O 2010 *Nigerian Sectoral Underdevelopment and Leadership Challenges*. The Igbo Perspective .2010 Ahajioku Lecture.
- Okpaga, A. 1999 *The Post-Colonial State in Africa and the Prospects for Development and Democracy*. Journal of Political and Administrative Studies, Vol1 (1).
- Pellegrini, L and Gerlagh, R. 2004 *Corruption's Effect on Growth and its Transmission Channels*, Kylos, 57: 18 429 – 56.
- Rahman, A, Gregory, K. and Kapil, K. 1999. “The effects of corruption implications for Bangladesh”, *Policy Research working Papers*, WPS2479, World Bank, Washington D.C.
- Ram, R. 1986. “Government Size and Economic Growth: A New Framework and Some Evidence from Cross-Section and Time -Series Data.” *American Economic Review*. Vol 76: 191-203.
- Rebelo, S. 1991. *Long run Policy Analysis and Long run Growth*. NBER Working Paper No 3325.
- Rock, M.T and Bonnett, H. 2004. *The Comparative Politics of Corruption: Accounting for the East Asian Paradox in Empirical studies of Corruption, growth and investment*. World Development: Vol. 32: 999 – 1017.
- Romer, P. 1986. “Increasing Returns and Long Run Growth.” *Journal of Political Economy*, vol. 94, No. 2, 1002-1037.
- Rose-Ackerman, S. 1997. *Corruption and Government: Causes, consequences and Reform*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Solow, R. 1956. "A Contribution to the Theory of Economic Growth." *Quarterly Journal of Economics* 70:65-94.
- State Department, "Nigeria," *Country Report on Human Rights Practices* 2012, April 2013.
- Summers 1977 Speech to the Summit of Eight Denner. Swan, T. (1956). "Economic Growth and Capital Accumulation." *Economic Record* 32:334-361.
- Tanzi, V. and Davoodi, 1997. "Corruption, public investment and growth", *IMF Working Paper*, WP97/139.
- The country's U.N. Conference on Trade and Development (UNCTAD), *World Investment Report* 2012, May 7, 2012.
- Todaro, M.P 2003 *Economic Development*. Singapore: Pearson Education Ltd.
- Umo, J.U 2007 *Economics: An Africa Perspective*. 2nd Edition Lagos: Millennium Text Publishers.
- UNDP 2011, Human Development Report
- UNDP, 1997 "Corruption and Good Governance United Nations Development Programme Discussion' paper 3.
- United Nations 2001. UN Global Programme against Corruption. Anti-Corruption toolkit. www.odcep.org/pdf/crime/toolkit/fitof7.pdf 19
- Voskanyan, F. 2000. A study of the Effects of Corruption on Economic and Political Development of Armenia. A published M. Sc. Thesis of the Graduate School of Political Science and International Affairs November 2000.
- Wei, S. J. 1997. *Corruption in Economic Development. Beneficial Grease, Minor Annoyance, or major obstacle?* Harvard University and the National Bureau of Economic Research, Working Paper, the World Bank.
- World Bank 1997 *Helping Countries combat corruption: The Role of the World Bank*. Washington DC: World Bank.
- World Bank 2000. *The Anti Corruption in Transition: A Contribution to the Policy Debate*. Washington DC: World Bank.

RESUMO

Este trabalho apresenta um esboço da experiência nigeriana em matéria de corrupção no contexto de pobreza e desenvolvimento. Ele discute os efeitos da corrupção que estão enraizados nas situações política e econômicas da política. O desafio da corrupção está na base de nosso subdesenvolvimento. Tornou-se tão perpetrante que projetos públicos essenciais para os quais grandes somas de dinheiro foram despendidas aos empreiteiros foram abandonados. E quando esses projetos são completados, seus custos são sempre mais altos em comparação com o custo de projetos similares em outros países. Na Nigéria, a corrupção sufoca o crescimento econômico, reduz a eficiência econômica e o desenvolvimento, embora haja uma grande soma de recursos no país. O trabalho depende essencialmente de dados secundários como livros, revistas, publicações governamentais, entre outros documentos relevantes. Os dados foram analisados qualitativamente usando o método descritivo analítico a fim de atingir o objetivo primário do artigo.

PALAVRAS-CHAVE:

Corrupção; Pobreza; Desenvolvimento; Nigéria.

Recebido em 26 de maio de 2017.

Aprovado em 8 de janeiro de 2018.

Traduzido por Gabriela Ribeiro

NOVA MÍDIA E DEMOCRACIA NA NIGÉRIA: UMA AVALIAÇÃO DAS OPORTUNIDADES E AMEAÇAS NO TERRENO

Dauda Ishaya Suntai¹
Tordue Simon Targema²

Introdução

O advento da nova mídia, sem dúvidas, revolucionou o processo de comunicação política e ampliou as fronteiras da participação política. Isso não está longe do fato de que a internet oferece um fórum para uma interação contínua entre as massas e o governo. McQuail (2005) articula este ponto quando observa que: a nova mídia tem sido amplamente aclamada como uma maneira de escapar da política de “cima para baixo” de democracias de massas, em que partidos políticos bem organizados fazem políticas unilateralmente e mobilizam o apoio por trás delas com uma negociação mínima e contribuição das bases. Eles fornecem os meios para informações e ideias políticas altamente diferenciadas, com acesso ilimitado, em teoria, para todas as vozes, além de muito feedback e negociação entre líderes e seguidores.

Um potencial vital da nova mídia, com seus meios divergentes de disseminação de informações, é que aumentou o volume de informações à disposição das massas e com liberdade ilimitada, de modo que os usuários criem e compartilhem conteúdo com outros facilmente. O fato de que informação é poder possibilitou, portanto, que a nova mídia capacitasse as massas para participarem ativamente do processo de governança. A democracia, que implica em participação pública no processo de governança, se beneficia imensamente desta nova revolução no processo de comunicação (Suntai and Targema 2015).

¹ Departamento de Línguas e Estudos Literários, Universidade do Estado de Taraba, Jalingo, Nigéria. E-mail: suntaid@yahoo.com.

² Departamento de Comunicação de Massa, Universidade do Estado de Taraba, Jalingo, Nigéria. E-mail: torduesimon@gmail.com.

A Nigéria, que foi exposta a leis autoritárias logo após a época colonial, recebe esta revolução como um grande suspiro de alívio, já que o regime autoritário não poupou esforços na tentativa de calar a imprensa e espalhar os tentáculos de sua ditadura e tirania, desprovida de críticas públicas e antagonismo. Com o retorno a leis democráticas e adaptação recente das novas plataformas de mídia que estão em tendência, o escopo da participação política e de críticas foi ampliado.

Em outros lugares, a Primavera Árabe é testemunha do poder da nova mídia em estender as fronteiras da democracia, pois as redes sociais dominavam as atividades de comunicação que espalharam a revolução e a resistência aos governos opressivos na região. A onda de revoluções que foram conduzidas pelas redes sociais viu líderes opressivos, como Hosni Mubarak do Egito, Ben Ali da Tunísia, entre outros, culpar as redes sociais por suas rejeições públicas e posteriores deposições, depois de realizarem um monitoramento de segurança aos principais meios de comunicação. Hanan (2013, 2), portanto, descreve o papel das novas mídias nas revoluções da seguinte maneira:

muito já foi dito sobre a primavera árabe, mas o que já é claro, a partir do atual trabalho em produção, é que foi o uso de mídias sociais que atuaram como um catalisador para a mudança em um ambiente já imprevisível. O uso e a disponibilidade de mídias sociais criaram facilmente conexões entre pensamentos proeminentes, líderes/ativistas e cidadãos comuns, expandindo rapidamente a rede de pessoas dispostas a agir.

Elegbede (2015) afirma que nada de grande e relevante acontece hoje na África sem a influência das mídias sociais. Embora, a afirmação possa não ser absolutamente correta, somos lembrados de uma série de eventos que se desenrolaram, principalmente, através de plataformas de redes sociais, atravessando todo o panorama político, de saúde e de desenvolvimento comercial do continente. O episódio de tomar banho com sal e beber sal como forma de imunidade contra Ebola disseminado nas mídias sociais, e que recebeu massiva conformidade entre os nigerianos, ainda está fresco em nossa memória.

As eleições gerais de 2015 na Nigéria apresentam outro cenário no qual toda a gama de mídias sociais foi implantada para consolidar os princípios da democracia, através do que pareciam ser eleições relativamente livres e justas. De acordo com Oseni (2015), a partir do período da campanha, passando pelo voto para o agrupamento dos resultados e posterior declaração dos vencedores pelo INEC, as mídias sociais foram forças formidáveis para manter as massas informadas. Dois anos após a administração do presidente Muhammadu Buhari, que emergiu como vitorioso durante as pesquisas,

podemos atestar o formidável papel que a nova mídia desempenha no processo de governança.

Este estudo deriva sua justificativa desse cenário. Ancorado na Teoria da Responsabilidade Social, ele explora a contribuição dos novos meios de comunicação no enraizamento da democracia no país, e avalia criticamente problemas e questões que surgem com a adaptação da plataforma tanto pelo governo como pelas massas.

Nova Mídia e Democracia: Uma Discussão Conceitual

A proliferação de novas plataformas de mídia na Nigéria atraiu recentemente a atenção de pesquisadores para investigar os efeitos em domínio em vários campos, como economia, educação, política e saúde, entre outros. Em todos esses campos, evidências de pesquisa demonstraram que as plataformas se tornaram efetivas para aumentar o acesso a informações vitais que ajudam as pessoas a tomar decisões informadas (Alexander, Ifeanyi e Martin 2016). Basicamente, o escopo da nova mídia (como usado neste estudo) é amplo e encapsula plataformas, como jornais on-line, mídias sociais e blogs, todos os quais estão domiciliados na internet. De todos estes, as mídias sociais desempenham um papel de liderança no preenchimento da lacuna de informações até então existente, pois abriga confortavelmente as outras plataformas de novas mídias nos seus vários canais.

As mídias sociais são meios de comunicação online que utilizam tecnologias baseadas na web que permitem aos usuários baixar, fazer upload, interagir e colaborar entre si, independentemente da distância e do tempo. A mídia social como conceito é o uso da tecnologia combinada com a interação social para criar e co-criar valores (Olise 2014). É, assim, uma mudança na forma como as pessoas descobrem, leem e compartilham notícias, informações e conteúdos que podem ser em texto, áudio, vídeo ou gráficos.

Os estudiosos da mídia argumentam que as mídias sociais envolvem uma fusão de sociologia e tecnologia para transformar o processo de comunicação de monólogo em diálogo, ou melhor ainda, para um processo interativo. Alguns dos sites comuns de mídias sociais incluem Facebook, Twitter, WhatsApp, Flickr, 2go, YouTube, Instagram e Google+, entre outros. Esta mídia relativamente nova ganha popularidade na Nigéria, apesar de seu atraso tecnológico, ajudando a realizar tarefas políticas complexas em todo o país.

De acordo com Nwabueze (2014), a Nigéria registrou algum nível de presença na comunidade base da internet. Existem numerosos *weblogs*

administrados por nigerianos, muitos dos quais criam o fórum para que as massas transmitam seus pontos de vista e contribuam de forma significativa para temas que estão sendo discutidos por uma cadeia de usuários. Klinreports.com, Chidiopara Reports, Nairaland, Naijapost, Naija.com, Pulse Nigéria, Topic.net e Amana online, entre muitos outros, são alguns dos blogs mais populares na Nigéria. Na verdade, em julho de 2009, havia cerca de 475 blogs nigerianos, com a Nigéria tendo uma população online de 42 milhões de pessoas (Nwabueze 2014). Essa tendência deve ter melhorado significativamente ao longo dos últimos anos.

Como se pode esperar, a grande presença online ampliou o escopo da prática de jornalismo cidadão no país, uma forma de jornalismo em que o público desempenha um papel ativo no processo de coleta, divulgação, análise e disseminação de notícias e informações. Com os cidadãos se tornando repórteres de questões e eventos que acontecem ao seu redor, a liberdade de informação é reforçada, capacitando-os a participar ativamente do processo democrático (Suntai e Targema 2015).

A democracia como um conceito se origina cerca de 2400 anos atrás na Grécia antiga. Significa simplesmente “governar pelo povo” (Galadima e Goshit 2013). A democracia exige que cada indivíduo seja livre para participar do autogoverno da comunidade política. Para esse fim, a liberdade política é o cerne do conceito de democracia. Basicamente, uma democracia significa o direito de governar pelo povo, através de eleições livres e justas, além de outras formas de participação.

De acordo com Galadima e Goshit (2013), os atenienses da Grécia antiga, progenitores da democracia, não nos deixaram escassos de definição para o conceito, concebendo-o em seus dias como “governo do povo, pelo povo e para o povo”. Para este fim, a democracia implica a soberania popular, a igualdade política, o reconhecimento do consentimento das eleições governadas, livres e justas, entre outras formas de participação.

A democracia faz acentuar a participação das pessoas. Todos os envolvidos devem ser conduzidos juntos, e é aí que o papel da mídia se torna necessário. Assim, um ambiente de diálogo é uma condição essencial para o sustento da democracia, mas isso não pode ser alcançado sem que a mídia e outros meios essenciais garantam instituições democráticas no lugar. As tendências de mídia social e jornalismo cidadão que permitem a participação e acesso ilimitado a todos, entre outras virtudes, são, portanto, fundamentais para o sustento das democracias modernas.

No entanto, um fator central para o exercício desta responsabilidade cívica é o volume de informação à disposição das massas para tomada de decisões informadas durante todo o processo eleitoral. É por isso que o

Gambo (2013) enfatiza que as democracias liberais residem puramente na capacidade dos meios de comunicação de massa de reunirem e divulgarem informações que possam orientar os cidadãos à fazerem escolhas racionais. Citando Ibrahim, ele observa que:

Para que as pessoas possam determinar quem elas querem que as governe, com base em uma compreensão de suas políticas, bem como suas estruturas etc. são preferíveis na sociedade, pressupõem-se, uma certa quantidade de conhecimento e informações que devem ser fornecidas. (...) a disponibilidade de informações neutras sobre o funcionamento do sistema político torna possível ao eleitorado de uma democracia desempenhar sua função de recrutamento de forma inteligível e eficaz, ao mesmo tempo em que tende a criar um estrato informado de cidadãos orientados para as políticas públicas e não orientados para o interesse em um estreito sentido (Gambo 2013, 109).

É aqui que reside o nexu entre as novas mídias e a democracia. Enquanto a democracia precisa de informações adequadas para filtrar seus vários níveis, a nova mídia fornece a melhor plataforma para a circulação de tais informações. Através de suas diversas plataformas, as massas ficam expostas à informação sobre as atividades dos principais atores no processo de governança. Assim, a nova mídia tornou-se uma força formidável que impulsiona a democracia nigeriana contemporânea.

Responsabilidade social: o Fundamento Teórico

A teoria da responsabilidade social chama atenção dos jornalistas para o fato de que eles têm, tanto, liberdade, quanto, responsabilidade para com a sociedade. De acordo com Bitner (1989), na virada do século XX, o jornal impresso atravessou a Era do jornalismo amarelo (um tipo de jornalismo caracterizado por relatórios imprudentes e práticas antiéticas). Anteriormente a esta Era, a imprensa, mediante os esforços de defensores da liberdade, tais como John Milton, John Erskine, Thomas Jefferson e John Stuart Mill, obtiveram grau considerável de liberdade para operar sem restrições (formalmente/informalmente, constitucionalmente ou de maneira diferente) na sua função (Sambe 2008).

Houve assim uma grande necessidade de automoderação por parte dos jornalistas que já estavam abusando de excessiva liberdade. A teoria da responsabilidade social, assim, foi pensada. Fundamental para o cerne das suposições da teoria está o fato de que a imprensa tem o direito de criticar o governo e as instituições, mas também tem certas responsabilidades básicas para manter a estabilidade da sociedade. Estimulando esta teoria está a

ascensão de associações profissionais ligadas, globalmente, ao Jornalismo; tais como a Sociedade Americana de Editores, a União Nigeriana de Jornalistas, a Corporação Nigeriana de Editores etc., e a evolução de códigos de conduta/ética que encoraje atitudes responsáveis por seus membros.

Com o advento da nova mídia que conferiu a cada cidadão o status de jornalista; o escopo de liberdade de expressão foi estendido. Sem dúvidas, as várias plataformas que liberalizaram o mercado de ideias e removeu as mínimas barreiras oficiais de liberdade de expressão em países como Nigéria, onde o Estado permite a livre interação de várias plataformas.

Porém, com o público assumindo o papel de repórteres e jornalistas profissionais, como também de jornalistas cidadãos, por meio de várias novas plataformas, há uma grande necessidade de repensar a questão da responsabilidade social. Estas questões rapidamente surgem em seguida: jornalistas cidadãos e membros do público em geral podem respeitar os padrões éticos da profissão no que concerne o relato de atividades que os rodeia? Pode-se confiar na informação de jornalistas cidadãos e considerações da mídia social como substitutos para as notícias da mídia convencional? Há alguma necessidade de decretar regras e regulações, de modo a eliminar a difusão imprudente de informação nas plataformas de mídia social? Não obstante, como a difusão de informações inverossímeis nas plataformas de mídia social afeta o estabelecimento da democracia e da união/coesão nacional na Nigéria? Respostas para estas perguntas se tornaram urgentes, haja vista o atual nível de abuso no qual as plataformas foram sujeitas, como será discutido nas seções subsequentes do estudo.

Novos meios de comunicação e Democracia na Nigéria: Algumas observações básicas

Democracia se beneficia muito de oportunidades oferecidas pelos novos meios de comunicação que atraem as juventudes ativas, que, por sua vez, interagem constantemente nas várias plataformas. Na Nigéria contemporânea, novas plataformas de mídia, tais como as mídias sociais, estão tão em voga no meio juvenil e nos membros do público em geral que a classe política é compelida a se firmar dentro desta nova tecnologia para manter sua relevância. Nas palavras de Adeyanju (2013, 201):

A informação propagada na esfera pública e a quantidade de informação à disposição dos cidadãos estão se fazendo necessário àqueles interessados na opinião pública a fim de alterar suas estratégias de influência. Muitos políticos e governantes estão agora se apurando para imbuir os novos meios de comunicação e até mesmo as mídias sociais com suas

mensagens através da população. A mídia tradicional já não é suficiente para fazer isso. Está se tornando muito comum ver políticos possuírem seus próprios blogs e constantemente dialogarem com sua audiência no Facebook, enquanto ao mesmo tempo monitoram suas atividades no Twitter.

Em outro lugar, poderíamos utilizar o constante uso do Twitter por parte do Presidente dos EUA, Donald Trump, para o propósito de comunicação como um exemplo para comprovar a afirmação do excerto acima. Mas até mesmo na Nigéria, uma avalanche de evidência nos é oferecida da mesma forma. A maioria dos políticos tem suas identificações oficiais no Twitter, os quais eles usam para constantemente atualizar seus seguidores com informações. Ademais, porta-vozes de vários políticos e de grupos políticos no país criaram perfis no Facebook, páginas e grupos para manter o povo informado sobre tais personalidades ou partidos. Isto serve para demonstrar a centralidade das novas mídias para os experimentos democráticos atuais no país. Abaixo estão alguns estudos de caso que os novos meios de comunicação servem como facilitadores da democracia na história recente da Nigéria.

As Eleições Gerais de 2015

A sociedade civil programou o arsenal das mídias sociais efetivamente no sentido de disseminar informações durante as eleições gerais da Nigéria de 2015. De acordo com Elegbede (2015), durante o período da campanha, *Tweetmeets* (discussões no Twitter) e *Hangouts* (salas de conversações em vídeo simultâneo) eram a moda dentro da rede de internet sócio-política nigeriana. Hashtags tais como #ConheçaGej, #Febuhari³, #Marchoutjonathan, #PorQueVotareiGEJ, #MarchePorBuhari, #GMB15, #LagosParaVocê e #euDecidi eram promovidas por políticos e seus apoiadores, enquanto #NigériaDecide, #Nigéria2015, #euJuroQueVoto, #MeuPVCagora, #VáVotar, #VoteSemBrigas, etc⁴. foram promovidas por grupos da sociedade civil para aumentar a consciência e participação dos cidadãos (veja também Suntai e Targema 2015).

Durante o processo de votação, fotos e vídeos circularam em contas do Facebook e do WhatsApp de agentes partidários que eram pegos persuadindo os eleitores com dinheiro e outras regalias assim como casos de menores de idade que votaram em alguns estados, incitando a ação

3 #Febuhari, na gíria local, quer dizer dizer “ame Buhari”.

4 Hashtags originais: #MeetGej, #Febuhari, #Marchoutjonathan, #WhyiwillvoteGEJ, #MarchforBuhari, #GMB15, #LagosForYou #iHavedecided #NigeriaDecides, #Nigeria2015, #iPledgeToVote, #MyPVCnow, #GoVote, #VoteNoFight.

imediate da INEC⁵. De maneira semelhante, durante a contagem dos votos, jornalistas cidadãos e a sociedade civil em nenhum momento pouparam qualquer esforço em atualizar o público da natureza dos resultados nos vários estados através da federação (Oseni 2015).

Inicialmente, os resultados foram vistos ceticamente como meras fachadas por parte dos “zelosos” APC, o partido de oposição que se inclinou a agarrar o manto da liderança. O povo estava, no entanto, surpreso ao observar a situação quando tais resultados foram eventualmente anunciados no centro de contagem, entretanto os votos costumavam ser contados com a consideração dos jornalistas cidadãos nas mídias sociais. Em nenhuma circunstância, os sites de mídia social foram saturados com assinantes que entraram no site para se atualizarem a respeito das eleições. Para citar Oseni (2015: 3):

Os resultados das pesquisas nas mídias sociais deixaram claro aos nigerianos que o APC ganhou no Norte-Leste, Norte-Oeste, Sul-Oeste e estava competindo com PDP no Centro-Norte, enquanto PDP liderou [as pesquisas] no Sul-Sul e no Sul-Leste. Os resultados das pesquisas nas mídias sociais foram agitados, PDP acusou o APC de publicar resultados eleitorais falsos nas mídias sociais e, além disso, responsabilizou os nigerianos de negligência total para com os resultados nos meios de comunicação e esperou pelo anúncio oficial por parte da INEC... Porém, não houve nenhuma diferença significativa entre os resultados anunciados pela INEC e aqueles circulando nas mídias sociais.

Analistas afirmam que a utilização das mídias sociais nas eleições frustrou políticos nigerianos e interrompeu a estratégia popular de alteração de resultados eleitorais mediante suborno de oficiais que colaboravam com partidos políticos. Durante todo o processo eleitoral, todo cidadão em posse de um celular era um observador/repórter, pronto para soar o alarme à comunidade online/virtual em quaisquer aspectos de má-fé ou suspeitas em qualquer parte das eleições. Isto, junto de outras forças, culminou em uma eleição que fora praticamente livre, justa e crível. Oseni (2015: 4) resume seu argumento a seguir:

A era das mídias sociais é uma revolução para a democracia nigeriana; aqueles que querem vencer as eleições precisam vencer a vontade do povo. Os dias de mudança dos resultados eleitorais mediante suborno de oficiais estão acabados. Pelo poder das mídias sociais, cidadãos sabem quem venceu as eleições antes dos resultados serem oficialmente anunciados pela Comissão Eleitoral Nacional Independente (Independent National Electoral Commission - INEC)... mídias sociais se tornaram poderosas e

5 Sigla em inglês de Comissão Eleitoral Nacional Independente.

nós precisamos aceitar esta realidade.

Emetumath (2016) salienta o papel desempenhado pelas mídias sociais nas pesquisas de 2015 quando repara que várias plataformas ajudaram a moldar as opiniões de muitos jovens nas eleições e aumentaram a atenção e a consciência política dos jovens no país, consequência, da qual, emergiu a vitória inacreditável do partido de oposição (APC) sobre o partido dominante (PDP) na eleição presidencial.

Resultado das Eleições Gerais de 2015

Nos dois anos sob o governo do Presidente Mohammadu Buhari, as novas mídias continuaram a facilitar a democracia participativa no país ao ligar o governo e o povo através de várias plataformas discursivas possíveis. A agenda do governo, que conta com a guerra anticorrupção, recuperação econômica e segurança, entre outros, continua a estimular debates envolventes nas novas plataformas de mídia. Estes debates ajudam a expressar os sentimentos das massas com relação às decisões políticas centrais do governo para possibilitar ajustamentos onde forem necessários. No regime democrático, comentários e respaldo do povo são cruciais para integrar todos ao debate. É neste contexto que se inserem as novas mídias, assim, as quais completam lapsos informativos que até então existiam, e facilitam o livre fluxo de informação no processo de governança, tanto verticalmente quanto horizontalmente.

Ameaças Típicas Associadas com tais Práticas

Enquanto as novas mídias parecem prover canais discursivos vibrantes que facilitarão a democracia no país, uma observação cuidadosa das tendências revela um número relevante de ameaças que não são apenas preocupantes, mas têm a capacidade de diminuir as oportunidades que as mídias oferecem aos países com recente democracia, como a Nigéria. Primeiramente, na verificação de tais ameaças está a questão do ódio e de discursos perigosos. Esta prática era realmente endêmica no decorrer das eleições gerais de 2015, nas quais as plataformas foram implementadas para perpetuar campanhas de calúnia contra candidatos com visões opostas. A prática fora tão séria que quase dividiu o país nos extremos Norte-Muçulmano e Sul-Cristão.

Ibrahim, Pate, Pereira, Ya'u, Agbanyin e Bagu (2017, 6) investigaram a escalada de ódio e discurso perigoso no decorrer das eleições de 2015 no país e descobriram que: "há evidências extensas de uma explosão de ódio

e discurso perigoso na Nigéria na última década, especialmente através da imprensa e das mídias sociais como seus principais difusores”. A questão aqui é que, embora a divisão entre Norte e Sul tenha existido no país há muito tempo, novas plataformas de mídia acentuaram esta divisão, e criaram uma atmosfera completa de inimizade uns com os outros durante as eleições de 2015. Sentimentos que residiam latente na mente do povo ganharam voz e foram vastamente expressos. Este desenvolvimento coloca uma grande ameaça à frágil democracia que o país está lutando para consolidar.

De maneira semelhante, Emetumah (2016, 1) revela em seu estudo que: “apesar de as mídias sociais ajudarem na criação de consciência política entre os eleitores da Nigéria; elas também serviram como plataformas de propaganda negativa para a disseminação de discursos de ódio”. O estudo que pesquisou as opiniões de 200 usuários de mídias sociais na Nigéria chegou à conclusão, que:

Usuários de mídias sociais abusaram grosseiramente da liberdade de informação oferecida através do [dito] meio no período das eleições presidenciais de 2015 na Nigéria... os dois partidos políticos principais (APC e PDP) acusaram um ao outro de difundirem informações falaciosas nas mídias sociais, utilizando-se de seus seguidores. Porém, devido à indisponibilidade de marcos regulatórios [a respeito], políticos lograram utilizar as plataformas para disseminar resultados imprecisos e não oficiais que criaram controvérsias entre partidos políticos e eleitores na violação de atos eleitorais que regem as eleições na Nigéria. Assim, as plataformas se tornaram um novo campo para propagar mensagens eleitorais não confiáveis (Emetumah 2016, 8).

Hoje, novas plataformas de mídia amplificaram as vozes de grupos separatistas no país, tais como o Povo Independente de Biafra (IPOB, na sigla em inglês), que estão lutando por um Estado independente; a luta que compete com várias plataformas online de mídia ganha ímpeto a cada dia, e está ameaçando a própria fundação da Nigéria como um país. O que isto sugere é que em uma entidade diversa tal como a Nigéria, que está lutando com o desafio hercúleo de unidade na diversidade, novas plataformas de mídia que representam um terreno não regulado e completamente livre podem atuar como um papel contraproducente e pôr sérios desafios à tarefa de consolidação da democracia.

Observações Finais

Conclusivamente, novas plataformas de mídia são forças formidáveis na consolidação da democracia. A lacuna de informações que

elas ajudam a preencher beneficia a democracia em grande medida, mas servem para fortalecer os princípios apreciados de transparência e prestação de contas no processo de governar. A democracia nigeriana está rapidamente caminhando em direção a este invejável destino de ter a cortesia dos novos meios de comunicação. De maneira semelhante, as novas plataformas de mídia estenderam as fronteiras da participação política e interação entre legisladores e cidadãos. Isto é um desenvolvimento positivo que precisa ser reconhecido, visto que faz a democracia no país corresponder às expectativas da definição genérica, um governo *do povo, para o povo, e pelo povo*.

Porém, os abusos que caracterizaram as plataformas são igualmente preocupantes, dados a ameaça que elas representam e o perigo que elas demonstram à frágil democracia da Nigéria. Em um país que está lutando com o desafio da unidade na diversidade, as várias plataformas, se utilizadas de maneira díspar, podem aprofundar as divisões que já existem, e mergulhar o país dentro de um negro e profundo fosso. Práticas tais como disseminação de completas mentiras e discursos falaciosos, perigosos, injuriosos e vituperativos, capazes de difundir ódio entre as pessoas, podem superaquecer a política e esvair de sentido a incipiente democracia que o país luta para consolidar. Neste sentido, este estudo recomenda, parafraseando as palavras de Suntai e Targema (2015, 16), que:

A sociedade civil está, por este meio, advertida a demonstrar um senso de responsabilidade no processo de interação online através do processo de autorregulação e julgamento racional. Neste intuito, os vícios das mídias sócias serão minimizados e suas virtudes maximizadas, a fim de capacitar seu propósito como um facilitador efetivo da democracia.

REFERÊNCIAS

- Adeyanju A.M. 2013. “Mass Media and Public Opinion: Formation, Process and Uses”. In Pate U. Nwabueze C. and Idiong, I. *Politics, culture and the Media in Nigeria*, pp. 183-204. Stirling Horden publishers: Ibadan.
- Agudosy, F.I. 2014. “The new media and sustainable economic development in Nigeria”. *Mass Media Review: An international Journal of Mass Communication*. Vol. 1 No 4.
- Alexander, O., Ifeanyi, A. L. and Martin, O. P. 2016. “Preying on platforms: a comparative analysis of social media and traditional mass media advertisements in the 2015 presidential election campaigns in Nigeria”. *The Nigerian Journal of Communication: the Journal of the Af-*

- frican Council for Communication Education (ACCE)*, Nigerian Chapter, 13(1), 1-22
- Bitner, J. 1989. *Mass communication: An introduction*. Printece Hall: New Jersey
- Elegbede, T. 2015. *Social media and governance in Africa*. Disponível em: www.punch.com/i-punch/social-media-and-governance-in-africa/. Acesso em: 15 mai. 2015
- Emetumah, F.I. 2016. "Social Media as a Factor for Increased Frontiers of Democracy in Nigeria's 2015 Presidential Election". *British Journal of Education, Society & Behavioural Science*, 17(4), 1-9,
- Galadima, D. and Goshit, R. 2013. "The mass media and the challenges of Institutionalizing the culture of dialogue in Nigerian democracy". In Pate U., Nwabueze C. and Idiong, I. *Politic, culture and the Media in Nigeria*, pp.157-168. Ibadan: Stirling Horden publishers
- Gambo, D. 2013. "Media ethics, professionalism and the reportage of the electoral reform process in Nigeria". In Pate U. Nwabueze C. and Idiong, I. *Politic, culture and the Media in Nigeria*, pp.101-122. Ibadan: Stirling Horden publishers.
- Hanan, J. 2013. *Using social media for good governance*. Retrieved online from <http://b.worldbank.org/publicsphere/using-social-good-governance>. Accessed 12 May 2015.
- Ibrahim, I., Pate, U., Pereira, C., Ya'u, Y.Z., Agbanyin, B.O. and Bagu, C. 2017. *The escalation of hate and dangerous speech in the build up to the 2015 election and the imperative of strengthening the broadcasting code*. A paper presented at the NBC Stakeholders Forum on Political Broadcasts, Chilla Luxury Suites, Kano. 26th October, 2017.
- McQuail, D. 2005. *Mass Communication Theory: An introduction*. London: Sage Publications.
- Nwabueze, C. 2009. *Reporting: Principles, Approaches and Special Beats*. Owerri: Top Shelve publishes.
- Nwabueze, C. 2014. *Introduction to mass communication: media ecology in the global village*. Owerri: Top Shelve publishes.
- Olise, F.P. 2014. "Social Media Emergence: Implications for Journalism Practice in Nigeria". *Mass Media Review: An international Journal of Mass Communication*. Vol.1 No 4
- Oseni, A.L. 2015. *How social media revolutionalized election in Nigeria*. Disponível em: <http://benue.com.ng/how-social-media-revolutionalizes-nigerian-elections/>. Acesso em: 25 abr. 2014
- Sambe, J.A. 2008. *Introduction to mass communication practice in Nigeria*.

Ibadan: Spectrum Books

Suntai, D.I. and Targema, T.S. 2015. *Social media and democracy in Africa: assessing the 2015 general election experience in Nigeria*. Paper presented at the International Conference on Democracy, Dictatorship and Development in Africa. Department of History and International Studies. Ibrahim Badamasi Babangida University, Lappi. 2-5 August 2015.

RESUMO

A democracia na Nigéria, sem dúvidas, ganha impulso recentemente. Este desenvolvimento coincide com uma era de maior acesso à informação pelas massas, cortesia da nova mídia e suas inúmeras plataformas e oportunidades de comunicação. Hoje, cada membro do público que está conectado a nova mídia pode não apenas acessar informação, como também criar e compartilhar as mesmas nas várias plataformas de consumo em massa. Democracia, que implica na participação popular no processo de governança, se beneficia imensamente desta tendência. Este estudo explora o papel que a nova mídia desempenha na consolidação da democracia no país, com grande atenção nos canais de comunicação das eleições gerais de 2015, quando a nova mídia defendeu a divulgação de informações sobre as eleições, e as consequências do período eleitoral que preparou o caminho para a administração atual. Ancorado na Teoria da Responsabilidade Social, o estudo questiona até que ponto as novas plataformas de mídia liberalizam o processo de comunicação política no país, além das oportunidades e ameaças que elas abrigam à consolidação democrática. O argumento central da pesquisa é que a nova mídia se apresenta como uma ferramenta útil nas mãos de ativistas e cidadãos interessados em participar do governo e de efetivamente desempenharem o papel de vigilantes, um privilégio que, até agora, estava longe da realidade. Existem, entretanto, vários abusos que, infelizmente, ameaçam desperdiçar as oportunidades da plataforma, tais como prevalência de ódio e discursos perigosos, aumento na intensidade de mentiras, erros, falsidade e propaganda negativa, além do uso de seções de comentários para atacar, intimidar e demonizar os outros debatedores de questões políticas levantadas nas notícias, através de inúmeras plataformas online. Por fim, o artigo recomenda uma 'cautelosa' incorporação das novas mídias no processo democrático para abrir caminho a uma maior participação.

PALAVRAS-CHAVE

Nova Mídia; democracia; Nigéria; oportunidades; ameaças.

Recebido em 14 de novembro de 2017.

Aprovado em 11 de janeiro de 2018.

Traduzido por Luana de Meneses Borba e Igor Estima Sardo

PRÁTICA E DESENVOLVIMENTO DO *PEACE JOURNALISM* NO NORDESTE DA NIGÉRIA: DISCUSSÃO EM GRUPO COM ALGUNS MEMBROS CORRESPONDENTES DA NTA¹ EM DAMATURU, ESTADO DE YOBE

Aondover Eric Msughter²

Introdução

Nos tempos presentes, pessoas testemunharam muitos conflitos e crises por todo o mundo. Esses conflitos e crises incluem as guerras no Iraque, no Afeganistão, entre Líbano e Israel e no Paquistão com seus vizinhos. Aqui na Nigéria há persistente insurgência do Boko Haram e dos Vingadores Delta do Níger. Essas guerras e conflitos deixaram milhões de pessoas mortas e muitas feridas, cidades, assentamentos e infraestruturas foram destruídas.

É dito que conflitos são inevitáveis em todas sociedades (Adedogun 2006, 90), mas é esperado que todos os segmentos da sociedades encontrem maneiras de resolvê-los. É esperado que a mídia de massa contribua para a resolução de conflitos na nossa sociedade “por causa do papel central da mídia em disseminar informações às pessoas... eles têm poder de agravar e minimizar problemas, dependendo da maneira com que reportam” (Sandra, 2008, 42). A mídia de massa tem um papel vital na prevenção de conflitos, resolução e transformação. Ela é, portanto, essencial, não somente para o crescimento do sistema, mas também pela construção da paz e estabilidade.

Evidências sugerem que mídia não é um mero condutor para disseminação da informação; ela também retrata e interpreta eventos, que, por sua vez, moldam percepções individuais e coletivas de eventos conflituosos. Essa presunção, portanto, confere à mídia a habilidade para

¹ Nota do Editor: Autoridade Nigeriana de Televisão (NTA, sigla em inglês).

² Departamento de Comunicação de Massa, Universidade de Bayero, Kano, Nigéria. E-mail: aondover7@gmail.com

aumentar ou reduzir situações de conflito (Gani and Mu'azu 2009).

Portanto, com o intuito de atingir o objetivo desse estudo, o artigo adota a Teoria da Responsabilidade Social como marco teórico. Da mesma forma, as Discussões de Grupos Focal são aplicadas como abordagem metodológica de dados, reunido alguns membros selecionados entre os correspondentes da NTA Damataru, no estado do Yobe.

Relatório de notícias de desenvolvimento e profissionalismo na mídia

A mídia de massa na Nigéria é preenchida com histórias sobre desenvolvimento em vários níveis, no país, nos estados e nas áreas governamentais locais. Nwabueze (2009) afirma que o jornalismo desenvolvido foi popularizado após o convite das Nações em desenvolvimento, para mudar a percepção da mídia ocidental sobre esses países, que mostra notícias negativas - guerras, fome, desastre natural, fraude, etc. Essas Nações escolheram definir e enfatizar notícias da perspectiva da cobertura de problemas de desenvolvimento na sociedade - construção de estradas e pontes, campanhas de desenvolvimento de saúde, provisão de amenidades sociais e o progresso feito em vários setores da sociedade. A Nigéria estava entre as nações que lideraram esse movimento nos anos 1960 e 1970, durante a agitação da Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NWICO, sigla em inglês).

Desde aquela época, a mídia da Nigéria fez palpáveis esforços para trazer notícias sobre desenvolvimento para as pessoas. Nwabueze (2009) nota que as organizações de mídia do governo parecem estar na vanguarda do desenvolvimento jornalístico, em uma tentativa de ampliar os esforços de seu empregador (governo estadual ou federal) para as pessoas. Porém, o problema aqui é que as mídias do governo tendem a concentrar no comissionamento de projetos, na comunicação de campanhas de desenvolvimento - imunização, planejamento familiar, programas para a agricultura e uso de comunicados de imprensa sobre políticas de desenvolvimento - e programas sociais. A maioria dessa mídia dificilmente foca seus holofotes em histórias sobre desvio de fundos para projetos de desenvolvimento, fornecimento de materiais de baixa qualidade para os programas, projetos de desenvolvimento de qualidade baixa feitos por empreiteiros, etc. Isso ocorre mais ainda se oficiais do governo estão envolvidos nas fraudes. Esse tipo de informação aparentemente levou a críticos das reportagem sobre desenvolvimento a descrever esse ramo do jornalismo como jornalismo “distributivo”, o qual reproduz “meias verdades

lançadas por agências de informação oficiais” e relatam apenas “notícias positivas para a exclusão da negativa ou notícias pouco claras” (Shrivastava 2003, 175).

Contudo, as mídias privadas no país fazem um ótimo trabalho em amplificar o bom e expor as histórias más relacionadas às questões de desenvolvimento nas sociedades. Tanto a mídia privada impressa quanto a eletrônica estão envolvidas nesse objetivo de reportar notícias de desenvolvimento no país. Entretanto, a competição imposta pelas mídias privadas eletrônicas, desde sua emergência em 1992, fez alguns meios de transmissão governamentais, especialmente algumas estações da Autoridade Nigeriana de Televisão (NTA, sigla em inglês) e da Corporação Federal de Rádio da Nigéria (FRCN, sigla em inglês), também levantarem para os desafios de informar os dois lados da questão no jornalismo sobre desenvolvimento. Os numerosos painéis de inquéritos, criados pelo governo federal para investigar alegações de fraudes em certos setores da nação, são produtos dos relatórios investigativos do jornalismo de desenvolvimento. Por exemplo, o painel de inquérito criado para examinar alegações de fraude no setor do petróleo, especificamente o escândalo da gasolina subsidiada, envolveu alguns dos funcionários da Corporação Nacional Nigeriana de Petróleo (NNPC, sigla em inglês) e outros oficiais, surgiu, em grande parte, devido aos relatórios de reportagens de desenvolvimento, os quais fizeram o público ciente da medida criada para assegurar a utilização criteriosa da receita que cobrirá o subsídio de combustível.

As reportagens das notícias de desenvolvimento estão prosperando na Nigéria. Alguns jornais, por exemplo, têm espaços onde eles publicam notícias de desenvolvimento rural, apresentado como “Notícias das Áreas Locais Governamentais”. A mídia não apenas dá prioridade ao jornalismo de desenvolvimento, mas também à comunicação de desenvolvimento em geral (Nwabueze 2005).

Um dos valores principais da reportagem de *peace journalism*³ é a habilidade de se defender a profissão. Existe um debate em progresso sobre o status do jornalismo como uma profissão. Estudiosos estão, de modo variado, divididos nessa questão. Enquanto alguns argumentam que, como medicina, direito e ensino, jornalismo pode também ser considerado como uma profissão; muitos outros prefeririam classificar isso como um ofício

³ Nota do Editor: *Peace Journalism* é um conceito proposto por diversos autores da literatura de comunicação que seria o contrário do proposto pelo jornalismo de guerra. Preza-se pela cobertura focada nos impactos sociais e na qualidade do conteúdo, em detrimento dos interesses econômicos e corporativos. Optamos por utilizar o conceito no idioma original. Ver Cabral e Salhani, 2017. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/1371/947>

(McQuail 2000; Woo 2003).

Como a maior parte dos conceitos da ciência social, profissionalismo tem sido definido de forma variada. Um dos proponentes do profissionalismo descreveu a profissão como ocupação em tempo integral, que assume uma centralidade na vida do profissional, quase sempre abolindo limites entre trabalho e lazer. Ele disse que profissionais chegam a obter satisfação com o trabalho em si, não simplesmente das condições do trabalho ou das recompensas que isso oferece (Moore 1972). Segundo Nwosu (1987, 32), profissionalismo é o “conjunto de princípios, ideias, atitudes e atividades que caracterizam e guiam os comportamentos dos membros de qualquer grupo ocupacional ansioso para ganhar e manter dentro do grupo aceitação interno e externo de sua posição profissional”.

Explicando ainda mais, Nwosu argumenta que profissionalismo implica alta educação, treinamento especializado e auto-organização em uma associação de praticantes. Outros elementos incluem comprometimento ocupacional, ideologia profissional e código de conduta. Uma mais profunda excursão na literatura revelaria que certos critérios foram identificados como necessários numa profissão. Isso inclui a aquisição sistemática de habilidades especializadas baseadas em conhecimento teoricamente fundamentado, direito exclusivo para exercer essas habilidades, uma orientação de serviço público (oposto a interesses comerciais), um alto nível de padrões éticos relacionados e autonomia para definir esses padrões e regular a prática (Ibelema 1993; McQuail 2000).

Observando os critérios acima, pergunta-se se o jornalismo pode ser qualificado como profissão. No entanto, o estudo argumenta, com segurança, que o jornalismo exibe alguns dos atributos associados com a profissionalização. Por exemplo, pode-se achar no jornalismo a existência de um código de ética, desejo de autonomia, independência, alto nível de educação entre praticantes e, muito importante, serviço público. Embora o aspecto do serviço público seja frequentemente desconsiderado, os jornalistas, no entanto, o consideram importante, a extensão de se considerarem como o Quarto Estado do Reino, “independente dos poderes centrais públicos ou privados. A missão deles era divulgação; seu critério, objetividade; sua disciplina, reificação; seu credo, o direito das pessoas a saber” (Woo 2003).

A posição do estudo é que não importa o que se sinta sobre o status profissional do jornalismo, deixe ser apreciado que “o propósito do jornalismo é mais do que reportar e escrever histórias... habilidades e competências são essenciais. Seu propósito tem a ver com algo mais fundamental... servir a confiança pública... fornecer as notícias e informação que libertem a necessidade das pessoas para fazer decisões políticas, econômicas, sociais e

personais” (Woo 2003). O ponto, entretanto, é que se deveria ter a capacidade de entender o ambiente contextual e operacional, no qual o jornalista atua. Por exemplo, estudos comparativos descobriram que notícias das mídias em países em desenvolvimento apresentam muito menos autonomia, sofrem de reportagens superficiais e são mais propensos a quebrar padrões de neutralidade e objetividade, precisão, factualidade e ética do que em países desenvolvidos (Ekwelie 1986; Rugh 1987; Bofo 1992). Portanto, não se consegue se sobressair nesse campo de informar sem absorver uma habilidade profissional.

Apoiando o Profissionalismo na Reportagem do Jornalismo da Paz e desenvolvimento

Para a mídia ser eminentemente respeitada e confiada, seus membros devem demonstrar competência profissional em lidar com questões de *peace journalism* e de desenvolvimento. Obviamente, o ponto de partida é o ambiente midiático ser diverso, refletindo, em sua estrutura e conteúdo as variadas realidades sociais, econômicas e culturais da sociedade, na qual eles operam em um jeito mais ou menos proporcional. Por exemplo, em uma sala de redação diversa seria esperado que sua equipe e seu conteúdo refletissem sua área de cobertura (Pate 2002).

Em segundo lugar, é importante notar que existe um interesse crescente no que é referido como “*peace journalism*”. Estudiosos como Galtung (1998), Albert (2000) e Akinfeleye (2003) advogam pelo *peace journalism* insistindo que questões de paz e de desenvolvimento deveriam ser profissionalmente informadas com objetivos de construção da paz como o princípio guiador. O requisito principal do *peace journalism* inclui “cobertura de notícias de saldo, educação positiva de pessoas sobre o que está acontecendo na sociedade, controlando perigosos rumores e fornecendo uma fonte confiável de informação para todas as partes na sociedade”. Nas palavras de Albert (2000), *peace journalism* é:

[...] Um jornalismo de ligação com todas as atuais e potenciais vítimas. Isso representa a verdade em oposição à incitações, mentiras e propaganda que frequentemente dominam o jornalismo de guerra. O *peace journalism*, portanto, foca no essencial; a devoção ao fato e à esperança... Isso acarreta treinamento correto, determinação, ambiente e exposição... (Albert 2000, 32).

É estabelecido na literatura que a reportagem do *peace journalism* e do jornalismo de desenvolvimento na Nigéria requer profissionalismo,

parece haver um bloqueio entre jornalistas - os quais têm um papel crucial em moldar o entendimento do público, fornecendo informação sobre conflitos - que assumem uma pesada responsabilidade pelo que eles escrevem e transmitem, bem como enfatizando uma balanceada informação para aumentar a conscientização sobre questões conflitantes, as quais iluminam a violência estrutural e cultural que isso tem na vida das pessoas (Pate 2002).

Portanto, esse estudo vai além em verificar a extensão pela qual o *peace journalism* pode pavimentar o caminho ao desenvolvimento. Dessa maneira, parafraseando as palavras de Pate, *peace journalism* conota iniciativas de paz e soluções potenciais mais visíveis, que possibilitem as pessoas a distinguir entre posições declaradas e objetivos reais, quando formas particulares de intervenção são necessárias ou desejáveis, multiplica e divide as partes, criando espaço para iniciativas serem tomadas e o progresso medido como um ganho positivo. *Peace journalism* é um tipo de ética do jornalismo e da mídia, que tenta transformar conflitos violentos canalizando de forma construtiva, conceitualizando notícias, empoderando os não-ouvidos e perseguindo terrenos comuns que unem mais do que dividem a sociedades humanas. Portanto, seguindo os argumentos acima, é claro que o desenvolvimento pode apenas ser fabricado em um país onde o *peace journalism* assumiu a liderança.

Portanto, em uma sociedade democrática, a mídia de massa transmite informações e opiniões que devem ser desvinculadas do controle do governo, com o objetivo de apresentar todas as ideias e opiniões significativas. Em contrapartida, eles também têm a responsabilidade de apresentar as minorias, bem como as majorias das visualizações (Orhewere 2012). Dessa maneira, a utilização da mídia de massa, especificamente, a mídia de transmissão, se tornou um canal não apenas para transmissões culturais, mas também para mudanças de desenvolvimento. Com cada novo meio veio uma nova oportunidade para o aprendizado social, um novo jeito para atingir um entendimento comum é quase sempre projetado para atingir um grande, heterogêneo e amplamente disperso número de pessoas. A função básica da mídia de massa não é informar, educar e entreter unicamente, mas eles são também um verdadeiro canal para um amplo alcance da campanha de desenvolvimento. Para Okunna (1999), a mídia de massa, especificamente a mídia de transmissão, encorajam e animam as pessoas a atingir metas de desenvolvimento da sociedade, promovendo paz e demonstrando profissionalismo em suas reportagens na mídia e estimulando as aspirações e atividades das pessoas para atingir os objetivos de desenvolvimento. A NTA Damataru, por exemplo, a qual tem o poder de atingir um vasto número de pessoas, quase ao mesmo tempo, pode

ajudar tremendamente a promover planos de desenvolvimento do governo, que parece ser o ponto focal desse estudo, ao relatar o *peace journalism* e o desenvolvimento no Nordeste da Nigéria.

O desenvolvimento é um processo de mudança que procura melhorar a vida e o ambiente do homem, em grande parte, por meio de seu próprio esforço e no seu próprio ritmo. Sears op cit Nwabueze (2005, 2) enxerga o desenvolvimento como “a criação de oportunidades para a realização dos potenciais humanos”. Beltran op cit Nwabuez (2007) resumiu o que desenvolvimento implica nas seguintes palavras:

Desenvolvimento é um dirigido e amplo processo participatório de profundas e aceleradas mudanças sociopolíticas orientadas para produzir mudanças substanciais na economia, na tecnologia, na ecologia e na cultura geral do país para que o avanço moral e material da maioria de sua população possa ser obtido dentro de condições de equidade generalizada, dignidade, justiça e liberdade (Beltran op cit Nwabueze 2007, 191).

Dez Mandamentos para o *Peace Journalism*

De acordo com Majid (n.d, 46), foi estabelecida uma lista de Dez Mandamentos para o jornalismo da paz, como seguem:

1. Nunca reduza as partes em conflitos humanos a dois. Lembre que, quando dois elefantes lutam, a grama se machuca. Preste atenção na pobre grama.
2. Identifique as visões e interesses de todas as partes em conflitos humanos. Não há uma única verdade; existem muitas verdades.
3. Não fique refém de uma fonte, particularmente daqueles do governo que controlam fontes de informação.
4. Desenvolva um bom senso de ceticismo. Lembre que informar é representação. Inclinação é endêmica para condições humanas. Você, suas organizações de mídia e suas fontes não são exceções.
5. Dê voz aos oprimidos e aos pacificadores para representá-los e empoderá-los.
6. Procure soluções pacíficas para problemas conflituosos, mas nunca se torne presa às panaceias.
7. Sua representação de problemas conflituosos pode se tornar parte do problema se isso exacerbar dualismos e ódios.
8. Sua representação de problemas conflituosos pode se tornar parte da solução se isso emprega as tensões criativas em algum conflito humano para procurar terreno comum e soluções não-violentas.
9. Sempre exercite a ética profissional da mídia de precisão, veracidade, equidade e respeito pelos direitos humanos e dignidade.
10. Transcenda seus próprios vieses étnicos, nacionais e ideológicos

para ver e representar as partes no conflito humano justamente e precisamente.

Na Nigéria, desde 1980, conflitos se tornaram a ordem do dia, mais frequentes, mais generalizados, mais violentos destrutivos da vida e da propriedade, assumiram a liderança. Entre 1980 e 2016, diversos conflitos ocorreram. Eliagwu op cit Gofwen (2004) estabeleceu eles, dessa forma:

Tabela 1: Casos de Conflitos no Nordeste da Nigéria (Maio, 1980 – Outubro, 2016)

Data	Localidade	Atores Principais
29-30 de Outubro, 1982	Bullumkutu, Maiduguri (Estado do Borno)	Kala-Kala e Maitatsine, 118 pessoas morreram, danos extensos a propriedades.
26-28 de Abril, 1985	Pantami Ward, Gombe. (Estado do Bauchi)	Facção Maitatsine, 105 morreram, extensa destruição de propriedade.
Abril, 1991	Tafawa, Balewa (Estado do Bauchi)	Começou como uma discussão entre uma Fulani e um Sayawa vendedor de carne em Tafawa Balewa. Escalou em uma completa violência e depois assumiu a forma de uma guerra religiosa em Bauchi. Várias vidas foram perdidas e a propriedade valorizada por milhões de Naira foi destruída.
8 de Setembro, 2000	Gombe	Crise religiosa de Kaltungo. A crise emergiu por causa da implementação da Sharia no estado.
8 de Junho, 2008	Adamawa	Conflito entre Cristãos e Muçulmanos na cidade de Numan. Ocorreu devido à localização da Mesquita Central da cidade perto do palácio do governante supremo Bachama; mais de 17 pessoas mortas.
18 de Fevereiro, 2006	Borno	Conflito entre Cristãos e Muçulmanos em Maiduguri. O tumulto foi causado pelo desenho animado dinamarquês sobre o profeta Mohammed, em Jyllands-Posten; mais de 50 pessoas mortas e 30 igrejas destruídas; mais de 200 lojas, 50 casas e 100 veículos vandalizados.
22 de Março, 2007	Gombe	Pupilos muçulmanos mataram seu professor cristão, Sr. Oluwatoyin Olusesan. Os pupilos afirmaram que seu professor “profanou” o Quran no processo de impedir um aluno de trapacear em uma sala de exame.

21 de Fevereiro, 2009	Bauchi	Conflito étnico-religioso na Nova Extensão de Makama. Mais de 11 pessoas foram mortas, mais de 400 casas queimadas e mais de 1,600 famílias deslocadas.
11 de Junho, 2009	Bauchi	Choque entre membro do Boko Haram e a polícia. 17 membros da facção foram mortos.
26-30 de Julho, 2009	Bauchi e Borno	Religiosa violência foi desencadeada por grupo radical Boko Haram. Mais de 700 pessoas mortas; 3,500 pessoas internamente deslocadas; 1,264 crianças ficaram órfãs; mais de 392 mulheres ficaram viúvas; e várias propriedades destruídas.
29 de Dezembro, 2009	Bauchi	Violência religiosa desencadeada pela seita Kala-kato. Mais de 38 pessoas mortas; cerca de 20 membros suspeitos da seita presos; e mais de 1000 pessoas internamente deslocadas.
12 de Dezembro, 2013	Adamawa, Bauchi, Borno, Gombe e Taraba.	Boko Haram matou mais de 202 pessoas.
31 de Março, 2014	Adamawa, Bauchi, Borno e Gombe	Mais de 1,500 mortos em conflitos armados pelos quatro estados.
31 de Julho, 2015	Adamawa, Bauchi, Borno, Gombe e Taraba.	Violência no Nordeste destruiu vidas e comunidades e deslocou 1.4 milhões de pessoas.
Julho, 2016	Adamawa, Bauchi, Borno, Gombe e Taraba.	Mais de 14 milhões de pessoas são afetadas people por conflitos no Nordeste da Nigéria e mais de 10 milhões de pessoas estão em necessidade.

Fonte: J.I. Eliagwu, op cit Gofwen, 2004, 65-67

Estruturas Teóricas

Esse capítulo usa a teoria cultural de conflito e diversidade como sua justificação teórica com uma visão para explicar vividamente o suposto papel do jornalismo em uma situação ideal. Essa teoria identifica a diferença social, particularmente cultural, como o principal fator que cria uma identidade e/ou exclusão social, desse modo, criando “nós” contra “eles”, sentimento esse que nutre animosidade, ódio e relacionamento desdenhoso entre pessoas de culturas divergentes, levando ao conflito, como o interesse concorrente de grupos, vinculando conflito diretamente organizações sociais, econômicas e políticas da sociedade, bem como a natureza e a força das ligações sociais dentre e entre grupos da comunidade (Ademola 2005).

O conflito cultural induzido que esse relacionamento cultiva é um

resultado da criação da imagem do inimigo que é aprendida no estágio inicial de crescimento até a idade adulta e é passada adiante de geração para geração. Um exemplo é visto no caso de Hutu e Tutsi em Ruanda. A teoria acredita que diferentes formas de identidades em várias sociedades existe; no entanto, aquela que tem origem étnica é a mais perigosa identidade e aquela que mais explica conflitos violentos. A teoria psico-cultural de conflito argumenta que conflito é evitável quando tolerância e compreensão entre pessoas de diferentes raças, culturas, idiomas e histórico são estabelecidos. A teoria, entretanto, torna-se relevante à medida que fala sobre o sentimento que nutre animosidade, ódio e relacionamento desdenhoso entre pessoas de culturas divergentes, levando ao conflito.

Pate (2009) opina que “diversidade é um fato da vida. Sem isso, a vida seria chata, monótona e dificilmente interessante. Por entendimento simples, diversidade é heterogeneidade, diferenças ou dissimilaridade em vários respeitos”. Nas palavras de Albert em Pate (2009), diversidade “conota heterogeneidade ou dissimilaridade nos terrenos do sexo, prática cultural, origem étnica, afiliação religiosa, posição ideológica, inclinação política, nível de desenvolvimento social, local de habitação e assim por diante.” Em termos relativos, diversidade conota multiculturalismo, pluralismo e variedade. Por exemplo, a Nigéria é apropriadamente descrita como um país diversificado composto por mais de 4 mil grupos étnicos, mais de 140 milhões de pessoas, perseguindo diferentes compromissos, falando diferentes línguas, aderindo a diferentes inclinações religiosas e diferentes orientações políticas e assim por diante. Obviamente, seria irrealista ,para qualquer um, esperar que todos nós pensaríamos e nos comportaríamos da mesma maneira. Ou, assumir que, porque nós somos todos nigerianos, os vários grupos culturais e religiosos podem fundir-se em um grupo para todos os problemas “evaporarem”. Não é de admirar-se, portanto, que a questão de diversidades permaneceu muito importante em vários países, como os Estados Unidos e Nigéria (Duncan, in Pate 2009).

Furnham e Bochner cit Pate (2009), essa importância possivelmente é confirmada pela realização que em uma mistura, onde “pessoas diversificadas” se encontram, mais especialmente como um resultado de contatos sociais e geográficos, um choque de cultura é produzido. Portanto, a politização ou pobre mediação da diversidade poderia produzir choques que podem explodir em conflitos sociais com devastadoras consequências.

Procedimento de Pesquisa

Discussões de Grupos Focais (FGD, sigla em inglês) foi usado como

um método de coleta de dados. O método estava interessado em entender a percepção, experiências, atitudes e comportamento dos participantes no estudo. Uma amostra de 10 participantes foi desenhada a partir da população identificada. Nove questões foram perguntadas por um moderador que liderou as discussões. Um gravador e materiais de escrita foram usadas como instrumentos de coleta de dados para gravar as respostas dos participantes

A escolha de Discussões de Grupos Focal como um método de reunir e analisar dados para esse estudo é justificável, por causa da utilidade da FGD em investigar questões, assim como para descobrir como os indivíduos (os quais são partes interessadas da questão) pensam e se sentem sobre reportar *peace journalism* e desenvolvimento dentro da Autoridade Nigeriana de Televisão, em Damaturu.

A conclusão geral que foi desenhada do trabalho de Boodhoo e Purmessur (2009) é que um estudo qualitativo é muito importante para organizações com população relativamente pequena ou manejáveis. Esses estudiosos citaram Dr. Prudence L. Carter, dizendo “A beleza do estudo qualitativo é desempacotar a caixa preta e chegar ao Por que?”

A limitação dessa metodologia veio do instrumento de reunir dados para o estudo. Como notado acima, alguns dos respondentes recusaram o pedido para gravar o áudio da discussão; dessa forma, deixando o pesquisador com a hercúlea tarefa de tentar cobrir as informações chaves, por meio de anotações, enquanto também sobrecarregado com a responsabilidade de observar e escutar os participantes.

Descobertas e Discussões

Como é notado na metodologia, o método de Discussões de Grupos Focal (FGD) foi usado em coletas de dados, nove questões foram perguntadas entre os dez membros aleatoriamente selecionados dos correspondentes da NTA Damaturu, no estado do Yobe. A seguir, as descobertas e discussões dos membros do painel.

A questão um fala sobre a introdução geral de todos os membros. Enquanto a questão dois perguntava: *Como jornalista praticante, você está ciente do peace journalism e do jornalismo de desenvolvimento? Se sim, qual é sua compreensão sobre os conceitos?* Ao responderem essa questão, membros do painel coletivamente admitiram que eles estão cientes do *peace journalism* e desenvolvimento. Por exemplo, Yunusa Suleiman diz:

Nós estamos, na verdade, cientes do *peace journalism* e desenvolvimento. Jornalismo da paz é a prática de usar mecanismo da paz para a promoção

de coexistência pacífica em sociedades heterogêneas ou homogêneas em reportagem da mídia. A adoção de mecanismos de construção da paz em reportagem se torna imperativo, considerando o crescimento de crises humanitárias assolando muitas partes do mundo, particularmente nos países em desenvolvimento, onde insurgência, instabilidade política, conflitos étnicos/religiosos, entre outros, tornaram-se a ordem do dia. Em contrapartida, reportagem de desenvolvimento é um aspecto de informar o que deveria chamar a atenção do governo e outros cidadãos, às necessidades de desenvolvimento da sociedade; e isso também visa mobilizar a cidadania para mobilizar e participar no processo de desenvolvimento.

Baseado na discussão, pode ser deduzido que os jornalistas estão muito mais cientes e familiarizados com a existência do *peace journalism* e desenvolvimento no Nordeste da Nigéria. Contudo, eles admitiram que isso é um aspecto de reportar que demanda alto nível de profissionalismo e habilidades.

A questão três perguntava: *O peace journalism é relevante para você como um jornalista? Se sim, como?* Eles sucintamente admitiram que o *peace journalism* é muito relevante na base prática do jornalismo no fato que isso familiariza o repórter com habilidades profissionais. Contribuindo para a questão. Mustapha Yusuf Musa diz:

O *peace journalism* dá melhor senso de julgamento editorial durante crise. Isso é também relevante para os jornalistas no senso que NTA Damaturu, estado do Yobe, é construída para promover coexistência pacífica e unidade entre as várias divisas no país. O *peace journalism* também facilita e encoraja a mídia a reportar coisas positivas acontecendo na sociedade, a qual tem sido o principal valor da NTA Damaturu. Yobe é um dos estados no Nordeste afetados pela insurgência; desse modo, a necessidade de concentrar em reportagem pacífica se tornou uma prioridade em nossa boletim diário.

De acordo com os participantes, o *peace journalism* é muito relevante e significativa na profissão do jornalismo. A razão é simples: isso serve como um meio de unionismo e, portanto, cimenta a sociedade em conjunto.

A questão quatro perguntava: *Você considera a reportagem do peace journalism e desenvolvimento muito importante em sua rotina diária? Se sim, como?* Todos os participantes concordaram que o *peace journalism* e a reportagem de desenvolvimento oferecem a eles a plataforma de trazer as situações difíceis de pessoas e apresentá-los ao domínio público para possíveis intervenções de ONGs, governo e outras partes interessadas críticas. Nas palavras de Husaini Mohammed:

O *peace journalism* está apenas ganhando terreno, como os anos da insurgência do Boko Haram, a qual deu uma má publicidade à região. Apesar disso, nós podemos dizer que o *peace journalism* é muito importante para a gente, como jornalistas, porque isso encoraja a comunicação de coisas que tem influência direta na sociedade e, dessa forma, encoraja eles a ver a necessidade de adotar iniciativas de desenvolvimento.

A discussão acima mostra que a prática do *peace journalism* está apenas ganhando conhecimento, se comparado ao que foi obtido no passado. Isso ocorre, pois, com a emergência do Boko Haram no Nordeste da Nigéria, isso se tornou algo que os jornalistas não podem fazer em sua rotina diária.

Questão cinco perguntava: *em que medida você pode dizer que o peace journalism contribuiu para o desenvolvimento do Nordeste da Nigéria?* Essa questão particular tentou verificar em que medida o *peace journalism* contribuiu para o desenvolvimento do Nordeste da Nigéria. Os respondentes concordaram que as contribuições do *peace journalism* para o desenvolvimento do Nordeste são numerosas: (a) Isso obteve sucesso em apresentar às pessoas da área as ideias dos processos de pacificação, construção da paz, bem como reconciliação. (b) Isso esclareceu, com êxito, as pessoas em como estar consciente da segurança, reportando pessoas suspeitas ou objetos para as agências de segurança, consequentemente, impulsionando a conscientização da segurança da comunidade. (c) O *peace journalism* contribuiu para a presente paz desfrutada na zona geopolítica através da equidade objetiva, comunicação de acontecimentos equilibrada e imparcial, etc.

A questão seis levantou as questões de: *de que jeito você pensa que o peace journalism aumenta o desenvolvimento efetivo em organizações midiáticas nigerianas, como o NTA Damaturu, por exemplo?* Tentando responder essa questão, Mustapha Yusuf Musa diz:

O panorama dos meios de comunicação é pontilhado com reportagem de violência e, para os últimos sete anos, devido à insurgência do Boko Haram no Nordeste, no entanto, o *peace journalism* ajudou em promover o curso da paz através da fronteira por meio da cobertura de notícias efetivas que estejam em conformidade com o código de ética do jornalismo. Nós, no NTA Damaturu, assim como outras organizações de mídia, estamos lá fora para promover coisas que ajudar no desenvolvimento social.

A partir da discussão acima, pode-se dizer que NTA Damaturu é carregada com a responsabilidade de projetar o *peace journalism* na vanguarda, a fim de garantir significativo desenvolvimento social. Como os participantes responderam que o *peace journalism* ajudou em promover

tranquilidade na região.

A questão sete perguntava: *Existe essa crença que o jornalismo não é uma profissão comparada a outras disciplinas? O quão verdade é isso?* Contribuindo para isso, Abubakar Hashim é da visão que isso depende em como se olha para isso; para ele, isso não é uma profissão, pois ninguém pode decidir ser um jornalista durante a noite com ou sem as qualificações necessárias. Contudo, Yunusa Suleima argumentou que o jornalismo é, de fato, uma profissão como Medicina, Direito, Engenharia, etc. O jornalismo, bem como qualquer outra profissão, tem um sindicato para seus membros (NUJ, sigla em inglês). Isso também claramente definiu o código de ética regulando as atividades dos membros. O jornalismo, como uma profissão, tem um treinamento especializado para seus membros, bem como em qualquer outra profissão. Isso coincidiu com o que Aisha Mohammed disse que “jornalismo é uma profissão, consequentemente, tem sido o cão de guarda da sociedade, responsabilizando o governo e o Quarto Estado do Reino”.

A questão oito perguntava: *quais são os desafios que você está enfrentando, como jornalista, trabalhando na NTA Damaturu?* Os participantes mencionaram que os desafios são muitos, mas, alguns entre eles são: mau estado do equipamento, falta de financiamento adequado para o funcionamento da estação, falta de comprometimento da parte de alguns membros subordinados e ameaças de segurança, má remuneração e motivação, assédios enquanto no campo e ameaças de segurança, as quais constituem o principal desafio confrontando jornalistas trabalhando na NTA Damaturu.

A questão nove perguntava: *quais soluções você pode sugerir para resolver alguns dos desafio que você mencionou?* Os membros do painel estabeleceram alguns dos possíveis jeitos que podem ser usados em endereçar os problemas, os quais incluem financiamento adequado para operação, fornecimento de instalações de última geração para enfrentar os desafios contemporâneos, bom pacote de viagem para os membros em forma de salários e subsídios, treinamento regular e retreinamento de membros, comprometimento e dedicação ao trabalho por todos os trabalhadores da mídia e segurança adequada. Os participantes concluíram que, nós estivemos reclamando para os nossos superiores e para a sede nacional de extensão, mas nada foi feito sobre isso.

Conclusão

Esse estudo discutiu a prática do *peace journalism* e do jornalismo de

desenvolvimento no Nordeste da Nigéria. Alguns membros correspondentes do NTA Damaturu, de estado do Yobe, foram selecionados por Discussões de Grupos Focal, os quais responderam a algumas questões levantadas. Decorrente das discussões, o estudo conclui que todas as organizações de mídia deveriam absorver a maneira apropriada de relatar o *peace journalism* e desenvolvimento no país, especialmente no Nordeste da Nigéria, onde casos de conflitos étnicos, religiosos, políticos e outros tipos assumiram a liderança. Como observado, “enquanto os meios de comunicação precisam de um próximo exame e garantem o mesmo tipo de exame minucioso e análise que eles impõe em suas instituições, não há forte tradição de crítica de mídia nesse país, nem são os meios de comunicação propriamente auto-críticos” (Kerr 1992). Portanto, é um desafio para todos os interessados, em insista na observância do profissionalismo, na conduta e performance do nosso jornalismo e organizações de mídia. É imperativo que a mídia seja responsável na execução de sua responsabilidade social em reportar conflitos na região Nordeste da Nigéria a fim de restaurar paz e tranquilidade na área.

Essa ligação se tornou mais atraente dado a onda de conflitos étnico-religiosos que engoliram a região recentemente, e, de fato, a federação inteira, a maioria das quais estão ameaçando a existência do país. Contra esse pano de fundo, há uma séria necessidade do *peace journalism* na região preparada para a guerra, e o país, de modo geral, pavimentar o caminho para mais responsável e, talvez, progressiva reportagem dos conflitos para alcançar resoluções amigáveis no interesse do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- Akinfeleye, R. 2003. “Fourth estate of the realm or fourth estate of the wreck: Imperative of Social Responsibility of the Press”. *Inaugural Lecture* delivered on May 14, at the University of Lagos, Lagos.
- Albert, L. O. 2002. *Reflections on the coverage of diversity and conflict issues*. Discussion study presented at 2 day seminar on Conflict and Diversity Reporting and Journalism Curriculum, held at University of Ibadan, 17-18 September.
- Boafo, S.T.K. 1992. “Mass media in Africa: Constraint and Possible Solutions”. In *Media Development*, No, 1 London: WACC
- Boodhoo, R. & Purmessur, R.P. 2009. *Justifications for qualitative research in organisations: A Step Forward*. The Journal of Online Education, New York, 06 January 2009
- Ekwelie, S. A. 1986. *The Nigerian press under civil rule Journalism quarterly*, 63 (1)

- Galtung, J. 1998. "High road, low road: Charting the Course for Peace Journalism". Track Two. Vol. 7, No.4
- Gofwen, T. 2004. "International communication: Issues, concepts and Researches in the 21- Century. Akure: Standard Mass Concept Company.
- Golding, Peter. 1977. "Media professionalism in the third world: the Transfer of an Ideology" Curran, J. (eds) *Mass Communication and Society*. Londonn: Arnold.
- Head, S. W. 1963. *Can journalists be a professional in a developing country?* In *Journalism Quarterly*. 40 (4).
- Ibelema, M. 1994. "Professional as a Risk Management: A Typology of Journalists In Developing Countries". In *Journal of Development Communication*. Kuala Lumpur: AIDCOM. No.I, Vol.5.
- Kerr, Rogers 1992. *Professional in the media: A Case Study of New Zealand* Available on the Internet
- Pasque, E. 1990. *Press Freedom in Nigeria*.
- Mainasara, Kurfi. 2016. *Code of ethics and press freedom in Nigeria: Focus Group Discussions with Some Members of Correspondents' Chapel, Kano State*. Unpublished Study. Department of Mass Communication, Bayero University, Kano.
- Majid Tehranian (n.d). *Conflict reportin*: Sage Publications Ltd.
- Mc Quail, D. 1987. *Theories of communication*. London: Sage Publications Ltd.
- McQuail, D. 2000. *Mass communication theory*. London: Sage.
- Moore, W. E. 1970. *The professions: Roles and Rules, Russels*: Sage.
- Nwabueze, C. 2005. *The Art of Investigative Reporting: A Practical Guide*. Enugu: Daisy Press.
- Nwabueze, C. 2007. Educational Broadcasting and Sustainable Development. In I.E Nwosu, N.T Fab-Ukozor, and L.C. Nwodu (ed.), *Communication for Human Development: A Multi-Perspectival Approach*. Enugu: African council for communication education (ACCE), Enugu state. pp.189-196.
- Nwosu, I. E. 1987. Communication training in Nigeria. In Ugboajah, et al (eds) *Communication Training and Practice In Nigeria*, Jos. ACCE.
- Okunna, C.S. 1999. *Introduction to mass communication*. Enugu: new generation books.
- Orherewe J, & Onasu, 2012, An Appraisal of Advocacy for a Synergy between Traditional/Modern Media and the Paradox of Development in Africa. In Mboho & Betta (ed), *The Companion to Communication*

- and Development issues*. Uyo. BSM Resources Limited. pp.253-268.
- Pasque, et al 1990. *Press Freedom in Nigeria*.
- Pate, U. A. 2002. *Introduction to conflict reporting*. Lagos Friedrich Ebert Foundation.
- Rugh, W. A. 1987. *The Arab Press: News media and the political process in the Arab World*. Syracuse: Syracuse University Press.
- Woo, F. 2003. *Journalism and serving the public trust: In Global Issues*. E. Journal.

RESUMO

O *peace journalism* é fundamental em qualquer tipo de relatório. Assim, ele facilita os repórteres para divulgar informações que ajudem a informar o desenvolvimento de uma nação. Baseando-se na literatura disponível, o estudo descobriu que a mídia foi culpada por seu papel na exacerbação de diferentes conflitos em países complexos e heterogêneos como a Nigéria. O estudo utiliza a teoria cultural do conflito e da diversidade como sua justificativa teórica com o objetivo de explicar o suposto papel dos jornalistas em uma situação ideal. Do mesmo modo, as Discussões de Grupo Focal (FGD) são aplicadas como uma abordagem metodológica na coleta de dados entre alguns membros selecionados de Damaturu dos correspondentes da NTA, no estado de Yobe. Um número total de 10 jornalistas foram selecionados aleatoriamente em NTA, Damaturu. Eles discutiram a prática e o desenvolvimento do *peace journalism* no Nordeste da Nigéria. A partir das discussões, o estudo conclui que todas as organizações de mídia devem absorver a maneira apropriada de relatar o jornalismo e o desenvolvimento da paz no país, especialmente no Nordeste da Nigéria, onde os casos de conflitos étnicos, religiosos, políticos e de outros tipos assumiram a liderança

PALAVRAS-CHAVE

Reportagem; *Peace Journalism*; Desenvolvimento; Conflito e profissionalismo.

Recebido em 23 de novembro de 2017.

Aprovado em 31 de janeiro de 2018.

Traduzido por Leonardo Seben

RESENHA

“USA – AFRICA: THE POLICY OF PRESIDENT B. OBAMA ADMINISTRATION. 2009 – 2014”, E “USA – AFRICA: THE POLICY OF PRESIDENT B. OBAMA ADMINISTRATION. 2015 – 2016. CHRONICLE OF EVENTS”

de Andrey Urnov¹

Vladimir Shubin²

A 14ª Conferência Internacional de Africanistas que ocorreu em Outubro do último ano em Moscou demonstrou, de forma convincente, um alto nível de Estudos Africanos na Rússia. Afinal de contas, o Instituto de Estudos Africanos da Academia de Ciências da Rússia, que contou com mais de cem membros na equipe organizadora da Conferência, é a maior instituição do mundo nesta área de estudos. Porém, a maior parte dos trabalhos produzidos por seus acadêmicos é publicada em russo e, via de regra, é pouco conhecida fora do país.

Esta resenha é um esforço para apresentar aos leitores da RBEA os trabalhos do Dr. Andrey Urnov, um grande diplomata e acadêmico russo. O Dr. Urnov, graduado pelo Instituto de Relações Internacionais de Moscou, pesquisa a política externa dos Estados Unidos desde quando ainda era aluno. Então, a partir de 1966, tornou-se secretário, chefe de repartição e finalmente chefe adjunto do Departamento Internacional do Partido

¹ A.Yu. Urnov. 2015. *USA – Africa: the Policy of President B. Obama Administration. 2009 – 2014*, Moscow, IAfr RAN, 207. A. Yu Urnov. 2017. *USA – Africa: the Policy of President B. Obama Administration. 2015 – 2016. Chronicle of Events*, Moscow, IAfr RAN, 366 pp.

² Instituto de Estudos Africanos, Academia de Ciências da Rússia, Moscou, Rússia. E-mail: vlgs@yandex.ru.

Comunista da União Soviética, sendo responsável pela ligação política de Moscou com os países africanos – principalmente com os movimentos de libertação nacional – por quase um quarto de século. Mais tarde, ele foi o primeiro embaixador soviético/russo enviado à Namíbia. Por sua “excelente contribuição para a luta de libertação do povo da África do Sul”, o Dr. Urnov recebeu a ordem nacional sul-africana “Companheiros de OR Tambo” (prata). Após se aposentar dos serviços diplomáticos, ele ingressou como Pesquisador Principal no Instituto de Estudos Africanos.

A pesquisa de Dr. Urnov sobre a política do Presidente Barack Obama para a África está registrada em dois volumes, o primeiro cobrindo o período de 2009 a 2014 e o segundo, os dois últimos anos de seu governo. No entanto, este conteúdo é precedido por uma breve exposição da política das administrações anteriores de Bill Clinton e George W. Bush. Segundo o autor, o declínio inicial do interesse de Washington pela África após o fim da ‘Guerra Fria’ não durou, onde se destaca a Lei de Crescimento e Oportunidades para a África (AGOA, na sigla em inglês) de 2001 como “um dos principais instrumentos da política dos EUA na região”. No ano seguinte, Camp Lemonnier, a primeira base militar oficial dos EUA no continente africano, foi fundada em Djibouti, e em 2006 Washington estabeleceu a criação do AFRICOM, o novo Comando dos Estados Unidos para a África.

“O Presidente Obama dá continuação aos passos de seus predecessores ao fortalecer os vínculos políticos, econômicos e militares, entre outros, com os Estados africanos”, escreve Urnov (2015, 13). Ao mesmo tempo, o fato de o novo Presidente ser afro-americano “deu um voto de confiança à sua administração” (2015, 13). De fato, a Assembleia da União Africana de fevereiro de 2009, em uma mensagem especial de congratulações, deu boas-vindas à administração do Presidente Obama, “que abre um novo capítulo para a América, a África e, de fato, o mundo inteiro” (2015, 13). Para comprovar a popularidade inicial de Obama, especialmente na África Oriental, segue uma história minha. Logo após a posse de Obama, vi um veículo em uma rua de Dar es Salaam com a inscrição “Barac Obama”. No entanto, simbolicamente, esse veículo era apenas um tuk-tuk, um riquixá de três rodas.

No Capítulo 1, o autor ressalta os principais “pilares” da política de Obama para a África e analisa meticulosamente seus aspectos políticos, econômicos, humanitários e militares. Em particular, Urnov escreve sobre “alguns resultados positivos” da AGOA, especialmente o aumento do comércio bilateral, incluindo exportações não-energéticas da África Subsaariana para os EUA (2015, 18). Porém, na opinião do autor, esta região permaneceu principalmente como um fornecedor de matérias-primas para

os Estados Unidos, as quais constituem cerca de 80 a 90 por cento das importações americanas vindas desta região (2015, 18), enquanto apenas 300 itens dos 1.600 permitidos pela AGOA foram exportados para os EUA.

Mais positiva é a avaliação do autor sobre a assistência humanitária e de saúde oferecida por Washington, especialmente pelo Plano de Emergência do Presidente para o Alívio da AIDS (PEPFAR), adotado pelo antecessor de Obama, porém ampliado por ele.

A próxima iniciativa, lançada pessoalmente por Obama em 2010, chama-se “Iniciativa de Jovens Líderes Africanos” (YALI, na sigla em inglês), que inclui o Programa de Bolsas Mandela Washington, os Centros de Liderança Regionais e a Rede YALI. Segundo Urnov, seu objetivo seria a formação “de uma ‘coluna americana’, que se tornaria uma classe dominante orientada para os EUA” na África (2015, 25).

Ambos os volumes contêm uma exposição detalhada das atividades militares dos EUA na África. Uma parte importante do primeiro volume é intitulada “Counterterrorism. ‘Small footprint’ or creeping militarization?” (2015, 25). Ela analisa vários modelos de “atividades” militares norte-americanas no continente, como: Locais de Segurança Cooperativa (CSL, na sigla em inglês), Localidades de Operação Avançada (FOS, na sigla em inglês), Parcerias Contra o Terrorismo, etc.; atividades estas que foram realizadas em 47 países africanos até o final do primeiro mandato de Obama (2015, 33).

Ao discutir a atitude de Washington em relação aos conflitos nos países africanos, Urnov presta especial atenção à agressão da OTAN na Líbia (2015, 52-64). Ele lembra uma frase notória de Hillary Clinton, a então Secretária de Estado, dita no noticiário da CBC sobre o assassinato de Muammar Kadafi: “Nós viemos, nós vimos, ele morreu”; embora em um artigo conjunto para os principais jornais ocidentais Obama, juntamente com Nicola Sarkozy e David Cameron, insistiu que seu objetivo não era “remover Qaddafi com o uso da força” (2015, 56).

No Capítulo 3, Urnov analisa as relações dos EUA com vários países africanos, da África do Sul à Etiópia, bem como a atitude de Washington em relação às atividades de Pequim na África. É dada atenção especial a dois eventos no primeiro livro: os debates da campanha presidencial de 2012 (Capítulo 4) e a primeira cúpula dos líderes dos EUA e África em 2014, que Urnov chama de “Ano Americano da África” (dois capítulos na Parte 2 do primeiro volume).

Os próximos dois capítulos são devotados novamente às relações com países africanos separados e à atitude de Washington em relação às “zonas de conflitos” na África em 2013-2014. No capítulo final, intitulado

"O Ano da África acabou. O que vem a seguir?", o autor faz uma previsão interessante: "O crescimento da atividade dos EUA implicará em um agravamento da concorrência para a África [...] E isso poderá ajudar a África, através da promoção de sua política de equilibrar e jogar com as contradições dos competidores." (2015, 201).

O segundo volume de Urnov, ainda mais detalhado (inclui 1793 referências e seu subtítulo "Crônica de Eventos" é totalmente justificado), serve como prova dessa previsão. Como no primeiro volume, o autor analisa o desenvolvimento dos laços dos EUA com a África em vários campos. Atenção especial é dada a um evento marcante, a visita de Obama à sede da UA em Adis Abeba e suas observações ao povo da África, discursadas na capital etíope em 28 de julho de 2015, no Salão Mandela (2017, 34-37).

No campo econômico, o autor concentra-se no prolongamento da AGOA em julho de 2015, elaborando as mudanças que expandiram os poderes do presidente na revisão do status de seus beneficiários (2017, 52-53). Urnov estuda detalhadamente os materiais dos fóruns da AGOA em Libreville, um mês depois de seu prolongamento, e em Washington, em setembro de 2016. Em particular, analisando a declaração de Michael Froman, Representante Comercial dos EUA, o autor conclui que Washington estava buscando "envolver a África na implementação dos planos dos EUA visando romper o espaço econômico global, com o objetivo de criar uma vasta zona exclusiva, na qual os Estados Unidos poderão preservar suas posições econômicas dominantes" (2017, 61).

Discutindo as questões da presença militar e do contraterrorismo norte-americano na África no próximo capítulo, de número 3, Urnov explica com profundidade o caráter contraditório desse engajamento. Por um lado, "o curso hegemônico dos EUA e seu componente anti-muçulmano contribuíram para o aumento e propagação do terrorismo internacional. Em certo período, a atividade de organizações terroristas foi útil para Washington. Os Estados Unidos usaram esses agrupamentos para criar caos e instabilidade em países que não gostavam [...] A assistência [aos Estados africanos] levou a uma maior dependência dos Estados Unidos, não apenas militar, mas também política".

Por outro lado, Washington nem sempre teve sucesso em manter os terroristas sob controle. "O caos não controlado impediu a consecução dos objetivos políticos e econômicos dos Estados Unidos, criando uma ameaça à sua segurança. Então, onde o terrorismo atuou de maneira hostil à força dos EUA, a luta contra ele permaneceu um componente completamente natural da política dos EUA, inclusive na África" (2017, 84).

A segunda parte do volume 2 cobre as relações de Washington

com países africanos nos últimos dois anos da presidência de Obama. O Capítulo 1 inteiro analisa (talvez de maneira muito detalhada) a situação na Líbia (2017, 147-199), e também conta com a avaliação pessimista de funcionários dos EUA. Grande atenção é dada, em particular, à avaliação das relações dos EUA com a África do Sul, que Urnov caracteriza como “parceria quase equilibrada” (2017, 342).

Ao longo do texto, Urnov chama a atenção dos leitores para as discrepâncias na política e nas declarações da administração dos EUA. Por exemplo, em uma mesa redonda com um representante da sociedade civil etíope durante a visita a Adis Abeba, Obama sublinhou que os EUA se opuseram fortemente aos grupos que estavam buscando a derrubada violenta do poder. “Assim também seria na Síria!”, comenta Urnov sarcasticamente (2017, 34). Alguns outros países, a Líbia em particular, também podem ser mencionados a este respeito.

Na conclusão, o autor faz uma avaliação sumária da política do presidente Obama em relação à África. Em sua opinião, nos últimos dois anos, “a administração de Barack Obama conseguiu manter suas posições e também avançar um pouco em relação a elas. Na África, como em outras regiões do mundo, Washington prosseguiu objetivos hegemônicos, no entanto, deve-se admitir que atuou com bastante flexibilidade e habilidade (em relação à exclusão da Líbia)” (2017, 360).

Urnov escreve que, em 2016, as despesas gerais do governo dos EUA em assistência e na realização de programas globais, continentais e regionais em 51 países africanos foram de 9,645 bilhões de dólares, mas “a quantidade não se traduziu em qualidade” e a China “estava ganhando ‘a batalha pela África’”, enquanto em vários países africanos (Líbia, Sudão do Sul, RDC) “os eventos não seguiram o previsto pelos norte-americanos” e “nem sempre havia sido possível manter os terroristas sob o controle. Na Nigéria, Somália e muitos Estados do Sahel e do Magreb, eles agiram de maneira hostil à força dos EUA” (2017, 360).

Um dos capítulos deste volume é dedicado ao papel da África na campanha eleitoral presidencial de 2016. Na opinião de Urnov, Donald Trump não tinha uma política ponderada e integral em relação à África. Além disso, ele fez algumas observações abertamente racistas. No entanto, à medida que as eleições se aproximavam, Trump mudou seu tom na tentativa de conquistar pelo menos alguns eleitores afro-americanos e até prometeu que depois de quatro anos de sua presidência, 95% deles votariam por ele (2017, 134-135).

A vitória de Trump não era esperada na África (“como essencialmente em todos os lugares”, acrescenta Urnov), mas a atitude em relação a este

Resenha: "USA - Africa: the policy of President B. Obama administration. 2009 - 2014" e "USA - Africa: the policy of President B. Obama administration. 2015 - 2016. Chronicle of events" de Andrey Urnov

evento variou no continente. "Parceiros e aliados próximos, representantes da sociedade civil ficaram frustrados e preocupados". No entanto, ao mesmo tempo, a vitória foi recebida "com um suspiro de alívio por aqueles que estavam cansados dos ensinamentos e interferências de Washington e também sendo criticados por não cumprir as normas democráticas" (2017, 139).

Na opinião de Urnov, "os primeiros passos da administração de Donald Trump não esclareceram a situação" quanto a sua política em relação à África (o livro foi enviado para impressão em 31 de agosto), mas os leitores têm todas as razões para esperar que Urnov continue sua profunda e minuciosa pesquisa.

*Recebido em 7 de dezembro de 2017.
Aprovado em 31 de janeiro de 2018.*

Traduzido por Vitória Kramer

RESENHA

“O TEMPO DA JUVENTUDE: EMPREGO, POLÍTICA E MUDANÇAS SOCIAIS EM ÁFRICA”

de Alcinda Honwana¹

Hélder Pires Amâncio²

O *Tempo da Juventude* é um livro publicado em agosto de 2012 nos Estados Unidos da América pela antropóloga moçambicana Alcinda Honwana com o título - *The Time of Youth: Work, Social Change and Politics in Africa*. Em maio de 2013, foi publicada na cidade de Maputo a versão do mesmo em língua portuguesa. Neste livro, a autora aborda as experiências dos jovens africanos em *waithood*³ e analisa os desafios socioeconômicos que grande parte desses jovens (mas também ao nível global) enfrenta no mundo contemporâneo.

O livro é fruto de pesquisas realizadas em quatro países africanos, nomeadamente: Moçambique, África do Sul, Tunísia e Senegal, no período de 2008 a 2011. O objeto de análise do livro são as diversas experiências dos jovens (particularmente africanos) na forma como lidam com os problemas (como o desemprego, marginalização, falta de liberdades civis e de meios de sobrevivência estáveis, bem como, as desigualdades sociais) gerados pelas falhas das políticas neoliberais, má governação e crises políticas em África (Honwana 2013, 3 e 218). De acordo com Honwana (2013) a maior parte da pesquisa foi realizada com jovens em contextos urbanos e, apenas ocasionalmente, em contextos rurais.

Os jovens, alvos do estudo, são provenientes de diversas origens sociais e econômicas. Para realizar a pesquisa, Honwana (2013, 11-14) se

¹ Honwana, Alcinda. 2013. O tempo da juventude: emprego, política e mudanças sociais em África. Maputo: Kapicua Livros e Multimídia Lda.

² Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil. E-mail: hpamancio@gmail.com

³ Este conceito é definido e desenvolvido mais adiante.

utilizou de diferentes instrumentos de pesquisa, como entrevistas, grupos focais, histórias de vida com foco para as experiências juvenis. A autora refere que visitou os locais frequentados pelos jovens, tais como centros juvenis, parques, clubes e cafês. Para acessar as redes de sociabilidade desses jovens e facilitar sua relação com eles, ela contou com o apoio de seus assistentes de pesquisa, que eram igualmente jovens. Isso, segundo a autora, levou a “um entendimento mais refinado da ‘cultura jovem’, especialmente na abordagem de temas sensíveis” (Honwana 2013, 12) – como é o caso da intimidade e sexualidade, por exemplo.

Para além das entrevistas realizadas com os jovens, principais sujeitos da pesquisa, Honwana (2013) entrevistou funcionários governamentais, líderes religiosos, jornalistas e intelectuais interessados no tema da juventude, pois, no seu entender “estudar a juventude implica não só olhar para a vida dos próprios jovens, em toda a sua diversidade, mas também, compreender as preocupações sociais, políticas, econômicas e culturais dos adultos” (Honwana 2013, 4). Essa opção teórico-metodológica permitiu-lhe “compreender melhor a forma como estas sociedades veem a juventude e o lugar que esta ocupa na economia, na cultura e na sociedade em geral” (Honwana 2013, 12i).

O argumento mobilizado pela autora para justificar essa escolha de olhar para os jovens, sem, contudo, perder de vista o olhar para os adultos é de que ambas as gerações “estão envolvidas em processos complexos de construção e reconstrução, no fazer e refazer da sociedade” (Honwana 2013, 4). Esta perspectiva é claramente crítica à abordagem sociológica clássica da educação defendida por Émile Durkheim segundo o qual “para que haja educação, é preciso uma geração de adultos diante de uma geração de jovens e uma ação exercida sobre estes por aqueles” (Durkheim 2010, 32).

A tese defendida por Alcinda Honwana (2013) neste livro é de que a noção de *waithood* mostra-se mais adequada para descrever e compreender a condição de espera ou o interregno entre a infância e a idade adulta em que vive a maioria dos jovens do mundo, e os africanos em particular. Para a autora “os jovens são forçados a crescer mais depressa, mas ao mesmo tempo, é-lhes muito mais difícil alcançar a autonomia social e econômica” (Honwana 2013, 31). Por essa razão, o livro centra-se nas experiências sociais dos jovens africanos em *waithood* e explora as atividades cotidianas e as estratégias de sobrevivência que os mesmos usam para enfrentar os desafios socioeconômicos e políticos em seus países.

Honwana (2013, 9) desenvolve em seu livro cinco argumentos principais: 1) a maioria dos jovens, particularmente africanos, vive em *waithood*; 2) *waithood* é uma questão de desigualdade social e econômica; 3) as experiências dos jovens do sul global são nevrálgicas para compreender a

juventude no mundo hodierno; 4) a condição de *waithood* é criativa e ativa, e os jovens nessa condição não são passivos; 5) a condição de *waithood* é transformadora na medida em que provoca mudanças socioeconômicas e políticas radicais.

Este é, portanto, um livro que analisa a juventude em *waithood* e que de acordo com a autora “representa uma adolescência prolongada ou uma demora involuntária em alcançar o estado de adulto, um período durante o qual os jovens não conseguem encontrar emprego, tomar conta de si próprios e cuidar das suas famílias” (Honwana 2013, 5). *Waithood* é para a autora uma espécie de ‘idade suspensa’ uma idade de espera, espaço liminar em que os sujeitos pesquisados (jovens) “já não são mais crianças dependentes, mas também não são adultos autônomos” (Honwana 2013, 31). É “uma zona de penumbra na qual os jovens podem ter atingido a idade cronológica de adulto, mas ainda não são socialmente reconhecidos como tal” (Honwana 2013, 21).

Essa condição de *waithood*, que tende a tornar-se regra no mundo inteiro, especialmente nas sociedades africanas, deriva do “declínio econômico e de infraestruturas, de sistemas de saúde e de educação fragilizados, de altas taxas de desemprego e de vulnerabilidade socioeconômica que enfraquecem seriamente o tecido social” (Honwana 2013, 31).

O interesse de Alcinda Honwana por esta condição particular de *waithood* na qual vive a maioria dos jovens africanos, mas também, ao nível global surge “quando, durante pesquisas, muitos jovens expressavam repetidamente este sentimento de se sentirem ‘pendurados’ ou ‘encurralados’ (Sommers 2012) numa situação com poucas saídas e sem perspectivas de futuro” (Honwana 2013, 5).

Para Honwana (2013), *waithood* sugere o caráter multifacetado da transição dos jovens à vida adulta e vai muito além da empregabilidade, incluindo outros aspectos da vida social como, por exemplo, “o acesso às oportunidades de formação e aprendizagem, ao casamento e à constituição de família, e à participação cívica. Entretanto, a autora adverte que a noção de *waithood* pode aludir a uma ideia de espera passiva por parte dos jovens, mas as suas pesquisas apontam justamente para o contrário. Esta condição na qual a maioria dos jovens africanos se encontra não somente os enclausura ou os imobiliza deixando-os sem ação, mas, possibilita a criatividade para que estes inventem e negociem novas formas de estar e interagir com a sociedade (Honwana 2013, 6).

Alcinda Honwana apresenta-nos neste livro uma abordagem

inovadora, contra normativa, interdisciplinar e interseccional⁴. Contra normativa na medida em que, para a autora, o modelo teórico postulado pelos estudos de ciclo de vida e os estudos clássicos de transição não dão conta de “captar a multiplicidade de situações que os jovens vivem e simplifica excessivamente os diversos processos que afetam suas vidas” (Honwana 2013, 35). Interdisciplinar por cruzar abordagens teóricas de diferentes disciplinas, como Psicologia Social, Sociologia, Antropologia. Por fim, interseccional por levar em consideração e colocar em relação as variáveis de gênero, classe, raça, geração e nação.

Uma das principais contribuições que este livro oferece ao tomar como objeto de análise os jovens africanos em *waithood* é a possibilidade de compreensão das respostas que estes jovens dão aos problemas concretos enfrentados no seu cotidiano e, mais ainda, perceber o que significa ser jovem, mas também adulto no mundo hodierno (Honwana 2013, 37-39 e 221). Ao olhar os jovens em *waithood* como sujeitos sociais ativos, o livro contribui igualmente para mudar a forma como os mesmos são vistos no mundo contemporâneo - como sendo passivos.

O livro encontra-se dividido em oito capítulos e uma introdução. Na introdução a autora faz uma apresentação geral do livro: o contexto que motivou a sua produção, a contextualização do tema de investigação, os países e o período de realização da pesquisa, os métodos e técnicas utilizadas, os envolvidos na pesquisa, os objetivos do estudo. No capítulo I aborda o conceito de juventude problematizando o que ela chama de juventude em *waithood* ou na idade de espera prolongada, contextualiza os países de realização da investigação, discute e define o conceito de juventude e apresenta um estado da arte sobre os estudos da juventude em África.

No capítulo II, a autora desenvolve um debate sobre o conceito chave de sua argumentação – *waithood* – reflete criticamente sobre as teorias de transição e ciclo de vida, define o conceito de *waithood*, problematiza o conceito tradicional de adulto e o futuro inimaginável por parte dos jovens em *waithood*, bem como, as transições para a vida adulta no contexto das chamadas ‘sociedades desenvolvidas’.

As aspirações dos jovens (educação e empregos estáveis) são debatidas no capítulo III. Seguidamente, no capítulo IV, são tratadas as estratégias de subsistência adotadas pelos jovens no seu cotidiano como resposta ao cenário socioeconômico e político dos países estudados. No capítulo V, Honwana trata da intimidade e sexualidade dos jovens em *waithood*, evidenciando as transformações sociais na (re)construção

4 No sentido definido por Crenshaw (1994 apud Hirata 2014: 62), enquanto uma proposta que leve em consideração as “múltiplas formas de identidade”.

da masculinidade e feminilidade, bem como nas relações íntimas e de casamento.

No capítulo VI, Alcinda Honwana aborda o tema da Cidadania Participativa—analizando a forma como os jovens “entendem a situação política e socioeconômica em que vivem e o seu engajamento em processos sociais, políticos e culturais que possam criar mudanças positivas” (Honwana 2013, 141). No capítulo VII, a autora trata das transformações sociais e políticas decorrentes do protagonismo da juventude em África, com foco especial para o papel central que os jovens desempenharam na primeira revolução do século XXI que derrubou a ditadura na Tunísia. Finalmente, no capítulo VIII sistematiza em jeito de desfecho as principais ideias desenvolvidas no livro argumentando, portanto, que a condição de *waithood* é, não só vivida pelos jovens africanos, mas, um fenômeno global.

REFERÊNCIAS

- Honwana, Alcinda. 2013. *O Tempo da Juventude: Emprego, Política e Mudanças Sociais em África*. Maputo: Kapticua Livros e Multimídia Lda.
- Durkheim, Émile. 2010. *Educação e Sociologia*. São Paulo: Hedra.
- Hirata, Helena. 2014. *Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais*. Tempo Social- revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1.

Recebida em 23 de fevereiro de 2017.

Aprovada em 11 de janeiro de 2018.

PARCEIROS

NERINT

O Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) foi o primeiro centro voltado exclusivamente ao estudo e à pesquisa em Relações Internacionais no sul do Brasil. Foi estabelecido em 1999 junto ao ILEA-UFRGS visando ao estudo crítico e inovador das principais transformações do sistema internacional pós-Guerra Fria. Desde 2014, o NERINT está localizado na Faculdade de Economia da UFRGS (FCE - UFRGS). Paralelamente, buscou contribuir para a retomada da discussão de um projeto nacional para o Brasil através da análise das opções estratégicas disponíveis para a consolidação da inserção internacional autônoma do país, a partir da perspectiva do mundo em desenvolvimento. O advento de uma “diplomacia ativa, afirmativa e propositiva” no Brasil no início do século XXI veio a convergir com as análises e projeções feitas nos seminários e publicações do NERINT.

Um dos resultados de sua atividade foi a implantação de um curso de graduação em Relações Internacionais (2004), o melhor do país de acordo com o Ministério da Educação (2012), e de um Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (2010). Duas revistas também foram criadas: a bimestral *Conjuntura Austral* e a semestral e bilíngue *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*. Assim, além da pesquisa avançada, focada prioritariamente nos países emergentes, o NERINT deu origem a programas de graduação e pós-graduação, além de propiciar intensa atividade editorial.

CEBRAFRICA

O Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) tem suas origens no Centro de Estudos Brasil-África do Sul (CESUL), um programa estabelecido em 2005 através de um convênio entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Suas atividades de pesquisa são desenvolvidas junto ao Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT).

Em março de 2012 o CESUL foi ampliado para abranger o conjunto geográfico do continente africano, transformando-se em CEBRAFRICA, enquanto a Série Sul-Africana, que publicou cinco livros, foi transformada em Série Africana, com novas obras no prelo. O objetivo segue sendo o mesmo: realizar pesquisas, apoiar a elaboração de teses, dissertações e trabalhos de

conclusão, congregar grupos de pesquisa em temas africanos, realizar seminários, promover intercâmbio de professores e estudantes e estabelecer redes de pesquisa e projetos conjuntos com instituições africanas e africanistas, publicar obras produzidas no Brasil ou traduzidas e ampliar a biblioteca especializada fornecida pela FUNAG.

As pesquisas têm por objetivo o conhecimento do continente africano e de suas relações com o Brasil, nas seguintes áreas: Relações Internacionais, Organizações de Integração, Segurança e Defesa, Sistemas Políticos, História, Geografia, Desenvolvimento Econômico, Estruturas Sociais e sua Transformação e Correntes de Pensamento. São parceiros do CEBRAFRI-CA conceituadas instituições do Brasil, Argentina, Cuba, México, Canadá, África do Sul, Angola, Moçambique, Senegal, Cabo Verde, Egito, Nigéria, Marrocos, Portugal, Reino Unido, Holanda, Suécia, Rússia, Índia e China. As pesquisas em andamento versam sobre a “A presença do Brasil, da China e da Índia na África”, “A África na Cooperação Sul-Sul”, “Conflitos africanos”, “Integração e desenvolvimento na África”, “As relações da África com as Grandes Potências” e “As relações interafricanas”.

NORMAS DE SUBMISSÃO

1. A Revista Brasileira de Estudos Africanos publica artigos científicos e resenhas bibliográficas;
2. A revista está dividida em duas seções: Artigos e Resenhas
3. Os artigos de pesquisa devem limitar-se a 50 mil caracteres (incluindo espaços e notas de rodapé) e as resenhas bibliográficas devem conter cerca de 4,5 mil caracteres (incluindo espaços e notas de rodapé);
4. As notas de rodapé restringem-se a esclarecimentos adicionais ao texto;
5. A bibliografia deve ser citada de acordo com o sistema Chicago (Autor-data ou notabibliografia), referenciando **apenas** a literatura citada ao longo do texto no final;
6. As contribuições devem ser inéditas e podem ser submetidas em português, inglês ou espanhol;
7. As contribuições devem conter o nome completo do autor, sua titulação, filiação institucional (com o nome completo da instituição) e e-mail para contato;
8. O completo preenchimento, pelo(s) autor(es), do formulário de submissão do artigo é imprescindível;
9. Admite-se a publicação de estudantes de graduação, desde que em parceria com um professor orientador titulado, que constará como autor principal do trabalho.
10. No caso de resenhas bibliográficas, devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;
11. As contribuições devem vir acompanhadas de: 3 palavras-chave em português ou espanhol e 3 palavras-chave em inglês; Título em português ou espanhol e em inglês; Resumo em português ou espanhol e Abstract em inglês, ambos com até 50 palavras.
12. As contribuições devem ser feitas através do website da Revista:
www.seer.ufrgs.br/rbea.

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

13. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em “Comentários ao editor”.
14. Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (não possuindo tamanho maior do que 2MB)
15. URLs para as referências foram informadas quando possível.
16. O texto está em espaço simples; usa fonte Times New Roman de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento, como anexos.
17. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.
18. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.